

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

Alexandra Pinto
Direção Editorial

2021

ISSN 2183-3958

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

FLUP/CLUP

N.º 10 ANO 2021

ISSN 2183-3958

DOI 10.21747/21833958/red10

EM PARCERIA COM A



**BASE DE DADOS
OPEN ACCESS**



**BASE DE DADOS
COMERCIAIS**



**DIRETÓRIOS
ÍNDICES**



**REPOSITÓRIOS
AGREGADORES
MOTORES DE BUSCA**



**BASE DE DADOS
BIBLIOGRÁFICOS**



A *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* é uma publicação científica cuja edição digital respeita integralmente os critérios da política do acesso livre à informação. / *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* is a scientific open access journal whose digital version follows all the criteria of OA publishing policy.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	<i>REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO</i> N.º 10 ANO 2021
EDITORES	CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM PARCERIA COM A FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESTE TRABALHO É FINANCIADO POR FUNDOS NACIONAIS ATRAVÉS DA FCT - FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P., NO ÂMBITO DO PROJETO «UIDB/00022/2020».
LOCAL DE EDIÇÃO	PORTO, PORTUGAL
ISSN	2183-3958
DOI	10.21747/21833958/red10
PERIODICIDADE	ANUAL
DIREÇÃO EDITORIAL	Alexandra Guedes Pinto Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal MAPINTO@LETRAS.UP.PT
EDITORES-ADJUNTOS	Rui Ramos Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal RLRAMOS@IE.UMINHO.PT Valdir Heitor Barzotto Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil BARZOTTO@USP.BR Zilda Aquino Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil ZIAQUINO@USP.BR
ASSISTENTES EDITORIAIS	Catarina Warrot Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal Silvana Costa Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

FICHA TÉCNICA

CONSELHO CIENTÍFICO

António Briz Universidad de València, Espanha

Catherine Kerbrat-Orecchioni ICAR, CNRS, Université Lyon 2, França

Christian Plantin ICAR, Université Lyon 2, França

Dominique Maingueneau Université Paris IV, França

Isabel Margarida Duarte Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Joaquín Garrido Universidad Complutense de Madrid, Espanha

José Portolés Universidad Autónoma de Madrid, Espanha

Luiz Antônio da Silva Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Aldina Marques Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal

Olívia Pestana Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Paulo Roberto Segundo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Rui Sousa e Silva Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Sónia Rodrigues Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Os trabalhos submetidos à *Redis* serão avaliados por, no mínimo, dois avaliadores externos, selecionados segundo um critério de afinidade científica relativamente ao trabalho em apreciação. Os avaliadores deverão comunicar aos editores quaisquer conflitos de interesse, que possam impedir uma avaliação isenta, ou declarar-se não qualificados para avaliar uma determinada proposta, se considerarem que tal procedimento é necessário. Os avaliadores terão acesso a um guião de avaliação que os orientará na revisão dos artigos propostos. Será dado um prazo de vinte dias corridos para a apresentação do parecer a partir da data de entrega do artigo ao avaliador. Este período poderá ser prorrogado por critério do diretor editorial, desde que a prorrogação não ponha em causa a publicação da revista dentro dos prazos previstos.

ACESSO EM LINHA

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/re>

ÍNDICE

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda DOI 10.21747/21833958/red10a1	12-38
BANDEIRA, BRUNA Linguística do Texto e do Discurso e Linguística Aplicada: Fronteiras e possíveis aproximações DOI 10.21747/21833958/red10a2	39-66
COSTA, VIVIANE “Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue”: Uma análise sobre a construção do <i>ethos</i> DOI 10.21747/21833958/red10a3	67-98
DURANTE, DENISE & SANTANA, KATIUSCIA CRISTINA Reflexões acerca do Princípio de Cooperação discursiva: Uma análise de anúncios publicitários do período pandêmico DOI 10.21747/21833958/red10a4	99-124
FERES, BEATRIZ DOS SANTOS & MONNERAT, ROSANE SANTOS MAURO A mulher por ela mesma em três clipes brasileiros: uma análise semiodiscursiva DOI 10.21747/21833958/red10a5	125-150

- FERREIRA, GEÓRGIA & ALVAREZ, PALMIRA** 151-179
Mulheres que vestem farda:
Corpos “modelados” pelas letras da Lei
DOI 10.21747/21833958/red10a6
- MOROZOVA, MILANA A.** 180-214
Polyphony in Portuguese Stand-up Comedy:
A Socio-Discursive approach to Identity Construction
DOI 10.21747/21833958/red10a7
- NUNES, ALEXANDRA** 215-245
A dêixis e a proximização em anúncios publicitários da
cerveja CORAL entre 1980 e 2020
DOI 10.21747/21833958/red10a8
- PAULA, LUCIANE DE & MOURA, GIOVANA
CRISTINA DE** 246-275
Armada de Dumbledore e brigada inquisitorial: totalitarismo
e resistência em *Harry Potter*
DOI 10.21747/21833958/red10a9
- RIBEIRO, PATRÍCIA & REZENDE, RAQUEL** 276-308
Quatro décadas da revista *Claudia*: uma cartografia dos
imaginários sociodiscursivos do feminino na publicação
midiática brasileira
DOI 10.21747/21833958/red10a10

NOTA EDITORIAL

A Revista de Estudos do Discurso, REDIS, é um projeto editorial do Centro de Linguística e da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, em parceria com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É uma publicação anual sujeita a *peer review*, que reúne trabalhos no domínio dos Estudos Linguísticos do Discurso, embora com diferentes linhas teóricas e metodológicas, decorrentes da própria complexidade do objeto *discurso* e das abordagens que o mesmo suscita. O presente volume conta com dez artigos que espelham bem esta diversidade. Desde logo, encontramos no volume o *discurso* materializado em domínios e géneros diferentes, entre os quais figuram o anúncio publicitário, a capa de revista feminina, o videoclípe, o romance, o decreto-lei, a *stand-up comedy*, o livro didático, a carta de suicídio. Esta profusão de géneros põe em relevo uma das facetas da complexidade do objeto *discurso* que toma formas muito variadas nos seus contextos de produção.

Outra das facetas desta diversidade corporiza-se em orientações de análise diferentes. No artigo de Denise Durante e Cristina Santana, intitulado *Reflexões acerca do Princípio de Cooperação discursiva: Uma análise de anúncios publicitários do período pandémico*, as autoras aplicam o Princípio de Cooperação de Grice à análise de um conjunto de anúncios de instituições bancárias, difundidos no *Youtube*, que partilham uma estratégia de comunicação baseada em conteúdos implícitos.

Apesar de se debruçar sobre o mesmo tipo de discurso, Alexandra Nunes, em *A dêixis e a proximização em anúncios publicitários da cerveja CORAL entre 1980 e 2020*, adota uma perspetiva de análise diferente, focando a sua atenção no uso da dêixis na publicidade da cerveja madeirense CORAL, para concluir que a *proximização* espacial, pessoal, emocional, axiológica e epistémica, que os elementos deícticos permitem recriar, reforça a insularidade

madeirense, numa estratégia de aproximação face ao público consumidor.

Três artigos deste volume da REDIS estudam a construção da identidade da mulher, todavia, fazem-no a partir de tipos de discurso e de abordagens diferentes.

Em *Mulheres que vestem farda: Corpos “modelados” pelas letras da Lei*, Geórgia Ferreira e Palmira Alvarez problematizam a construção do corpo da mulher policial militar no próprio discurso da lei, que instituiu e que regulamenta a Companhia de Polícia Militar Feminina no Brasil, e que parece difundir uma identidade feminina estereotipada.

Por sua vez, Beatriz Feres, Rosane Monnerat, em *A mulher por ela mesma em três cliques brasileiros: Uma análise semiodiscursiva*, analisam a representação da mulher em três vídeos brasileiros, que corporificam uma ressignificação da condição da mulher face a modelos estereotipados.

Patrícia Ribeiro e Raquel Rezende, no artigo *Quatro décadas da revista Claudia: Uma cartografia dos imaginários sociodiscursivos do feminino na publicação midiática brasileira*, adotam uma perspectiva diacrónica no estudo da representação do feminino, através da análise de quatro décadas de capas da revista Claudia, mostrando como esta representação sofreu evoluções significativas ao longo do tempo.

Ainda no âmbito da construção discursiva da identidade, mas perspectivando um género diferente, Milana Morozova focaliza a *stand-up comedy - Polifonia na Comédia Stand-up Portuguesa: Uma abordagem Sócio-Discursiva para a Construção da Identidade* - analisando mecanismos linguísticos de polifonia de que o comediante tira partido para produzir um efeito humorístico e para exhibir dinamicamente aspetos da sua identidade.

Viviane Costa, em *“Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue”*: *Uma análise sobre a construção do ethos*, trabalha sobre as duas versões da “carta-testamento”, de Getúlio Vargas, em que este deixa clara a razão do seu suicídio, apresentando as diferentes estratégias linguístico-discursivas utilizadas pelo autor na construção do *ethos*.

No artigo *Armada de Dumbledore e brigada inquisitorial: totalitarismo e resistência em Harry Potter*, Luciane de Paula e Giovana Moura oferecem-nos uma perspectiva das estratégias discursivas de dois grupos da saga Harry Potter, a Armada de Dumbledore e a Brigada Inquisitorial, representantes, respetivamente, da resistência e do Estado, e liderados por duas mulheres, Hermione Granger e Dolores Umbridge, que protagonizam, na obra, um verdadeiro embate entre duas vozes sociais.

No artigo intitulado *Linguística do Texto e do Discurso e Linguística Aplicada: Fronteiras e possíveis aproximações*, Bruna Bandeira reflete sobre estas duas grandes disciplinas da Linguística, para propor algumas zonas de fronteira e de confluência entre as mesmas.

Por fim, o volume 10 da Revista REDIS conta ainda com um estudo de Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta - *Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda* - que, partindo de um enquadramento teórico da Historiografia Linguística, procede a uma análise daquele trabalho produzido no Brasil em 1934, explicitando as conceções da língua e do seu ensino, das línguas de sinais, da surdez, do sujeito surdo e de seu processo de ensino-aprendizagem, presentes na obra em questão.

A REDIS 10 publica, assim, um conjunto de dez estudos, integrados no domínio dos estudos do discurso, mas que, simultaneamente, representam a diversidade e multiplicidade de enfoques possíveis nesta área.

Alexandra Pinto

REDIS – Revista de Estudos do Discurso

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Número 10, 2021

Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático *Pedagogia emendativa do surdo-mudo* de Armando de Lacerda

Thinking about education for the deaf in the 1930s: A historiographical analysis of the teaching material *Pedagogia emendativa do surdo-mudo* of Armando de Lacerda

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA
vanessa_gomesteixeira@
hotmail.com com

Centro de Linguística da Universidade do Porto (UIDB/00022/2020)

PALAVRAS-CHAVE:
Educação de surdos;
Brasil;
Historiografia Linguística.

RESUMO: A historiografia da educação de surdos revela que, ao longo da História, houve a implementação de diversos métodos voltados para o ensino de Português no Brasil, relacionados com o contexto histórico em que se inserem. Enquanto algumas metodologias privilegiaram o ensino da língua oral por se acreditar que a fala possibilitaria a integração do sujeito surdo como um elemento útil na sociedade, outras reconheceram o papel fundamental que as línguas de sinais exercem no desenvolvimento cognitivo desse aprendiz.

Levando em contas essas considerações, o presente trabalho, a partir do arcabouço teórico da Historiografia Linguística, tem como objetivo analisar o material didático *Pedagogia emendativa do surdo-mudo* de Armando de Lacerda, produzido no Brasil em 1934. Nesse contexto, o trabalho é organizado da seguinte forma: inicialmente é feita uma breve discussão sobre os conceitos teóricos que auxiliaram a investigação e é detalhado seu percurso metodológico; depois, é contextualizado o momento historiográfico em que se insere a obra de Lacerda (1934); e, por fim, são analisadas as concepções da língua e do seu ensino, das línguas de sinais, da surdez, do sujeito surdo e de seu processo de ensino-aprendizagem presentes na obra em questão.

KEY-WORDS:
Deaf education;
Linguistic Historiography;
Didactic Material Analysis.

ABSTRACT: The historiography of deaf education reveals that, throughout history, several methods aimed at teaching Portuguese in Brazil have been implemented, related to the historical context in which they are inserted. While some methodologies favored the teaching of oral language because it is believed that speech would enable the integration of the deaf subject as a useful element of society, others recognized the fundamental role that sign languages play in the cognitive development of the learner.

Taking these considerations into account, the present work, based on the theoretical framework of Linguistic Historiography, aims to analyze the teaching material *Pedagogia emendativa do surdo-mudo* by Armando de Lacerda, produced in Brazil in 1934. In this context, the work is organized as follows: initially, a brief discussion is made about the theoretical concepts that helped the investigation and its methodological path is detailed; then, the historiographic moment in which Lacerda's work is inserted (1934) is contextualized; and, finally, the conceptions of language and its teaching, of sign languages, deafness, deaf subject and its teaching-learning process are analyzed.

INTRODUÇÃO

Entre os poucos estudos que recontam a história da educação de surdos, temos a investigação de Soares (1996), que, com o objetivo de estudar o Oralismo como método pedagógico na década de 50, contextualizou o desenvolvimento dos métodos educativos para surdos desde o século XVI até a trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) no século XX. Em 2015, a pesquisadora, a fim de compreender as razões pelas quais o ensino dos conteúdos escolares foi colocado em segundo plano na educação de surdos, analisou as propostas educacionais já oferecidas para esses aprendizes no contexto mundial.

Rocha (2009), ao pesquisar sobre as narrativas históricas sobre a educação de surdos no INES, traçou o percurso histórico da instituição e citou fatos importantes que influenciaram as metodologias lá adotadas. A investigação de Witches (2014) dialogou com a proposta de Rocha (2009) e, ao estudar a educação de surdos durante o Estado Novo no Brasil (1937-1945), o autor elencou diversos documentos e acontecimentos do período que influenciaram o ensino para surdos no século XX. Conrad e Barani (2011) apresentaram em seu estudo um detalhado resgate de acontecimentos históricos referentes à educação de surdos no Brasil e no mundo. Nakagawa (2012), ao fazer sua investigação sobre a riqueza da Cultura Surda, contextualizou historicamente a surdez. Pagnez e Sofiato (2014) também trouxeram em sua investigação uma revisão histórica da educação de surdos no Brasil.

Após a leitura atenta desses estudos, nota-se uma lacuna na área relativa a investigações historiográficas que analisem gramáticas, manuais e outros documentos relacionados com processo educacional dos surdos no Brasil no século XX. Isso porque, segundo a literatura científica, grande parte desse período é caracterizada como uma época de forte repressão às línguas de sinais devido à implementação do Oralismo. Além disso, como aponta Soares (2015), a educação de surdos ao longo do século XX, por privilegiar o ensino da língua oral, deixou em segundo plano o ensino dos conteúdos escolares, o que fez com que os surdos ficassem restrin-

gidos aos trabalhos manuais pouco valorizados e impedidos de ter acesso ao ensino superior para constituir uma carreira e, assim, ascender socialmente. A partir dessa problemática, a presente pesquisa adotou como objeto de estudo o ensino de Português para surdos no Brasil na década de 30 do século XX, buscando perceber a relação entre a produção de saber sobre a área e o contexto historiográfico em que ela se insere, como tais propostas influenciaram a produção de materiais para surdos nesse período e qual a relação entre esse passado científico e as perspectivas atuais sobre essa narrativa. Ademais, foi analisado o material didático *Pedagogia emendativa do surdo-mudo* (Lacerda, 1934) – produzido nesse contexto histórico –, que evidenciou, além da perspectiva de língua e de seu ensino, quais eram as concepções existentes antigamente a respeito das línguas de sinais, da surdez, do sujeito surdo e de seu processo de ensino-aprendizagem.

Já em relação à relevância da pesquisa, o presente estudo preencheu lacunas existentes no âmbito teórico. Mesmo com o aumento do número de investigações acerca do ensino de Português para surdos no contexto brasileiro, pesquisas de cunho historiográfico que se aprofundem no século XX ainda são escassas, especialmente voltadas para a análise dos materiais produzidos nesse período. Apesar das mudanças de perspectivas que o ensino para surdos sofreu ao longo do tempo, compreender como se organizavam as propostas no passado e quais eram suas motivações nos ajudam a perceber de maneira mais aprofundada como se constitui a área, evitando concepções reducionistas acerca dos métodos utilizados e afirmações equivocadas sobre a narrativa contada a respeito dessa história.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A pesquisa em questão foi norteadada pela perspectiva teórica da Historiografia Linguística, que, de acordo com Swiggers (2009), é o estudo interdisciplinar cujo objetivo é a interpretação e

explicação do curso evolutivo do conhecimento linguístico. Nesse sentido, o historiógrafo, ao estudar textos em seu contexto intelectual e socioeconômico, tenta descrever, analisar e explicar como se constituiu determinado saber metalinguístico ao longo da história.

Para realizar uma investigação historiográfica, é necessário estudar a história intelectual do período, ou seja, os contextos (histórico, social, científico, filosófico, gramaticográfico, pedagógico, político, religioso, editorial, etc.) nos quais a obra se insere. Com isso, todo conhecimento a respeito do período em que o texto foi escrito ajuda o pesquisador a perceber como era o pensamento da época, já que aquilo que as pessoas pensavam sobre a língua se relaciona com o que elas pensavam do mundo e de si próprias.

Isso porque, como explica Law (2003), a língua reflete a natureza do ser humano e abrange sua diversidade, desde sua base física no trato vocal ou nas ondas sonoras até sua vida na interação humana e seu potencial no conhecimento despertado do invisível e do não dito. Conseqüentemente, as visões sobre a linguagem refletem as visões sobre o indivíduo e o estudo das ideias linguísticas a partir da perspectiva histórica nos permite descobrir, além do saber metalinguístico, como o próprio sujeito era compreendido em determinada época.

Já Altman (2004) comenta que o historiógrafo, com o objetivo de interpretar fenômenos relevantes do período estudado, parte da rede de relações existente entre os agentes, as questões linguísticas e os dados levantados sobre a história intelectual do período de forma que seja contextualizado o clima de opinião da época. Dialogando com tais ideias, Koerner (2014) trabalha com o conceito de clima de opinião: o autor relembra que as ideias linguísticas não se desenvolveram em um vácuo temporal, e sim em contextos socioeconômico e político nos quais circulavam outras correntes intelectuais; nesse sentido, em uma análise historiográfica, o pesquisador deve levar em conta não apenas fatores internos da obra, mas também o pensamento, a ideologia, o contexto cultural e social da época na qual ela se insere, ou seja, o clima de opinião geral do período em questão.

2. METODOLOGIA

Swiggers (2009) afirma que o trabalho historiográfico é constituído por modelos interpretativos com parâmetros de análise linguísticos (internos), que permitem investigar o domínio metodológico em que a obra estudada se enquadra, e não linguísticos (externos), que possibilitam avaliar os agentes, as condições sociopolíticas (domínio contextual) e institucionais (domínio institucional) em que se desenvolveu o material de análise.

No estudo em questão, inicialmente foi investigado como se organiza o domínio contextual da década de 30 no Brasil a partir da análise do clima de opinião da época - estabelecendo relações entre o período, os instrumentos, as políticas e os acontecimentos linguísticos. Já para compreender como se constituem os domínios documental e teórico-metodológico, a obra foi analisada a partir do ponto de vista metodológico, sendo observado: os objetivos do material; qual seu tipo; a metodologia; suas características e organização; os aspectos didáticos e pedagógicos; o posicionamento político-pedagógico do autor; e as etapas do ensino proposto. Com essa análise, foi possível compreender a visão, a focalização e a técnica presentes na obra.

Em seguida, foram analisadas as concepções relativas à Comunidade Surda e como elas são retratadas nas obras. Bastos e Palma (2006) explica que, levando em conta o número de informações presentes nas fontes, torna-se necessário filtrar esses dados a partir de princípios organizadores, determinando as temáticas principais que serão analisadas posteriormente. A referida autora comenta que, muitas vezes, essa seleção é feita pelo pesquisador, que observa quais categorias mais salientes emergem do material de análise. No caso da presente pesquisa, foram investigadas as concepções de cada obra a respeito: do Português e de seu ensino; das línguas de sinais; da surdez, do sujeito surdo e de seu processo de ensino-aprendizagem.

3. HISTORIOGRAFIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS PARA SURDOS NO BRASIL NA ERA VARGAS

Witchs (2014) elucida que o fim do período histórico brasileiro conhecido como República Velha foi marcado pela Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, instaurando um governo provisório assumido por Getúlio Vargas. Este defendia um modelo de Estado intervencionista voltado para modernizar o Brasil, de modo que o país tivesse uma indústria forte, desenvolvimento urbano e uma população com capacidade de consumo.

Nesse contexto, a educação tornou-se um importante elemento para a construção desse novo modelo de sociedade. Bastos e Palma (2006) narram que o governo incentivou a formação técnico-profissional dos trabalhadores urbanos que atuavam nas indústrias e também se preocupou com a educação no ambiente rural, de modo que o êxodo de trabalhadores rurais para as grandes cidades fosse contido. Além disso, inúmeras reformas foram aprovadas nesse período: o Decreto 19.850/31 de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação, cujo propósito era elevar o nível da cultura brasileira e promover o valor intelectual do indivíduo e da educação profissional; o Decreto 19.851/31 de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário; o Decreto 19.852/31 de 11 de abril de 1931, que tratou sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro - atual Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Decreto 19.890/31 de 18 de abril de 1931, que falou sobre a organização do ensino secundário; o Decreto 19.941/31 de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso como disciplina facultativa nas escolas públicas; e o Decreto 20.158/31 de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial. Baalbaki (2019) acrescenta:

Certamente, a escola teve um papel importante na difusão da propaganda estatal. Além dos decretos, houve a expedição de leis orgânicas (nº 4244 e nº 4245, de 1942), promovidas pelo ministro Gustavo Capanema, que faziam funcionar o aparelho escolar. Dito de

outra forma, a política educacional brasileira passou a ser efetivada por meio de leis que ditavam as bases do ensino, regulando tanto o ensino primário quanto secundário. Para ZANDWAIS (2007), na lei orgânica, a língua era considerada o primeiro elemento de organização e conservação da cultura nacional. Dessa maneira, houve a obrigatoriedade de lecionar utilizando a língua portuguesa, com grande ênfase no ensino das habilidades de leitura e de uso linguagem oral, nos aspectos ortográficos e sintáticos da língua nacional. (Baalbaki, 2019, pp. 6-7)

Levando em conta a preocupação com a industrialização existente no período, Bastos e Palma (2006) relatam que os intelectuais e educadores da época visavam formular um ensino voltado para a formação qualificada de trabalhadores para as fábricas. Nesse sentido, em 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que buscava implantar uma política nacional de educação para as cidades. Algumas das ideias defendidas no documento em questão foram a criação da escola pública obrigatória e gratuita e o ensino comum para meninos e meninas. A Escola Nova também rompeu com a escola tradicional no que diz respeito a metodologias: antes o ensino era passivo, realizado por meio da memorização e da repetição livro didático, que funcionava como um depósito da cultura e um resumo do conhecimento sistematizado; nesse novo momento, o ensino passou a se centrar na ação livre e reflexiva do aluno e o material didático começou a ser visto como um instrumento de trabalho e uma fonte para estimular experiências nos aprendizes. Sobre essa questão, Bastos e Palma (2006) comentam:

Na escola tradicional, o estudo pelo livro de texto era muito pouco atraente para o aluno, pois consistia em aprender de memória a lição marcada e reproduzir depois, textualmente, o que foi “aprendido” ou responder às perguntas feitas pelo professor. Nesse processo cansativo, as questões feitas sobre os textos eram óbvias e a falta de interesse pelas histórias lidas tornava as horas destinadas ao estudo aborrecidas para as crianças.

A nova didática adotada pela Escola Nova ou ativa substituiu esse estudo por técnicas mais produtivas e mais eficientes. Em primeiro lugar, o estudo pelo livro, quase sempre, parte de trabalho mais complexo, no decorrer do qual a criança se baseava na leitura para buscar ideias novas, completar os conhecimentos, verificar o aprendido por outra forma ou procurar novos estímulos para o trabalho. (Bastos e Palma, 2006, p. 130)

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA; *Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda / Thinking about education for the deaf in the 1930s: A historiographical analysis of the teaching material Pedagogia emendativa do surdo-mudo of Armando de Lacerda*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 12-38

Bastos e Palma (2006) acrescentam que os pioneiros da Escola Nova provocaram uma reação da Igreja Católica, culminando em um debate sobre a educação brasileira na Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Nessa ocasião, o governo, com o objetivo de conciliar os dois lados e manter o apoio de ambos, buscou contemplar suas propostas; com isso, aprovou o ensino primário obrigatório, gratuito e universal, e também incluiu o ensino religioso nas escolas, além de isentar as escolas idôneas de impostos. Entretanto, Bastos e Palma (2006) analisam que as discordâncias de projetos educacionais dos escolanovistas e da Igreja eram superficiais: ambos estavam preocupados apenas em defender seus interesses, e não questionar as relações sociais desiguais vigentes.

Soares (2015) narra que, no primeiro ano da Era Vargas, o doutor Armando de Lacerda - médico prestigiado na área científica voltada para a reeducação auditiva - se tornou diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM). Nesse período, o Instituto passou a selecionar os alunos por meio de testes de capacidade mental, auditiva e linguística, tendo como meta verificar a inteligência dos aprendizes a partir de sua aptidão para a linguagem oral. Segundo a pesquisadora, os surdos eram classificados em quatro grupos, levando em conta o tipo de surdez, o resíduo auditivo e o conhecimento sobre a linguagem: os semi-mudos, os semi-surdos propriamente ditos, os surdos incompletos (ou semi-surdos) e os surdos-mudos completos. Os semi-mudos eram aqueles que haviam perdido a audição entre dois e sete anos de idade e ainda conservavam restos de linguagem. Os semi-surdos propriamente ditos eram aqueles que apresentavam resíduos auditivos e fragmentos de linguagem. Os surdos incompletos (ou semi-surdos) eram aqueles que apresentavam resíduos auditivos, mas não fragmentos de linguagem. Os surdos-mudos completos, maior parte dos aprendizes do Instituto, eram aqueles que não apresentavam resíduos auditivos nem fragmentos de linguagem. No caso do último grupo, era recomendado um ensino baseado na escrita, que funcionaria como um recurso na comunicação.

Em 1934, Armando de Lacerda publicou a obra *Pedagogia emendativa do surdo-mudo*, um livro que abordava questões relativas ao método de ensino utilizado no Instituto na época.

Em tal obra, ele propôs o Método Acústico Oral, que associava exercícios acústicos com orais ao trabalhar com o visual, o tátil e a audição. Seu ensino era realizado por meio de experiências visuais, nas quais os alunos eram inicialmente expostos a objetos, seres e coisas com sua respectiva definição e depois deveriam qualificar e relacionar esses elementos, de modo que pudessem exteriorizar o pensamento por meio da oralidade ou da escrita. Soares (2015) afirma que o autor nunca apresentou uma descrição de tais exercícios, entretanto Rocha (2008) retrata a seguinte descrição do cotidiano das aulas realizadas naquele período:

A sala de aula dos anos 30 era diferente da dos dias de hoje. Não havia carteiras individuais, mas uma mesa longa retangular com capacidade para oito alunos. O repetidor ficava em uma das laterais repetindo as lições dadas pelo professor mais “gabaritado”. Este ficava no outro canto da sala, numa pequena mesa, tomando a lição de um aluno por vez. O foco era o desenvolvimento da linguagem e o ensino não era organizado por disciplinas. A professora Léa descreveu uma atividade do repetidor: o professor gabaritado dava-nos instruções diárias de ensinar, por exemplo, o nome dos objetos, os pronomes e os verbos mais usados.

O ensino era diferenciado e dividido em: Linguagem Escrita, Linguagem Oral (Leitura Labial) e Linguagem Oral/Auditiva, oferecida aos que tivessem resíduo, ministrada pelo professor Brasil Silvado Jr.

Os estudos chegavam ao fim quando o aluno dominava uma profissão, das muitas oferecidas nas oficinas da Instituição, como: encadernação, sapataria, alfaiataria, modelagem e marcenaria. (Rocha, 2008, pp. 69-70)

Apesar de utilizar diferentes procedimentos, Lacerda (1934) visava à oralização e defendia que era a linguagem oral que facilitava a inclusão social da criança surda, pois proporcionava sua interação com os ouvintes e a possibilidade de exercer um tipo de ocupação profissional. No entanto, não era a favor do ensino oral exclusivo devido ao fato de alguns aprendizes, embora tivessem inteligência, não apresentarem aptidões nem idade favorável para a oralização:

Os surdos-mudos brasileiros, cujo número atual e cuja distribuição pelo nosso território ainda não conhecemos com precisão, vivem na sua maioria espalhados pelo interior e pertencem a famílias econômica e culturalmente mal aquinhoadas. Frequentemente os pais de uma criança surda só vêm a saber que é possível dar-lhe educação adequada

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA; *Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda / Thinking about education for the deaf in the 1930s: A historiographical analysis of the teaching material Pedagogia emendativa do surdo-mudo of Armando de Lacerda*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 12-38

quando a mesma já tem 10, 12, ou 14 anos. É ainda possível enviá-la ao Instituto, onde fará o aprendizado de uma profissão manual, que a tornará um cidadão útil, e ser-lhe-á ainda possível adquirir algum conhecimento da nossa língua, mas só pelos métodos silenciosos, só no seu aspecto gráfico. O ensino oral seria infrutífero em tais casos. E a idade predominante dos candidatos à matrícula provenientes do interior é entre 10 e 12 anos. Vê-se, pois, que é um problema que só a propagação da instrução e de certo bem estar econômico entre as nossas populações campestres, o que é uma função também do tempo, poderá resolver satisfatoriamente. (DASP - Separata da Revista do Serviço Público, 1942, p.20 *apud* Rocha, 2009, pp. 112-113)

Por isso, o pesquisador trabalhava também com o Método Escrito. Nesse cenário, a escrita era vista como uma modalidade de ensino destinada àqueles que não conseguiam ter acesso à fala. Soares (2015) reflete que, nesse período, a inteligência do aprendiz era diretamente associada com sua capacidade em aprender a língua oral, fenômeno diferente do que acontecia na educação para ouvintes, em que a escola se propunha ensinar a instrução por meio da escrita.

Soares (2015) contextualiza que o final da década de 30 ocorreu o golpe de Estado em 1937 e o início do Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas, que ficou no poder até 1945. No Instituto, destacou-se a chegada de Geraldo Cavalcanti de Albuquerque em 1935, um importante nome para a área no Brasil e idealizador do Método Oral Global Natural Dedutivo Direto, cujo foco era o desenvolvimento da linguagem.

A gestão de Armando de Lacerda no Instituto terminou em 1947, durante o mandato do presidente Eurico Dutra. Rocha (2008) conta que o Governo Dutra, com o objetivo de frear o crescimento do Partido Comunista do Brasil, conseguiu o apoio do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional para cassar o mandato de Luis Carlos Prestes e seus colaboradores. Devido ao seu apoio ao partido comunista, o doutor Armando foi exonerado do cargo e a direção do Instituto foi assumida por Antônio Carlos Mello Barreto, o que causou a revolta de muitos alunos e professores na instituição.

No dia 05 de outubro de 1950, ocorreu uma rebelião de um grupo de alunos do Instituto contra o diretor Mello Barreto. Rocha (2009) relata que o jornal *O Globo* levantou algumas hipóteses para explicar o motivo desses atos: uma revolta pela possível vitória de Getúlio Vargas para a presidência da República, os maus tratos infligidos pelos inspetores ou até mesmo uma manifestação contra a prisão do doutor Armando Lacerda, que na época foi colaborador de Luís Carlos Prestes.

4. PEDAGOGIA EMENDATIVA DO SURDO-MUDO DE ARMANDO DE LACERDA (1934)

O livro *Pedagogia emendativa do surdo-mudo* de Armando de Lacerda foi publicado em 1934. A obra tem 28 páginas e é organizada pelas seguintes partes: *Linguagem (na criança normal e no surdo-mudo)*, *Didática especial no Instituto (método oral)*, *Instinto da palavra*, *Princípio de seleção (critério selecionador do surdo-mudo e capacidade mental do surdo-mudo)*, *Método acústico-oral e Tipos fundamentais (semi-surdos propriamente ditos, semi-mudos)*.

O autor inicia seu manual descrevendo sua visão a respeito da educação dos surdos. Segundo Lacerda (1934), apesar de o aprendiz surdo se encontrar em uma “situação de inferioridade em relação à criança normal” (Lacerda, 1934, p. 2), é possível que ele receba uma educação intelectual e profissional, que depende do seu maior ou menor grau de inteligência apresentado. Essa educação apresenta dois objetivos: a aprendizagem da linguagem oral, que possibilita que o surdo se desenvolva intelectualmente e atinja o mesmo nível social dos considerados normais, e a habilitação profissional, que permite que esse aprendiz viva do seu trabalho e alcance a autonomia. Como Lacerda (1934) explica:

Adquirindo um vocabulário artificial por intermédio dos sentidos supletivos habilmente dirigidos e desenvolvidos com o fim de corrigir a deficiência auditiva, ele consegue colocar-se em condições mais vantajosas para a sua atuação no seio da sociedade. É óbvio que essa atuação se acha na dependência da aquisição maior ou menor dos elementos de cultura indispensáveis, inclusive o aprendizado de ofícios que, como dissemos, fornece ao aluno os recursos para a conquista da sua independência econômica. (Lacerda, 1934, p.7)

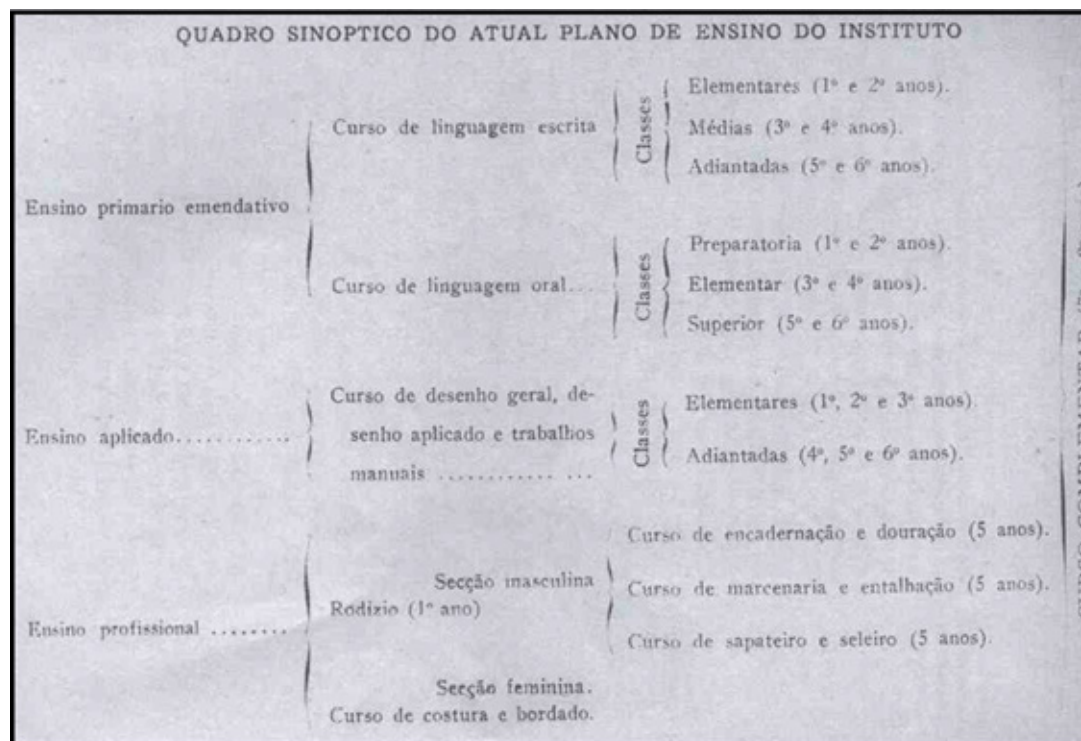
Na visão do autor, o surdo, por meio do trabalho, poderia alcançar sua independência e, dessa forma, deixaria de “representar valores negativos no seio da sociedade” (Lacerda, 1934, p. 5). Essa perspectiva dialoga com o período em que a obra se contextualiza: no início da década de 30, Getúlio Vargas assumiu o poder e incentivou a formação técnico-profissional da população em prol da modernização do país.

De acordo com o pesquisador, o foco do ensino na oralidade justifica-se devido ao fato de a linguagem possibilitar que o sujeito desenvolva a inteligência e de ela “ser um fenômeno de adaptação por meio do qual o indivíduo se comunica com o meio, e sem o qual regride no seu estado fisiológico e na sua condição psicológica e social, isolando-se dos seus semelhantes” (Lacerda, 1934, p. 6). Nesse sentido, o investigador propõe em sua metodologia um ensino de vocabulário a partir de experiências e ações do aprendiz em que, inicialmente, os alunos têm contato com objetos, seres, ações e coisas com suas respectivas definições para que depois tais elementos sejam qualificados e relacionados, de modo que “as sensações supletivas, impressionando o cérebro, permitam a exteriorização do pensamento, por meio da palavra falada ou escrita” (Lacerda, 1934, p. 7). Após o ensino desse vocabulário objetivo, os aprendizes têm acesso a um vocabulário subjetivo por meio da fixação de imagens mentais, que permite a exteriorização do pensamento por meio das palavras falada e escrita. Por fim, é realizado o ensino das disciplinas componentes do curso primário quando eles tiverem bagagem linguística suficiente.

Em relação aos conteúdos escolares, ainda que o autor não detalhe essa temática, ele sugere - em colaboração com o ensino profissional desde as classes elementares - um ensino aplicado, que trabalha com noções de desenho geral e de trabalhos manuais, além de abranger a educação sensorial e motora, a apuração e desenvolvimento da capacidade de observação e a imitação. Nesse contexto, a proposta de ensino do Instituto se organizava da seguinte forma:

Figura 1 - Plano de ensino do Instituto

Livro *Pedagogia Emendativa do surdo-mudo*, página 9.



Apesar de priorizar o ensino da língua oral, Lacerda (1934) reconhece que, levando em conta as aptidões apresentadas pelo educando, a didática especial do Instituto deveria trabalhar também com o método escrito. Isso porque, mesmo relacionando a inteligência do aprendiz com a sua capacidade em aprender a fala, ele contraditoriamente assume a existência de dificuldades nesse processo apresentadas por alunos que “apesar de inteligentes, não possuem idade favorável ou aptidões especiais reveladas nas provas selecionadas” (Lacerda, 1934, p. 11). Por essa razão, o diretor não era adepto ao uso do método oral exclusivo e comenta que o Instituto adotou em sua metodologia “o preceito da pedagogia moderna da adaptação do

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA; *Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda / Thinking about education for the deaf in the 1930s: A historiographical analysis of the teaching material Pedagogia emendativa do surdo-mudo of Armando de Lacerda*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 12-38

método ao aluno e da máxima elasticidade na organização dos programas” (Lacerda, 1934, p. 11), buscando se aproximar da visão educativa dos escolanovistas da época, que defendiam o ensino centrado na ação livre e reflexiva do aluno.

O autor explica que a adoção do método escrito teve como influência as ideias apresentadas por Bartolomé Ayrolo - diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Buenos Aires (Argentina) - na Primeira Conferência Nacional de Assistência Social (Buenos Aires, Argentina). Esse diretor defendeu no evento a criação de um departamento para o trabalho exclusivo com a escrita em casos de alunos que apresentassem dificuldades no entendimento da palavra articulada e da leitura labial, incentivando o ensino do que se adaptasse melhor às necessidades do aprendiz surdo. Lacerda (1934) comenta que, assim como o professor Ayrolo, também recomendou a divisão das seções orais e escrita em dois departamentos em sua proposta de reforma do Instituto elaborada em março de 1931, porém esse projeto foi negado devido a questões orçamentárias. Isso acabou gerando lacunas na execução de um plano de ensino no Instituto que fosse voltado para os alunos surdos que apresentassem dificuldades na aprendizagem da língua oral.

No que diz respeito à seleção de alunos, Lacerda (1934) inicialmente defende que a organização de turmas com alunos surdos se baseava na idade mental dos aprendizes, o que era fundamental para garantir a homogeneidade que suavizaria a tarefa educativa. Apesar de reconhecer que é uma tarefa difícil a classificação da inteligência dos surdos por esta apresentar oscilações, o pesquisador diferencia os tipos de surdez e explica como essas diferenças afetavam a inteligência do surdo:

A diferença estabelece-se, desde logo, entre o surdo congênito e o acidental. A criança que adquiriu a surdez aos cinco anos, por exemplo, e que perdeu o uso da palavra por falta de uma educação especial, precocemente iniciada, tornou-se depositária de um grande número de representações acústicas que influem, como é natural, sobre sua vida ideativa. Não há dúvida de que o seu caso, como fazer ver Jansen e Kobrak, é psicologicamente distinto daquele que jamais recebeu excitações sonoras do mundo exterior.

Por outro lado faz-se mister distinguir, ainda no interesse educativo, o surdo-mudo orgânico, verdadeiro, enfermo da audição hereditário ou acidental, cujo desenvolvimento intelectual se próxima do normal, daquele cuja lesão do aparelho auditivo pré ou post natal se encontra associada a outras taras, enfermidades ou degenerescências. Estes últimos reúnem no mesmo indivíduo a deficiência sensorial e a psíquica, nos seus diferentes graus e aspétos. (Lacerda, 1934, p. 14)

O autor também aborda a importância de outros campos científicos - a fisiologia, a psicologia e a terapêutica - para o ensino de alunos surdos, pois tais áreas ajudaram a estabelecer critérios para a categorização desses aprendizes levando em conta o tipo de surdez apresentado e a terapêutica acessível em cada caso. A partir desses critérios, eram aplicados testes para a seleção dos alunos do Instituto:

Tendo por base os índices da capacidade mental obtidos por meio de testes adequados, da capacidade auditiva fornecidos pela pesquisa dos vestígios da audição, e da capacidade linguística pelas demais pesquisas dos fragmentos de linguagem articulada, constitui base sólida para a classificação dos tipos fundamentais e sua respectiva admissão nos cursos de linguagem escrita e oral. (Lacerda, 1934, p. 14)

Segundo Lacerda (1934), estudos anteriores - como os de Denker, Schwendt e Wagner, Schmiegelow, Hays, Itard, Bezold, Urbantschitsch, Zund-Burguet e Parrel - comprovavam que a maioria dos surdos apresentava uma audição rudimentar e defendiam que a surdez absoluta era uma exceção na maior parte dos casos. Com isso, a justificativa para a aplicação dos testes e para a pesquisa de resíduos auriculares era a constatação de que o desenvolvimento acústico era um fator decisivo na demutização do sujeito surdo. Por outro lado, ao contrário do que esses estudos afirmavam, Lacerda (1934) comenta, em outro momento da obra, que a grande maioria de alunos no contexto do Instituto era constituída por surdos completos, que “não distinguem de nenhum modo a voz, ainda mesmo os sons mais elementares pronunciados fortemente junto ao ouvido” (Lacerda, 1934, p. 23).

De acordo com o diretor do Instituto, os testes propostos buscavam não somente medir a inteligência do aprendiz surdo, como também observar suas aptidões para a aprendizagem da

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA; *Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda / Thinking about education for the deaf in the 1930s: A historiographical analysis of the teaching material Pedagogia emendativa do surdo-mudo of Armando de Lacerda*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 12-38

língua oral. Eles eram calculados de acordo com a adaptação da escala Binet, proposta pelo doutor holandês Herderschéé, que avaliava o suposto quociente mental dos aprendizes surdos: aqueles que apresentassem um quociente menor que setenta eram considerados com inteligência sub-normal e excluídos do Instituto; aqueles que alcançassem quociente no valor a partir de setenta eram considerados aptos para o ensino emendativo; e aqueles que obtivessem um quociente maior do que cem nos testes eram considerados detentores de uma inteligência favorável para o aproveitamento das várias disciplinas, como mostra o quadro a seguir:

Tipos	Resíduos auditivos	Fragmentos de linguagem articulada	Classificação	Ensino emendativo — Conhecimento da linguagem.
1º	—	—	Surdos-mudos completos.	Método escrito. (Sinaes gráficos e digitaes).
2º	+	—	Surdos incompletos.	Método acústico oral. (Associação dos exercícios acústicos aos oraes).
3º	+	+	Semi-surdos propriamente ditos.	Método acústico oral.
4º	—	+	Semi-mudos	Método oral. (Exercícios de articulação e leitura labial).

Figura 2 -Classificação dos alunos surdos do Instituto

Livro *Pedagogia Emendativa do surdo-mudo*, página 16.

Lacerda (1934) em sua obra classifica os surdos em quatro tipos: os surdos-mudos completos, os surdos incompletos (ou semi-surdos), semi-surdos propriamente ditos e semi-mudos. Como já referido anteriormente, os surdos-mudos completos são totalmente privados da audição e da palavra e não distinguem nenhum som, nem aqueles mais elementares pronunciados

fortemente junto ao ouvido; nesses casos, recomendava-se o curso de linguagem escrita cujo método de ensino era o escrito datilológico com a leitura global nas turmas avançadas. Já os surdos incompletos (ou semi-surdos) apresentam vestígios auditivos, podendo perceber ruídos, sons simples instrumentais e até a distinção das vogais; para esse grupo, era utilizado o ensino auricular por meio de exercícios orais e da associação da voz aos meios instrumentais. Os semi-surdos propriamente ditos conseguem articular e possuem uma audição bem mais extensa, o que possibilita que eles adquiram o uso relativo da palavra e um vocabulário, ainda que limitado; esses alunos eram considerados os casos ideais para o método acústico-oral, em que seriam trabalhados exercícios demutizadores com o objetivo de ampliar o limitado campo auditivo, enriquecer o restrito vocabulário e corrigir os vícios de emissão e articulação desses aprendizes. Por fim, os semi-mudos são aqueles que perderam a audição após terem aprendido a falar e ainda possuem rudimentos de linguagem articulada; por apresentarem condições muito favoráveis ao desenvolvimento da oralidade, esses aprendizes eram direcionados para o curso de linguagem oral com exercícios lábio-lógicos (ensino a partir da palavra) e atividades de fonação.

No que diz respeito ao método empregado, o diretor argumenta que, após a identificação de vestígios auditivos aproveitáveis no sujeito surdo, era necessário desenvolvê-los metodicamente por meio do emprego da voz nua e de meios instrumentais para que o aprendiz conseguisse diferenciar os sons vocais, perceber as entonações da voz e desenvolver sua articulação. Lacerda (1934) também descreve o método acústico-oral empregado pelo Instituto, que trabalhava com o auxílio prévio ou simultâneo da articulação e da leitura labial na educação do ouvido. O autor defende que esse auxílio mútuo entre as vias de penetração da palavra - visual, tátil e auditiva - fornece ao cérebro diferentes tipos de imagens que se associam e se completam.

Sobre os conteúdos escolares, o autor revela que “seria realizado o ensino das disciplinas componentes do curso primário quando esse aprendiz tivesse bagagem linguística suficiente”. Novamente, ele não detalha como seria esse ensino, o que reforça a ideia de que não era pensado um processo educacional voltado para o ensino de conteúdos escolares para os surdos.

4.1. CONCEPÇÃO DE LÍNGUAS, LÍNGUAS DE SINAIS E PORTUGUÊS E SEU ENSINO

Lacerda (1934) defende em sua obra que o conhecimento da linguagem possibilita o desenvolvimento intelectual do sujeito surdo, pois “aprendendo, em suma, a linguagem materna e a exprimir o seu pensamento por meio dos valores que a constituem o surdo desenvolve simultaneamente suas funções cerebraes, ainda mesmo as mais complexas”. (Lacerda, 1934, p. 7). Na concepção do autor, o Português oral era a língua materna do surdo e promovia sua inclusão social.

O pesquisador parece reduzir a linguagem apenas à língua oral e, com isso, ele relaciona em alguns momentos do manual a inteligência do surdo exclusivamente à sua maior ou menor possibilidade em ser oralizado, como se observa no caso dos testes mentais - cujo quociente era medido baseado na presença ou na ausência de resíduos auditivos no surdo e na sua maior ou menor possibilidade em aprender a fala. Contraditoriamente, em outros trechos, o estudioso reconhece que havia no Instituto alunos inteligentes que apresentavam dificuldades em serem oralizados.

Como a língua oral era considerada a melhor via de acesso aos conteúdos escolares naquele período, havia uma relação direta entre saber a língua oral e aprender os conteúdos, como se observa no trecho: “A possibilidade de maior ou menor aproveitamento das várias disciplinas quase sempre coincide com um quociente mental mais ou menos favorável” (Lacerda, 1934, p. 19). Logo, quanto maior fosse a possibilidade de o surdo aprender a fala, maior acesso ele teria à instrução. A única alternativa para a oralidade era o método escrito, utilizado com os alunos que apresentassem dificuldades com o treinamento auditivo. Entretanto, apesar de o investigador comentar que havia adaptação do método e dos programas para atender às necessidades do aluno, o ensino por meio da escrita era visto de forma secundária em relação ao ensino oral, sendo sugerido apenas para aqueles surdos que não conseguissem aprender a oralidade.

Já em relação à sua concepção de ensino, Lacerda (1934) explica que o projeto educativo do Instituto era constituído por “uma parte didática especial, emendativa, conjugada ao ensino primário, e outra de carácter profissional que completa a obra educativa, fornecendo ao aluno elementos de atuação na vida prática” (Lacerda, 1934, p. 5). Para a realização de sua proposta, ele sugere que os surdos fossem separados em classes levando em conta suas especificidades, de modo que fosse suavizada a “tarefa educativa muito mais difícil e ingrata em relação a estas crianças que se apresenta na prática” (Lacerda, 1934, p. 13). Nesse contexto, observa-se que o trabalho com o surdo era visto como uma tarefa árdua que se aproximava de um sacrifício para o professor – como evidenciado no trecho “os esforços nunca demais lembrados de uma pleiade de admiráveis experimentadores, (...) que venceram com sobrehumana tenacidade os maiores obstáculos” (Lacerda, 1934, p. 22).

Segundo o diretor, a pedagogia emendativa tinha como principal objetivo “suprir falhas decorrentes da anormalidade, buscando adaptar o educando ao nível social dos normais” (Lacerda, 1934, p.6). Devido a essa visão de ensino, o autor defende a colaboração de outras áreas médicas - como a Fisiologia, a Psicologia e a Terapêutica -, pois elas seriam de grande importância para “a cura pedagógica aos processos emendativos da educação” (Lacerda, 1934, p. 13).

Uma das principais preocupações presentes na proposta do pesquisador é a atuação do surdo na sociedade; por isso, sua proposta pedagógica buscava fornecer meios para que esse sujeito pudesse ser produtivo e autônomo. Nesse sentido, o autor justifica a importância dos dois objetivos de seu ensino: a aprendizagem da língua oral - que possibilitaria ao surdo “um entendimento mais regular com os indivíduos normais e, portanto, mais favorável situação social” (Lacerda, 1934, p. 8) - e a aprendizagem dos ofícios, que forneceria a ele “os recursos para a conquista da sua independência econômica” (Lacerda, 1934, p. 7).

Nesse contexto, o diretor do Instituto caracteriza as línguas de sinais como uma “prática elementar da expressão muscular ou gesticulada” (Lacerda, 1934, p. 6). Ele parece enxergar os

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA; *Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda / Thinking about education for the deaf in the 1930s: A historiographical analysis of the teaching material Pedagogia emendativa do surdo-mudo of Armando de Lacerda*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 12-38

sinais como uma forma de comunicação limitada, a qual o surdo recorre por ser “privado do uso da palavra articulada” (Lacerda, 1934, p. 6) e não conseguir “definir e interpretar as formas e manifestações ambientes” (Lacerda, 1934, p. 6).

4.2. CONCEPÇÃO DE SURDEZ, SUJEITO SURDO E PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Em relação à concepção de surdez, Lacerda (1934) a define como uma “lesão do aparelho auditivo pré ou post-natal” (Lacerda, 1934, p. 15) e a relaciona com “enfermidades” (Lacerda, 1934, p. 15) e “degenerescências” (Lacerda, 1934, p. 15). Ele também se refere à surdez como uma “anormalidade” (Lacerda, 1934, p. 15), uma “deficiência auditiva” (Lacerda, 1934, p. 7), uma “deficiência funcional” (Lacerda, 1934, p. 15) e uma “deficiência sensorial” (Lacerda, 1934, p. 25).

Ela é considerada a causa de o sujeito surdo não aprender a língua oral naturalmente, o motivo da sua mudez, a razão do seu isolamento, uma doença e a responsável pelas dificuldades do sujeito surdo - como seu sofrimento, suas barreiras linguísticas e seu atraso cognitivo. De acordo com o autor, essa condição seria a responsável por diversas dificuldades do surdo e, por tal razão, o ensino proposto teria como objetivo “suprir falhas decorrentes da surdez” (Lacerda, 1934, p.6), ainda que o autor não desenvolva quais falhas seriam essas.

A partir dessa perspectiva, o surdo é denominado como “surdo-mudo” (Lacerda, 1934, p. 5), “anormais auditivos” (Lacerda, 1934, p. 5), “anormais da palavra” (Lacerda, 1934, p. 12); “enfermo da audição” (Lacerda, 1934, p. 13) e “hipoacústicos” (Lacerda, 1934, p. 22) - termo utilizado pelo médico Jean Itard para se referir aos surdos que podiam utilizar a audição residual na aprendizagem da fala. Em diferentes momentos da obra, o investigador relaciona o conceito de normalidade com a capacidade do indivíduo em poder ouvir/falar, como no trecho

em que o estudioso afirma que “dentro da sua anormalidade, o surdo-mudo orgânico pode ser considerado normal” (Lacerda, 1934, p. 15) e assume que esse aprendiz apresenta elevado nível de inteligência devido à sua maior facilidade em aprender a fala.

Outra preocupação presente na obra é a separação dos sujeitos surdos em categorias de acordo com o tipo de surdez e inteligência que apresentavam. O estudioso inicialmente diferencia o surdo congênito do surdo acidental e também distingue o surdo-mudo orgânico do surdo de tipo associado. Além disso, o pesquisador, por meio da avaliação com os testes mentais, classifica os surdos em sub-normais, normais e supra-normais, além de dividi-los em quatro tipos fundamentais: os surdos completos, os surdos incompletos, os semi-surdos propriamente ditos e os semi-mudos.

Além da diferenciação entre os sujeitos supostamente anormais e aqueles considerados normais, outras duas concepções presentes na obra são: a do sujeito surdo como semelhante ao ouvinte e a do sujeito surdo como inferior ao sujeito ouvinte. Lacerda (1934) em alguns momentos de sua obra parece enxergar o surdo em nível de igualdade ao ouvinte, como no trecho em que afirma que “Como qualquer criança o surdo-mudo possui o instinto da palavra” (Lacerda, 1934, p. 8); em contrapartida, também afirma que a condição do sujeito surdo o coloca em uma “situação de inferioridade em relação à criança normal” (Lacerda, 1934, p. 5). Também ao comentar que o objetivo de sua proposta era “adaptar o surdo ao nível dos normais”, o pesquisador parece hierarquizar tais indivíduos.

Por fim, em relação ao processo de ensino-aprendizagem do surdo, Lacerda (1934) afirma que esse sujeito se encontra em uma “situação de inferioridade em relação à criança normal” (Lacerda, 1934, p. 5), provavelmente por não saber a língua oral. Como o autor desenvolve:

Na criança normal tudo contribui para que se processe do melhor modo possível a formação e o desenvolvimento da linguagem e da inteligência. Daí levar para a escola um capital inicial que se revela de grande utilidade logo as primeiras solicitações dos mestres. Esse capital precioso falta inteiramente ao surdo-mudo, colocando-o em situação des-

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA; *Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda / Thinking about education for the deaf in the 1930s: A historiographical analysis of the teaching material Pedagogia emendativa do surdo-mudo of Armando de Lacerda*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 12-38

vantajosa. Privado do uso da palavra articulada pela deficiência das sensações acústicas não lhe é possível definir e interpretar as formas e manifestações ambientes, recorrendo à prática elementar da expressão muscular ou gesticulada. À sua imaginação torna-se, desta maneira, extremamente pobre no período inicial da sua vida intelectual. Falta ao seu cérebro ensombrado, adormecido, o contacto da centelha divina que ilumina a inteligência. (Lacerda, 1934, p. 6)

Por outro lado, o estudioso reconhece em outro momento da obra que “desde cedo (o surdo) é suscetível de receber, por meios adequados, uma educação que, desenvolvida, subseqüentemente vai ao ponto de se tornar relativamente ampla” (Lacerda, 1934, p. 5). Dialogando com o pensamento intelectual do século XX - que considerava que o surdo, apesar de se encontrar em uma situação de dificuldade, era capaz de aprender -, o pesquisador afirma que o sujeito surdo é capaz de ser educado, porém essa instrução está condicionada à habilidade manual do indivíduo e ao seu suposto grau de inteligência - exclusivamente relacionado à maior ou menor possibilidade de aprender a língua oral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta as características e organização da obra *Pedagogia emendativa do surdo-mudo* de Armando de Lacerda (1934), conclui-se que se trata de um livro teórico voltado para a defesa do ensino da língua oral. Para justificar o método acústico-oral utilizado no Instituto, o autor cita estudos de diversos autores e utiliza dados estatísticos para justificar a pesquisa de resíduos auriculares e a aplicação dos testes mentais.

Ao analisar qual seria o objetivo principal da educação dos surdos no século XX, observa-se a defesa pela autonomia desses sujeitos, de maneira que eles pudessem se tornar úteis para a sociedade da época. Levando em conta essa preocupação, as propostas pedagógicas dos educadores da época buscavam fornecer meios para que esse indivíduo pudesse ser produtivo,

autônomo e útil para a sociedade. Nesse sentido, a proposta pedagógica de Lacerda (1934) é organizada a partir de dois pilares: o ensino da língua oral - que permitiria o sujeito surdo se desenvolver cognitivamente, interagir e se integrar ao seu meio – e o ensino de um ofício - que forneceria a ele recursos para entrar no mercado de trabalho e alcançar sua independência econômica.

Na obra em questão, o autor parece relacionar a capacidade do sujeito surdo à sua capacidade em desenvolver a língua oral. Os próprios testes mentais aplicados no Instituto, apesar de terem como objetivo avaliar a inteligência do aluno, mediam seu quociente de inteligência exclusivamente a partir de seus resíduos auditivos e da sua maior ou menor possibilidade de aprender a fala. Tendo em conta que naquele período as línguas de sinais não tinham seu status linguístico reconhecido, a oralidade era vista não somente como a única maneira de desenvolver a linguagem no sujeito surdo como também a via de acesso exclusiva aos conteúdos escolares. Além disso, mesmo a proposta de Lacerda (1934) levando em conta a escrita como auxiliadora no processo de aprendizagem da língua oral, seu ensino é menos valorizado em comparação à oralização, já que a escrita só era utilizada no caso dos alunos que não conseguiam aprender a fala. Logo, quanto maior a dificuldade desse aprendiz no processo de oralização, mais tardio e limitado era seu acesso a uma linguagem e, conseqüentemente, à escolarização.

Observa-se também a inconsistência na defesa de um método voltado para o ensino da língua oral quando o próprio autor assume que a maioria dos alunos do Instituto era constituída por surdos completos, que “não distinguem de nenhum modo a voz” (Lacerda, 1934, p. 23). Apesar de o autor afirmar que adota uma metodologia baseada na adaptação do método ao aluno surdo e da máxima elasticidade na organização dos programas, essa suposta flexibilidade no ensino mostra-se apenas aparente, já que seu principal objetivo era o ensino da fala para esse aprendiz.

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA; *Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda / Thinking about education for the deaf in the 1930s: A historiographical analysis of the teaching material Pedagogia emendativa do surdo-mudo of Armando de Lacerda*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 12-38

REFERÊNCIAS

Albres, N. de A. (2005). *A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190866>

Altman, C. (2004). Filologia e Linguística - outra vez. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 6, 161-198. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i6p161-198>

Baalbaki, A. C. (2019). Ensino Língua Portuguesa para surdos no Estado Novo: por uma história das Ideias Linguísticas. *Linguarum Arena: Revista do Programa Doutoral em Didáctica de Línguas da Universidade do Porto*, 10, 23-38. <https://doi.org/10.21747/16478770.10.6508>

Bastos, N. B., & Palma, D. V. (2006). *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna.

Conrad, K. R., & Barani, E. (2011). Educação e Surdez: Um Resgate Histórico pela Trajetória Educacional dos Surdos no Brasil e no Mundo. *RVCSD - Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade*, 8, pp. 1-19.

Koerner, E. F. (2014). *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Braga: Estúdio de Artes Gráficas.

Lacerda, A. de. (1934). *Pedagogia emendativa do surdo-mudo: considerações gerais*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello e Cia.

Law, V. (2003). *The history of Linguistics in Europe. From Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nakagawa, H. E. (2012). *Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8801/1/ulfl128697_tm.pdf

Pagnez, K. S., & Sofiato, C. G. (2014). O estado da arte de pesquisas sobre a educação de surdos no Brasil de 2007 a 2011. *Educar em Revista*, 52, pp. 229-256.

Rocha, S. M. (2008). *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos (2ª ed.)*. Rio de Janeiro: MEC/INES.

ANACHORETA, VANESSA GOMES TEIXEIRA; *Pensando a educação para surdos na década de 30: Uma análise historiográfica do material didático Pedagogia emendativa do surdo-mudo de Armando de Lacerda / Thinking about education for the deaf in the 1930s: A historiographical analysis of the teaching material Pedagogia emendativa do surdo-mudo of Armando de Lacerda*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 12-3

Rocha, S. M. (2009). *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)*. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coleção Digital PUC-RIO. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=13970@1>

Soares, M. A. (1996). *O Oralismo como método pedagógico Contribuição ao estudo da História da Educação do surdo no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253234>

Soares, M. A. (2015). *A educação de surdo no Brasil*. Campinas: Autores Associados.

Swiggers, P. (2009). La Historiografía de la Lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, 1(1), pp. 67-76.

Witchs, P. H. (2014). *A educação de surdos no estado novo: práticas que constituem uma brasilidade surda*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Repositório Digital da Biblioteca UNISINOS. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4758>

Linguística do Texto e do Discurso e Linguística Aplicada: Fronteiras e possíveis aproximações

Text and Discourse Linguistics and Applied Linguistics: Borders and possible approaches

BANDEIRA, BRUNA
bruna_bandeira@hotmail.com

Mestra em Linguística pela UFPE (Brasil), doutoranda em Linguística pela NOVA FCSH, sob orientação da Profa. Dra. Maria Antónia Coutinho, e bolsista da FCT (número de referência 2020.07501.BD), fundação que tem apoiado financeiramente este estudo.

PALAVRAS-CHAVE:
Texto;
Enunciação;
Discurso;
Inter/trans(in)disciplinaridade;
Epistemologias de fronteira.

RESUMO: Este artigo reflete sobre duas grandes disciplinas da Linguística para identificar os limites e as confluências de seu escopo de atuação. De um lado, a chamada Linguística do Texto e do Discurso tem produzido um amplo trabalho de reflexão sobre as práticas linguísticas baseadas na produção e recepção de textos/discursos. De outro lado, a Linguística Aplicada tem investigado problemas socialmente relevantes relacionados às diversas formas de uso da linguagem. Em ambas, portanto, o objeto de análise é a língua em uso. Nesse sentido, este artigo pretende delinear fronteiras e possíveis aproximações entre essas duas disciplinas, evidenciando como pesquisas linguísticas situadas em epistemologias de fronteira podem se apoiar em ambas, beneficiando-se de suas contribuições e igualmente contribuindo para um avanço recíproco. Para isso, este estudo apoia-se principalmente nas reflexões de Coutinho (2019), Miranda (2010), Maingueneau (2005), Koch (2004), Bentes (2001), Moita Lopes (2009), Fabrício (2006), Celani (2004) e Rajagopalan (2003, 2018).

KEY-WORDS:
Text;
Enunciation;
Discourse;
Inter/trans(in)disciplinary;
Border epistemologies.

ABSTRACT: This paper reflects on two complex disciplines of Linguistics to identify its limits and concurrences. On the one hand, the so-called Linguistics of Text and Discourse has produced wide-ranging reflections on linguistic practices based on the production and reception theory of texts and discourses. On the other hand, Applied Linguistics has investigated social issues related to the different forms of linguistic use. In both fields, the object of analysis is the language in use. This paper intends to outline possible boundaries as well as simultaneity between these two disciplines. The purpose is to show how linguistic researches situated in border epistemologies can rely on both trends, benefiting from their approaches while also contributing to a reciprocal advance. For this purpose, this study is based mainly on the reflections of Coutinho (2019), Miranda (2010), Maingueneau (2005), Koch (2004), Bentes (2001), Moita Lopes (2009), Fabrício (2006), Celani (2004) e Rajagopalan (2003, 2018).

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe-se o desafio de discorrer sobre duas disciplinas¹ demasiado complexas em um espaço relativamente limitado de discussão como o que se apresenta. Contudo, há um propósito claro ao propor traçar fronteiras e aproximações entre a Linguística do Texto e do Discurso (LTD) e a Linguística Aplicada (LA): tentar delinear possíveis congruências entre elas, evidenciando como pesquisas linguísticas situadas em epistemologias de fronteira podem se apoiar em ambas, beneficiando-se de suas contribuições e igualmente contribuindo para um avanço recíproco.

Em tempos em que a inter, multi e a transversalidade reinam nos mais diferentes discursos das mais diversas esferas da atividade humana, é importante colocá-las em prática também, e talvez principalmente, no fazer ciência. Exaltar tais valores não significa propor a extinção de uma das disciplinas nem a fusão de ambas, e sim demonstrar que os problemas que lhes são comuns podem ser mais bem solucionados se se aceitarem contribuições que não sejam conflitantes, mas antes complementares. De acordo com Fonseca (1994):

A garantia de especificidade de uma disciplina não reside, como muitas vezes se crê e pratica, no simples traçar de fronteiras rígidas a demarcar os temas de que pode ocupar-se; reside antes no facto de que pode abordar problemas comuns a outras disciplinas sem deixar de o fazer de acordo com a sua perspectiva própria. (Fonseca, 1994, p. 88)

Não será feita, portanto, a defesa de que a LTD ou a LA não tenham perspectivas próprias. Apenas tentar-se-á mostrar como em alguns pontos essas perspectivas podem confluír para a solução de problemas comuns. O objetivo deste artigo é, portanto, traçar fronteiras e possíveis aproximações entre essas duas disciplinas, procurando demonstrar em que medida elas podem se beneficiar reciprocamente e, em simultâneo, fazer avançar cada uma na sua especialidade.

Com esse propósito, metodologicamente este artigo procede a uma retomada teórico-diacrônica de ambas as disciplinas e, posteriormente, a uma análise qualitativa de al-

1. Considera-se neste artigo *disciplina* como um espaço social de legitimação do conhecimento e, ao mesmo tempo, um lugar lógico de construção de argumentos. De acordo com Maingueneau (2005, p. 89): “As disciplinas são indissociáveis de comunidades de investigadores que partilham interesses comuns, trocam informações, participam de forma privilegiada nos mesmos acontecimentos (colóquios, mesas redondas, jornadas de estudo, júris de tese, ...) e figuram nas mesmas redes de referências bibliográficas”.

2. Sabe-se que, em certos contextos acadêmicos e científicos, pode-se considerar que a LTD não corresponde propriamente a uma área disciplinar (monolítica), mas a um enquadramento de teorias e abordagens tidas como relevantes e mesmo necessárias para dar conta dos objetos que são os textos e os discursos, como é o caso da Linguística Textual, das Teorias da Enunciação e das Análises do Discurso de linha francesa ou inglesa, por exemplo. Mas, conforme explicitado na nota de rodapé 1, este artigo optou por considerá-la como um lugar social de legitimação do conhecimento sobre esses objetos de investigação, portanto como uma disciplina.

3. Poderiam ser consideradas, obviamente, outras escolas/teorias, nomeadamente a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). No entanto, essa escola, embora tenha inequívocos pontos de contato com as perspectivas referidas (LT, TE e AD), apresenta-se sobretudo como uma escola (no sentido forte de escola “autônoma”, se assim se pode dizer). Veja-se, por exemplo, como a Análise Crítica do Discurso ou a Análise Multimodal do Discurso, que poderiam ser também perspectivas a ter em conta, correspondem, em última análise, a correntes que se autodenominam da LSF.

guns objetos de investigação da LTD e da LA e de algumas linhas de pesquisa de cursos de pós-graduação da LA brasileiros para tentar delinear fronteiras e possíveis aproximações. Dito de outro modo, primeiramente esboça, em forma de breve histórico, os campos de atuação tanto da LTD quanto da LA, evidenciando desde o surgimento até as tendências mais atuais para, somente depois, estabelecer não só as suas especificidades, mas também as suas possíveis zonas de confluência. Tal retomada histórica justifica-se pela importância em se compreender minimamente como tais disciplinas foram concebidas e com quais objetivos, pois somente assim é possível compreender também suas atuais propostas e reconfigurações, ou seja, seu funcionamento mais recente, em tempos de realidades e identidades moventes, ou em constante transição, como será visto mais adiante.

1. A LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO: MÚLTIPLOS ESTUDOS SOBRE O USO DA LÍNGUA

O que hoje se consolidou como Linguística do Texto e do Discurso engloba uma série de correntes teóricas que surgiram com uma intenção comum: a de alargar os estudos linguísticos para além dos limites da frase, chegando ao objeto texto ou discurso. No entanto, a depender da perspectiva teórica, a própria definição de *texto e discurso* pode ser bastante díspare e essas diferenças nem sempre ficam tão claras.

Nesse sentido, uma breve retrospectiva histórica ajuda a compreender a consolidação da LTD e as atuais tendências e movimentos epistemológicos surgidos dentro dessa disciplina². Sem a preocupação de traçar uma cronologia exata - até porque muitas reflexões são concomitantes, algumas perduram até hoje e outras atravessam certas discontinuidades -, o que por ora será apresentado é um resumo de algumas das principais ideias e teóricos tanto da Linguística Textual (LT) quanto das Teorias Enunciativas (TE) e da Análise do Discurso de linha francesa (AD)³ para que depois sejam apresentadas algumas tendências hodiernas a serem postas em confronto com as advindas da LA.

A LT surge na Holanda e na Alemanha no final dos anos 1960, inicialmente com a preocupação da *análise transfrásica*, isto é, de explicar “fenômenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas que ficassem limitados ao nível da frase” (Bentes, 2001, p. 247), como a anáfora, as propriedades textuais do artigo e o problema da elipse ou da repetição. Linguistas como Halliday e Hasan (1976), por exemplo, partiam da frase para o texto observando as relações semânticas entre termos lexicais.

Neste âmbito [no quadro da perspectiva funcional da frase], constitui obra de referência *Cohesion in English* – que Halliday e Hasan publicam em 1976. Entendida como uma relação semântica que se verifica em qualquer texto, a coesão corresponde, para os autores, a uma componente essencial da textura (“texture”), sem a qual, em vez de *texto*, haveria antes um “não-texto”. (Coutinho, 2019, p. 28)

Todavia, a ausência de uma abordagem enunciativo-pragmática levou a uma insuficiência dessa noção de *coesão* e logo percebeu-se que as relações semânticas entre termos lexicais eram impossíveis de serem traçadas porque assim estar-se-ia condenando o texto a “uma simples soma de significantes das frases que o constituem” (Bentes, 2001, p. 249). Surgem, portanto, na década de 1970 os projetos das *gramáticas textuais*, nos quais os pressupostos gerativistas exerceram grande influência, sobretudo pelas consequências da noção de *competência textual*. Nesse momento, quando o texto era tomado como sistema fechado passível de explicação, o discurso, ao contrário, era percebido como uma “unidade funcional”:

[...] as primeiras gramáticas textuais representaram um projeto de reconstrução do texto como um sistema uniforme, estável e abstrato. Neste período, postulava-se o *texto* como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao *discurso*, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída. (Bentes, 2001, p. 249) [grifos da autora]

Importava então a linguistas textuais como Dressler e van Dijk determinar os princípios de constituição do texto, os fatores responsáveis por sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade; levantar critérios para a sua delimitação; e diferenciar as várias espécies de texto (Koch, 2004). Em última instância, buscava-se identificar e descrever as condições de

uma boa formação textual. O texto, diferente do discurso, era, assim, um sistema uniforme e estável, passível de ser segmentado e dentro do qual cada categoria linguística desempenharia um papel. Nesse sentido, destacam-se os estudos de Beaugrande (1980) e Beaugrande & Dressler (1981) sobre os conhecidos sete critérios da textualidade: por um lado, as propriedades centradas nos sujeitos, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade; por outro, as centradas no próprio texto, coesão e coerência. Esta última propriedade, aliás, é destacada das demais pelos autores, que a consideram como resultado da construção dos sujeitos em situações de comunicação, o que para Koch (2004) contribui para uma visão cognitivista da LT.

Embora algumas dessas perspectivas ainda possam ser encontradas dentro de alguns quadros teóricos da LT (Coutinho, 2019), a preocupação com a pragmática levou à tendência hoje mais consolidada de considerar o contexto como fundamental à noção de texto, dando impulso às chamadas *teorias do texto*, que, de certa forma, inauguram um novo paradigma dentro da LT.

Nota-se, portanto, que é possível traçar *grosso modo* uma distinção entre duas tendências que marcaram o desenvolvimento das “linguísticas textuais”: por um lado, as perspectivas que reduzem o texto a um objecto abstracto definível em termos puramente linguísticos - na acepção mais restrita do termo -, incluindo aqui as Análises Transfrásicas e as Gramáticas Textuais, e por outro lado, as perspectivas que de forma mais ou menos embrionária ou mais ou menos desenvolvida aceitam (e procuram vias para lidar com) a complexidade dos objectos reais que são os textos: as Teorias do Texto. (Miranda, 2010, p. 30)

Tida atualmente como uma “disciplina essencialmente interdisciplinar” (Bentes, 2001, p. 252), buscando apoio, por exemplo, na Sociologia, na Psicologia e na Teoria da Comunicação, a LT toma a produção textual como uma atividade verbal consciente e interacional, isto é, os falantes de uma língua agem por meio de atos de fala com intencionalidades definidas e contando com a participação dos seus interlocutores na compreensão e construção do texto. Ao trabalhar com a construção de sentidos, a LT tem refletido sobre leitura, produção e análise

textual observando o funcionamento da língua em uso com dados autênticos, porém sem uma preocupação descritivista. Elencando algumas posições aceitas por diversas correntes da LT atualmente, Marcuschi (2008) comenta:

A LT dedica-se a domínios mais flutuantes ou dinâmicos, como observa Beaugrande (1977), tais como: a concatenação de enunciados, a produção de sentido, a pragmática, os processos de compreensão, as operações cognitivas, a diferença entre os gêneros textuais, a inserção da linguagem em contextos, o aspecto social e o funcionamento discursivo da língua. Trata-se de uma *linguística da enunciação* em oposição a uma *linguística do enunciado* ou do *significante*. (Marcuschi, 2008, p. 75) [grifos do autor]

Paralelamente a esta última vertente da LT, surge, nos anos 1980 e 1990, uma diversidade de abordagens teóricas que passa a trabalhar com o conceito de *enunciação*. Em comum, está o fato de considerarem o sujeito que enuncia. As chamadas Teorias da Enunciação são, portanto, um conjunto de estudos que veem a língua da perspectiva do sujeito que dela se apropria para se constituir enquanto tal, para falar e dialogar no mundo. São estudos diversos que tentam, cada um a seu modo, compreender as relações entre sujeito, enunciados e sentidos, a exemplo dos desenvolvidos por Bally, Benveniste, Ducrot, Voloshinov, Bakhtin, Authier-Revuz.

Considerado por muitos como o fundador da enunciação enquanto campo de estudo na linguagem em uma época em que ainda prevalecia o estruturalismo⁴, Benveniste (1966, 1974) desenvolve uma teoria que articula estrutura da língua e sujeito, sendo fundamental em sua obra a importância que dá à (inter)subjetividade e às instâncias das pessoas do discurso (o par reversível “eu-tu”). Sobre esse autor, particularmente interessa às reflexões desenvolvidas neste artigo a distinção inicial que fez entre dois planos de enunciação, a *enunciação histórica* e o *discurso*, e sua ulterior revisão.

Para ele, enquanto a enunciação histórica se referia a acontecimentos passados (como se falassem por si sós), o discurso supunha sempre o envolvimento de sujeitos enunciadores. Nas suas palavras, traduzidas por Coutinho (2019):

4. Sobre a revisão do complexo posicionamento saussuriano e o reconhecimento de sua orientação interacionista social, conferir Coutinho (2019).

É preciso compreender discurso na sua mais larga extensão: qualquer enunciação que suponha um locutor e um ouvinte, e a intenção, por parte do primeiro, de influenciar o segundo de alguma forma (Benveniste, 1966, p. 241-242 *apud* Coutinho, 2019, p. 21).

Mas se discurso designa apenas o “aqui e agora enunciado por alguém”, o que seria então o já enunciado, também por alguém (diga-se), no passado? Seria um “não-discurso”? Certamente o próprio Benveniste (1974) levou a questão em conta quando alargou a concepção de *discurso* em texto posterior, tornando-o inseparável da *enunciação*. “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (Traduzido de Benveniste, 1974, p. 81 *apud* Coutinho, 2019, p. 21). Desta feita, ao considerar o discurso como língua em ação, o autor dá sua contribuição à consolidação de uma *linguística de uso*, em contraposição à chamada *linguística do sistema* até então em voga.

Como aponta Joaquim Fonseca, é possível distinguir dois grandes paradigmas no panorama dos estudos linguísticos, que o autor refere como “Linguística do Sistema e Linguística do Uso/Funcionamento do Sistema” (Fonseca, 1994, p. 95). De forma muito sintetizada, podemos dizer que a primeira aparece metodologicamente vinculada ao princípio de imanência: abstraindo de quaisquer valores contextuais, pretende dar conta do plano estritamente linguístico. A segunda, que rejeita o princípio da imanência, está associada à descrição das produções linguísticas em contexto - ficando por isso em análise, também, a componente comunicacional que lhes é inerente. (Coutinho, 2019, pp. 19-20)

Porém, se as TE de uma forma geral deram seu contributo (e sem dúvida, continuam dando) no sentido de ultrapassar os limites da *linguística do sistema* por remeter à linguagem assumida pelo sujeito falante - ou, em outras palavras, por considerarem que, através das marcas linguísticas, os sujeitos se inscrevem na língua -, as chamadas Análises do Discurso estenderam ainda mais esses limites ao reconhecer o processo histórico e ideológico em que os sujeitos constituem seus discursos e, por isso mesmo, a língua.

Igualmente diversas e complexas, as Análises do Discurso englobam uma série de investigações sob variadas perspectivas linguísticas, que compartilham a percepção de que, no discurso, os sentidos se constituem através da língua na sua relação com a exterioridade e a historicidade

ou, melhor dizendo, o sujeito do discurso se apropria dos sentidos a partir de determinada condição de produção. Na impossibilidade de dar conta de tamanha diversidade de vertentes teóricas, este artigo foca na AD de linha francesa⁵ (doravante AD), em que se pode destacar o contributo fundador de Michel Pêcheux. Esse autor considera o *discurso*, que se materializa no texto pela língua, como o efeito de sentido entre os lugares ocupados pelos sujeitos. Dessa forma, na perspectiva da AD, pode-se dizer que o texto é uma unidade de análise; e o discurso, o objeto dessa análise.

A noção de sujeito na AD é distinta da encontrada nas TE. Para estas, o sujeito enunciador é consciente e estrategista, controlando de alguma forma o que diz. Já para a AD, o sujeito apenas imagina-se como dono do próprio dizer, pois é interpelado pela ideologia e pelo inconsciente. De maneira não intencional, esse sujeito da AD produz discursos através da apropriação de elementos do interdiscurso (os já-ditos), mostrando sua adesão a determinada formação discursiva (FD). Ao analista do discurso cabe, portanto, interpretar saberes aos quais esse sujeito se vincula por meio da FD da qual participa.

Para defender que o sujeito não é a fonte nem a origem do que diz, Pêcheux (1975) formula a teoria dos dois esquecimentos, segundo a qual o sujeito esquece que seu discurso é produzido em relação ao já-dito, ao pré-construído, e acredita que é ele próprio o ponto de partida do que diz (esquecimento número 1); e tem a ilusão de que pode expressar, na materialidade linguística, exatamente o que tem a intenção de dizer, ignorando os elementos da ordem do inconsciente e da ideologia, que se cruzam em seu discurso, tecendo uma rede de sentidos (esquecimento número 2).

Antes de concluir este tópico, cabe um esclarecimento fundamental, uma vez que uma leitura desatenta desse breve retrospecto pode levar a entender que a noção de *texto* estaria somente para a LT, a de *enunciado* para as TE, assim como a de *discurso* estaria somente para a AD. Todavia, como se tentou argumentar no início deste artigo, tais conceitos são usados sob perspectivas diversas dentro da “fronteira” da LTD.

5. Além da AD francesa, existem diversos estudos da chamada AD anglo-americana, cujo principal expoente é Harris e que, de certo modo, possuem uma perspectiva mais intervencionista sobre o discurso.

Estas três noções têm, como sabemos, desenvolvimentos históricos de certa forma paralelos (uma vez que os trabalhos textuais, enunciativos e discursivos podem ser observados como classes de abordagens diferenciadas e com percursos próprios), mas apresentam, porém, cruzamentos indiscutíveis. (Miranda, 2010, p. 56)

Nesse sentido, este artigo pretende reforçar a convicção de que as noções de *texto*, *enunciação* e *discurso* continuam ainda hoje a não ser completamente consensuais (conforme evidencia a bibliografia selecionada) e ensinam, por vezes, até mesmo contradições. Porém, do ponto de vista científico, acredita-se que importa conhecer as diferentes possibilidades de forma que se possa lidar com elas de modo claro e sem ambiguidade e que se possa fazer opções e mantê-las coerentemente.

Uma breve problematização a respeito das noções de *texto* e *discurso* será apresentada neste espaço a título de exemplificação da complexidade do tema e na tentativa de eliminar uma leitura não autorizada pelo que aqui se expõe. A conhecida fórmula proposta por Adam em 1990 - discurso = texto + condições de produção, ou texto = discurso - condições de produção - é base, como se sabe, para uma série de reflexões da LT, principalmente nas fases da análise transfrásica e das gramáticas de texto, que tomam o texto como uma estrutura linguística independente dos contextos de uso⁶. No entanto, de acordo com Coutinho (2019), também a AD se insere nessa perspectiva:

De uma forma geral, e apesar de se inscreverem num paradigma de linguística do uso, também as perspectivas de Análise do discurso (de linha francesa) e a própria Linguística do texto tendem a considerar o texto como um objeto (estritamente) linguístico: os discursos, enquanto práticas socio-historicamente estabelecidas, deixam-se apreender através da materialidade linguística dos textos (orais ou escritos). Compreende-se, neste posicionamento, o esforço para dissociar texto e discurso, atribuindo ao segundo o caráter extralinguístico (contextual e socio-histórico) e reservando ao primeiro o estatuto de objeto (estritamente) linguístico. (Coutinho, 2019, p. 29)

Para a autora, mesmo na igualmente conhecida reformulação de Adam (1999), que tenta colocar o texto no campo das práticas discursivas, considerando portanto o contexto dentro

6. Representam uma “descontinuidade” nesse retrospecto as reflexões sobre texto de P. Hartmann e S. Schmidt, conforme atesta Coutinho (2019).

do conjunto mais amplo chamado *discurso*, “o texto permanece como a materialidade linguística da comunicação (ainda que não amputada do contexto em que ocorre)” (Coutinho, 2019, p. 31). Assim, mantém-se a distinção discurso (prática contextualizada) *versus* texto (objeto linguístico).

Como não cabem neste espaço reflexões mais aprofundadas sobre o tema, resta apenas concordar com Marcuschi (2008, p. 81), para quem “não é interessante distinguir *rigidamente* entre texto e discurso, pois a tendência atual é ver um contínuo entre ambos com uma espécie de condicionamento mútuo” (grifo meu). E ainda mais, atestar que não somente os conceitos em si são “confundidos”, como também as próprias correntes teóricas LT e AD.

Sabe-se que “a análise do discurso é um domínio de investigação cada vez mais activo no mundo inteiro” (Maingueneau, 2005, p. 83), porém ainda é comum confundi-la com a LT ou mesmo estabelecer uma falsa oposição entre ela e a linguística limitada à frase, como se todo estudo que tomasse em conta o contexto da enunciação pudesse ser enquadrado na AD. Por isso, esclarece Maingueneau (2005), o discurso não é “um objeto empírico dado” única e exclusivamente à AD, afinal outras disciplinas também se ocupam dele, olhando-o obviamente por outros prismas, como a Sociolinguística, a Retórica (estudo da argumentação) e a Análise Conversacional, por exemplo. Assim,

[...] é preciso não confundir a nebulosa da *linguística do discurso* com a *análise do discurso*, sendo a segunda apenas uma das componentes da primeira. O interesse que preside à análise do discurso é apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social: o seu objecto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas o que as liga através de um modo de enunciação específico. Pensar os lugares independentemente das palavras que eles tornam possíveis e que as tornam possíveis, ou pensar as palavras independentemente dos lugares de que são parte integrante, seria ficar aquém das exigências que fundam a análise do discurso, na medida em que os dispositivos enunciativos se relacionam ao mesmo tempo com o verbal e com o institucional. (Maingueneau, 2005, p. 85)

Feitos tais esclarecimentos, é chegado o momento de aproximação da outra grande disciplina objeto de reflexão neste artigo: a Linguística Aplicada.

2. A LINGUÍSTICA APLICADA: MÚLTIPLAS TEORIAS E PRÁTICAS SOBRE/PARA A LINGUAGEM

Não se pode ignorar que temas referentes ao ensino de línguas foram uma preocupação constante desde tempos imemoriais. Especula-se, por exemplo, que o primeiro compêndio teorizando sobre o assunto tenha sido escrito em 1632 por Jan Amos Comenius no livro *O portão destrancado das línguas*. No entanto, no campo da Linguística, voltando seu interesse inicial ao desenvolvimento de materiais para o ensino de línguas, principalmente estrangeiras, a Linguística Aplicada tem sua origem nos anos 1940, durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Rees-Miller (2003), o termo Linguística Aplicada data dos anos 40 do século passado nos Estados Unidos e já era associado ao ensino e aprendizagem de língua, com papel fundamental da Universidade de Michigan e a publicação do periódico *Language Learning: a Journal of Applied Linguistics* (Magalhães, 2019, p. 753).

O fato é que o ensino de línguas é um campo de investigação antigo e bastante fértil e, embora tenha sido a base da LA, hoje não é mais a sua única preocupação. Moita Lopes (2009) mostra como a LA evoluiu da “aplicação da Linguística” à “Linguística Aplicada indisciplinar”, traçando um percurso que vai desde o seu surgimento até sua consolidação e atual estado de renovação. Essa disciplina se inicia, para o autor, como resultado dos avanços da Linguística enquanto ciência no século XX, época em que o estruturalismo exercia influência também sobre outras áreas das ciências humanas, a exemplo da Antropologia, da Semiologia e da Literatura. Já nos anos 1960, seu foco de interesse se amplia para questões relativas à tradução. Daí decorrem duas compreensões para a concepção inicial da LA como “aplicação da Linguística”, de igual modo como vinha ocorrendo com a aplicação do estruturalismo em outras ciências: de um lado, aplicava-se a Linguística à descrição das línguas; e de outro, ao ensino de línguas, notadamente estrangeiras, com prevalência do inglês.

Tal concepção “aplicacionista” perdurou ainda com o advento da Linguística Gerativo-Transformacional, durante os anos 1970 e início dos anos 1980, a despeito do ceticismo de sua validade para o ensino assumida pelo próprio fundador de tal teoria. No final dos anos 1970, Widdowson (1979), ao escrever alguns artigos em *Explorations in Applied Linguistics*, propõe a independência da LA, defendendo a necessidade de uma teoria linguística para a LA e marcando o que Moita Lopes (2009) chama de “primeira virada: da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada”. Na verdade, o que Widdowson propunha era que a LA fosse uma área de mediação entre a teoria linguística e o ensino de línguas, reconhecendo ainda que os tipos de conhecimentos importantes para a investigação dos processos de ensino necessitavam ir além do que a Linguística (tanto do sistema como do uso) podia oferecer, recorrendo, por exemplo, à Psicologia Cognitiva e à Sociologia, daí a percepção da relevância da interdisciplinaridade.

De qualquer forma, antes dessa “primeira virada”, os estudos da LA estavam totalmente apoiados nos desenvolvidos pela Linguística, afinal “[...] era perfeitamente compreensível na época (e, do ponto de vista estratégico, até justificável) que os primeiros linguistas aplicados buscassem se apoiar na linguística teórica ou linguística geral” (Rajagopalan, 2003, pp. 77-78). A aura de “ciência” de que era revestida a Linguística garantia vultosas quantias investidas em pesquisas na área durante as décadas de 1960 e 1970, sobretudo nos Estados Unidos. Hoje sabe-se que, por trás desse investimento, estava a esperança de que tais pesquisas contribuíssem de alguma forma com os interesses estratégicos e militares do país.

Nos anos 1970-80, surgiram associações como a Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA), mais precisamente em 1973, e publicações como a *Applied Linguistics* (1980), o que levaria o campo de atuação da LA para além do ensino de língua. “No Brasil, há uma série de artigos publicados nos anos 1980-90, quando se pode dizer que a LA brasileira começa a tomar força, que seguem tal caminho [da interdisciplinaridade]” (Moita Lopes, 2009, p. 16). Porém, cumpre ressaltar que, apesar do relativo pioneirismo nesse sentido — contemporaneamente, a interdisciplinaridade tornou-se uma espécie de truísmo em várias áreas do conhecimento —, ainda hoje muitos trabalhos em LA carecem dessa orientação.

Celani (2004) explica que, até bem pouco tempo, a LA era vista como uma disciplina que articulava múltiplos domínios do saber, mantendo um diálogo constante com vários campos do conhecimento que tinham, de algum modo, preocupação com a linguagem, a exemplo da Linguística, Tradução, Filosofia, Psicologia do Desenvolvimento, Análise Crítica do Discurso, Análise do Discurso, Análise da Conversação, Etnografia da Fala, Distúrbios da Comunicação, Pedagogia, História, Ergonomia, Sociolinguística, Comunicação Institucional, Etnografia da Escola, Psicologia Cognitiva, Psicolinguística. Tratava-se, portanto, de uma “integração de saberes” e, por isso, a LA era necessariamente multi/pluri/interdisciplinar.

Para Moita Lopes (2009), esse caráter interdisciplinar só se deu com a chamada “segunda virada”, quando a LA começa a investigar em contextos institucionais diferentes do escolar. Ou seja, quando amplia seu campo de atuação: sai de contextos de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (principalmente o inglês, embora ainda preponderante) e tradução e passa a pesquisar também em contextos de ensino-aprendizagem de língua materna, na área dos letramentos, e de outras disciplinas do currículo, além de outros contextos institucionais em que a linguagem e os problemas dela decorrentes se mostravam essenciais, como mídia, empresas, delegacia de polícia, clínica médica, etc.

A contribuição de teorias socioculturais na linha de Vygotsky, Voloshinov e Bakhtin foram essenciais nesse sentido, uma vez que colocaram a linguagem em um lugar preponderante para se compreender tanto a construção do conhecimento quanto a vida em sociedade. Essa mudança é perceptível nos estudos da LA quando se começa a entender a linguagem como constitutiva da vida institucional e “o interesse passa a ser ‘a situacionalidade cultural, institucional e histórica da ação humana’ (Wertsch, 1991, p. 8), que é levada a termo pelo discurso/interação. Uma percepção que só pode ser incorporada à LA por conta de seu olhar interdisciplinar” (Moita Lopes, 2009, p. 18).

Hoje, sustenta Celani (2004), passamos do caráter interdisciplinar ao transdisciplinar, já que

não se trata mais de uma “integração de saberes”, e sim de uma “interação de saberes” requerida pela LA ao propor um objeto de estudo.

Não se buscam contribuições de outras áreas, mas sim a participação ativa de pesquisadores das áreas envolvidas, a fim de se dar conta da problematização que a abordagem do objeto de estudo proposto provoca em cada área (Serrani, 1990). Novos espaços de conhecimento são gerados, passando-se, assim, da interação das disciplinas à interação dos conceitos e, daí, à interação das metodologias. A transdisciplinaridade se realiza em uma problemática *transversal, através e além* e se dissolve em seu objeto (Faure, 1992) (Celani, 2004, p. 133).

Deriva desse caráter transdisciplinar da LA o surgimento de diversas dificuldades e tensões para os que trabalham com ela. Afinal, desenvolver uma atitude transdisciplinar requer, acima de tudo, abertura de espírito, tolerância e disposição tanto para conviver com a incerteza e o risco quanto para promover a troca e cooperação.

Essa transdisciplinaridade é também objeto de reflexão de outros linguistas aplicados. Moita Lopes (2009) chama de “LA indisciplinar” o que Fabrício (2006) prefere batizar de “LA da desaprendizagem”. O que ambos apontam, no entanto, é para a necessidade de repensar a LA enquanto ciência social à luz de questões que sejam responsivas às práticas sociais vivenciadas atualmente, quando sujeitos sociais experimentam uma hiper-semiotização e uma mobilidade de pessoas, textos, discursos e línguas cada vez maior, graças a mudanças tecnológicas, culturais, econômicas e históricas.

Para Moita Lopes (2009), essas fronteiras fluidas da “modernidade recente” ou “modernidade em transição” (Moita Lopes e Fabrício, 2019) não autorizam, entretanto, a prescindir de teorizações sobre a linguagem, mas mostram que elas podem não vir do campo de estudos linguísticos ou ainda podem ser construídas nos entrecruzamentos disciplinares. O autor também alerta que se deve ter clareza da necessidade de não separar política de pesquisa e que a questão ética deve permear todas as práticas, uma vez que nem todos os significados podem ser tidos como válidos. O principal desafio do “trabalho indisciplinar” é colocado nos seguintes termos:

Atravessar fronteiras no campo do conhecimento, assim como na vida, é expor-se a riscos. Mas um desafio que se deve encarar com humildade e com a alegria de quem quer entender o outro em sua perspectiva. A posição na fronteira é sempre perigosa, já que quem está além da fronteira é aquele que vai se apropriar do nosso conhecimento, vai falseá-lo ou usá-lo incorretamente. Mas ele pode ser também aquele que vai nos fazer refletir, pensar de outra forma ou ver o mundo com um outro olhar. Em sociedades que se constituem cada vez mais de forma mestiça, nômade e híbrida, não seriam as *epistemologias de fronteira* essenciais para compreender tal mundo? (Moita Lopes, 2009, p. 22) [grifo meu]

Fabrício (2006) afirma que vivemos uma época de deslocamentos, desconcertos e constantes transições. Para ela, “existir’ seria existir sempre em movimento, em meio a oscilações entre continuidades e rupturas” (Fabrício, 2006, p. 46). Assim, como pesquisadora da LA, procura responder à questão de como a ideia de trânsito permanente vem afetando as teorizações contemporâneas sobre as práticas discursivas. Para dar conta disso, apoiada em vários autores contemporâneos, lista uma série de fenômenos e características comuns aos nossos tempos, como: transnacionalização das dimensões política e econômica; exacerbação do tripé mercado-técnica-individualismo, geradora de uma sociedade de excessos (sobrecarga de informação, mercadologização da vida social e cultural, hiperindividualismo, onipresença da mídia); compressão espaço-tempo; mescla de discursos e práticas tradicionalmente pertencentes a domínios bem definidos; novas configurações de sujeitos decorrentes das relações de consumo, do imperativo social e moral da imediatividade do prazer, do culto à aparência e ao corpo produtivo, saudável e tecnologizado, da tendência à diminuição da reflexividade e da interioridade como valores; desvalorização de compromissos comunais e consequente privatização das ações; e crescente declínio e despolitização do espaço público, decorrente do esvaziamento do seu sentido moral.

Assim, a adoção de pontos de vista simplistas e explicações causais não dão mais conta da atual realidade dos fenômenos sociais, complexos por natureza. Por isso, a busca por novas epistemologias para pensar práticas sociais, entre elas (e talvez a principal porque perpassa todas as outras) a discursiva.

O reconhecimento da complexidade dessa “trama movente” que caracteriza os nossos dias vem afetando *parte da produção de conhecimento na área de LA* [...] Esses estudos abordam a linguagem conectada a um conjunto de relações em permanente flutuação, por entender que ela é inseparável das práticas sociais e discursivas que constroem, sustentam ou modificam as capacidades produtivas, cognitivas e desejantes dos atores sociais. Assim, a tendência de muitos estudos contemporâneos em LA é focalizar a linguagem como prática social e observá-la em uso, imbricada em ampla amalgamação de fatores contextuais (Fabrício, 2006, p. 48) [grifos meus]

“Parte da produção de conhecimento” da LA porque a autora leva em conta que alguns trabalhos ainda consideram a linguagem como objeto autônomo (e isso tanto no chamado “núcleo duro” da Linguística quanto na LA), e não imbricado em um conjunto de problematizações que é próprio dos fenômenos sociais. Ao considerar, no entanto, este último posicionamento, qual seja o de encarar a linguagem como prática social, “parte” da LA encontra-se em um momento de revisão de suas bases epistemológicas para dar conta de: estudar também sociedade e cultura porque são parte constitutiva e constituinte da linguagem, considerar as práticas discursivas com suas escolhas ideológicas e políticas produzindo diferentes efeitos no mundo social e levar em conta a multiplicidade de sistemas semióticos em jogo no processo de construção de sentidos.

A reconfiguração da LA como prática reflexiva e interrogadora, segundo Fabrício (2006), demanda uma agenda política, intervencionista/transformadora e ética. Mas, acima de tudo, consciente das naturais persistências e discontinuidades do pensamento científico e, por isso mesmo, atenta para não incorrer na substituição de cânones, ou seja, na “construção de novas certezas” no processo de embate de ideias. E é nesse sentido que alguns trabalhos têm caminhado ao propor a LA como uma prática questionadora “que, assumindo abertamente suas escolhas ideológicas, políticas e éticas, submete a reexame e a estranhamento contínuos não só as suas construções, como também os ‘vestígios’ de práticas modernas, iluministas ou coloniais nela presentes” (Fabrício, 2006, pp. 50-51).

Seguindo esse rumo, muitos trabalhos da LA (Borba, 2016; Freitas e Moita Lopes, 2019; Melo e Moita-Lopes, 2014; Carvalho, 2013; Camargo, 2019), sem desprezar os conhecimentos consagrados, têm voltado seu olhar também para as margens do sistema globalizado, dando voz a negros, homossexuais, mulheres, pobres, migrantes, latino-americanos, organizações “invisíveis”, periferias e países subdesenvolvidos, não para “salvá-los” da exclusão, mas para buscar novas possibilidades de significação e organização da experiência não comprometidas com lógicas e sentidos históricos viciados. Trata-se da LA que aposta no “diálogo transfronteiras”.

Assim como na LTD, dentro da “fronteira” da LA, pela diversidade de estudos que engloba, há uma série de discussões sobre seus limites e confluências. Talvez a maior delas seja justamente em relação ao seu pertencimento (ou não) à própria Linguística (onde estaria situada a LTD). Sobre esse aspecto, opina Rajagopalan (2018):

A Linguística Aplicada, tanto no Brasil como lá fora, já passou da fase de submissão à assim chamada “disciplina mãe”, a Linguística Teórica. Entretanto, vira e mexe, ainda se encontram alguns pesquisadores que não conseguem se desvencilhar completamente das preocupações originais do campo, dentre as quais a vocação para tocar o segundo violão *ad eternum*. Mas, da minha parte, não resta nenhuma dúvida de que a Linguística Aplicada já se encontra plenamente emancipada como um campo em sua plenitude, com sua *raison d'être* assegurada, suas próprias bases onto-epistemológicas e seus próprios critérios de cientificidade. (Rajagopalan, 2018, p. 186)

Sem aprofundar essa questão, cabe esclarecer que a LA surge em uma época em que ainda reinavam ideais positivistas de distância crítica, procura da pureza/verdade e valorização do conhecimento teórico em detrimento de possíveis aplicações práticas. Como foi dito anteriormente, era oportuno que a LA estivesse associada à Linguística. Hoje, no entanto, o entendimento de que esse paradigma moderno precisa ser superado pelas próprias configurações moventes da “modernidade em transição” levou a uma defesa de uma “proximidade crítica” nos estudos da LA. É nesse sentido que Moita Lopes e Fabrício (2019) repudiam o “distanciamento crítico” típico da modernidade.

Entendendo a modernidade como o período da história que começa com os descobrimentos de novos mundos no século XV e XVI, momento no qual a Europa se constitui como tal e se ocidentaliza e orientaliza o outro (Venn, 2000; Saïd, 2007). É possível dizer, então, que a produção do conhecimento nesse período se depara com a ‘outrização’ do mundo. É aqui que processos binários de conhecer e pensar a ‘realidade’ social são articulados. Europeu/não-europeu, moderno/atrasado e civilizado/não-civilizados, por exemplo, figuram entre as muitas dicotomias produzidas no confronto com o ‘outro’ e por sua consequente inferiorização. (Moita Lopes e Fabrício, 2019, p. 713)

Para eles, esse modo de conhecer não tem nada de distância crítica, pois exerce poder sobre a subjetividade do outro, desconsidera de onde provém a produção do conhecimento e naturaliza seus interesses. Ao contrário, a “LA crítica” (e também as epistemologias de fronteira, que serão defendidas mais adiante) assume que o conhecimento vem de algum lugar, sendo o/a pesquisador/a e suas subjetividades fundamentais para as formas de conhecer.

Portanto, assim como não faz mais sentido “pensar que o trabalho prático (ou aplicado) começa onde o teórico acaba” (Rajagopalan, 2003, p. 79) ou mesmo defender a “vazia relação oblíqua entre teoria e aplicação” (Magalhães, 2019, p. 758), acredita-se que também não faz sentido discutir se a LA pertence ou não à disciplina mãe: elas simplesmente coexistem e podem oportunamente coabitar em uma mesma pesquisa.

3. AS FRONTEIRAS E POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES

Ao refletir sobre a ausência de dados que sejam exclusivos da AD, no sentido de que um mesmo *corpus* pode ser estudado por outras disciplinas do discurso, Maingueneau (2005) comenta “De facto, as diferenças entre disciplinas só aparecem quando a investigação se inscreve verdadeiramente numa problemática, traçada pelo interesse que governa a disciplina em causa” (Maingueneau, 2005, p. 86). Assim, prossegue explicando o autor, ainda que um mesmo debate político possa ser objeto de análise de um analista da conversação, um especialista da argumentação e um analista do discurso, por exemplo, cada um irá centrar seu interesse em questões diversas. O primeiro vai focar nas negociações do turno de fala, na preservação das

faces, nos fenômenos paraverbais, etc.; o segundo, no auditório visado, na natureza e no modo de encadeamento dos argumentos, etc; enquanto o terceiro vai se questionar sobre o gênero do discurso, os papéis sócio-dicursivos que ele implica, as relações entre os políticos e o funcionamento do gênero, a composição textual, etc. O que está em jogo, nesse caso, são problemas científicos distintos encontrados em um mesmo objeto.

De forma semelhante, pode-se argumentar que a LTD e LA partilham o mesmo objeto, o texto e/ou o discurso, mas cada uma tentando solucionar problemas distintos. E esse argumento pode ser facilmente defendido... em parte (como se tenta mostrar mais adiante).

De fato, estudos sobre o funcionamento de estruturas linguísticas em textos diversos, as funções de marcas linguístico-dicursivas, as descrições e o funcionamento de gêneros textuais/dicursivos e tipologias textuais/dicursivas e as questões relativas a leitura, análise ou produção de textos orais ou escritos parecem estar reservados à LTD. Do mesmo modo, pesquisas que focam em problemas advindos do uso da linguagem e resultam em intervenções nas mais diversas áreas de atuação humana (educação, saúde, direito, administração pública e privada, serviços de teleatendimento, segurança pública)⁷ tendem a fazer parte exclusivamente do escopo de atuação da LA.

Quando essas fronteiras se impõem, o que parece prevalecer é a própria prática da disciplina enquanto espaço social de legitimação do conhecimento e, ao mesmo tempo, de construção de argumentos aceitáveis. Trata-se de um lugar de troca e reconhecimento, uma espécie de matriz de discurso e debates legítimos com normas compartilhadas, exemplos comuns e referências autorizadas (Maingueneau, 2005). Em outras palavras, “o sentido clássico de disciplina” (Oliveira, 2019, p. 706).

Mas e quando a pesquisa se volta, por exemplo, para questões de representações discursivas de identidades, para comportamentos discursivos fluidos em ambientes virtuais ou reais decorrentes dessas representações ou para práticas sociais (profissionais) discursivas? Parece

7. Para uma noção da abrangência de estudos desse tipo, consultar Oliveira (2019).

que se está aqui diante de interseções que serão resolvidas com base nas escolhas do/a pesquisador/a, com todas as subjetividades (por que não?) que isso implica.

A título de exemplo da complexidade do tema, listam-se aqui algumas linhas de pesquisa retiradas de programas de pós-graduação do Brasil⁸ que trabalham com a LA e alguns dos seus tópicos de estudo: linguagem e trabalho (tratando, entre outras questões, da linguística sistêmico-funcional, análise crítica do discurso e linguística de *corpus*, e estudos textuais em abordagens enunciativas); linguagem e sociedade (estudos da linguagem no campo aplicado com ênfase em práticas sócio-discursivas diversas); estudos críticos da linguagem (com olhar atento sobre as operações ideológicas do discurso e relações de poder); discursos e letramentos (investigando processos de interação com textos de diferentes tipologias dentro de contextos culturais complexos por meio de sistemas semióticos variados); discurso e práticas sociais (processos multissemióticos de produção, circulação e interpretação de significado em contextos socioculturais móveis e dinâmicos); discurso e transculturalidade (processos discursivos e experiências culturais em sua diversidade, entrecruzamentos e interpenetrações, considerando também a interação com alteridades histórico-culturais e linguísticas nas práticas de tradução, produção e interpretação textual); processos discursivos da linguagem verbal e não verbal (análise dos processos discursivos da linguagem verbal e não verbal em diferentes suportes e modalidades); língua e cultura na competência comunicativa (a inter-relação e interdependência entre língua, cultura e identidades); interação e práticas discursivas (investigação de práticas discursivas sob a perspectiva da interação e como dimensão constitutiva do sujeito e do sentido); e, por fim, texto, léxico e tecnologia (fenômenos linguísticos no âmbito do texto, em seus níveis macro e micro, do léxico e da semântica cognitiva, semântica computacional, linguística de *corpus* e tradução, com ênfase também em seus aspectos culturais e tecnológicos). Não parece que tais linhas de pesquisa poderiam também figurar em programas da área da LTD?

8. Essas informações foram retiradas de Magalhães (2019), que procede a um verdadeiro raio-X no contexto da pós-graduação brasileira: “Além do LAEL [Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem] da PUC-SP [pioneiro no Brasil], há Programas de Pós-Graduação, cujo nome contém o termo Linguística Aplicada, em mais seis instituições de ensino brasileiras, a saber: UNICAMP, UECE, UFRJ, UnB, UNISINOS e UNITAU” (Magalhães, 2019, p. 758). Como se pode ver, foram consideradas apenas as que possuem LA no nome, porém há outras universidades brasileiras que também trabalham com Linguística Aplicada em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

9. Outros fatores seriam: diversidade de tradições científicas mesmo dentro de determinada região geográfica, variedade de disciplinas de apoio (especialmente Antropologia e Sociologia nos EUA e Psicanálise, Filosofia e História na França), posicionamentos heterogêneos, privilégios de tipos de *corpus* motivados por diferentes posicionamentos, a tomada em consideração do aspecto da atividade discursiva e o fato de investigadores não linguistas terminarem usando a AD como instrumento de interpretação (Maingueneau, 2005).

Quando reflete sobre a heterogeneidade da AD (ou, em suas próprias palavras, “tendências francesas” da AD), Maingueneau (2005) passa a elencar uma série de fatores que a justificam⁹, entre eles:

o caráter aplicado, ou não, da investigação: a análise do discurso é muito sensível, por natureza, ao que é socialmente pedido. É certo que não é possível traçar uma linha divisória clara entre investigação aplicada e investigação não-aplicada (hesito em dizer desinteressada...), mas de qualquer modo o facto de se optar por este ou aquele objectivo tem consequências decisivas sobre o processo no seu conjunto (Maingueneau, 2005, p. 88) [grifos meus]

Perderia então a LA sua exclusividade do caráter aplicado? Perguntas desse tipo são difíceis de responder e demandariam longas reflexões, a começar por sobre o que se toma como *disciplina*. De sua parte, a LA coloca-se como uma disciplina que busca compreender a crescente complexidade da linguagem nas mais diversas práticas sociais de um mundo em constante transformação, por isso se propõe a dar conta dos fluxos e performatizações:

Vário/as estudiosos/as vêm se contrapondo à ideologia representacionista pelas lentes de uma visão performativa de linguagem (Butler, 1997; Briggs, 2007; Pennycook 2010, por exemplo). Seguindo o rastro de filósofos como Austin (1962), Wittgenstein (1958), Foucault (1982) e Derrida (2013), colocam em xeque os graus de abstração, autonomia e fixidez impostos à linguagem em favor de uma perspectiva que a concebe como prática. A noção de ação linguística prioriza, não a estrutura da linguagem ou sua função referencial, mas sim sua atuação em contextos interacionais concretos e os efeitos de sentido neles engendrados. A ideia de performatividade na linguagem contempla a dinâmica entre persistências (repetição) e rupturas (transformações), apurando o olhar para as fissuras e os vazamentos dentro da norma. Elege, assim, a imprecisão, a efemeridade e o fluxo como aspectos centrais do processo de significação. (Moita Lopes e Fabrício, 2019, pp. 717-718)

Nesse sentido, ao considerar os processos de significação através da provisoriedade e da dinâmica repetição-transformação, a LA não só reflete sobre ideologias linguísticas persistentes, como imagina outras formas de pensar, conhecer e interrogar para dar conta, por exemplo, de dimensões normalmente esquecidas como trajetórias de texto (itinerários múltiplos de textos em movimento, como os fenômenos virais na internet), multisemioses (diversos signos em

jogo apontando para o mesmo referente e movimentando-se multidirecionalmente) e indexicalidade (o apontar indexical para um amplo repertório semântico do qual fazem parte discursos, narrativas, convenções reguladoras e posições de sujeito hierarquizadas). Sobre essas outras epistemes, argumentam Moita Lopes e Fabrício (2019):

Precisamos, talvez, do que Mignolo (2000) nomeou de conhecimento de fronteira (*border gnosis*) para dar conta do “incremento exponencial da zona de contato, da superfície de atrito, da diversidade de trajetórias... e das misturas” (Fabrício, 2017, p. 612). Isso significa dizer que necessitamos operar com outra lógica, com outras teorizações, metodologias e categorizações que dêem conta 1) da mobilidade dos significados que são performatizados aqui e ali; 2) das mudanças que experimentamos, inclusive somaticamente, em um mundo altamente tecnologizado e superdiverso; e 3) dos artefatos culturais e recursos semióticos (textos, imagens e vídeos, por exemplo) que surgem em lugares inesperados etc. (Blommaert e Rampton, 2011; Pennycook, 2012; Moita-Lopes e Fabrício, 2018). Todas essas mudanças nos levam ao confronto com perplexidades sociais incontáveis em nossa modernidade em transição. (Moita Lopes e Fabrício, 2019, p. 715)

Assim, quer na LTD, quer na LA, ou melhor ainda na “zona de contato” entre ambas, se há o desejo de tratar e analisar os fatos científicos de forma individual, considerando suas diferenças ou peculiaridades consistentes, suas flutuações e movimentos naturais, em oposição a tentativas de estabelecimento de leis gerais, isso requer de fato o exercício de outros modos de imaginação epistemológica. Por isso, quando se fala em “possíveis aproximações entre a LTD e a LA”, defende-se neste artigo a necessidade de epistemologias de fronteira, ou seja, de teorizações sobre a linguagem advindas não necessária nem exclusivamente do campo de estudos linguísticos, mas construídas nos entrecruzamentos disciplinares¹⁰.

ALGUMAS CONCLUSÕES “ILIMITADAS”

Embora de forma um tanto arriscada, tentou-se neste artigo mostrar como os limites entre a LTD e a LA são apenas momentâneos e aparentes, no sentido de que refletem escolhas de pesquisador/a. Subjacente a tal posicionamento, está a defesa de que a atual realidade de “trama movente” ou “modernidade em transição” requer outras formas de pensar e fazer ciência, nas

10. A título de exemplo, considera-se como uma epistemologia de fronteira a empreendida pelo interacionismo sociodiscursivo (ISD), que alia teorias advindas da Linguística, da Psicologia Cognitiva, da Filosofia e da Didática de Línguas para dar conta das mais variadas práticas linguísticas. Como não cabe no escopo deste artigo discorrer sobre esse paradigma epistemológico, para uma visão mais aprofundada do assunto, conferir Bronckart, J.-P. (1997). *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delauchaux et Niestlé.

quais as epistemologias de fronteira parecem apontar caminhos não definitivos, mas possíveis. Acredita-se, assim, que “a soma de saberes amplia a visão do objeto, podendo trazer ganhos para todas as partes” (Oliveira, 2019, p. 706).

Em uma entrevista recente, quando questionado sobre o “conflito” entre disciplinas, mais especificamente Linguística e LA, Rajagopalan (2018), respondeu:

Para essas mesmas pessoas [que entendem que o acadêmico tem o dever de enaltecer a disciplina em que atua], as linhas divisórias que separam as disciplinas acadêmicas estão lá para sempre e devem ser respeitadas a qualquer custo, a despeito das crescentes demandas para interdisciplinaridade, transdisciplinaridade etc. Para mim, ao contrário, as disciplinas acadêmicas são apenas áreas de abrigo temporário (e não latifúndios a serem constantemente vigiados e protegidos dos agressores e aventureiros externos). Nada impede que um pesquisador se sinta à vontade em transgredir suas cercas à procura de terrenos mais férteis e adequados a seus interesses no momento. A conduta de um acadêmico/pesquisador deve, a meu ver, ser guiada por um certo espírito de nomadismo. (Rajagopalan, 2018, p. 183)

Este artigo procurou defender, assim como o autor supracitado, que tanto a LTD quanto a LA podem ser “abrigos temporários”, inclusive simultâneos, de pesquisas que tenham interesse na compreensão de práticas linguísticas sob a ótica de práticas sociais complexas que representam, isto é, nas quais o discurso é cada vez mais central em face dos processos de hipersemiotização e da mobilidade crescente de pessoas, textos e discursos. E mais: defender também a possibilidade de ganhos para as duas disciplinas, uma vez que “a troca interdisciplinar deve ser uma via de mão dupla: importamos e exportamos teorias, métodos, achados que possam também contribuir para a outra área” (Oliveira, 2019, p. 705).

Objetos de investigação híbridos e transitórios por natureza não faltam, a exemplo de textos/discursos produzidos por avatares, personagens criados nas *fanfics* ou mesmo travestis, todos elaborados a partir de uma identidade fluida, em redes sociais sejam elas virtuais ou reais; textos/discursos que circulam em meios não convencionais, como portas de banheiro público e chão de ruas, cuja aparente falta de autoria denuncia modos de pensar representati-

vos de pessoas que transitam nesses espaços; ou ainda *performances* de protesto como as atuais *performances* de imunização presentes em fotografias e vídeos postados por pessoas vacinadas nas redes sociais brasileiras, a fim de denunciar a falta de apoio do governo federal à vacinação contra a Covid-19. Enfim, trata-se de textos/discursos multimodais produzidos em contextos bastante específicos e transitórios, que, para serem de fato compreendidos em sua complexidade, demandariam pesquisas igualmente apoiadas em “teorias, métodos e achados” construídos por pesquisadores/as “nômades”, no sentido dado a esses termos por Oliveira (2019) e Rajagopalan (2018), respectivamente.

Como se pode ver, o desafio é imenso, mas não impossível, sobretudo quando se tem em mente não a busca de respostas definitivas, mas o feitiço contínuo de perguntas que motivam a busca incessante de respostas momentaneamente satisfatórias.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (1990). *Éléments de linguistique textuelle*. Liège: Pierre Mardaga.
- _____. (1999). *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.
- Beaugrande, R. d. (1980). *Text, Discourse and Process. Toward a multidisciplinary science of texts*. London: Longman.
- Beaugrande, R. d. & Dressler, W. (1981). *Introduction to text linguistics*. London: Longman.
- Bentes, A. C. (2001). Linguística textual. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez.
- Benveniste, E. (1966). *Problèmes de linguistique générale* (vol. 1). Paris: Gallimard.
- _____. (1974). *Problèmes de linguistique générale* (vol. 2). Paris: Gallimard.
- Borba, R. (2016). *O (des)aprendizado de si: transexualidade, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz, p. 237.
- Camargo, M. (2019). *Acuenda esse bajubá!: indexicalidades e interseccionalidades nas performances narrativas de uma travesti quilombola*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRJ, p. 201.
- Carvalho, A.M. (2013). *Práticas de letramento queer na sala de I/LA: discursos e performances identitárias em fricção*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, p. 255.
- Celani, M. A. A. (2004). Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: I. SIGNORINI e M. CAVALCANTI (org.) *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 129-142.
- Coutinho, A. (2019). *Texto e(m) Linguística: teorias, cruzamentos, aplicações*. Lisboa: Edições Colibri.
- Fabício, B. F. (2006). Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: L.P. da MOITA LOPES (org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, pp. 45-65.

Fonseca, F. I. (1994). Deixis, dependência contextual e transposição fictiva: contributos para uma teoria enunciativa da ficção. In: _____. *Gramática e Pragmática: Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora, pp. 87-103.

Freitas, L.F.H. & Moita-Lopes, L.P. (2019). Vivenciando a outridade: escalas, indexicalidade e performances narrativas de universitários migrantes. *RVBLA*, 19(1):147-172. <https://doi.org/10.1590/1984-6398201913696>.

Halliday, M. A., & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English* (12^{ed.}). London-New York: Longman.

Koch, I. (2004). *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes.

Magalhães, J. S. de. (2019). A Linguística além da descrição, além do ensino, além de si mesma. *Calidoscópico*. Vol. 17, n. 4, dezembro de 2019, pp. 753-764.

Mangueneau, D. (2005). As categorias da análise do discurso. In: Menéndez, F. (org.) *Análise do Discurso*. Lisboa: Huguin, pp. 81-105.

Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.

Melo, G.C.V. & Moita-Lopes, L.P. (2014). Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. *Linguagem em (Dis)curso*, 3:653-673. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-140312-4413>

Miranda, F. (2010). *Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Moita-Lopes, L. P. (2009). Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: R. C. PEREIRA e P. ROCA (orgs.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, pp. 11-24.

Moita-Lopes, L. P. & Fabrício, B. F. (2019). Por uma 'proximidade crítica' nos estudos em Linguística Aplicada. *Calidoscópico*. Vol. 17, n. 4, dezembro de 2019, pp. 711-723.

Oliveira, M. C. L. de. (2019). Apenas mais um modo de fazer Linguística Aplicada. *Calidoscópico*. Vol. 17, n. 4, dezembro de 2019, pp. 699-710.

Pêcheux, M. & Fuchs, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In F. Gadet e T. Hak (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Pêcheux, M. (2011.) Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França). Tradução de Solange Leda Gallo. In: ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados*. Campinas: Pontes.

Rajagopalan, K. (2003). *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola.

_____. (2018). Entrevista com Kanavillil Rajagopalan, por Rogério Casanovas Tílio. *Policromias*, ano III, dezembro de 2018, pp. 181-187.

Widdowson, H. G. (1979). *Explorations in Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.

“Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue”: Uma análise sobre a construção do *ethos*

“I can give you nothing else but my blood”:

An analysis of the construction of *ethos*

FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

COSTA, VIVIANE
vivimaia30@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Gênero textual,
Carta de suicídio,
Getúlio Vargas,
Ethos.

RESUMO: Em 1954, o Brasil, então governado pelo presidente Getúlio Vargas, passava por uma grande crise política. A cúpula militar e os opositores políticos exigiam a renúncia do presidente. Entretanto, antes de ser deposto, Getúlio Vargas tirou sua própria vida com um tiro no peito. Para o povo brasileiro, deixou uma carta datilografada que foi encontrada junto ao seu corpo. A “carta-testamento”, como ficou conhecida, deixava clara a razão do suicídio e transformou Getúlio Vargas em mártir e herói do povo brasileiro. Entretanto, anos depois da fatídica morte, foi tornada pública uma segunda carta, manuscrita e muito mais concisa do que a primeira. Embora muitos acreditem que esta seja a verdadeira “carta-testamento”, não foram encontrados estudos acerca dessa segunda carta no âmbito da Linguística. Assim, com o objetivo de preencher tal lacuna, este estudo busca analisar as duas cartas e apresentar as diferentes estratégias linguístico-discursivas utilizadas pelo autor na construção do *ethos*. Como pressupostos teóricos, utilizaremos o quadro de análise de gêneros textuais proposto por Adam (2001) e alguns conceitos de *ethos* propostos por Amossy (2019) e Maingueneau (2007; 2019). Nossa análise comprova o quão importante foi o papel da “carta-testamento” na construção da imagem de Getúlio Vargas. No entanto, também mostra que há algumas diferenças significativas nas estratégias linguístico-discursivas presentes nas duas cartas. Por fim, embora a imagem de mártir esteja presente nas duas missivas, observamos que, na carta manuscrita, o autor constrói a imagem de alguém que deseja apenas ficar esquecido no próprio país e, na carta-testamento, a imagem de herói que não quer ser esquecido pelo povo brasileiro.

KEY-WORDS:

Textual Genre,
Suicide note,
Getúlio Vargas,
Ethos.

ABSTRACT: In 1954, Brazil, then governed by President Getúlio Vargas, was undergoing a major political crisis. The military leadership and political opponents demanded the president's resignation. However, before being deposed, Getúlio Vargas took his own life by shooting himself in the chest. To the Brazilian people, he left a typewritten letter that was found next to his body. The “testament letter”, as it became known, made clear the reason for the suicide and transformed Getúlio Vargas into a martyr and hero of the Brazilian people. Years after his fateful death, a second letter

was made public, handwritten and much more concise than the first. While many believe that the handwritten letter is the true “testament letter”, no studies of this second letter have been found in linguistics. Thus, to fill such a gap, this work seeks to analyse the two letters and present the different linguistic-discursive strategies used by the author in the construction of *ethos*. As theoretical assumptions, we will use the framework of textual genre analysis proposed by Adam (2001) and some concepts of *ethos* proposed by Amossy (2019) and Maingueneau (2007; 2019). Our study proves how important the “testament letter” was in the construction of Getúlio Vargas’ image. It also shows that there are some significant differences in the linguistic-discursive strategies used by the author in the two letters. The martyr image is present in both letters. However, in the handwritten letter, the author constructs the image of someone who wants to be forgotten in his own country. In contrast, in the testament letter, the author builds the image of a hero who does not wish to be forgotten by the Brazilian people.

INTRODUÇÃO

Em 1954, o Brasil passava por uma grande crise política que culminou na morte do então presidente Getúlio Vargas.

Em uma breve contextualização, importa dizer que Getúlio Vargas foi o político que mais tempo permaneceu no poder como Presidente da República do Brasil e é sem dúvida uma das mais importantes personagens políticas do Brasil. Em 1930, após um golpe militar conhecido como a “Revolução de 30”, Getúlio Vargas assumiu pela primeira vez a Presidência do Brasil e, em 1937, deu um Golpe de Estado em seu próprio governo com a ajuda dos militares - instaurando um governo ditatorial denominado “Estado Novo” (Skidmore, 1967; Neto, 2013; Schwarcz e Starling, 2015; D’Araujo, 2017). Após quinze anos ininterruptos ocupando a posição de Chefe de Estado, em 1945, Getúlio Vargas foi deposto pelos mesmos militares que o tinham apoiado nos anos anteriores. Porém, como o próprio Getúlio Vargas disse na ocasião, a política assemelha-se em alguns pontos a um jogo de xadrez; contudo, ele não aceitaria permanecer na posição em que seus adversários o tinham colocado (Neto, 2014). Assim, em 1951, ele voltou ao cargo como Presidente eleito através do voto direto livre. No entanto, esse segundo governo revelou-se bastante difícil para Getúlio Vargas. No ano de 1954, em meio a vários escândalos de corrupção no seu governo envolvendo pessoas muito próximas e de sua confiança, Getúlio Vargas admitiu que se sentia em meio a um mar de lama (Skidmore, 1967; Neto, 2014). As pressões para que renunciasse ao cargo eram cada vez mais constantes. A cúpula militar exigia que o presidente renunciasse ou, então, seria deposto do cargo. Entretanto, Getúlio Vargas não tencionava deixar a Presidência do Brasil e tampouco aceitaria ser deposto novamente.

Na manhã do dia 24 de agosto de 1954, recolheu-se em seus aposentos no Palácio do Catete, então sede da Presidência da República do Brasil no Rio de Janeiro, e tirou sua própria vida com um tiro no peito. Ao lado do corpo, sobre a mesa de cabeceira, foi encontrada uma carta datilografada. Dirigida ao povo brasileiro, a carta-testamento, como ficou conhecida, explicava

as razões que o levaram a cometer suicídio. A sua mensagem deixava claro que ele oferecia a sua própria vida em troca da liberdade do povo brasileiro. Em suma, pode-se dizer que a carta-testamento foi o apelo mais nacionalista que fizera em toda a sua vida política (Skidmore, 1967).

Por conseguinte, Getúlio Vargas passou de algoz a mártir e herói do povo brasileiro. Os rumos da política brasileira mudaram e seus opositores, outrora confiantes de que assumiriam o poder, viram-se obrigados a recuar (Skidmore, 1967; Neto, 2014; Schwarcz e Starling, 2015). Por estas razões, a carta-testamento é conhecida até hoje como um dos documentos mais importantes da história política do Brasil. No entanto, anos após a sua fatídica morte, a família revelou ter encontrado entre os pertences do presidente uma segunda carta de despedida, muito mais concisa, manuscrita por Getúlio Vargas em papel timbrado (Dulles, 1964). Essa segunda carta fez aumentar ainda mais as especulações que já existiam acerca da verdadeira autoria da carta-testamento. Não obstante, para fins deste estudo, consideraremos que Getúlio Vargas é o verdadeiro autor da carta-testamento. Afinal, como menciona Skidmore (1967), autêntica ou não, fato é que ela foi aceita imediatamente pelo povo brasileiro como sendo a última mensagem do presidente e isso bastou para mudar os rumos da História do Brasil.

Curiosamente, embora a carta-testamento já tenha sido estudada por diferentes perspectivas tanto na Linguística quanto em outros ramos do saber (e.g.: Psicologia, História, etc.), pouco encontramos na literatura sobre a segunda carta deixada por Getúlio Vargas. Posto isto, neste estudo, buscamos preencher essa lacuna e realizar uma análise discursiva comparativa entre as duas cartas tendo por base um enquadramento teórico-metodológico não aplicado anteriormente à análise dos referidos textos. Nosso objetivo é observar e comparar as várias estratégias linguístico-discursivas utilizadas pelo autor nas duas missivas para a construção do *ethos*. A fim de realizar um mapeamento linguístico-discursivo dos dois textos, utilizaremos o quadro de análise de gêneros textuais proposto por Jean-Michel Adam (2001). Nesse quadro, o autor propõe a caracterização do gênero textual em oito componentes distintas: composicio-

nal, semântica, enunciativa, pragmática, estilístico-fraseológica, material, peritextual e metatextual. Será, então, com base nessas componentes e também em alguns dos estudos realizados previamente por autores como Amossy (2019) e Maingueneau (2007; 2019), que buscaremos analisar como Getúlio Vargas projeta através dos textos uma imagem de si e, por conseguinte, constrói o *ethos* de mártir e herói do povo brasileiro.

Portanto, este trabalho encontra-se dividido em cinco seções. A seção que segue esta introdução apresentará, de forma sucinta, os pressupostos teóricos acerca da noção de *ethos*. Antes de apresentarmos os resultados de nossa análise, no entanto, será apresentada a metodologia utilizada neste estudo. E, por fim, serão apresentadas algumas considerações finais acerca das duas cartas deixadas por Getúlio Vargas.

1. SOBRE IMAGENS DE SI E A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS*

De uma maneira geral, podemos definir *ethos* como uma imagem que o locutor procura construir de si no discurso com o objetivo de influenciar o ‘outro’. Segundo Amossy (2019), o locutor não precisa fazer um autorretrato ou falar explicitamente sobre ele; basta tomar a palavra para que, de forma deliberada ou não, ele apresente uma imagem de si. Por conseguinte, a forma como o locutor diz o enunciado induz a uma imagem que pode facilitar ou não o sucesso daquilo que ele pretende transmitir. Na visão de Amossy (2019), todo o enunciado causa um efeito e isto ninguém pode ignorar sem arcar com as devidas consequências.

Para Maingueneau (2007), o *ethos* consiste em causar uma boa impressão através do discurso, que deve ser construído no sentido de dar uma imagem de si capaz de convencer o alocutário e, por conseguinte, ganhar a sua confiança. Assim, nas palavras de Adam (2008), o *ethos* caracteriza-se pelas imagens que o orador enuncia, insinua e manipula. Maingueneau (2007), retomando Aristóteles, menciona ainda que o locutor pode se valer de três qualidades fundamentais para apresentar uma imagem positiva de si mesmo: “a *phronesis*, ou prudência, a *aretè*, ou virtude, e a *eunoia*, ou benevolência” (p. 13). Seriam essas características fulcrais

para que o sujeito falante conseguisse a confiança do outro e, por conseguinte, convencer o interlocutor acerca da veracidade do que está sendo dito. A questão crucial aqui é perceber que o *ethos*, construído exclusivamente através do discurso, está ligado à enunciação e não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador (Maingueneau, 2019, p. 70). Assim, não importa se o que está sendo dito é verdade ou não, mas o dizer em si é que deve transmitir veracidade. No entanto, também não se trata de fazer autoelogios que podem acabar causando um efeito contrário no auditório, mas sim da fluência, da entonação, da escolha das palavras, dos argumentos apresentados, etc. (Ducrot, 1984). Ademais, é preciso construir uma imagem de si que esteja de acordo com as crenças e valores dos seus alocutários (Amossy, 2019).

Desta forma, pode-se observar que há uma relação entre o ‘eu’ e o ‘tu’ que surge na construção do *ethos*. Isso nos remete à ideia, já bastante discutida na literatura, de que todo discurso é argumentativo no sentido de que ele transporta não apenas a visão do seu locutor, mas também busca de alguma maneira agir sobre o outro, seja esse ‘tu’ real ou fictício. Nas palavras de Benveniste (1970, p. 87), “o que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”.

Nesse sentido, Amossy (2019) vai relacionar a construção da imagem de si em sua relação com estereótipos e representações coletivas cristalizadas. A essa noção de estereótipo, estaria ligado o *ethos* prévio ou, como Maingueneau (2019, p. 71) prefere chamar, o “*ethos* pré-discursivo”. Para Maingueneau (2019), o “*ethos* pré-discursivo” corresponde às representações do *ethos* construídas pelo público antes mesmo que o locutor fale; enquanto o “*ethos* discursivo”, como já mencionado anteriormente, está crucialmente relacionado ao ato de enunciação. Já no domínio político, esse cenário é um pouco diferente; quando os locutores estão constantemente na mídia, eles são associados a um *ethos*, no sentido global, que pode ser confirmado ou invalidado a cada enunciação (Maingueneau, 2019).

2. METODOLOGIA

Como mencionado na introdução, nosso *corpus* é composto pelas duas cartas de suicídio escritas por Getúlio Vargas, sendo uma delas datilografada, conhecida como carta-testamento, e a outra manuscrita. As versões originais das cartas, utilizadas neste estudo, encontram-se digitalizadas e disponíveis no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Importa destacar que há duas versões da carta-testamento disponíveis: uma sem assinatura e outra assinada por Getúlio Vargas. Neste estudo, analisamos a versão da carta-testamento sem assinatura, haja vista que a versão assinada só foi disponibilizada mais recentemente pelo CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da FGV.

Com relação a questões de confidencialidade, as duas cartas são de domínio público e, por esta razão, serão apresentadas aqui na íntegra. Por conseguinte, vale acrescentar que não foram feitas alterações ou correções nos textos com exceção da translineação de palavras (divisões silábicas) que não foi mantida nos exemplos extraídos das cartas e utilizados na seção de análise dos dados.

Em termos de análise, esta é uma análise de caráter basicamente qualitativo. Conforme referido anteriormente, a análise está dividida de acordo com o quadro de análise dos gêneros textuais proposto por Adam (2001) e, a partir das oito componentes instituídas pelo referido autor, busca-se compreender como o locutor constrói a imagem de si. O Corpógrafo (Sarmiento, Maia e Santos, 2004), software de anotação linguística, foi utilizado neste estudo apenas para listar as palavras com maior número de ocorrências e, por conseguinte, ajudar a identificar o léxico escolhido/utilizado por Getúlio Vargas nas duas cartas.

3. ANÁLISE DAS CARTAS

3.1. COMPONENTE COMPOSICIONAL: O PLANO DE TEXTO E AS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Seguindo a proposta de Jean-Michel Adam (2001) acerca da caracterização do gênero textual, começaremos nossa análise pela componente composicional, que visa caracterizar a estrutura do texto, tanto no que concerne aos planos de texto quanto aos tipos de sequências textuais que ele apresenta.

Para tal, no entanto, importa lembrar a estrutura prototípica do gênero textual *carta pessoal*, uma vez que consideramos, para fins deste estudo, a carta de suicídio como um texto realizado no referido gênero textual. De acordo com Adam (2008), o gênero epistolar, embora seja bastante heterogêneo, pode apresentar, de uma maneira geral, de três a cinco grandes unidades: a abertura ou o contato inicial com o destinatário da carta, a apresentação e o desenvolvimento do objeto de discurso e, por último, o fechamento, a interrupção final do contato ou a conclusão. A abertura, geralmente, é constituída da data e/ou do local em que foi produzida a carta, de um vocativo que faz referência direta a quem o conteúdo se destina e de uma saudação. Já o fechamento pode ser constituído por um fecho (e.g.: uma despedida) e pela assinatura do locutor.

Posto isto, observa-se que, na abertura das duas cartas analisadas, não há um vocativo ou uma referência direta aos seus destinatários e tampouco informações sobre o local e a data em que foram produzidas. Nota-se, entretanto, nas duas cartas, que o primeiro parágrafo é constituído de uma única frase e que ambos exercem a função de abertura ou exórdio, uma vez que dão pistas acerca do conteúdo das cartas como pode ser observado nos exemplos (01) e (02). Quanto ao fechamento dos textos, como mencionado anteriormente, apenas a carta manuscrita apresenta a assinatura do autor no fechamento. Ademais, observa-se que o último parágrafo

da carta manuscrita (03), também composto por uma única frase, exerce uma função de conclusão ou fecho assim como a última frase da carta-testamento (04).

(01) Mais uma vez, as forças que os interesses contra o povo coordenaram novamente, se desencadeam sôbre mim. [Carta-testamento]

(02) Deixo à sanha dos meus inimigos o legado da minha morte. [Carta manuscrita]

(03) A resposta do povo virá mais tarde... [Carta manuscrita]

(04) Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na Historia. [Carta-testamento]

Contudo, apesar de as informações acerca do local e da data de produção dos textos não estarem presentes nos mesmos, é possível recuperar essas informações a partir do contexto sócio-histórico em que as cartas foram produzidas e que é fundamental para a interpretação/compreensão das missivas. É verdade que não se pode afirmar que as cartas foram produzidas no mesmo dia e local em que o autor cometeu o suicídio, mas é possível ter uma noção da época e do cenário político em que as mesmas foram produzidas a partir da morte do autor.

Quanto ao destinatário, ainda que ele não esteja explicitado no início da carta-testamento, conseguimos identificar que o texto é dirigido ao povo brasileiro.

(05) [...], renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. [Carta-testamento - grifos nossos]

Observamos que no trecho acima há uma referência explícita ao povo brasileiro, que é retomado em seguida pelo uso dos pronomes pessoais ‘vos’ e ‘convosco’. Na carta manuscrita, no entanto, o locutor não faz referências diretas ao seu destinatário e tampouco fica implícito que o povo brasileiro seja o seu alocutário (06) (07).

(06) Levo o pesar de não haver podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia. [Carta manuscrita - grifos nossos]

(07) A resposta do povo virá mais tarde.... [Carta manuscrita - grifos nossos]

No exemplo (06), observamos o uso do pronome demonstrativo ‘este’ que nos fornece uma ideia de proximidade entre o locutor e o povo. Esse pronome poderia ser interpretado como marca da presença do destinatário. No entanto, a última frase da carta manuscrita (07) remete-nos a uma ideia oposta. Ao dizer que “a resposta do povo virá”, temos a percepção de que o locutor se dirige a um ‘tu’ que não é propriamente o povo brasileiro.

No que se refere às sequências tipológicas, pode-se afirmar que as sequências argumentativas são predominantes nas duas cartas. Notamos que o locutor busca justificar por qual razão prefere cometer suicídio ao invés de renunciar ao cargo de Presidente da República.

(08) Se a simples renuncia ao posto a que fui elevado pelo sufragio do povo me permitisse viver esquecido e tranquilo no chão da Patria, de bom grado renunciaria. Mas tal renuncia daria apenas ensejo para com mais furia, perseguirem-me e humilharem. [Carta manuscrita- grifos nossos]

No exemplo acima, verificamos que o locutor afirma que renunciaria, caso pudesse ficar tranquilo em seu país, entretanto ele acredita que isso não aconteceria. Segundo o locutor, a sua renúncia “apenas” faria com que fosse perseguido e humilhado com mais força. Nota-se

que o advérbio ‘apenas’ tem aqui uma função de excluir outras possibilidades; enquanto o uso do “conector contra-argumentativo” (Adam, 2008, p. 191) ‘mas’ mostra que há uma contraposição forte de ideias entre o que o locutor deseja (“viver esquecido e tranquilo”) e aquilo que ele acredita que aconteceria se ele renunciasse (“para com mais fúria, perseguirem-me e humilharem”).

É de notar que, nas duas cartas, o autor procura deixar claro que não aguenta mais sofrer por conta de “poderosos interesses” (09) ou das “aves de rapina” (10) e, ao mesmo tempo, não deseja ver o povo sofrendo, principalmente os “pobres e humildes” que, segundo ele, estão sendo impiedosamente explorados (09). Logo, pode-se inferir que, na visão do autor, a sua morte é a melhor solução tanto para ele quanto para o povo brasileiro.

(09) Velho e cansado preferi ir prestar contas ao Senhor, não de crimes que não cometi, mas de poderosos interesses que contrariei, ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e aos humildes. [Carta manuscrita - grifos nossos]

(10) Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. [Carta-testamento - grifos nossos]

No exemplo (09), extraído da carta manuscrita, observa-se que o locutor diz que está “velho e cansado” e, por esta razão, prefere a morte representada na carta pelo enunciado “ir prestar contas ao Senhor”. Entretanto, podemos inferir que o adjetivo “cansado” não está diretamente relacionado ao fato de o locutor já estar “velho”, mas sim ao fato de estar cansado das perseguições e humilhações que sofre constantemente por conta de “crimes” que ele diz não ter cometido. Já na carta-testamento, no exemplo (10), o locutor deixa claro que o seu suicídio é, na verdade, um sacrifício que ele faz em nome do povo brasileiro. Há aqui novamente uma proposição “se...então”. Semelhante ao exemplo (08), o locutor explicita que, se querem continuar a sugar o sangue do povo brasileiro, então, ele oferece o seu próprio sangue, a sua vida (10).

Ademais, na carta-testamento, nota-se o uso recorrente de paralelismos estruturais como um mecanismo retórico-argumentativo de reforço, ou seja, reforçar/salientar a ideia que pretende transmitir. São exemplos os seguintes enunciados:

(11) Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. [Carta-testamento – grifos nossos]

(12) Tenho lutado mes a mes, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. [Carta-testamento – grifos nossos]

(13) Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo a vosso lado. Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vos e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. [Carta-testamento – grifos nossos]

Outro mecanismo retórico-argumentativo observado é a presença de antíteses (14) (15), que visam confrontar as ideias e os sentimentos do locutor em relação aos seus “inimigos” ou opositores. Na carta-testamento (14), o locutor indica que a sua morte não é uma derrota como alguns “pensam”, mas antes uma “vitória”. Outrossim, o fato de ele deixar de ser “escravo do povo” também constitui uma vitória para o locutor. Nota-se ainda o uso do eufemismo “me liberto para a vida eterna” para representar o ato de suicídio e, implicitamente, dizer que a sua morte é, na verdade, a sua libertação.

(14) E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. [Carta-testamento - grifos nossos]

(15) Vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. [Carta-testamento - grifos nossos]

Retomando a ideia, apresentada na seção 2, sobre as três qualidades fundamentais para construir uma imagem positiva de si e persuadir o ‘outro’, percebemos que o locutor relaciona o ato de cometer suicídio a uma ideia de *aretè*, ou virtude, e *eunoia*, ou benevolência, como pode ser observado nos exemplos (16), (17), (18), (19) e (20). Importa dizer que, nos primórdios do Cristianismo, havia uma exaltação dos mártires suicidas, cujas mortes eram vistas como autoimolações; isto é, um sacrifício em prol de algo maior como, por exemplo, o caso de Santa Apolônia, que se jogou ao fogo face à iminência de uma desonra (Saraiva e Santos, 2017). Apenas a partir do século IV, com Santo Agostinho, é que o Cristianismo passa a condenar veemente o suicídio (Saraiva e Santos, 2017).

Assim sendo, pode-se dizer que o locutor procura associar a sua imagem à dos mártires suicidas. Tanto na carta-testamento (18) quanto na carta manuscrita (20), fica clara a ideia de autoimolação para justificar o ato, ou seja, a ideia de que o seu suicídio é um sacrifício feito em prol da libertação do povo brasileiro.

(16) Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciencia e manterá a vibração sagrada para a resistencia. [Carta manuscrita- grifos nossos]

(17) Ao ódio respondo com o perdão. [Carta-testamento - grifos nossos]

(18) Meu sacrificio ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. [Carta-testamento - grifos nossos]

(19) Deixo á sanha dos meus inimigos o legado da minha morte. [Carta manuscrita - grifos nossos]

(20) Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus. [Carta manuscrita - grifos nossos]

Também foram observadas na carta-testamento sequências textuais narrativas em que o locutor apresenta um conjunto de acontecimentos relacionados ao seu governo no sentido de valorizar o seu trabalho e desacreditar o ‘outro’ (seus adversários políticos). Nessas sequências, nota-se algumas das características prototípicas do texto narrativo, tais como: marcador discursivo temporal (e.g.: “depois” em (21)), advérbio de lugar (e.g.: “dentro” em (22)), verbos de ação (e.g.: “inicie” e “assumi” em (21) e (22)) e verbos no pretérito perfeito do indicativo (e.g.: “fiz-me” e “instaurei” em (21)).

(21) Depois de decenios de dominio e espoliação dos grupos economicos e finaceiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Inicie o trabalho de libertação e instaurei um regime de liberdade social. [Carta-testamento - grifos nossos]

(22) Assumi o governo dentro da espiral inflacionária, que destruía os valores de trabalho. [Carta-testamento - grifos nossos]

(23) Nas declarações de valores do que importavamos existiam fraudes constatadas de mais de cem milhões de dólares por ano. [Carta-testamento - grifos nossos]

Nota-se que essas sequências servem de base ou apoio (Adam, 2008) para os argumentos que são apresentados em seguida pelo locutor. O movimento argumentativo parte, assim, de fatos ou dados (23) apresentados pelo autor. Ao mesmo tempo, observa-se que a estratégia argumentativa adotada visa a uma transformação dos conhecimentos do seu auditório, como detalharemos mais adiante.

3.2. COMPONENTE SEMÂNTICA: AS BASES TEMÁTICAS

No que se refere à componente semântica, tendo em conta que estão sendo analisadas duas cartas de suicídio, podemos afirmar que, de uma maneira geral, os eixos semânticos giram em torno dos temas vida e morte. Conseguimos ver materializados esses temas de forma explícita (25) ou através de eufemismos (24) e (26) em alguns enunciados.

(24) Velho e cansado preferi ir prestar contas ao Senhor [...]. [Carta manuscrita - grifos nossos]

(25) Vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. [Carta-testamento - grifos nossos]

(26) Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na Historia. [Carta-testamento - grifos nossos]

Entretanto, o tema religioso pode ser considerado o principal tema dos dois textos. É de notar a intertextualidade com textos bíblicos e uma isotopia em volta desse mesmo tema (e.g.: “fariseus”, “eternidade”, “perdão”, “vida eterna”, etc.) que conferem uma unidade semântica às cartas. Apesar de haver referências concretas a Deus (20) e ao “Senhor” (09) apenas na carta manuscrita, se observam claras alusões a trechos bíblicos e à “Paixão de Cristo”, principalmente na carta-testamento. À semelhança de Jesus Cristo, Getúlio Vargas coloca-se como perseguido e humilhado (08), insultado (11), injustiçado (09) (11) (20), traído (44), tudo suportando em silêncio (12), mas, no fim, perdoa a todos (17) através da sua morte redentora (18) (45). Ao mesmo tempo, Getúlio Vargas refere-se aos seus adversários políticos ou “inimigos” como “fariseus”. Nota-se que este termo aparece na Bíblia em referência a pessoas que Cristo condena e chama de hipócritas: “Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! [...] Assim são vocês: por fora parecem justos ao povo, mas por dentro estão cheios de hipocrisia e maldade.” (Mateus 23, pp. 27-28¹).

1. https://www.bibliaon.com/mateus_23/.

Por fim, quanto à conformidade com a realidade objetiva, pode-se afirmar que as cartas de suicídio de Getúlio Vargas estão baseadas em acontecimentos reais que são retratados pelo locutor como justificativa para o ato de suicídio que ele concretiza. Ou seja, os dois textos analisados são não-ficcionais.

3.3. COMPONENTE PRAGMÁTICA: AS INTENÇÕES COMUNICATIVAS

Na componente pragmática, concentram-se os objetivos ilocutórios que o interlocutor busca alcançar no momento da produção do texto. Primeiramente, podemos dizer que as duas cartas analisadas têm uma natureza argumentativa, deliberativa e decisória, uma vez que elas apresentam os motivos que levaram o locutor a tomar uma decisão trágica como a de tirar a própria vida (09) (10) e, ao mesmo tempo, implicam em ações futuras (13) (16) (18) e declaram o fim do ciclo de vida do autor (25) (26). Além disso, nas seções anteriores, chamamos a atenção para o fato de o locutor procurar construir uma imagem de mártir e de herói do povo brasileiro e, dessa forma, persuadir o seu leitor, que é caracterizado como cristão, a aceitar o seu suicídio como um ato de benevolência e como um sacrifício em seu nome. Ademais, na carta-testamento, o locutor procura associar a sua imagem a realizações feitas durante o seu governo como o regime de garantia de trabalho, que pode ser relacionado à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) publicada em seu governo, a Petrobras, a tentativa de criar uma empresa para o setor elétrico – a Eletrobras, etc. Todos esses exemplos que o locutor traz para o discurso são, na verdade, uma tentativa de dar credibilidade ao seu papel de presidente da República e, ao mesmo tempo, conseguir a confiança do seu auditório. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que o locutor procura construir um “*ethos* discursivo” capaz de se sobrepor a um “*ethos* pré-discursivo” negativo que, porventura, o seu auditório tenha.

No que se refere aos atos ilocutórios concretizados nos textos, nota-se a presença predominante de atos assertivos nas duas cartas, mas também são encontrados atos expressivos, compromissivos e diretivos. São exemplos de atos assertivos, enunciados como (04), (08), (11), (19) e (21). Quanto aos atos expressivos, podemos vê-los materializados nos seguintes enunciados:

(27) Levo o pesar de (...). [Carta manuscrita - grifos nossos]

(28) Agradeço aos que de perto ou de longe, trouxeram me o conforto de sua amizade.
[Carta manuscrita - grifos nossos]

(29) Nada receio. [Carta-testamento - grifos nossos]

Já com relação aos atos compromissivos, observa-se que o locutor assegura em um tom de promessa que, mesmo depois de morto, estará presente ao lado do povo quando este for humilhado, estiver com fome ou for vilipendiado (13). Além disso, o locutor ainda assegura que estará presente na consciência do povo brasileiro (16) e o sacrifício feito por ele, ou seja, o seu suicídio estará para sempre na alma dos brasileiros (18). Em contrapartida, através de atos ilocutórios diretivos, o locutor espera que o povo resista (16) e, no final da carta manuscrita, avisa que o povo ainda dará uma resposta aos “fariseus” (30) e que ele espera que a sua morte seja suficiente para “apaciar a ira” dos seus inimigos (31).

(30) A resposta do povo virá mais tarde... [Carta manuscrita]

(31) Que o sangue dum inocente sirva para apaciar a ira dos fariseus. [Carta manuscrita]

3.4. COMPONENTE ESTILÍSTICO-FRASEOLÓGICA: TEXTURA MICRO LINGUÍSTICA

No que diz respeito a questões estilístico-fraseológicas, começaremos a analisar o léxico escolhido pelo locutor. Como vimos na componente semântica, por se tratar de uma carta de suicídio, os temas ‘vida’ e ‘morte’ estão fortemente marcados no discurso. Entretanto, com a ajuda do Corpógrafo, notamos que há também uma polarização forte entre os eixos do ‘bem’ e do ‘mal’. Esses resultados, que são apresentados na tabela 1, corroboram com o que já discutimos em outras componentes.

Corpus: Carta_testamento (613 átomos)				Corpus: Carta_manuscrita (265 átomos)			
	Palavras lexicais	# oc.	freq. %		Palavras lexicais	# oc.	freq. %
1	povo	9	1.468	1	povo	3	1.132
2	querem	4	0.652	2	bom	2	0.754
3	sangue	4	0.652	3	inimigos	2	0.754
4	será	4	0.652	4	interesses	2	0.754
5	vida	4	0.652	5	poderosos	2	0.754
6	defender	3	0.489	6	renúncia	2	0.754
7	escravo	3	0.489	7	amarguras	1	0.377
8	espoliação	3	0.489	8	ambiente	1	0.377
9	foi	3	0.489	9	amigos	1	0.377
10	grupos	3	0.489	10	amizade	1	0.377

Tabela 1 - Resultados da análise do corpus feita no Corpógrafo

Podemos observar na tabela acima que a carta-testamento mostra uma contraposição entre os eixos do ‘bem’, representado pelo povo, e do ‘mal’, representado pelos chamados “grupos”, ou melhor, os opositores e inimigos de Getúlio Vargas (21). Ao mesmo tempo, há uma contraposição entre os conceitos de ‘morte’, que é referenciado algumas vezes através das metáforas “sangue”, e de “vida”.

(32) Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.
 [Carta-testamento - grifos nossos]

(33) Quando vos humilharem, (..). Quando a fome bater à vossa porta, (...). Quando vos vilipendiarem, (...). [Carta-testamento - grifos nossos]

Já o povo é representado por um léxico que o coloca como vítima, pessoas trabalhadoras (32), que são humilhadas e vilipendiadas (33). Ou seja, em suma, os grupos representam o ‘mal’, os malfeitores, e o povo representa o ‘bem’. Essa contraposição também acontece na sua relação com o locutor, que faz parte do eixo do ‘bem’. Em outras palavras, pode-se dizer que locutor e alocutário, pelo menos na carta-testamento, são colocados no mesmo plano semântico.

Com relação à carta manuscrita, a tabela 1 permite-nos observar o uso de um léxico diferente para representar os eixos do ‘bem’ e do ‘mal’. Do lado do ‘bem’, além do próprio Getúlio Vargas, podemos dizer que estão o povo e alguns amigos do locutor (35). Do outro lado, encontram-se os inimigos, os poderosos (36) e, também, alguns amigos que não ajudaram o locutor quando podiam (34).

(34) Acrescente-se a fraqueza de amigos que não me defenderam nas posições que ocupavam, (...). [Carta manuscrita - grifos nossos]

(35) Levo o pesar de não haver podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia. [Carta manuscrita - grifos nossos]

(36) Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas. [Carta manuscrita - grifos nossos]

Também vale destacar que o autor faz uso de um léxico muitas vezes pejorativo, especialmente na carta-testamento, e que, como já mencionado, nos remete a contextos religiosos, tais como: “sanha”, “fariseus”, “sicários”, “hipócritas”, “torpe”, “sacrifício”, “sagrada”, “sufrágio”, “imortal”, “eternidade”, “infâmias”, “calúnias” e “ódio”.

Entretanto, por outro lado, é curioso notar que o locutor não utiliza a palavra “suicídio”. Getúlio Vargas prefere utilizar o termo ‘morte’, que tanto pode referir-se a assassinato quanto a suicídio, e a outras construções que suavizam o ato como, por exemplo, “preferi ir prestar contas ao Senhor”, “saio da vida” e “dou o primeiro passo a caminho da eternidade”. Por conseguinte, o locutor faz uso de muitos recursos estilísticos, tais como: antítese (37), eufemismo (38), enumeração (39), gradação (40), anáfora (41) e metáfora (42).

(37) E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. [Carta-testamento - grifos nossos]

(38) Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na Historia. [Carta-testamento - grifos nossos]

(39) A mentira, a calúnia, as mais torpes invencionices foram geradas (...). [Carta manuscrita - grifos nossos]

(40) Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, (...). [Carta-testamento - grifos nossos]

(41) Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. [Carta-testamento]

(42) Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus. [Carta manuscrita - grifos nossos]

3.5. COMPONENTE ENUNCIATIVA: *ETHOS*

Com relação ao *ethos*, o locutor procura construir nas duas cartas imagens de si que correspondem às de mártir e de herói do povo brasileiro. Em paralelo, observamos que o locutor busca construir uma imagem de ‘vítima’ para si mesmo (43) (44). Por um lado, a imagem de

vítima corrobora com a ideia de mártir; entretanto, por outro lado, ela contrapõe-se às ideias de autoridade e força relacionadas ao papel social de presidente da República do locutor e, principalmente, à ideia do homem que deu um golpe de estado em seu próprio governo e, por conseguinte, instaurou um governo ditatorial. Deste modo, pode-se dizer que o locutor procura construir um *ethos* discursivo nas suas últimas missivas que possa se sobrepor ao *ethos* prévio de ditador e/ou malfeitor.

(43) Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e empedir a minha ação, [...]. [Carta-testamento - grifos nossos]

(44) Acrescente-se a fraqueza de amigos que não me defenderam nas posições que ocupavam, a felonia de hipócritas e traidores a quem beneficiei com honras e mercês e a insensibilidade moral de sicários que entreguei a justiça, contribuindo todos para criar um falso ambiente na opinião pública do país, contra a minha pessoa. [Carta manuscrita - grifos nossos]

Observa-se ainda, subjacente à superfície textual, que o locutor procura convencer o locutário (o povo brasileiro) de que ambos são vítimas, uma vez que ele se diz “escravo do povo” que, por sua vez, também é escravo (45). Seguindo essa imagem de ‘vítima’, o locutor procura construir nas duas cartas um *ethos* de mártir que sofre, luta e sacrifica a própria vida pelo povo brasileiro (42) e (47), e, por conseguinte, um *ethos* de herói ao se colocar “nos braços do povo” (46) e, ao mesmo tempo, libertador desse povo que “não mais será escravo de ninguém” (45).

(45) Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. [Carta-testamento - grifos nossos]

(46) Tive que renunciar. Voltei ao govêrno nos braços do povo. [Carta-testamento - grifos nossos]

(47) Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. [Carta manuscrita - grifos nos-
sos]

Além disso, como já referido anteriormente, o autor estabelece uma polarização entre o bem e o mal nas duas cartas que reforça as imagens de mártir e herói. Do lado do bem, obviamente, estão o locutor e o povo brasileiro e, do lado do mal, encontram-se aqueles que o condenam, os seus opositores ou, nas palavras do locutor, “as aves de rapina” que querem “sugar” o povo brasileiro (10). Na carta manuscrita, o locutor ainda menciona alguns amigos que o traíram e não o ajudaram quando podiam – estes estariam do lado do mal. Também vale destacar que, sem fazer autoelogios de forma direta, o locutor se coloca como uma pessoa que tem virtudes e é benevolente. Na carta manuscrita, o locutor lamenta o fato de não o terem deixado fazer todo o bem que pretendia fazer pelo povo brasileiro (06). Já na carta-testamento, o locutor afirma que o impediram de continuar a ajudar como sempre ajudou o povo brasileiro (48) e que tentou defender o preço do maior produto nacional, o café, e também potencializar as riquezas do país com a criação da Petrobras (49). Desta forma, em ambas as cartas, o locutor coloca no ‘outro’ a responsabilidade de alguma coisa que ele tenha deixado de fazer em benefício do povo enquanto ocupou o posto de presidente da República. Além disso, como estratégia de persuasão, Getúlio Vargas procura enaltecer algumas das ações que o seu governo fez ou tentou fazer, visando mostrar, na verdade, as suas próprias virtudes. Vale dizer que, que o sujeito ‘nós’, como forma de caracterizar o governo como um todo, aparece uma única vez na carta-testamento (49). Ou seja, pode-se dizer que há um ‘eu’ que ora é coletivo - o governo, ora é individual – o próprio Getúlio Vargas.

(48) Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. [Carta-testamento]

(49) Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sôbre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder. [Carta-testamento – grifos nossos]

(50) O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. [Carta-testamento]

Por conseguinte, o locutor procura convencer o seu auditório acerca dos seus argumentos e da honradez do seu último gesto; isto é, do ato de cometer suicídio. Nesse ponto, a intertextualidade com a Bíblia é fulcral, pois serve não somente para credibilizar o locutor, mas também persuadir o ‘outro’ – os brasileiros ainda hoje são majoritariamente cristãos. Assim, pode-se dizer que o locutor procurou construir um discurso coerente com as crenças e os valores do seu auditório e construiu um *ethos* de mártir semelhante à imagem de Jesus Cristo. Como este, Getúlio Vargas foi humilhado, perseguido e traído, mas ainda assim ofereceu a sua própria vida como forma de libertar o povo e aplacar a “ira dos fariseus”. Por fim, na carta-testamento, o autor afirma que sairá da vida para a eternidade, para a vida eterna, que, de acordo com os preceitos do Cristianismo, é o lugar para onde vão os justos e os que creem e cumprem a palavra de Deus. Ou seja, mais uma vez, o locutor coloca-se do lado do bem e da justiça.

Entretanto, embora nas duas cartas haja a construção das imagens de mártir e herói, há algumas diferenças significativas na construção da imagem do locutor no momento da produção das cartas. Na carta manuscrita, o locutor se apresenta como “velho e cansado” (24) e afirma que gostaria de ficar “esquecido” no “chão da Pátria” (08). Por outro lado, na carta-testamento, ele afirma que o seu ânimo não foi abatido (50) e que entrará para a história (04) e permanecerá vivo na consciência dos brasileiros mesmo após a sua morte (13) (16). Em outras palavras, temos a contraposição das ideias de “velho e cansado” com a ideia de alguém que não se abateu apesar de ter sofrido perseguições e humilhações. Por outro lado, temos a contradição entre desejar ficar esquecido, como fica claro na carta manuscrita (08), e onipresente, isto é, presente na consciência do povo como o autor sugere na carta-testamento (13) (16).

Por fim, vale destacar os eufemismos escolhidos pelo locutor para mitigar o ato de suicídio. Na carta manuscrita, o locutor diz que “preferi ir prestar contas ao Senhor”, embora não tenha cometido nenhum crime. Já na carta-testamento, o locutor afirma que, de maneira serena, dá “o primeiro passo no caminho da eternidade”. A partir desses enunciados, poderíamos inferir que, em uma carta, o locutor coloca-se como uma pessoa mais submissa que irá explicar os seus atos “ao Senhor” e, na outra carta, como alguém mais confiante acerca dos seus atos, que sai da vida de forma serena, ou seja, com a consciência tranquila.

3.6. COMPONENTES MATERIAL, PERITEXTUAL E METATEXTUAL: SUPORTE, FRONTEIRAS E AUTOREFERÊNCIA

No que se refere à componente material, as duas cartas tiveram o papel como suporte, uma vez que na época em que foram escritas ainda não existiam computadores, telefones portáteis e todas essas outras tecnologias que nos rodeiam atualmente. Desta forma, a carta-testamento foi datilografada e a segunda carta foi escrita à mão e assinada pelo então presidente Getúlio Vargas.

Quanto à componente peritextual, de acordo com o que foi divulgado na época, as cartas não apresentavam envelopes, capas ou anexos.

Por fim, com relação à componente metatextual, não foram observadas autorreferências explícitas e/ou rótulos que pudessem representar a carta de suicídio como tal. Entretanto, como já mencionado, a primeira frase (02) da carta manuscrita fornece pistas ao leitor sobre o conteúdo da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo mostrar as diferentes estratégias linguístico-discursivas utilizadas por Getúlio Vargas para a construção do *ethos* nas duas cartas deixadas por ele antes de sua morte.

Conforme procuramos apresentar ao longo de nossa análise, o locutor buscou construir um *ethos* de mártir que sofre, luta e sacrifica a própria vida pelo povo brasileiro e, ao mesmo tempo, um *ethos* de herói que, através da sua morte, liberta esse mesmo povo. Desta forma, Getúlio Vargas conseguiu transformar o seu suicídio em um ato heroico. Sabe-se que o suicídio, embora não tenha sido sempre assim, é considerado um ato de covardia pela *doxa* e um ato condenável pelos cristãos na atualidade. Por esta razão, acredita-se que o locutor procurou construir a imagem de si à semelhança da imagem de Jesus Cristo apresentada na Bíblia. A morte de Getúlio Vargas é caracterizada por ele como um ato redentor que visa aplacar a ira dos seus inimigos e opositores políticos e, conseqüentemente, libertar o povo brasileiro.

A intertextualidade com textos bíblicos mostrou-se fulcral para a construção do *ethos* de mártir e herói do povo brasileiro, haja vista que os alocutários das duas cartas – os brasileiros – são majoritariamente cristãos. Ademais, a isotopia em torno do tema religioso ajudou a construir uma polarização entre o bem e o mal. Do lado do bem, encontram-se o locutor e o povo e, do lado do mal, encontram-se os “sicários”, as “aves de rapina”, enfim, aqueles que perseguem o locutor e os brasileiros.

Desta forma, pode-se dizer que o locutor conseguiu se colocar no mesmo plano semântico que o povo e, por conseguinte, estabelecer uma relação entre o ‘eu’ e o ‘tu’ bem-sucedida. Tendo em conta os efeitos que a carta-testamento causou na sociedade brasileira da época, concluímos que o locutor conseguiu agir sobre o ‘tu’ (coletivo) e transportar para ele a sua visão. O povo brasileiro, em resposta à carta-testamento e ao ato de suicídio, revoltou-se contra os opositores de Getúlio Vargas e fez deste seu herói. Retomando as palavras de Amossy (2019) acerca dos efeitos causados por todo enunciado que se produz, pode-se inferir que a mensagem contida na carta-testamento causou o efeito esperado pelo locutor, entretanto os seus opositores políticos é que tiveram de arcar com as conseqüências da missiva. Afinal, o locutor já estava morto quando a mesma foi lida ao público. Assim, contrariando todas as previsões da época, Getúlio Vargas conseguiu reverter o cenário político a seu favor e a sua missiva final

foi o xeque-mate que ninguém esperava. A carta-testamento representa a vitória de Getúlio Vargas e o seu legado para a história política do Brasil.

Por fim, importa dizer que as duas cartas apresentam algumas diferenças significativas tanto no âmbito do discurso quanto no que se refere à representação do locutor no momento da produção das mesmas. A carta-testamento, que foi divulgada à sociedade logo após a morte de Getúlio Vargas, tem um caráter muito mais persuasivo e apresenta um léxico mais pejorativo, que é utilizado para fazer referência aos opositores políticos do então presidente da República. Ademais, o locutor afirma que não se deixou abater pelos ódios, infâmias e calúnias. Já na carta manuscrita, Getúlio Vargas coloca-se como “velho e cansado” e, ao mesmo tempo, diz que gostaria de ficar “esquecido” em seu país em uma alusão a um possível exílio político. Essa imagem mais frágil contrapõe-se, de forma muito explícita, à tão famosa frase da carta-testamento em que Getúlio diz: “Serenamente dou o primeiro passo a caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.”. Com isso, algumas perguntas pairam no ar. Afinal, Getúlio Vargas estava se sentindo fraco por conta das humilhações e perseguições que sofria ou estava tranquilo e tinha ainda o ânimo forte? Queria ele ser esquecido ou entrar para a história? A essas perguntas, infelizmente, este trabalho não conseguiu responder e quiçá, nos atreveríamos a dizer, que talvez seja mesmo impossível encontrar respostas para elas.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (2001). En finir avec les types de textes. In M. Ballabriga (Ed.), *Analyse des discours. Types et genres: Communication et interprétation* (pp. 25-43). Toulouse: EUS.
- Adam, J.-M. (2008). *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. (M. S. Rodrigues, L. Passeggi, J. G. Silva Neto, & E. V. Leurquin, Trans.) São Paulo: Cortez.
- Amossy, R. (2019). Introdução: Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In R. Amossy (Ed.), *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. (D. F. Cruz, F. Komesu, & S. Possenti, Trans., 2 ed., pp. 9-28). São Paulo: Contexto.
- Benveniste, E. (1970, 1989). O aparelho formal da enunciação. In E. Benveniste, E. Guimarães, & et al. (Eds.), *Problemas de Linguística Geral II* (Vol. 5). Campinas: Pontes.
- D’Araujo, M. (2017). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit*. Paris: Minuit.
- Dulles, J. W. (1964). Farewell Messages of Getulio Vargas. *The Hispanic American Historical Review*, 44(4), 551–553. Acesso em 31 de Março de 2020, disponível em www.jstor.org/stable/2511711
- Maingueneau, D. (2007). A propósito do ethos. In A. Motta, & L. Salgado (Eds.), *Ethos discursivo* (2 ed., pp. 11-30). São Paulo: Contexto.
- Maingueneau, D. (2019). Ethos, cenografia, incorporação. In R. Amossy (Ed.), *Imagens de si no discurso: a construção do ethos* (D. F. Cruz, F. Komesu, & S. Possenti, Trans., pp. 69 - 92). São Paulo: Contexto.
- Neto, L. (2013). *Getúlio 1930-1945: Do Governo Provisorio Ao Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Neto, L. (2014). *Getúlio 1945-1954: De volta pela consagração popular ao suicídio* (1 ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Saraiva, C. B., & Santos, J. C. (2017). Suicídio e tentativa de suicídio em Psiquiatria Forense. In F. Vieira, A. Cabral, & C. B. Saraiva, *Manual de Psiquiatria Forense*. Lisboa: Pactor.
- Sarmento, L., Maia, B., & Santos, D. (2004). The Corpógrafo - a Web-based environment for corpora research. In M. Lino, M. Xavier, F. Ferreira, R. Costa, & R. Silva (Ed.), *Proceedings of the 4th International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC’2004)* (pp. 449-452). Lisboa: ELRA.

COSTA, VIVIANE; “Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue”: Uma análise sobre a construção do ethos /
“I can give you nothing else but my blood”: An analysis of the construction of ethos
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 67-98

Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Skidmore, T. E. (1967, 2010). *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. (B. Vargas, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras.

ANEXO I: CARTA-TES- TAMENTO DE GETÚLIO VARGAS

Mais uma vez, as forças que os interesses contra o povo coordenaram novamente, se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei um regime de liberdade social. Tive que renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os odios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras, e mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária, que destruía os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de cem milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre com-vosco. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo a vossa lado. Quando a fome bater a vossa

porta, sentireis em vos-so peito a energia para a luta por vos e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciencia e manterá a vibração sagrada para a resistencia. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrota-ram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo , não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei com-tra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infamias, a calunia, não abateram meu animo. Vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na Historia.

ANEXO II: CARTA MANUSCRITA DE GETÚLIO VARGAS

eixo á sanha dos meus inimigos o legado da minha morte.

Levo o pesar de não haver podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia.

A mentira, a calúnia, as mais torpes invenções foram geradas pela malignidade de rancorosos e gratuitos inimigos numa publicidade dirigida, sistemática e escandalosa.

Acrescente-se a fraqueza de amigos que não me defenderam nas posições que ocupavam, a felonía de hipócritas e traidores a quem beneficiei com honras e mercês e a insensibilidade moral de sicários que entreguei a justiça, contribuindo todos para criar um falso ambiente na opinião pública do país, contra a minha pessoa.

Se a simples renúncia ao posto a que fui elevado pelo sufrágio do povo me permitisse viver esquecido e tranquilo no chão da Pátria, de bom grado renunciaria. Mas tal renúncia daria apenas ensejo para com mais fúria, perseguir-me e humilharem. Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e as castas privilegiadas. Velho e cansado preferi ir prestar contas ao Senhor, não de crimes que não cometi, mas de poderosos interesses que contrariei, ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e aos humildes.

Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus.

Agradeço aos que de perto ou de longe, trouxeram-me o conforto de sua amizade.

A resposta do povo virá mais tarde...

Getúlio Vargas

Reflexões acerca do Princípio de Cooperação discursiva: Uma análise de anúncios publicitários do período pandêmico

Reflections on the Discursive Cooperative Principle:

An analysis of advertisements from the pandemic period

DURANTE, DENISE
denise.durante@docente.
unip.br

**SANTANA, KATIUSCIA
CRISTINA**
katiusia.santana@alumni.
usp.br

PALAVRAS-CHAVE:
Pandemia;
Discurso;
Publicidade.

KEY-WORDS:
Pandemic;
Discourse;
Advertisement.

Mestre e Doutora em Letras (FFLCH-USP), Docente titular da Universidade Paulista (UNIP)

Mestre e Doutora em Letras (FFLCH-USP), Pesquisadora da FFLCH-USP

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o Princípio de Cooperação, concebido no âmbito da Filosofia da Linguagem por Grice (1982 [1975]) e retomado pela Análise do Discurso sob o viés discursivo, nos estudos de Maingueneau (1990, 2018, 2015) e Charaudeau (1983, 2008). Para a consecução deste objetivo, propõe-se, nesta pesquisa, a análise de mensagens publicitárias difundidas pela plataforma de vídeos YouTube, no período inicial da incidência da pandemia do novo coronavírus no Brasil. O *corpus* da pesquisa é formado por anúncios publicitários veiculados em 2020. Trata-se de publicidades de instituições bancárias que atuam no Brasil, cujos anúncios têm semelhanças na aplicação de estratégias relacionadas a implícitos (pressupostos e subentendidos). Adota-se o método indutivo, bem como as pesquisas bibliográfica e documental. São retomados os trabalhos de Hoff (1999), Sandmann (1999), Barros (2002), Fairclough (2001) e Baudrillard (1997). Com o advento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, analisadas por Jenkins (2006), entre outros autores, torna-se imperativa a reflexão sobre como se caracteriza a publicidade, um dos discursos que exercem forte influência social.

ABSTRACT: This work aims to reflect on the Cooperative Principle, conceived in the scope of the Philosophy of Language by Grice (1982 [1975]) and taken up by Discourse Analysis under the discursive bias, in the studies of Maingueneau (1990, 2018, 2015) and Charaudeau (1983, 2008). To achieve this objective, this research proposes the analysis of advertising messages streamed by the video platform YouTube in the initial period of the incidence of the new coronavirus pandemic in Brazil. The research corpus is comprised of advertisements published in 2020. These are ads from banking institutions that operate in Brazil and show similarities with regard to the application

of strategies related to implicit elements (presuppositions and implied meanings). The inductive method is adopted, as well as bibliographic and documentary research. The works of Hoff (1999), Sandmann (1999), Barros (2002), Fairclough (2001) and Baudrillard (1997) are resumed. With the advent of new information and communication technologies, analyzed by Jenkins (2006), among other authors, it becomes imperative to reflect on how advertising, one of the discourses which have a strong social influence, is characterized.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), os espaços de circulação das mensagens publicitárias se ampliaram expressivamente. No contexto da chamada “cultura da convergência” (Jenkins, 2006), a publicidade é veiculada rapidamente pelas mais variadas mídias e plataformas digitais. Por vezes, ela se manifesta como um “ruído” (Hoff, 1999, p. 99) obstaculizante ao acesso aos conteúdos centrais que interessam aos usuários das mídias (filmes, telenovelas, notícias etc.) e, por outras vezes, converte-se em entretenimento e se torna meio de identificação de grupos de consumidores, como se observa, nas chamadas *fanpages* dos produtos de consumo e serviços, as quais contam com milhares de seguidores na Internet.

Desde 2020, com a ocorrência da pandemia do novo coronavírus, a publicidade necessitou se adaptar ao atual contexto de comunicação social. Onipresente nas sociedades de consumo e com veiculação ampliada na referida cultura da convergência, o discurso publicitário passou a divulgar conteúdos que, em certa medida, vêm contribuindo (em conjunto com o discurso jornalístico e científico, por exemplo) para a construção do imaginário social acerca da pandemia. Sendo assim, é pertinente que os estudiosos da linguagem se dediquem à reflexão sobre como se caracterizam os discursos midiáticos no período pandêmico.

Diante do contexto mencionado, propõe-se, neste estudo, uma reflexão sobre mensagens publicitárias de instituições bancárias em atuação no Brasil. Abordam-se, neste artigo, quatro textos transcritos de anúncios veiculados por essas instituições na plataforma de vídeos YouTube. Optamos pela seleção de vídeos publicitários de instituições bancárias tendo em vista as intensas dificuldades econômicas no Brasil, decorrentes, em parte, da crise sanitária causada pela pandemia, e da relevância dos serviços oferecidos pelos bancos no atual cenário social.

Os anúncios publicitários são descritos e analisados neste trabalho com base em pressupostos teóricos da Análise do Discurso, com foco nos estudos de Maingueneau (1990, 2018) e Charaudeau (1983, 2008), os quais recuperam em suas análises o Princípio de Cooperação originalmente desenvolvido por Grice (1982 [1975]), no âmbito da Filosofia da Linguagem. Kerbrat-Orecchioni (1986) retoma o Princípio de Cooperação de Grice para desenvolver os princípios discursivos gerais mobilizados pelas competências linguísticas de um sujeito falante no que diz respeito ao uso e à interpretação de implícitos em um discurso. Ducrot (1979) opta pelo termo “Leis do Discurso” que, por sua vez, também será adotado por Maingueneau (1990, 2018). Neste artigo, no entanto, optou-se pelo uso da expressão Princípio de Cooperação discursiva para a análise do *corpus*, visto que se utiliza a Análise do Discurso como principal base teórica do trabalho. Adotaram-se as pesquisas exploratória e descritiva, com a utilização de levantamento bibliográfico e documental.

Parte-se, assim, neste estudo, da hipótese de que os anúncios publicitários das instituições bancárias que compõem o *corpus* do trabalho se utilizam intensamente do Princípio de Cooperação discursiva como parte de uma estratégia argumentativa e persuasiva, cuja finalidade é a ocultação de palavras e de expressões relacionadas diretamente ao campo semântico da recente pandemia da Covid-19.

1. O PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO E AS LEIS DO DISCURSO

Dentre os postulados assumidos pela Análise do Discurso está a consideração de que, nas atividades de produção e interpretação verbais, acionamos nossa competência comunicativa composta, segundo Maingueneau (2018, p. 37), pelo domínio das Leis do Discurso e dos gêneros do discurso. Essa competência é por nós assumida espontaneamente no convívio social. Acrescenta-se à competência comunicativa a necessidade de acionarmos as competências linguística e enciclopédica. Essas competências não são estanques, mas interdependentes. Como explica Kleiman (2011), o processo de compreensão textual é caracterizado pelo emprego de conhe-

cimentos prévios e integrados: “É mediante a integração de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto.” (Kleiman, 2011, p. 13). Podemos relacionar essa explicação ao que afirmam Charaudeau e Maingueneau sobre o conceito de implícito:

Dado que não têm marca clara no enunciado (o que é o caso mais frequente), os conteúdos implícitos só podem ser identificados graças a outros fatores, em princípio contextuais: sua decifração implica (1) a intervenção de certas *informações prévias* particulares ou gerais [...] e também (2) a intervenção de *operações características da lógica natural* [...] e (3) a intervenção das *máximas conversacionais* de Grice (tendência automática a aumentar a taxa de informação ou o grau de relevância de enunciados como “A porta está aberta”, “Meu copo está vazio” etc., que aparecem como deficientes se forem tomados ao pé da letra) (Charaudeau & Maingueneau, 2006, p. 271).

O processo de comunicação verbal está relacionado, portanto, ao reconhecimento e à aceitação das “regras do jogo”, como explica Maingueneau (2018, p. 34) ou do “contrato conversacional”, como se considera na Análise Conversacional, na visão de Fraser (1980). Para interpretarmos um enunciado, partimos da aceitação de que ele é “sério” e de que o enunciador o produziu para nos comunicar algum conteúdo que se relacione, em alguma medida, conosco, com os nossos interesses. Entretanto, Maingueneau ressalta que “a característica de ser sério não está no enunciado, mas é uma condição para uma interpretação correta” (2018, p. 34). Ao adotar o pressuposto de que a língua e o discurso são produtos do contexto social e histórico, o autor explica que as “regras do jogo” comunicativo são estabelecidas por meio de convenções tácitas e relacionadas a um saber mutuamente conhecido, o que viabiliza a comunicação de conteúdos implícitos. Ele define as Leis do Discurso como “[...] um conjunto de normas que cabe aos interlocutores respeitar, quando participam de um ato de comunicação verbal.” (Maingueneau, 2018, p. 35). Essas leis estão submetidas ao Princípio de Cooperação, teoria iniciada pelo filósofo Paul Grice (1982 [1975]) que designava as referidas convenções tácitas como “Máximas Conversacionais”, essas revisitadas por Ducrot (1979) como “Leis do Discurso”. Para interpretar adequadamente o sentido de um enunciado, o enunciatário¹ deve ser capaz

1. Neste artigo, assumimos que os termos “enunciatário” e “destinatário” são sinônimos. No Brasil, é recorrente o termo “destinatário” como tradução de “co-énonciateur” (coenunciador) nas obras de Dominique Maingueneau.

de realizar inferências e alcançar a compreensão de implicaturas² em determinados contextos da situação comunicativa.

Nesse sentido, vale lembrar a posição de Charaudeau que, em consonância com os fundamentos da Análise do Discurso, recusa qualquer definição dos signos da linguagem fora de contexto. Para o autor:

[...] não se pode determinar de forma apriorística o paradigma de um signo, já que é o ato de linguagem em sua totalidade discursiva, que o constitui a cada momento de forma específica. Em outras palavras, longe de conceber que o sentido se constituiria primeiro de forma explícita em uma atividade estrutural e, em seguida, seria portador de um implícito suplementar no momento de seu emprego, dizemos que é o sentido implícito que comanda o sentido explícito para constituir a significação de uma totalidade discursiva (Charaudeau, 2008, p. 24).

Pode-se complementar a ideia de Charaudeau sobre a consideração do “ato de linguagem em sua totalidade discursiva” com a visão de Fairclough (2001) que, na abordagem da Análise Crítica de Discurso, interpreta o uso da linguagem como prática discursiva, manifestada em práticas sociais, as quais contêm textos em que se materializam os discursos e os conteúdos ideológicos. Entende-se, portanto, o discurso como uma forma de ação no mundo e de representação da realidade, delimitado pelas estruturas sociais. Considerado como forma de ação no mundo, o discurso é, por conseguinte, uma forma de ação sobre o outro. Sendo assim, vale lembrar o postulado de que: “Qualquer enunciação, mesmo que produzida na ausência de um destinatário ou na presença de um destinatário que parece passivo, se dá em uma interatividade constitutiva”, conforme explica Maingueneau (2015, p. 26).

Na perspectiva discursiva, a significação se constrói, portanto, essencialmente em dependência com o sentido implícito, sempre vinculado ao contexto histórico e social, o que se relaciona com o fato de que precisamos realizar inferências e compreendermos uma proposição implícita ou implicatura, conforme explica Maingueneau (2018, p. 36), para acessarmos os sentidos dos textos. Ao caracterizar o Princípio de Cooperação Discursiva, a Análise do Dis-

2. Para Grice (1982 [1975]), as implicaturas são informações implicadas ou inferidas pelo ouvinte segundo a interpretação semântica de um ato linguístico em situações de fala. Neste artigo, salientamos que as implicaturas acontecem em diferentes interações e em diferentes tipos de texto.

curso identifica como um dos tipos de implícito o subentendido que emerge, de acordo com Maingueneau, do “[...] confronto do enunciado com o contexto de enunciação, postulando-se que as leis do discurso são respeitadas [...]” (2018, p. 36). Um *slogan* como “A diferença é que o Estadão funciona”, do jornal *O Estado de S. Paulo*, expressa o subentendido de que os demais jornais não “funcionam”, ou seja, não cumprem adequadamente suas funções de informar. Outro tipo de implícito são os pressupostos que, diferentemente dos subentendidos, se inscrevem nos enunciados, independentemente do contexto. Uma sentença como “A mulher começou a se exercitar” contém o pressuposto de que ela não se exercitava. A diferença entre esses dois tipos de implícitos é evidente: o falante de português pode identificar mais facilmente o pressuposto, visto que possui competência linguística para compreender a estrutura da língua. Por sua vez, a compreensão de um subentendido depende de vários fatores, em especial do contexto situacional. De modo geral, os implícitos se apoiam em alguns elementos, conforme Maingueneau (1990): a competência linguística para os pressupostos; o conhecimento das Leis do Discurso e o conhecimento enciclopédico, ou seja, nosso conhecimento de mundo – os saberes compartilhados anteriores à enunciação, esse último de extrema importância para compreender os subentendidos e para fazer inferências.

Slogans publicitários ilustram a presença do pressuposto na enunciação: o *slogan* “Dê férias para os seus pés”, da marca de chinelos *Rider*, contém o pressuposto de que os pés não estavam em descanso, manifestando-se a simulação de que o enunciador (a voz enunciativa criada pelo anunciante) conhece as prováveis necessidades do enunciatário, o potencial consumidor, expressando-se, assim, no discurso, uma espécie de representação de conhecimentos mútuos e de intimidade entre os coenunciadores³ (anunciante e público-alvo da publicidade), inclusive com o uso do verbo no imperativo “Dê” para expressar um conselho.

Com base nos estudos de Grice (1982 [1975]), de Ducrot (1979) e de Kerbrat-Orecchioni (1986), Maingueneau (2018) discorre sobre as principais Leis do Discurso: a Lei da Pertinência, a Lei da Sinceridade, a Lei da Informatividade, a Lei da Exaustividade e a Lei da Modalidade.

3. Neste trabalho, o uso dos termos “coenunciador” ou “coenunciadores” designará sempre a interação ou troca de turnos discursivos entre enunciador e enunciatário.

Essas leis são formuladas por Maingueneau com a retomada principalmente do estudo *Logic and Conversation*, publicado em 1975, em que Grice aborda as conversações. Para o filósofo norte-americano, os diálogos são esforços cooperativos, visto que cada participante reconhece um propósito comum desde o início de uma interação ou no decorrer de um diálogo. Durante esse processo, alguns movimentos conversacionais são excluídos por serem considerados como inadequados e, para que isso não aconteça, os participantes deveriam respeitar regras, ou seja, as Máximas Conversacionais que são regidas por um Princípio de Cooperação. Na França, no âmbito da Análise do Discurso, essas máximas foram renomeadas como Leis do Discurso, tendo em vista que elas não estariam restritas às interações face a face. Sintetizaremos a seguir as características gerais das Leis do Discurso expostas por Maingueneau ou Princípio de Cooperação discursiva, tal como se entende neste trabalho, estabelecendo relações com as Máximas Conversacionais de Grice.

Sob o ponto de vista Griceano, a Máxima da Relação expressa que é necessário contribuir de maneira relevante para o sucesso da interação face a face. Sobre esse aspecto, na perspectiva discursiva de Maingueneau (1990, 2018), a Lei da Pertinência diz respeito à adequação da enunciação ao contexto em que ela se inclui e ao fato de que deve interessar ao destinatário. Nesse sentido, Maingueneau explica: “Toda enunciação implica sua pertinência, o que leva o destinatário a procurar confirmar essa pertinência.” (2018, p. 38). Sendo assim, por exemplo, ao acessarmos a página de uma marca comercial de algum produto ou serviço de consumo, situada em uma rede social, e nos determos na observação das mensagens ali divulgadas, temos em vista a adequação da enunciação publicitária ao contexto das redes sociais, o que contribui com a construção sociocultural convencional dos sentidos das mensagens ali inseridas. O ato de buscarmos o acesso à página digital de algum produto ou serviço em uma rede social indica que o conteúdo ali apresentado deve nos interessar, manifestando-se, assim, a Lei da Pertinência.

Grice apresenta a Máxima da Qualidade, segundo a qual se coloca a ideia de que, nas conversações, se deve dizer a verdade ou fornecer evidência adequada ao que foi dito. Com base nessa máxima, Maingueneau discorre sobre a chamada Lei da Sinceridade, nos discursos, que se constitui pelo “engajamento do enunciador no ato de fala que realiza.” (Maingueneau, 2018, p. 38). Ela está envolvida com várias regras do jogo comunicativo, segundo o autor, em que se deve ter condições de garantir a verdade sobre o que se afirma.

No que concerne à publicidade, uma de suas características é a presença de enunciados focados no destinatário e que visam conduzi-lo ao ato de compra do produto ou serviço anunciado. Um dos procedimentos possíveis para a obtenção da persuasão é a exploração da função conativa da linguagem para gerar um efeito de proximidade em relação ao possível consumidor. Essa função da linguagem, descrita por Jakobson (1969), é, como se sabe, predominante no discurso publicitário e se presentifica, por exemplo, pelo emprego de vocativos, pronomes pessoais da segunda pessoa do discurso e do modo Imperativo. O *slogan* do banco brasileiro Caixa Econômica Federal “Vem pra Caixa você também” ilustra a presença da função conativa, por exemplo.

A publicidade, entretanto, caracteriza-se pela apresentação de mensagens hiperbólicas, nas quais faz parte das “regras do jogo” interativo a percepção do destinatário sobre o proposital exagero que caracteriza esse discurso: “Bombril: tem mil e uma utilidades” é um dos *slogans* que se tornaram célebres por, de certo modo, relativizarem a “Lei da Sinceridade” no discurso publicitário. Deve-se ressaltar, entretanto, que estratégias discursivas como a aplicação da hipérbole não devem se confundir com a chamada “propaganda enganosa”. Nesse tipo de propaganda, ocorre a completa violação da Lei da Sinceridade, visto que não se pode garantir a verdade sobre o que se diz sobre o produto ou serviço.

Sobre a Máxima de Quantidade, Grice defendia que a contribuição dos falantes deveria ser tão informativa quanto solicitado em uma dada conversação: “Faça com que sua contribuição

seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação).” (Grice, 1982 [1975], p. 87). Baseado nessa máxima griceana, Maingueneau explica sobre a Lei da Informatividade no contexto da Análise do Discurso. Nela, postula-se que os enunciados precisam apresentar informações novas ao destinatário. O autor observa, todavia, que é necessário considerar a situação para avaliar essa regra. Maingueneau cita o exemplo de um anúncio da marca de automóveis Fiat, de 1997 (cujo título era “Para aqueles a quem o Punto já não bastava, aqui está o Punto”) em que cabe ao destinatário inferir que a propaganda está anunciando uma nova versão do modelo Punto. A publicidade se caracteriza pelo uso de repetições e redundâncias, os quais visam frequentemente ampliar o poder de captação da atenção do público-alvo e a memorização fácil e rápida dos apelos comerciais. Assim, a repetição na publicidade pode constituir-se como um componente estilístico e de expressividade, um recurso argumentativo eficaz, o que também exige do destinatário a capacidade de reconhecer os traços típicos desse tipo de discurso com vistas a interpretá-lo adequadamente.

Ainda com base na Máxima da Quantidade, introduzida por Grice (1982 [1975], p. 87), Maingueneau considera a Lei da Exaustividade como outra Lei do Discurso. Ela se relaciona com a apresentação de informação “máxima” (Maingueneau, 2018, p. 39) por parte do enunciador, ou seja, todas as informações consideradas necessárias devem estar explícitas no enunciado de acordo com a situação comunicativa. Sendo assim, um anúncio que oferte crédito consignado deve conter informações sobre a identificação da instituição que oferece o serviço, a indicação sobre quem tem direito a esse tipo de crédito e sob quais condições, bem como por quais meios (endereço de um *site* ou telefone para contato) se podem obter informações detalhadas sobre a oferta de crédito. Anunciar apenas que se oferece crédito consignado não se adapta às características de um anúncio, o que fere a Lei da Exaustividade.

Por sua vez, clareza e economia na escolha da linguagem caracterizam as Leis da Modalidade, conforme explica Maingueneau (2018, p. 40). O autor retoma, desse modo, a Máxima de Modo, de Grice, sintetizada pelo enunciado: “Seja claro” (1982 [1975], p. 87), expressa pelo

autor norte-americano. Sendo assim, deve-se evitar a obscuridade de expressão, de forma a contribuir de maneira clara e ordenada em um diálogo. Evidentemente, como indica Maingueneau, clareza e economia são normas do discurso que variam conforme os gêneros discursivos. Na publicidade, segundo Maingueneau, pode haver a suspensão das leis usuais da modalidade, com mensagens que propositadamente causam estranhamento para atrair a atenção do público-alvo. Entretanto, usualmente o discurso publicitário se constitui por textos destinados à compreensão rápida e fácil, visto que, ao disputar o interesse do destinatário com outros conteúdos veiculados pelas mídias, a publicidade deve ser hábil em captar rapidamente e manter a atenção, com vistas a não afastar o interesse do público. Assim, entretanto, o receptor do texto publicitário deve estar atento a estratégias de manipulação por meio das quais se ocultam informações relevantes ou se utilizam de linguagem imprecisa, o que pode gerar prejuízos ao consumidor.

2. O PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO DISCURSIVA E OS ANÚNCIOS DOS BANCOS NO PERÍODO PANDÊMICO

Como informamos inicialmente, os textos dos anúncios analisados desta pesquisa foram extraídos da plataforma de vídeos YouTube. Trata-se de anúncios veiculados no início da pandemia no Brasil, um período de adaptação inicial da sociedade brasileira às restrições impostas pela emergência sanitária e marcado por intensas mudanças em relação às condições de trabalho, de estudo e de lazer, por exemplo, o que, em certa medida, repercutiu sobre os conteúdos dos anúncios publicitários, especialmente dos anúncios de instituições que prestam serviços financeiros.

Os anúncios selecionados foram veiculados pelas páginas das instituições bancárias no YouTube. Mas, deve-se observar que esses mesmos anúncios foram inseridos também como mensagens publicitárias introdutórias apresentadas previamente ao acesso dos internautas a vídeos com conteúdos de interesse central, como vídeos de músicas, filmes, aulas e palestras, entre

outros. Todos os vídeos da plataforma são antecidos pela apresentação de mensagens comerciais que, após alguns segundos de exposição, podem ser “pulados” pelo internauta: “Pular anúncios” é a mensagem indicada ao usuário da plataforma para que ele, após cerca de cinco segundos, não precise assistir ao anúncio comercial até o fim.

Desse modo, a publicidade se inclui no YouTube e em outras mídias, como uma espécie de ruído ou “obstáculo”, como dissemos inicialmente, como um elemento marginal e secundário, quando se deseja acessar qualquer conteúdo central de interesse ou que atraia a nossa atenção. Esse aspecto se relaciona com a Lei da Pertinência, retomada por Maingueneau (2018, p. 37) com base na Máxima da Relação enunciada por Grice (1982 [1975]). No caso dos anúncios do YouTube, que antecedem o acesso aos conteúdos centrais, a Lei da Pertinência pode não ser satisfeita, visto que a presença da enunciação publicitária em meio ao contexto de consumo dos vídeos desejados pode não ser compreendida como agradável pelos internautas. A mencionada expressão “pular anúncios” sinaliza que uma das regras do jogo da interação no YouTube é a de que o anúncio não precisa ser assistido até o final, mas apenas por alguns segundos, o que, por sua vez, coloca em relevo o mencionado caráter de “intrusa”⁴ da publicidade. Como dissemos, esse aspecto pode justificar, em parte, o intenso esforço criativo das agências de propaganda para revestirem suas peças publicitárias com características de entretenimento para atrair o público, mobilizando seus desejos e emoções. Sendo assim, até temas como a necessidade urgente de empréstimo consignado, nos anúncios dos bancos, por exemplo, são associados à obtenção de satisfação e tranquilidade, como observaremos no anúncio do banco Itaú a seguir analisado.

3. ASPECTOS DO PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO DISCURSIVA MANIFESTADO NOS ANÚNCIOS BANCÁRIOS

O Princípio de Cooperação discursiva relaciona-se com a condição de que, para interpretar os significados de determinado enunciado, é preciso que o enunciatário realize inferências e

4. Sobre esse aspecto, cabe mencionar o que explica Sandmann: “a linguagem da propaganda enfrenta o maior dos desafios: prender, como primeira tarefa a atenção desse destinatário [o destinatário da mensagem propagandística]” (1999, p. 12).

compreenda implicaturas, mobilizando sua competência comunicativa e seus conhecimentos linguístico e enciclopédico. Considerando-se esse aspecto das atividades interacionais e discursivas, observemos o texto a seguir transcrito entre aspas, o qual é parte de um dos anúncios em vídeo do banco Itaú, inserido na plataforma YouTube em 30 de abril de 2020⁵:

5. O vídeo do anúncio pode ser visto na página do banco Itaú, no YouTube, por meio do seguinte endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=IIaKxG0mmX0>>. Consultado em 25/04/2021.

Texto 1 – Anúncio do banco Itaú

- Testemunho do cliente do Itaú: “Como um aposentado vai conseguir crédito sem poder sair de casa? Por enquanto, eu tenho que usar o aplicativo e fiz o empréstimo consignado no Itaú. Em 2027, eu termino de pagar. Foi fácil, não é difícil, não. Agora, eu me sinto tranquilo para seguir a vida.”
- Mensagem com voz enunciativa do Itaú: “A gente sabe que não vai ser fácil. Mas, juntos vamos passar por essa. Acesse o site e confira a condição do Itaú feita pra você.”

As três primeiras linhas do Texto 1 acima transcrito, do anúncio do banco Itaú, apresentam o depoimento falado de um idoso, identificado com o nome de Silvano, aposentado e correntista do Banco Itaú. O senhor Silvano relata sua experiência durante a pandemia para obter crédito consignado. Expõe-se inicialmente, nesse texto, uma comunicação com aspectos semelhantes aos da conversação espontânea cotidiana, com a representação de um diálogo informal, o que é característico do discurso publicitário, conforme caracteriza Sandmann (1999). O destinatário do anúncio é interpelado por uma mensagem que exprime proximidade e a referência a prováveis conhecimentos partilhados.

Envolvido pela criação dessa atmosfera de intimidade e identificação, típica da interação oral, a mensagem verbal do anúncio principia apoiada no pressuposto de que o destinatário (o potencial consumidor) conhece as condições de distanciamento social exigidas pela gravidade da pandemia. Ou seja, elabora-se um texto baseado na noção de que os coenunciadores estão cientes de que compartilham semelhante realidade histórica e social. Note-se que, na primeira

frase do anúncio, coloca-se uma pergunta ao destinatário da peça publicitária (o que contribui para se manter a representação ou encenação de um contexto de conversação espontânea e informal). A compreensão do significado dessa pergunta depende dos conhecimentos prévios partilhados entre os coenunciadores: ambos conhecem as dificuldades para se obter crédito consignado, bem como as restrições para sair de casa durante a pandemia, particularmente entre os idosos, grupo com grande risco de desenvolver formas graves de infecção pelo novo coronavírus.

Não há, no entanto, no início ou ao longo do anúncio qualquer menção explícita à gravidade da Covid-19 ou à pandemia. A mensagem já é iniciada com a intenção de promover o efeito de que enunciador e enunciatário compartilham a mesma experiência social e não é preciso mencioná-la explicitamente para que a mensagem adquira os efeitos interpretativos desejados. Sabe-se que algo grave está ocorrendo, porém se busca ocultar o problema, de modo que o não-dito torna-se tão relevante quanto o dito. A referência direta à pandemia parece se manifestar como um tabu linguístico, uma espécie de menção indevida e inadequada em uma peça de propaganda comercial.

O aspecto acima mencionado coloca em evidência a importância do Princípio de Cooperação discursiva na construção textual, sobretudo em interações faladas espontâneas (ou que as imitam ou as representam, como ocorre no anúncio), em que se materializa no texto um discurso de igualdade de conhecimentos e informações partilhadas sobre o momento histórico e de urgência vivido pelos coenunciadores. Esse princípio permite à publicidade evitar a apresentação de informações de sentido negativo sobre a pandemia, como o número de hospitalizações e mortes por Covid-19. A exploração pela propaganda da possibilidade, oferecida pela natureza do discurso, de comunicar por meio do Princípio de Cooperação, converte-se, portanto, em uma das estratégias que permitem à publicidade dos bancos abordar a pandemia do novo coronavírus sem mencioná-la diretamente.

Trata-se, como dissemos, de aspecto fundamental para o sucesso da publicidade cujo discurso se caracteriza pela apresentação de universos de satisfação, felicidade e resolução simples e eficaz de quaisquer problemas ou dificuldades. Conforme explica Charaudeau (1983), o discurso publicitário se erige com a ideia de que há um problema, de que se deseja a solução desse problema e de que o produto ou serviço anunciado são os únicos meios para a resolução rápida e fácil de qualquer dificuldade (como a obtenção de crédito consignado, como no caso do anúncio acima mencionado).

Diversas expressões utilizadas no anúncio indicam o acionamento do Princípio de Cooperação discursiva como um mecanismo viabilizador para transmissão de um discurso em que se ocultam as designações diretamente ligadas à pandemia. Veja-se o uso da expressão adverbial “por enquanto”, por exemplo. A escolha dessa expressão mantém subentendida a possível transitoriedade da pandemia.

Cabe notar que a referência ao uso do aplicativo do banco remete ao contexto social de extrema dificuldade para os idosos no que se refere ao acesso aos serviços digitais oferecidos pelas instituições bancárias, os quais são descritos pelo idoso que protagoniza o anúncio como sendo de “fácil” utilização. Vale lembrar, no entanto, que o discurso veiculado no anúncio contrasta com uma pesquisa realizada, em 2020, pelo SESC São Paulo e pela Fundação Perseu Abramo, intitulada “Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade”. Nessa pesquisa, verificou-se que 72% da população idosa brasileira nunca utilizaram um aplicativo e 62% jamais acessaram uma rede social⁶. Sendo assim, revela-se um quadro de altos níveis de exclusão digital dos idosos no Brasil, o que, de certo modo, justifica o fato de o anunciante se empenhar em informar e persuadir o público, por meio da voz enunciativa de um idoso, de que é fácil utilizar aplicativos para se conseguir crédito consignado.

Além do texto falado pelo personagem Silvano, no anúncio, há no Texto 1 igualmente uma mensagem falada que transcrevemos, na qual se expressa a voz enunciativa da instituição ban-

6. A pesquisa pode ser acessada na íntegra no site da Fundação Perseu Abramo, no seguinte endereço eletrônico: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/idosos-no-brasil-vivencias-desafios-e-expectativas-na-terceira-idade/>>. Consultado em 27/04/2021.

cária: “A gente sabe que não vai ser fácil. Mas, juntos vamos passar por essa. Acesse o site e confira a condição do Itaú feita pra você.” Sobre esse trecho, deve-se observar o emprego da expressão informal do português do Brasil “a gente” para se referir à instituição bancária. Trata-se de outro elemento associado à comunicação amistosa que se deseja estabelecer com o público consumidor, ainda que se mantenha uma diferenciação entre a instituição bancária e o cliente ou potencial cliente. Sobre o uso de “a gente” nos anúncios de bancos, vale mencionar o que explica Barros (2002, p. 31): “[...] constrói-se uma relação informal, mas não subjetiva entre os diferentes, entre os que ocupam e cumprem papéis diferentes (mais diferentes se o destinatário for ele, mas próximos se for você)”. Ou seja, as escolhas lexicais contribuem para a criação das identidades e das relações sociais, conforme indica Fairclough (2001), ao apontar para o discurso como mecanismo de poder nas sociedades.

O enunciado “A gente sabe que não vai ser fácil” ganha sentido com a compreensão do contexto implícito da pandemia. Poder-se-ia perguntar “o que não vai ser fácil?”, caso não se soubesse dos implícitos que sustentam essa asserção. Em seguida, afirma-se: “Mas, juntos vamos passar por essa.” Novamente, mantém-se implícita a designação da pandemia substituída por uma expressão eufemística de cunho popular: “passar por essa”, em que se subentende, superar a dificuldade, sobretudo financeira, gerada pela pandemia. Além disso, nesse mesmo enunciado, manifesta-se a função maternal (cf. Baudrillard, 1997, p. 176) e protetiva associada ao discurso publicitário, com que recorrentemente se intenta transmitir o efeito de preocupação em auxiliar o consumidor.

Já no terceiro enunciado, “Acesse o site e confira a condição do Itaú feita pra você”, pode-se pensar na Lei da Exaustividade discursiva (relacionada à Máxima da Quantidade, de Grice), com que se exige, na publicidade, que se ofereça a informação máxima sobre a oferta anunciada. O referido enunciado está combinado com um outro enunciado presente na parte superior da tela do anúncio em que se lê: “A condição do Itaú feita para ajudar o Silvano e milhares de correntistas”. Só será possível saber qual é a condição citada pelo anunciante por meio do

acesso ao site da instituição bancária (o que, como vimos, pode ser difícil para os idosos frente à exclusão digital que os atinge no país). A Lei da Exaustividade, ainda que existente, é pouco explorada, portanto, no referido anúncio. Deve-se mencionar que a imprecisão e a falta de informações complementares, na publicidade dos bancos, tendem a levar ao endividamento, conforme explica em depoimento a economista Ione Amorim, ao comentar sobre uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec):

São mensagens muitas vezes com informações insuficientes ou enganosas, que despertam o impulso do consumidor, desconsideram os riscos e contribuem para o aumento do superendividamento. Em nenhuma publicidade avaliada havia alertas sobre riscos. (AMORIM *apud* L&S Propaganda, 2020).⁷

7. Esse depoimento é parte de uma entrevista publicada em 22 de maio de 2020, no site L&S Propaganda, disponível em: <<https://limaesantana.com.br/publicidade-de-bancos-e-imprecisa-e-estimula-endividamento-diz-idec-2>>. Consultado em 25/04/2021.

A ausência de informações relevantes ou a insuficiência dos dados apresentados pode ser relacionada igualmente com a Lei da Modalidade, explicada por Maingueneau (2018, p. 40). Como vimos, essa lei se vincula à necessidade de clareza e economia da linguagem. No caso dos anúncios que compõem o *corpus* deste trabalho, a economia da linguagem poderia ser justificada pelo fato de os anúncios terem a curta duração de 30 a 60 segundos, mas evidentemente esse aspecto pode ser associado igualmente à necessidade de se focar em pouco tempo apenas as informações mais relevantes capazes de persuadir o destinatário a desejar ou efetivamente consumir o produto ou serviço anunciado. Assim, eventuais dificuldades ou riscos ao consumidor podem permanecer ocultos.

8. O vídeo completo do anúncio pode ser acessado na página do Banco do Brasil no YouTube por meio do seguinte endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=VxQKnrcwtpE>>. Consultado em 20/04/2021. Até essa data de acesso, o vídeo já contava com 11.599.111 visualizações.

O texto de um dos anúncios do Banco do Brasil⁸, inserido a 22 de abril de 2020 no YouTube, pode igualmente nos auxiliar a compreender a importância do Princípio de Cooperação para a construção discursiva de ocultação da pandemia nos anúncios dos bancos. Considere-se a mensagem a seguir:

Texto 2 – Anúncio do Banco do Brasil.

O Brasil precisa muito dos brasileiros. E nós do Banco do Brasil vamos ajudar você e sua empresa. Sempre fomos o maior parceiro da micro e pequenas empresas. Não é agora que você mais precisa que vai ser diferente. Continue contando com as nossas soluções para cuidar do seu negócio. Pelo chat, pelo telefone, seja como for. Nessas horas, um banco tem que ser assim, mais humano do que nunca. Banco do Brasil, mais que digital.

Como no referido anúncio do Banco Itaú, o Texto 2, do Banco do Brasil, se caracteriza igualmente pela adoção do estilo de conversação espontânea direcionada ao destinatário da mensagem. Emprega-se o pronome pessoal “nós” para se fazer referência à instituição bancária e seus funcionários (cujas imagens estão representadas na vídeo) e o pronome informal “você” (pronome de tratamento informal, na variedade brasileira de uso da língua portuguesa, diferentemente dos termos de tratamento formal “o senhor” ou “a senhora”, que geralmente não são utilizados nos anúncios publicitários brasileiros), para se evocar o destinatário, o que é característico, como já mencionado, na enunciação dos anúncios de bancos, conforme explica Barros (2002).

Nota-se novamente a introdução ao tema das dificuldades decorrentes da pandemia sem que haja a menção direta e explícita a ela: “Não é agora que você mais precisa que vai ser diferente”. Esse enunciado indica um momento de urgência, sem que se explicita qual é a causa objetiva e factual dessa urgência. Por meio do conhecimento das regras do jogo interativo e da cooperação discursiva, em que, como vimos, a construção dos sentidos se efetiva pelo acionamento de conhecimentos e informações prévias, o destinatário da mensagem pode compreender, por exemplo, o dêitico temporal “agora”, referente ao momento da pandemia, bem como as demais implicaturas do anúncio, sem que o anunciante necessite quebrar a regra de que a publicidade deve estar envolvida pelo universo da positividade e da resolução simples e fácil de problemas, mantendo apenas implícita a gravidade da crise sanitária.

9. Charaudeau (1983, p. 121) formula um modelo da organização narrativa do discurso publicitário, que se pode resumir como: o indivíduo/consumidor tem uma carência ou falta e busca completar essa carência por meio do resultado proporcionado pelo produto, de modo que o resultado do produto de certa marca, com qualidades específicas, se converte em um auxiliar da busca do indivíduo/consumidor para preencher sua carência.

10. Essa citação está no artigo intitulado “Concentração bancária no Brasil”, publicado em 21 de abril de 2021 no site “A Terra é Redonda.” O artigo completo pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: < <https://aterraeredonda.com.br/concentracao-bancaria-no-brasil/> >, Consultado em 25 /04/2021.

11. Vale mencionar que Charaudeau e Maingueneau (2006, p.263) explicam o aspecto hiperbólico característico do texto publicitário.

Sendo assim, confirma-se, nos Textos 1 e 2, a hipótese de que o Princípio de Cooperação discursiva viabiliza a manutenção de características do domínio discursivo publicitário, como a manutenção do universo de positividade e resolução facilitada de dificuldades. Ademais, como no Texto 2, o anunciante se apresenta discursivamente ao destinatário como um “amigo” ou “auxiliar” (cf. Charaudeau, 1983, p. 121)⁹, capaz de ajudá-lo a superar quaisquer das suas dificuldades financeiras decorrentes da pandemia, manifestando-se, mais uma vez, a função maternal, identificada por Baudrillard na publicidade. Podemos nos remeter à ideia de que essa função maternal não explícita, nos anúncios, aspectos como o fato de que o Brasil é o segundo país com maior concentração bancária, correspondente a 80%, conforme aponta Octaviani, ex-membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em texto publicado no site “A Terra é Redonda”:

A concentração bancária brasileira é altíssima, superando os 80%. O FMI mapeia inúmeras experiências na faixa de 40%; os EUA em 2016 apresentavam concentração de 43%, que se elevou entre o ano de 2000 (28.06%) e 2008 (41.75%), quando eclodiu a crise financeira. Com a crise, o Estado norte-americano ordenou concentrações bancárias, mas dez anos depois o resultado era pouco mais de 40%. A China apresenta concentração bancária de 37% e a Índia de 36%. Nossa concentração bancária, como afirmou o Banco Central, é superada no mundo somente pela Holanda, cujos 5 maiores bancos detêm 89% dos ativos totais. (Octaviani, 2020).¹⁰

Diante dos números apontados por Octaviani, evidencia-se o quanto os textos dos anúncios enfocados neste trabalho criam discursos em que se omitem dados e informações de modo que podem ferir as leis do discurso, sobretudo no que concerne às Leis discursivas da Informatividade e Exaustividade. Ressalta-se o aspecto hiperbólico¹¹ que marca o discurso de auxílio e de apoio, próximo a um discurso assistencialista, aos correntistas dos bancos no momento de dificuldades econômicas da pandemia, visto que se pode questionar a validade da apresentação de um discurso sobre “auxílio” ou “ajuda” ao propiciar condições de crédito à população, consideradas adequadas por bancos cuja lucratividade, como se sabe, é excessivamente elevada no Brasil.

Em vista disso, deve-se ressaltar que, nos comentários escritos pelos internautas nas páginas das instituições bancárias, manifestam-se frequentemente textos de indignação contra o papel social dos bancos no Brasil. Um dos comentários que podemos citar é o que segue: “Que maravilha! As maiores ratazanas do sistema bancário se juntaram para terminar de acabar com a vida dos pequenos empresários. E alguém acha que isso é ajuda???”¹² Esse comentário foi publicado na página do canal do banco Bradesco no YouTube. O comentário do internauta se refere a um anúncio cujo texto possui elementos semelhantes aos Textos 1 e 2, ora analisados.

O texto transcrito a seguir resulta de uma mensagem conjunta dos bancos Bradesco, Itaú e Santander. O anúncio foi inserido no YouTube em 27 de março de 2020:¹³

Texto 3 – Anúncio dos bancos Bradesco, Itaú e Santander

Bradesco, Itaú e Santander juntos atendem a quase 500.000 pequenas empresas que são clientes com faturamento inferior a 10 milhões de Reais por ano. Elas geram mais de 5 milhões de empregos e salários. A partir de agora, essas empresas com folha de pagamento em dia em um dos três bancos vão ter os salários dos seus funcionários garantidos por dois meses com um financiamento de até 3 anos e juro 80% menor que o normal: 3.75% ao ano. Este é um programa criado em parceria com o Tesouro, o Banco Central e os três maiores bancos privados do país porque tudo o que a gente quer é que você cuide da sua saúde, sim, mas mantendo a sua empresa viva.

O Texto 3 acima transcrito é falado, no vídeo do anúncio, por uma jovem, em ambiente semelhante ao de uma agência bancária. Ela explica ao destinatário do anúncio sobre como as três instituições financeiras mencionadas propiciarão “a partir de agora” (atente-se ao emprego do dêitico temporal “agora” como possível referência implícita ao momento da pandemia) apoio às empresas para se evitar a demissão de funcionários. Novamente, não há menção direta e explícita ao contexto da pandemia. Diferentemente dos Textos 1 e 2, o Texto 3 apoia-se predominantemente na argumentação racional baseada nas chamadas “provas concretas”, com a

12. O comentário citado pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=w42DrqU8aI4>>. Consultado em 28/04/2021. O texto foi extraído da página em que está o anúncio dos bancos Bradesco, Itaú e Santander, inserido no YouTube em 27 de março de 2020.

13. O vídeo completo do referido anúncio está disponível no site do banco Santander Brasil, no YouTube, e pode ser assistido por meio do endereço eletrônico a seguir: <<https://www.youtube.com/watch?v=w42DrqU8aI4>>. Consultado em 15/03/2021.

apresentação de números e percentuais, o que sustenta a Lei da Sinceridade. Buscam-se dados concretos para ancorar a argumentação, com vistas a demonstrar a verdade para o consumidor para gerar um efeito de confiança no tocante à instituição bancária. O argumento emocional se concentra nos enunciados finais do anúncio: “[...] porque tudo o que a gente quer é que você cuide da sua saúde, sim, mas mantendo a sua empresa viva.” Está implícito, nesses enunciados, o contexto da pandemia, dos perigos para a saúde que são associados aos perigos para a “vida” das empresas. Apresenta-se, novamente, o uso da expressão “a gente” para se fazer referência aos bancos e “você” para se referir aos destinatários, buscando-se efeitos de informalidade e familiaridade na interação, ou seja, reforçando o predomínio da função conativa.

De modo a complementar nossa análise, incluímos a transcrição do texto apresentado em um anúncio do Banco Itaú, inserido no YouTube em 27 de abril de 2020¹⁴.

14. O vídeo completo do anúncio pode ser acessado na página do banco Itaú, no YouTube. O endereço eletrônico para acesso ao vídeo é: <<https://www.youtube.com/watch?v=WZQ2SExykIY>>. Consultado em 12 /04/2021.

Texto 4 – Anúncio do Banco Itaú

Não vai ser fácil. Estamos passando por um momento sem precedentes. Por isso, o Itaú está colocando em prática iniciativas inéditas. Criamos o Todos pela Saúde e doamos mais de 1 bilhão de reais para combater o Covid-19. Agora lançamos o maior plano da nossa história para cuidar da sua saúde financeira. Flexibilizando carências, prazos e taxas para apoiar nossos mais de 20 milhões de clientes. Você, com empréstimo em dia, tem até 120 dias para a próxima parcela e novo prazo de até 6 anos. Você, empreendedor, com empréstimo em dia, tem até 180 dias para a próxima parcela e novo prazo de até 5 anos. Tudo com a mesma taxa de juros em todo o período. E para contas em atraso, temos uma renegociação especial. Todo o Itaú, do presidente ao seu gerente, está trabalhando para oferecer condições especiais para cada cliente atravessar este momento. É nessas horas que seu banco mostra que é feito para você. A gente sabe que não vai ser fácil. Mas, juntos vamos passar por essa. Acesse o nosso site e confira.

Diversas características presentes nos Textos 1, 2 e 3 citados se repetem no Texto 4: o uso das expressões informais “a gente”, para designar o anunciante, e “você”, para se referir ao destinatário”, o que se relaciona com a simulação discursiva de uma interação informal e familiar em relação ao destinatário (considerando-se a variedade brasileira da língua portuguesa, conforme citado anteriormente); a utilização de um discurso de proteção e de auxílio aos clientes, sendo a marca, o produto ou serviço um “auxiliar” (Charaudeau, 1983, p. 121) do enunciatário. Deve-se observar a recorrência ao uso do enunciado “Não vai ser fácil” presente também no Texto 1, ou seja, a utilização proposital de uma sentença sem identificação do sujeito, mantendo-se implícita a dificuldade referida, o que se pode viabilizar pelo Princípio de Cooperação, conforme mencionado. Cabe notar, ademais, a semelhança direta da seleção vocabular do Texto 2 com o Texto 4 em que se emprega a expressão “nessas horas”. Deve-se observar igualmente o uso de “passar por essa”, presente nos Textos 1 e 4, com que se evita empregar outras expressões, por exemplo, como “superar a pandemia do novo coronavírus” ou “superar as dificuldades da crise sanitária”.

As referidas expressões temporais, como vimos, podem ser interpretadas como eufemismos aplicados pelos anunciantes para “escaparem” dos termos que se podem considerar, por ora, tabus nos anúncios do *corpus* deste trabalho, ou seja, os termos “proibidos” no universo de positividade, de alegria e de felicidade típico da propaganda comercial. Salientamos, entretanto, que o Texto 4 foi o único do *corpus* em que houve a ocorrência da expressão Covid-19. Ou seja, entre os quatro anúncios selecionados, apenas um menciona o nome da doença responsável pela pandemia, o que pode ser expressivo em relação à forte tendência a se evitar, nos anúncios, termos diretamente relacionados à crise sanitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, neste artigo, desenvolver um levantamento inicial e provisório sobre alguns dos aspectos discursivos que caracterizaram os anúncios das instituições bancárias veiculados no início do período da pandemia do novo coronavírus no Brasil em 2020. Tendo-se em vista as dimensões deste trabalho, enfocaram-se apenas alguns dos aspectos do discurso verbal dos anúncios. Ressalte-se, entretanto, que há evidentemente várias características da multimodalidade dos anúncios que, em pesquisas posteriores e complementares a esta, deverão ser considerados para se obter uma descrição e interpretação mais exaustiva dos anúncios.

Focou-se, neste trabalho, na análise de quatro textos que podem confirmar a hipótese inicial de nossa reflexão, ou seja, a ideia de que o Princípio da Cooperação discursiva propiciou aos anunciantes a possibilidade de omitir ou ocultar, nos discursos apresentados ao público, referências diretas ao contexto de grave crise pandêmica. O Princípio de Cooperação, originalmente apresentado por Grice, na década de 1960, e retomado pela Análise do Discurso, ou seja, um princípio inerente do processo interativo, converteu-se, portanto, em um recurso conveniente à adaptação das mensagens dos bancos sobre os “auxílios” prestados à sociedade pelas instituições bancárias, afastando as mensagens da realidade brutal e dos efeitos dramáticos da pandemia no Brasil. Conclui-se que o não dito e o implícito exerceram extrema relevância para a construção discursiva dos anúncios analisados.

REFERÊNCIAS

- Barros, D. L. P. de. (2002). Interação em Anúncios Publicitários. In PRETI, D. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. Série Projetos Paralelos. V. 5. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, pp. 17-44.
- Baudrillard, J. (1997). *O sistema dos objetos*. (3ª ed.). Tradução de Zulmira R. Tavares. São Paulo: Perspectiva.
- Charaudeau, P. (1983). *Langage et Discours*. Éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique). Paris: Hachette.
- Charaudeau, P. (2008). *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto.
- Charaudeau, P.; Maingueneau, D. (2006). *Dicionário de Análise do Discurso*. (2ª ed.). Coordenação da Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto.
- Ducrot, O. (1979). Les lois de discours. In: *Langue française*, 42, pp. 21-33.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Ed. UNB.
- Fraser, B. (1980). Conversational Mitigation. *Journal of Pragmatics*, 4, pp. 341-350.
- Grice, H. P. (1982). Lógica e conversação. In DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*, vol. IV, Campinas: [s.n.], pp. 81-103.
- Grice, H. P. (1975). Logic and Conversation. In Cole, P.; Morgen, J. L. (orgs.) *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. Nova York: Academic Press.
- Hoff, T. M. C. (1999). *O argumento emocional na publicidade*. Tese de Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa, FFLCH/USP.
- Jakobson, R. (1969). *Linguística e Comunicação*. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo.
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência*. Tradução de Susana Alexandria. (2ª ed.). São Paulo: Aleph.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1986). *L'implicite*. (2ª ed.). Paris: Armand Colin.
- Kleiman, A. (2011). *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. (14ª ed.) Campinas: Pontes.

L&S Propaganda. (2020). *Publicidade de bancos é imprecisa e provoca endividamento*. Acesso em abril 20, 2021 em <https://limaesantana.com.br/publicidade-de-bancos-e-imprecisa-e-estimula-endividamento-diz-idec-2/>

Maingueneau, D. (1990). *Pragmatique pour le discours littéraire*. Paris: Bordas.

Maingueneau, D. (2015). *Discurso e Análise do Discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial.

Maingueneau, D. (2018). *Análise de textos de comunicação*. (6ª ed. ampliada). Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez.

Octaviani, A. (2021). *Concentração bancária no Brasil*. Acesso em abril 22, 2021 em <https://aterraerredonda.com.br/concentracao-bancaria-no-brasil>

Sandmann, A. J. (1999). *A linguagem da propaganda: linguagens especiais, morfossintaxe e semântica da propaganda, propaganda e retórica*. São Paulo: Contexto.

A mulher por ela mesma em três clipes brasileiros: uma análise semi-discursiva

The woman by herself in three Brazilian clips: a semi-discursive analysis

**FERES, BEATRIZ DOS
SANTOS**
beatrizferes@id.uff.br
**MONNERAT, ROSANE
SANTOS MAURO**
rosanemonnerat@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Universidade Federal Fluminense (Brasil)

PALAVRAS-CHAVE:

Representação;
Mulher;
Imaginários;
Ethos;
Pathos.

RESUMO: Este trabalho pretende problematizar a representação da mulher em três clipes relacionados com as canções *Mulher do fim do mundo* (2015); *Triste, louca ou má* (2016) e *Dona de mim* (2018), nas vozes de Elza Soares, Juliana Strassacapa e Iza, respectivamente. Pretende-se demonstrar como o processo enunciativo, em si, contribui para a implicação de sentidos e para a promoção de efeitos com ecos na (re)construção social da identidade feminina. Para isso, com a sustentação principal da Teoria Semi-linguística de Análise do Discurso, será investigada a atuação dos imaginários sociodiscursivos, assim como da representação do *ethos* da mulher (imagem que, no caso, a locutora faz de si própria) e da manifestação do *pathos* (como efeito visado, orientado para a mobilização do outro pela emoção) nos contratos de comunicação firmados pelos clipes. Atesta-se, nas análises, a elocução de enunciadoras que resistem à identidade hegemônica de mulher, aliada a imagens narrativas que materializam sua reação à posição subalterna que o gênero feminino costuma ocupar na sociedade e, com isso, corporificam a resignificação da condição da mulher.

KEY-WORDS:

Representation;
Women;
Imaginary;
Ethos;
Pathos.

ABSTRACT: This paper intends to problematize the representation of women in three clips related to the songs *Mulher do fim do mundo* (*Woman from the end of the world*, 2015); *Triste, louca ou má* (*Sad, crazy or bad*, 2016) and *Dona de mim* (*Owner of me*, 2018), in the voices of Elza Soares, Juliana Strassacapa and Iza, respectively. It is intended to demonstrate how the enunciative process itself contributes not only to the implication of meanings, but also to the promotion of effects with echoes in the social (re)construction of female identity. Thus, with the main support of the Semi-linguistic Theory of Discourse Analysis, the implication of the sociodiscursive imaginary, as well as the representation of the woman's *ethos* (image that, in this case, the announcer makes of herself)

and the manifestation of the *pathos* (as a target effect oriented towards the mobilization of the other through emotion) will be investigated in the communication contracts signed by the clips. In the analyses, it is attested the utterance of the enunciators that resist the hegemonic identity of women allied to narrative images that materialize their reaction to the subordinate position that the feminine gender usually occupies in society, and, thus, embody the resignification of women condition.

SER E PARECER MULHER: FORMAS DE RESISTÊNCIA

A tão propagada frase de Simone de Beauvoir (2009, p. 267) – “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” –, inacreditavelmente, muitas vezes incompreendida após décadas de difusão, destaca o caráter social da construção da identidade feminina, instituída pela coletividade, por meio das inter-relações estabelecidas entre os indivíduos dos grupos de partilha, isto é, estabelecidas pela alteridade, e não por uma suposta condição natural compulsória que submete a mulher à subalternidade, à fragilidade e à dependência do homem. A essa condição, ligam-se não só um modo específico de *ser* e *parecer* mulher, creditado a certa “fatalidade” que legitima inclusive formas de violência simbólica (Bourdieu, 2017) – e também física (Hooks, 2019) – bastante recorrentes, mas também um modelo identitário que convence a mulher, desde a primeira fase de socialização, na infância, a buscar o amor romântico, a domesticidade e um padrão de beleza (Mira, 2017) bastante restrito e excludente (Wolf, 2020).

Ainda quanto à questão identitária, Patrick Charaudeau (2015, p. 13) salienta o papel da linguagem na construção do sujeito, tanto individual quanto coletiva, não apenas no domínio da socialização, mas também no domínio do pensamento e, sobretudo, no domínio dos valores disseminados pelos grupos sociais. Escolhemos vestimentas, penteados, modos de falar, de andar, de nos comportarmos, além de apresentarmos atributos inerentes, como idade, etnia, os quais permitem que sejamos “classificados”, pois “é pelo olhar dos outros que somos marcados, etiquetados, categorizados” (Charaudeau, 2015, p. 15). Embora façamos escolhas às vezes conscientes acerca de como queremos parecer, muitos aspectos de nossa aparência ou de nosso comportamento revelam – ainda que inconscientemente, por meio de códigos produzidos coletivamente – como a alteridade atua em nosso pertencimento a uma ou outra categoria. Tudo isso se aplica à identidade feminina, ao fato de *ser* e, principalmente, de ter de *parecer* mulher de acordo com as coerções realizadas pelo grupo social. Não corresponder ao modelo de mulher de “consenso” pode significar estar alheia, à parte, sofrer sanções.

Soma-se ao aspecto da alteridade na construção social da feminilidade o fato de a identidade da mulher ser, historicamente, construída a partir do ponto de vista do homem. Ainda Beauvoir (2009, p. 18): “A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”. E Bourdieu (2017, p. 96): “Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas”. Para completar: “[...] a pretensa ‘feminilidade’ muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas [...]”. Ou, mais recentemente, hooks¹ (2019, p. 79): “A ideologia supremacista masculina encoraja a mulher a não enxergar nenhum valor em si mesma, a acreditar que ela só adquire algum valor por intermédio dos homens”. Enfim, em uníssono, aqueles que pensam a condição da mulher na sociedade constataam uma subalternidade criada e mantida para se perpetuar a favor da dominação masculina.

A crítica ao “feminismo inaugural”, considerado hoje segregador em relação às mulheres não brancas e pobres (hooks, 2019; Lugones, 2020), acrescenta à luta pela afirmação feminina aspectos mais amplos, como raça e estrato social, que acentuam a necessidade de reconstrução coletiva da identidade da mulher, na esteira das epistemologias do Sul defendidas por Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 43): “A luta pela emancipação social é sempre uma luta contra exclusões sociais geradas pela forma atual de regulação social com o objetivo de substituí-la por uma forma de regulação social nova e menos excludente”. Se, de acordo com Santos (2020), uma “sociologia das ausências” se compromete em identificar e denunciar a opressão validada por um pensamento ocidentocêntrico apoiado na tríade colonialismo, capitalismo e patriarcado, a “sociologia das emergências” implica a valorização simbólica dos grupos oprimidos, sobretudo transformando as vítimas da exclusão “em pessoas resistentes que praticam formas de ser e de conhecer na sua luta contra a dominação” (Santos, 2020, p. 53). Essa perspectiva se ajusta à (re)construção da identidade da mulher latino-americana e, por desdobramento, da mulher brasileira, estampadas no *corpus* que aqui se explora.

1. Manteve-se a grafia com minúscula no nome próprio hooks para respeitar a preferência da autora, que faz desse modo de expressão a exaltação de sua luta, e não de sua singularidade como indivíduo.

Centrada na perspectiva da Teoria Semi-linguística de Análise do Discurso, a análise da atuação dos imaginários sociodiscursivos, do *ethos* feminino (como imagem de si) e do *pathos* (como efeito emocional programado discursivamente) na construção da identidade da mulher terá como objetos três clipes que, em comum, tematizam a resistência à identidade hegemônica e subalterna que não só fragiliza a mulher (latino-americana, em geral, mas, sobretudo, a brasileira), como também não permite sua subjetivação. As representações analisadas nos clipes parecem propor a resignificação de seu caráter, de seu lugar social e de seu protagonismo.

São clipes de produções musicais avaliadas positivamente: o álbum homônimo à canção composta por Romulo Fróes e Alice Coutinho e interpretada por Elza Soares (2015) – *Mulher do fim do mundo* – ganhou, em 2016, o prêmio de melhor álbum de Música Popular Brasileira² no Grammy Latino; *Triste, louca ou má*, faixa do álbum *Soltasbruxa* (2016), da banda *Francisco, el hombre*, foi indicada para a categoria de melhor canção em língua portuguesa no Grammy Latino de 2017³, e *Dona de mim*, álbum de estreia da cantora e compositora Iza (2018), homônimo à canção, foi indicado ao Grammy Latino na categoria Melhor Álbum Pop Contemporâneo em Língua Portuguesa no mesmo ano de seu lançamento⁴.

O clipe *Mulher do fim do mundo*⁵ (2017), dirigido por Paula Gaitán, intercala o rosto de Elza Soares em close e imagens de mulheres negras, como ela, que, inicialmente, se mostram sérias, circunspectas, tristes, até que, transformadas, começam a sambar, inclusive na chuva, sorrindo, agora enfeitadas com brilhos e adereços de inspiração carnavalesca, com referências a elementos do Candomblé. Na canção, a voz potente e performática de Elza Soares repete que a enunciadora, autointitulada “mulher do fim do mundo”, quer cantar até ao fim, tendo deixado na avenida (no carnaval) “a pele preta e a minha voz”, “a minha fala, minha opinião/minha casa, minha solidão/joguei do alto do terceiro andar”.

2. Fonte: <http://g1.globo.com/musica/noticia/2016/11/martinho-da-vila-elza-soares-e-ceu-levam-grammy-latino.html>. Acesso em 28/3/2021.

3. Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/indicada-ao-grammy-latino-francisco-el-hombre-volta-ao-circo-voador-21885059>. Acesso em 28/3/2021.

4. Fonte: <https://revistaquem.globo.com/Musica/noticia/2018>. Acesso em 28/3/2021.

5. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=6SWIwW9mg8s. Acesso em 28/3/2021.

Já o clipe *Triste, louca ou má*⁶ (2016), dirigido por Rafael Câmara, igualmente homônimo à canção composta por Juliana Strassacapa, Sebastián Piracés-Ugarte, Andrei Martinez Kozyreff, Mateo Piracés-Ugarte e Rafael Gomes, foi gravado em Havana, Cuba, durante uma turnê da banda *Francisco, el hombre*. Uma narrativa de fundo amplia os sentidos da canção, mostrando mulheres mais velhas, negras, acima do peso, que bailam com leveza e encanto em uma casa antiga, desgastada, muito espaçosa, com móveis igualmente antigos, “vintage”. Cada uma sai de um dos cômodos da casa até que se encontre com as demais em uma sala ampla, onde dançam juntas. Usam vestidos brancos, rendados, semelhantes aos usados pelas baianas no Brasil. Juliana Strassacapa empresta sua voz para, primeiro, em terceira pessoa, dizer, na canção, que “ela desatinou/desatou nós/vai viver só” e, depois, em primeira pessoa, que “E um homem não me define/Minha casa não me define/Minha carne não me define/Eu sou meu próprio lar”.

Por fim, o clipe *Dona de mim*⁷ (2018), também homônimo à canção, produzido por Felipe Sassi, mostra Iza, compositora e cantora, como narradora das cenas em que mulheres negras figuram em variados espaços sociais, além do doméstico, como professora em uma escola (que precisa esconder os alunos embaixo da mesa para se protegerem de tiros), como cantoras de um coro de igreja, mas também ocupando o lugar de uma ré em um tribunal – que é inocentada por uma advogada também negra. Diz a voz da mulher negra corporificada por Iza: “Sempre fiquei quieta, agora vou falar/Se você tem boca, aprenda a usar/Sei do meu valor e a cotação é dólar/Porque a vida é louca, mano/A vida é louca”.

A análise estará dividida em três partes: a primeira, centrada na observação dos imaginários sociodiscursivos acionados nos clipes em questão; a segunda, no *ethos* expresso pelas mulheres presentes nos clipes; e a terceira, no *pathos* despertado pelos recursos discursivos no espectador. Por fim, a partir dos elementos analisados, serão traçados alguns pontos conclusivos acerca da representação da mulher e sua resignificação na atualidade.

6. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgB-NoE#franciscoelhombre>. Acesso em 28/3/2021.

7. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=3&v=FnGfgb_YNE8. Acesso em 28/3/2021.

1. IMAGINÁRIO SOCIODISCURSIVO: PONTE ENTRE O SER SOCIAL E O MUNDO

Charaudeau (2006), fiel ao quadro da Análise do Discurso, propõe o conceito de imaginário *sociodiscursivo*, que busca salientar o papel dos *enunciados linguageiros* na expressão de universos de significações responsáveis pelas identidades dos grupos sociais. Segundo o linguista, os saberes partilhados pelos indivíduos, enquanto representações sociais (isto é, consensuais), constroem o real como universo de significação e, assim, constituem-se os *imaginários*. Por serem produzidos de diferentes maneiras, assumindo diferentes formas, e serem passíveis de reagrupamento em função dos saberes partilhados em um grupo social, são considerados *discursivos*. Além disso, por serem imaginários que funcionam como norma de referência para os membros de um determinado grupo, servindo-lhes como espelho identitário, são tomados como imaginários *sociais*. Esses três aspectos – a constituição dos imaginários, a discursividade de suas realizações e seu papel socializador – contribuem para que sejam então denominados de *imaginários sociodiscursivos*. São, portanto, imaginários materializados em comportamentos, atividades coletivas, objetos fabricados, símbolos emblemáticos, textos, provérbios, enfim, em qualquer expressão semi-discursiva de domínio coletivo.

Destaca-se o fato de as representações sociais constituírem maneiras de ver, ou seja, de discriminar e classificar, e de julgar, ou seja, de avaliar o mundo em que se vive. Ao se referir ao mundo, o indivíduo o faz a partir de uma perspectiva baseada na coletividade, das formas comumente usadas para fazer referência e, simultaneamente, para avaliar os referentes. Esse processo que discursiviza a realidade engendra os saberes – de conhecimento e de crença – com os quais são elaborados os sistemas de pensamento.

Em suas práticas sociais, portanto, cada indivíduo é levado a uma conceituação que se funda sobre uma consciência afetiva e sobre uma consciência racional, apoiando-se em conhecimentos adquiridos e em julgamentos herdados. Assim, os estereótipos, como “julgamentos consolidados”, têm uma importante função tanto no processo de referenciação, quanto no estabeleci-

mento do elo social, já que a aprendizagem se faz com a ajuda de ideias comuns e recorrentes. Entretanto, por seu caráter reducionista no processamento de categorias cognitivas, muitas vezes os estereótipos são associados a uma visão pejorativa de determinados referentes, por poderem promover um mascaramento negativo da realidade. Em outra perspectiva, porém, se o homem é dominado por um mundo que se impõe a ele, é de sua alçada construir os sistemas de representação, perpetuá-los, ou rompê-los a favor de uma nova concepção de mundo.

A defesa de Boaventura de Sousa Santos (2020) pelo “fim do império cognitivo” (imposto por um sistema de pensamento hegemônico, calcado no capitalismo, no patriarcado e no colonialismo) subjaz várias materialidades discursivas, sejam elas acadêmicas, vinculadas às lutas das minorias, ou artísticas, como na análise aqui proposta. Essa defesa é um exemplo de ressignificação da realidade a partir da conscientização acerca não só de um sistema de pensamento excludente, como também de certos estereótipos nascidos dele. São ideias disseminadas, cristalizadas e perpetuadas por séculos na História ocidental a ponto de parecerem naturais, embora sejam construídas socialmente e, portanto, passíveis de questionamento, de resistência e de mudança.

Observa-se que as propostas de ruptura de uma concepção cristalizada de mundo, como as materializadas nos clipes em tela, estão presas aos estereótipos circulantes, embora se sobreponham a eles, em um processo interdiscursivo que assimila o consenso para reconfigurá-lo. Ressalta-se o poder sintético e impactante da imagem que, em um processo denominado intericonicidade, de acordo com Courtine (2013, p. 157), “isto é, a rede de reminiscências pessoais e de memórias coletivas que religam as imagens umas às outras”, garante o acesso de uma memória discursiva imagética, além de promover a ascensão de identidades invisibilizadas pela cultura e pela ideologia, a favor dessa reconfiguração identitária.

O protagonismo de mulheres negras nos clipes mencionados se assenta na afirmação de sua voz e de sua visibilidade sobreposta à subalternidade imposta por esse sistema de pensamento

excludente que, ainda hoje, desvaloriza e violenta essa minoria. É um protagonismo de resistência porque não usual; ainda pouco recorrente justamente porque a sociedade, em geral, não o coloca como desejado, ou aceitável nas mídias em que circulam os imaginários de um grupo; é um protagonismo marcado pela luta por um lugar de fala, por um espaço no mundo – um espaço igualado e não submisso, como tem sido até então.

O clipe *Mulher do fim do mundo*, para além da verbalidade performada e dramatizada por Elza Soares, figura respeitada por sua carreira artística marcada pela luta social, apresenta uma narrativa imagética que revela a transformação da mulher negra que sofre, chora, lança um olhar vago, mas rompe com a dor e o silenciamento em uma mise-en-scène carnavalesca, que pressupõe explosão de sentimentos, transfiguração das dores em alegrias (ainda que momentaneamente) e mascaramento de realidades.

A canção afirma repetidamente que a “mulher do fim do mundo” vai cantar até ao fim, o que pode ser interpretado como a necessidade de ter a chance de falar, de se posicionar, ou de substituir sua vida solitária, sua dor, por uma vida que a leve a sambar e a cantar até ao fim, seja um fim temporal, seja espacial. São também as imagens que materializam, na expressão das personagens, tanto a dor que caracteriza a vida da mulher negra (no Brasil, especialmente), quanto a alegria momentânea do carnaval e a negritude com seus valores ancestrais (como a referência à cultura afrodescendente, representada pelos adornos relacionados ao candomblé).

Envolvida pelo instante do carnaval (“Meu choro não é nada além de carnaval/É lágrima de samba na ponta dos pés/A multidão avança como vendaval/Me joga na avenida que não sei qual é”), aquela é a mulher que consegue, ao menos naquele momento, expurgar sua dura realidade (“Na avenida deixei lá/A pele preta e a minha voz”, [...] “A minha fala, minha opinião/A minha casa, minha solidão/Joguei do alto do terceiro andar”). De acordo com hooks (2019, p. 91), “O racismo é uma questão feminista fundamental porque está interconectado com a opressão sexista”. Em outras palavras, o problema da opressão para a mulher negra se mostra

muito mais violento do que para a mulher branca, que, por muito tempo encabeçando as reivindicações feministas, deixou de lado as diferenças de raça e de classe na luta por direitos.

A força expressiva do clipe coloca em evidência essa mulher e sua realidade, tão comuns no Brasil, mas invisibilizadas por não serem consideradas problema daqueles que oprimem – ou melhor, por haver um desejo implícito para se manter a divisão de direitos e a desigualdade. O protagonismo da mulher negra que desabafa no carnaval sua condição suplanta os esforços de invisibilidade por parte do opressor, escancarando a realidade injusta em que vivemos e exigindo a tomada de posição de cada espectador. A mulher negra que luta por afirmação, mostrando-se altiva, linda, enfeitada, é a mesma que é silenciada e usurpada de seus direitos, que é revestida pelo estereótipo de ser uma mulher “naturalmente” propensa ao trabalho pesado, à vida dura, à exploração, à subalternidade. No clipe, a reconfiguração da representação dessa mulher na sociedade depende da ênfase da condição injusta que vive e da expressão de sua dor.

A quebra de estereótipos presentes no imaginário sociodiscursivo que envolve a mulher negra ganha contornos ainda mais acentuados no clipe *Triste, louca ou má*. A letra da canção revela a condição subalterna e as violências simbólicas que a mulher sofre em função do papel social que lhe é designado e perpetuado por um estereótipo que engessa seu desejo e retira seus direitos: “Triste, louca ou má/Será qualificada/Ela quem recusar/Seguir receita tal/A receita cultural/Do marido, da família/Cuida, cuida da rotina”. Por outro lado, a canção enfatiza a ruptura que tem sido a opção de muitas mulheres a partir da consciência de sua condição e de sua força para a mudança: “Só mesmo, rejeita/Bem conhecida receita/Quem não sem dores/Aceita que tudo deve mudar/Que um homem não te define/Sua casa não te define/Sua carne não te define/Você é seu próprio lar”. Em outras palavras, reafirma-se um estereótipo para se propor uma quebra, uma mudança no sistema de pensamento, na direção daquilo que propõe hooks (2019, p. 79):

Fomos ensinadas que as mulheres são inimigas ‘naturais’ umas das outras, que a solidariedade nunca existirá entre nós porque não sabemos nem devemos nos unir. E essas lições foram muito bem aprendidas. Precisamos, por isso, desaprendê-las, caso queiramos um movimento feminista duradouro. Precisamos aprender a viver e trabalhar em solidariedade. Precisamos aprender o verdadeiro sentido e verdadeiro valor da irmandade.

Cabe ressaltar, porém, que, nesse clipe, é a narrativa imagética que metaforiza o rompimento mais profundo da condição feminina perpetuada culturalmente. A narrativa apresenta mulheres cujos corpos, eles mesmos, rompem com a concepção hegemônica de mulher, necessariamente bela a partir de uma visão cristalizada de beleza (ou seja: branca, magra, preferencialmente loura). São mulheres negras e gordas que dançam juntas, em um movimento que as une e é leve, esvoaçante, libertador. Cada uma sai de um cômodo da casa até que todas se encontrem em uma única dança. Os movimentos expressam não só a tão desejada sororidade feminina (a já mencionada irmandade de que fala hooks), mas também sua força enquanto mulheres, independentes (“Vai viver só”), libertas, inclusive, de seu compulsório trabalho doméstico e de seu espaço obrigatoriamente privado. Na canção, assume-se finalmente a primeira pessoa, após a decisão de viver só: “Eu não me vejo na palavra/Fêmea, alvo de caça/Conformada vítima/Prefiro queimar o mapa/Traçar de novo a estrada/Ver cores nas cinzas/E a vida reinventar”. A resignificação da representação da mulher, mais uma vez, mostra a necessidade de rompimento em relação a uma ideia preconcebida que a coloca como submissa e dependente do homem na construção de sua própria identidade.

A afirmação de uma mulher independente, que constrói sua identidade a partir de seu protagonismo, de sua subjetividade, é o mote do clipe *Dona de mim*. Diz a letra da canção: “Já não me importa sua opinião/O seu conceito não altera a minha visão/Foi tanto sim que agora digo não/Porque a vida é louca, mano, a vida é louca”. Reforça-se também a imposição de uma voz antes silenciada pela condição de vida, mas que, enfim, entende sua força: “Sempre fiquei quieta, agora vou falar/Se você tem boca, aprenda a usar/Sei do meu valor e a cotação é dólar”. Enquanto uma mulher canta, em primeira pessoa, sua subjetividade baseada na luta e na fé,

a narrativa imagética trazida pelo clipe adiciona outros dados: mulheres negras em funções diversas, como mãe e dona de casa, mas também como professora, ou como advogada, representam possíveis papéis sociais protagonizados pela força feminina, valorizando seu lugar no mundo.

Segundo María Lugones (2020), baseando-se em Aníbal Quijano, o capitalismo se refere à “articulação estrutural de todas as formas historicamente conhecidas do trabalho ou exploração, a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, o trabalho assalariado, e a reciprocidade, sob a hegemonia da relação capital-salário” (Quijano, 2000b *apud* Lugones, 2020, p. 58). O trabalho assalariado sempre foi reservado para os brancos; a divisão do trabalho é racializada. Aos não brancos, reserva-se o trabalho que explora, remunera mal e é tido como menos digno de valor. E, mais especificamente, às mulheres em geral – negras mais ainda –, reserva-se o trabalho doméstico não remunerado, compulsório. Quando uma mulher exerce profissionalmente o trabalho doméstico, este é igualmente mal remunerado e mal reconhecido socialmente – inclusive por outras mulheres, pois assumimos uma perspectiva cognitiva sob a égide do capitalismo mundial que naturaliza o papel assumido pelas pessoas dentro de um padrão de poder, naturalizando as identidades criadas sob esse prisma.

No clipe *Dona de mim*, mostra-se um protagonismo feminino duramente alcançado, sobretudo, pela mulher negra que, na realidade brasileira, convive com o sexismo, com o racismo, com a pobreza e com a violência das comunidades onde vive. Tanto na canção quanto na narrativa do clipe, mostra-se uma mulher que sofre com a violência das favelas, representada pelos sons de tiros, infelizmente tão comuns, e ainda precisa proteger as crianças (ali, alunos que se jogam, com a professora, ao chão, para se protegerem embaixo das mesas).

Em síntese, os três clipes em questão oferecem, discursivamente, um novo imaginário acerca da mulher – sobretudo negra –, apoiando-se, sempre, no imaginário sociodiscursivo já circulante, mas ampliando-o com a adição de identidades silenciadas ao longo da história, dan-

do-lhes espaço, visibilidade, voz, problematizando-as, para conscientizar a sociedade e propor uma mudança.

2. *ETHOS*: UM MODO DE SER QUE TRANSPARECE

Em pesquisas que se proponham analisar os discursos presentes na sociedade ou os textos nela produzidos, é preciso considerar o contexto sociocultural em que estão (texto e discurso) inseridos. Isso implica levar em conta a identidade dos enunciadores e suas intenções, as características dos elementos presentes naquela troca, os valores sociais da época, entre outros fatores. Detendo-se na análise de “quem fala”, é possível analisar quem é esse enunciador, que máscara usa – ou, em outra terminologia, que *ethos* está presente nesse texto.

Ethos é uma noção antiga, mas sua aplicabilidade é absolutamente atual. Não há como falar de *ethos* sem fazer referência ao clássico estudo de Aristóteles (2015), para quem a Retórica é a faculdade de analisar teoricamente, a depender de cada caso, os meios que podem gerar a persuasão. Na obra *Retórica*, discutiu como se poderia deter um conhecimento capaz de tornar o discurso oral válido (aceito, digno de credibilidade e, principalmente, eficaz) e, nessa descoberta do que é próprio para persuadir, a Retórica analisa provas.

Segundo Aristóteles (2015, p. 63),

as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar.

Em outras palavras, o filósofo propõe três provas fornecidas pelo discurso destinadas a persuadir: o efeito de caráter moral do orador, que diz respeito ao *ethos*; a paixão que o discurso leva os ouvintes a sentir – o *pathos*, e a lógica da demonstração no próprio discurso, que é o *logos*.

O logos, segundo os estudos da arte oratória, pertence ao domínio da razão e concerne à argumentação ou ao conteúdo em si dos argumentos; o *ethos* e o *pathos*, por sua vez, pertencem ao domínio da emoção e tornam possível emocionar. Assim, enquanto o *pathos* é voltado para o auditório – a persuasão ocorre a partir da disposição dos ouvintes e articula-se ao afeto e à paixão –, o *ethos* – relacionado à virtude e ao caráter – é voltado para o orador.

Dessa forma, a construção do *ethos* pode ser vista em Aristóteles como um conjunto de virtudes morais que o orador torna visíveis ao seu auditório, com o intuito de influenciá-lo, somado às estratégias de adequação do falante ao público, para adaptar seu texto ao que se espera dele, devido ao grupo social a que pertence, por exemplo.

Essas categorias propostas pela Retórica foram abandonadas por certo tempo, reaparecendo, modernamente, com o desenvolvimento de estudos relativos à argumentação e à análise do discurso, sendo, então, revisitadas por autores como Amossy (2005), Maingueneau (2008, 2005), Charaudeau (2006), entre outros.

Maingueneau (2008), recorrendo às ideias de Ducrot, destaca que o *ethos* não se afirma no enunciado, mas se revela no ato de enunciação, ou seja, não é *dito*, mas *mostrado*. Para isso, é necessária a presença de dois locutores, o falante efetivo e a imagem que cria de si mesmo com vistas a suscitar a adesão. Nas palavras do linguista:

o ethos de um discurso resulta da interação de diversos fatores: ethos pré-discursivo, ethos discursivo (ethos *mostrado*), mas também dos fragmentos de texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (ethos *dito*) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre ethos *dito* e *mostrado* se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos efetivo*, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias (Maingueneau, 2008, p. 18).

A atuação das mulheres envolvidas nos três clipes em análise ratifica a questão do *ethos* revelado na cena da enunciação, evidenciando a exposição de um *ethos*, simultaneamente, dito e mostrado, seja na voz de Elza Soares, no primeiro clipe; seja na performance das mulheres, bem como na voz emprestada de Juliana Strassacapa, no segundo; seja na voz e performance de Iza, no terceiro.

Essa representação do *ethos* do enunciador pode ser construída pelo outro a partir do texto recebido, ou, até mesmo, antes de o enunciador iniciar sua fala. A essas duas possibilidades, Maingueneau (2005, p. 71) denomina *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*, respectivamente, pois “se o *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar, entretanto, que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale”. Já Amossy (2005) prefere o termo *ethos* prévio a *ethos* pré-discursivo (Maingueneau, 2008, 2005) por entender que ele precede à elaboração da imagem do sujeito no discurso.

Para Charaudeau (2006, p. 115), o *ethos* ocorre por um cruzamento de olhares: “olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”. É por essa razão que esse outro se apoia não apenas nos dados trazidos pelo ato de linguagem, mas também no que ele sabe *a priori* do locutor, isto é, nos dados preexistentes ao discurso.

Interessante observar, a esse respeito, que a simples menção do nome de Elza Soares já sanciona, no auditório, a criação de um *ethos* prévio, direcionando o pensamento do interlocutor à história de vida da cantora – imagem de mulher destemida, forte, guerreira, vencedora, pois galgou os degraus da fama, superando preconceitos, a partir de sua origem humilde e pobre.

Vale lembrar, com Maingueneau (2008, p. 16), que o *ethos* visado pode não ser necessariamente o *ethos* produzido, já que em sua elaboração intervêm fenômenos de natureza diversa, mediados “por uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente”. Nesse sentido, considerando-se a no-

ção de *ethos* intrinsecamente ligada à reflexividade discursiva, permite-se articular corpo e discurso para além de uma oposição empírica entre oral e escrito (Maingueneau, 2008, p. 17), alegando que todo texto, escrito ou oral, é dotado de uma “vocalidade”, manifestada em uma multiplicidade de “tons”, os quais se associam à caracterização do corpo do enunciador. Esse enunciador, revestido de uma corporalidade, surge como um fiador que dá – ou não – credibilidade ao que está sendo dito. O fiador, portanto, é a figura dotada de *caráter* e de *corporalidade* que o interlocutor estará apto a construir com base nos indícios textuais. Essa corporalidade corresponde, por exemplo, à maneira de se vestir ou de se movimentar no espaço social. Já o *caráter* corresponderia a um conjunto de traços psicológicos. É importante destacar que esse enunciador não é uma imagem estável, já que busca adaptar-se à troca, por considerar a especificidade do contexto sociodiscursivo em que o ato está inscrito, levando em conta, por exemplo, a configuração cultural e os papéis a ela relacionados. Chama a atenção o fato de que, para Maingueneau (2008), a figura do fiador é construída pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação, ratificando a ideia de que o *ethos* é construído em um processo iterativo que se estabelece no e pelo discurso.

Assim, Maingueneau (2008), para designar a maneira como o intérprete se relaciona ao *ethos*, apropriando-se dele, lança mão do termo incorporação. Considera-se que, no processo de enunciação, uma corporalidade é conferida ao fiador, isto é, a enunciação dá corpo ao fiador, e esse corpo é incorporado pelo destinatário.

Prova contundente dessa *incorporação* nos é dada nos clipes em questão, em especial, na performance das mulheres que teatralizam a música *Triste, louca ou má*. Pode-se observar, por exemplo, como aquelas mulheres, performaticamente vestidas de branco, assumem a *corporalidade* que pretendem ver exposta na imagem que de si projetam ao dançar, ao mesmo tempo em que desvelam seu *caráter* no comprometimento mostrado ao se integrarem no cenário social que desejam desvelar para o público.

Para esboçar um *ethos* que interesse ao locutor, poderá, inclusive, haver referência às representações partilhadas, valoradas ou não, e aos estereótipos: “o orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo” (Amossy, 2005, p. 126) – o que se pode claramente observar nas apresentações comentadas.

8. Kerbrat-Orecchioni, C. (1996). *La conversation*. Paris: Seuil.

Além disso, Maingueneau (2005), retomando as ideias de Kerbrat-Orecchioni⁸, apresenta a noção do *ethos coletivo*, que corresponderia aos hábitos locucionais partilhados por membros de uma comunidade. Para a autora, se há uma coerência entre os diferentes comportamentos de uma mesma sociedade, é possível delinear um *perfil comunicativo* – ou *ethos* – dessa comunidade –, o que implica considerar não que o *ethos* coletivo abranja um número tal de pessoas, mas sim que as pessoas o apresentam como uma referência involuntária, já que essa imagem não seria objeto de escolhas particulares. Charaudeau (2006) esclarece que o *ethos* coletivo corresponde a uma “visão global”, construída pela opinião pública apenas com dados anteriores ao discurso. Haveria uma interpretação mútua de grupos sociais, que originariam julgamentos a partir dos quais se delineariam as imagens. Para o autor, o *ethos* *transparece* e não, necessariamente, *aparece*. Essa ideia de que o *ethos* “transparece” pode ser observada nos clipes, quando fica nítido o estereótipo coletivo da mulher inferiorizada, sobretudo negra, pobre, perseguida, refém da sociedade machista e constantemente sendo calada na sua dor.

Constata-se, assim, que há uma imagem formada pelo auditório, que busca interpretar os atos de discurso e o comportamento do locutor por meio de um processo inferencial. Isso é possível graças aos indícios mostrados pelo enunciador, como, por exemplo, as escolhas lexicais de que faz uso. Apresenta-se, a esse respeito, farta ilustração nos três clipes, respectivamente: “Na chuva de confetes deixo a minha dor”, “A pele preta e a minha voz”, “Me deixem cantar até o fim”; “Triste, louca ou má”, “Que um homem não te define”, “Ela desatinou, desatou nós”; “Sempre fiquei quieta, agora vou falar”, “Me perdi pelo caminho, mas não paro não”.

Esses indícios revelam-se como estratégias elaboradas pelo enunciador para atingir seu público, afetando-o, despertando emoções, em outras palavras, experienciando o *pathos*.

3. PATHOS: A EMOÇÃO QUE TRANSBORDA

A música, no caso em tela, as canções populares, por sua vocação eminentemente elocutiva – posição do locutor em referência a si mesmo (Charaudeau, 2008) –, é um espaço ideal para a projeção de emoções/sensações no interlocutor. Sob essa perspectiva, surge a possibilidade de entrecruzar os fios que unem o “discurso da música” à patemização.

No uso corrente, a palavra “*pathos*” é empregada no sentido de transbordamento emocional; em Análise do Discurso – cujo objeto é a linguagem como produtora de sentido em uma relação de troca –, prefere-se falar em efeitos patêmicos (Charaudeau & Maingueneau, 2004, pp. 371-372).

Assim, tratando das emoções no discurso, Patrick Charaudeau (2010) afirma que a Análise do Discurso não se propõe a analisar a emoção como uma realidade manifesta, visto que não possui, como outras disciplinas humanas e sociais, os meios metodológicos para isso. Propõe, então, que o analista do discurso estude o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser colocada, como um *efeito visado*, diante do qual nunca se pode ter a garantia de um *efeito produzido*. Desse modo, o autor prefere falar não em emoção, mas em *patemização*, processo discursivo pelo qual a emoção pode ser estabelecida (Charaudeau, 2010).

Dessa forma, no dizer de Galinari (2014, p. 279), o *pathos* seria uma “tentativa, uma expectativa ou uma possibilidade contida nos discursos sociais, no sentido de despertar algum sentimento no alocutário”.

Os sentimentos e as emoções são estados motivacionais que consistem em impulsos, desejos ou aversões responsáveis por levar o indivíduo a modificar sua relação com um estado de mundo ou consigo mesmo. Estudar, então, o processo discursivo por meio do qual as emoções se desencadeiam constitui-se como principal interesse da Análise do Discurso no estudo do *pathos*.

O efeito patêmico pode apresentar uma dupla enunciação: uma enunciação da *expressão patêmica*, enunciação ao mesmo tempo elocutiva (estou com medo) e alocutiva (não tenha medo!), cujo objetivo é provocar um efeito de patemização tanto pela descrição ou manifestação do estado emocional do locutor, quanto pela descrição do estado emocional em que o outro deveria se encontrar; e uma enunciação da *descrição patêmica*, enunciação cuja característica é propor ao destinatário a narrativa de uma cena dramatizante capaz de produzir um efeito patêmico (a multidão está com medo) (Charaudeau, 2010, p. 35).

Percebemos, com clareza, tais representações nos clipes em análise. Exemplificando brevemente, podemos constatar que, ao dizer “Meu choro não é nada além de carnaval”, ou “Na chuva de confetes deixo a minha dor”, ou, ainda, “Me deixem cantar até o fim”, Elza Soares se coloca inteira na cena enunciativa, o que é linguisticamente ratificado pelas formas gramaticais de primeira pessoa (Meu, deixo, me), caracterizando a *expressão patêmica* na modalidade elocutiva. Assim também no segundo clipe, em *Triste, louca ou má*, na sequência: “Que um homem não te define, Sua casa não te define, Sua carne não te define, Você é seu próprio lar”, evidencia-se a *expressão patêmica*, desta feita, codificada pela modalidade alocutiva – formas linguísticas de segunda pessoa do discurso, centradas no interlocutor (te, sua, você) –, e de modalidade elocutiva, na mesma canção: “Eu não me vejo na palavra Fêmea, alvo de caça, Conformada vítima, Prefiro queimar o mapa”, com as marcas linguísticas de primeira pessoa (eu, me, vejo, prefiro). Vale apontar, na mesma composição, a *descrição patêmica*, sob a modalidade delocutiva, em que se apresenta a narrativa de uma cena dramatizante: “Ela desatinou, desatou nós, Vai viver só.” Já no terceiro clipe, as palavras de Iza, compositora e intérprete, mobilizam a *expressão patêmica* sob viés elocutivo, quando a cantora diz, por exemplo: “Já me perdi tentando me encontrar, Já fui embora querendo voltar, Penso duas vezes antes de falar...”, com codificação linguística de formas de primeira pessoa (me, perdi, fui, penso).

Tratando, então, discursivamente a patemização como uma categoria de efeito que se opõe a outros efeitos, tais como o cognitivo, o pragmático, o axiológico etc., vale lembrar que, como

qualquer categoria de efeito, dependerá das circunstâncias em que se inscreve, ou seja, a organização do universo patêmico depende da situação sociocultural em que se instaura a troca comunicativa. A esse respeito, convém destacar que os três clipes em análise parecem reverberar o mesmo quadro situacional: mulheres que se sentem oprimidas pelas mais diversas questões e que procuram se libertar dos grilhões que as aprisionam. A seleção lexical, ou, no dizer de Plantin (2010, p. 59), o *léxico das emoções* ratifica o cenário patêmico.

Nesse sentido, Charaudeau (2010, pp. 37-38), ao tratar da linguagem verbal, destaca que o efeito patêmico pode ser obtido não só pelo emprego de certas palavras, como também pelo não emprego de palavras que remetam a um universo emocional. Isto é, evidencia-se o efeito patêmico tanto por meio de um discurso direto e explícito, quanto por meio do implícito e indireto. Daí decorrem três possibilidades: palavras com tonalidades patêmicas, que descrevem emoções de maneira transparente, como “raiva”, “angústia”, “horror” etc. Vale lembrar que, por se tratar de um *efeito visado*, o emprego delas não garante que o sujeito sinta tais emoções ou, ainda, que o efeito patêmico seja produzido no interlocutor. Em seguida, as palavras que não descrevem emoções, mas que são passíveis de desencadeá-las, como “assassinato”, “conspiração”, “vítimas” etc. Tais palavras, suscetíveis de levar o interlocutor a um efeito patêmico, podem ter sua orientação argumentativa modificada em virtude da situação em que são empregadas, o que leva a crer que o efeito patêmico pode variar de acordo com a situação de comunicação. E, finalmente, os enunciados que não comportam palavras patemizantes, mas que são suscetíveis de produzir efeitos patêmicos, mediante a situação de comunicação.

A título de breve exemplo, podemos citar, respectivamente, nos três clipes, palavras ou expressões com tonalidades patêmicas, como: “minha dor”; “triste, louca ou má”; “vida louca”.

Uma grande contribuição aos estudos do *pathos*, na atualidade, foi a categorização dos efeitos patêmicos, empreendida por Patrick Charaudeau, a partir de procedimentos de encenação na televisão. Assim, o linguista estabelece o que denominou “tópicas do *pathos*” – uma “pate-

mia” (imaginários) –, duplamente polarizadas em afeto negativo ou positivo, que seriam constituídas por uma série de figuras: tópica da dor e seu oposto, a alegria; tópica da angústia e seu oposto, a esperança; tópica da antipatia e seu oposto, a simpatia; tópica da atração e seu oposto, a repulsa. Cada uma dessas tópicas é definida em termos de *cenário* e *figura*, assim como tristeza-sofrimento/contentamento-satisfação; medo-terror/confiança-apelo; cólera-indignação/benevolência-compaixão; aversão-desprezo/admiração-encantamento (Charaudeau, 2010, pp. 48-53).

Que patemias podem, então, ser mobilizadas aos escutarmos as canções e assistirmos às performances nos clipes em estudo?

Se, por um lado, nas três representações, emerge um cenário negativo, de dor, angústia, antipatia, ou até mesmo repulsa, fazendo-nos evocar as figuras de tristeza, humilhação, indignação, denúncia, aversão, desgosto, ao identificarmos comportamentos rotineiros, em nossa sociedade, em relação a mulheres previamente estereotipadas como inferiores; por outro lado, emergem também a esperança, a simpatia, a alegria e a atração, evocando figuras como a satisfação, a admiração, a compaixão e, principalmente, a esperança de que esse quadro possa mudar, dada a garra dessas mulheres, que não se entregam facilmente e que lutam por seus ideais, com coragem e força destemida.

Convém não perder de vista a ideia de que essas emoções se originam de uma racionalidade subjetiva, tendo, portanto, uma base cognitiva (racional), são ligadas a saberes de crença, o que significa dizer que qualquer modificação de uma crença leva a uma modificação de emoção e, finalmente, inscrevem-se em uma problemática psicossocial, isto é, de um indivíduo como ser partícipe de uma coletividade (Charaudeau, 2010). Assim, qualquer situação em que um julgamento de valor é coletivamente compartilhado pode gerar, nos sujeitos envolvidos, representações patêmicas de cunho positivo ou negativo. Neste caso, caso envolvam visões estereotipadas de mundo, como aquelas que reservam às mulheres um lugar subalterno na sociedade.

ENFIM, A MULHER POR ELA MESMA

As canções *Mulher do fim do mundo* (2015), *Triste, louca ou má* (2016) e *Dona de mim* (2018), performatizadas por meio de vozes femininas enunciando em 1ª pessoa e tematizando a própria mulher, tornam-se expressões repletas de fidedignidade e emoção. Como detalhe, ressaltase que *Mulher do fim do mundo*, também interpretada por Rômulo Fróes⁹, um de seus compositores, é a mesma canção e, concomitantemente, outra, já que uma enunciação masculina pressupõe algum distanciamento em relação àquilo que é enunciado, parecendo deixar à protagonista mulher do fim do mundo o espaço da delocução, e não mais da elocução assumida por Elza Soares, uma figura humana respeitada, que dá (literalmente) voz à causa da mulher negra. Não haveria fusão melhor entre aquele que comunica e o enunciador do que essa que se atesta na interpretação de Elza.

No caso de *Triste, louca ou má*, a voz feminina de Juliana Strassacapa também adere facilmente ao dito. A composição múltipla e a banda *Francisco, el hombre* constituem-se de uma maioria masculina que, embora mostrando-se sempre engajada nas causas das minorias, inclusive em relação à mulher, não poderia ser mais bem representada do que pela única voz feminina do grupo – justamente por permitir a revelação de um *ethos* propício ao tema que se quer apresentar. Da mesma maneira, em *Dona de mim*, a autora da canção é também a intérprete.

Quando somados às vozes femininas que interpretam as canções, os clipes trazem narrativas que não só acentuam o dizer das canções, como também acrescentam aspectos convidativos e bastante patêmicos, de acordo com os imaginários que evocam, como, por exemplo: no primeiro clipe, apenas nas imagens, aparece a referência às matrizes africanas do candomblé; no segundo, aparecem as mulheres gordas, que surpreendem em uma dança leve, que metaforiza a sororidade; no último, aparecem três personagens que encarnam as rotinas de mulheres negras em uma sociedade machista, violenta e racista. Nos três clipes, a visibilidade da mulher negra é, em maior ou menor medida, exposta para colocar em evidência sua condição de vida,

9. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SdeMGROgLTQ>. Acesso em 14/4/2021.

em um movimento provocativo não só pela ousada temática colocada em pauta, mas também pelos recursos artísticos diretamente ligados à estética, à ética, ao afeto.

Se é pela linguagem que são materializados os imaginários, fundamentais para o estabelecimento do elo social, é também pela linguagem que a resistência aos estereótipos e à cristalização de relações opressivas ganha corpo e pode ser discursivizada, comunicada, colocada em pauta, visibilizada e reforçada. Quando a linguagem é artística, como nos casos apresentados, é ainda mais eficaz nesse processo de resistência, porque, ao apresentar os temas, reveste-se de uma materialidade de mais fácil identificação por parte do sujeito interpretante, propícia à empatia em função das narrativas que se apresentam e emocionam. A condição da mulher na sociedade atual ganha, com isso, uma representatividade bastante relevante que se espalha, proporcionando uma mudança de valores em relação a um grupo subalternizado que precisa de respeito e justiça.

Fundamentada, sobretudo, na Teoria Semiológica de Análise do Discurso, esta reflexão parece ter mostrado como uma visão crítica dos imaginários sociodiscursivos que nos cercam é materializada nos clipes em tela e, comunicada pela mulher, ela mesma consegue afirmar seu protagonismo em relação à sua subjetividade na luta por seu espaço no mundo.

REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2005). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto.
- Aristóteles. (2015). *Retórica*. São Paulo: Folha de São Paulo.
- Beauvoir, S. de. (2009). *O segundo sexo*. (2ª ed.). São Paulo: Nova Fronteira.
- Bourdieu, P. (2017). *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Bestbolso.
- Charaudeau, P. (2015). *Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, p. 13-30.
- _____(2010). *A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. As emoções no discurso, volume II*. Campinas: Mercado de Letras.
- _____(2008). *Linguagem e discurso – modos de organização*. São Paulo: Contexto.
- _____(2006). *Discurso político*. São Paulo: Contexto.
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Courtine, J. (2013). *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis: Vozes.
- Galinari, M. M. (2014). *Logos, Ethos e Pathos: “Três lados” da mesma moeda*. Alfa, 58 (2), pp. 257-285.
- Hooks, B. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1996). *La conversation*. Paris: Seuil.
- Lugones, M. (2020). *Colonialidade e gênero. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 52-83.
- Maingueneau, D. (2008). *A propósito do Ethos. Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, pp. 11-19.
- _____(2005). *Ethos, cenografia, incorporação. Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, pp. 69-92.
- Mira, R. (2017). *O arquétipo da princesa na construção social da feminilidade*. Lisboa: Edições Colibri.
- Plantin, C. (2010). *As razões das emoções. As emoções no discurso, volume II*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 57-80.

FERES, BEATRIZ DOS SANTOS & MONNERAT, ROSANE SANTOS MAURO; *A mulher por ela mesma em três clipes brasileiros: uma análise semi-discursiva / The woman by herself in three Brazilian clips: a semi-discursive analysis*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 125-150

Santos, B. de S. (2020). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica.

Wolf, N. (2020). *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. (13ª ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

FONTES

El hombre, Francisco. *Francisco, el hombre - Triste, Louca ou Má (OFICIAL)*. YouTube. 05 out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE#franciscoelhombre>

Iza. IZA - *Dona de Mim*. YouTube. 28 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FnGfgb_YNE8&t=3s

Soares, E. *Elza Soares - Mulher do Fim do Mundo (Clipe Oficial)*. YouTube. 03 mar. 2017. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6SWIwW9mg8s>

Mulheres que vestem farda: Corpos “modelados” pelas letras da Lei

Women who wear uniforms:

Bodies “modeled” by the letters of the Law

FERREIRA, GEÓRGIA
georgia.castro@yahoo.com.
br

ALVAREZ, PALMIRA
pavibheine@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). Mestre em Estudos de Linguagem (PPGEL/UNEB). Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). Professora Titular do Departamento de Letras e Artes (DLA/UEFS). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (GEPEAD), cadastrado no CNPQ, cujas atividades são desenvolvidas no DLA/UEFS.

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

PALAVRAS-CHAVE:

Mulher;
Policial;
Discurso;
Corpo;
Interdiscurso.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é problematizar os efeitos de sentidos da construção do corpo da mulher policial militar que emergem no discurso jurídico das seguintes fontes: o decreto n.º 2.905, publicado em 1989, ato que cria a Companhia de Polícia Militar Feminina – Cia PM Fem, o ofício n.º PM/3-003/88 encaminhado à Inspeção das Polícias Militares (IGPM) com o projeto de criação dessa Companhia e regulamento da Companhia de Polícia Militar Feminina da Polícia Militar (REPOFEM/PM). Recorrendo-se à análise de discurso francesa filiada a Michel Pêcheux (AD), foram mobilizadas as seguintes categorias analíticas: formação discursiva (FD), discurso transversal e forma-sujeito. As materialidades analisadas revelaram que a partir de uma pedagogia corporal, o corpo civil visto como feminino foi remodelado/construído em um novo corpo militar que preservava uma feminilidade controlada. A transformação das mulheres em militares através dos arbítrios culturais se deu por meio da transmissão de valores, normas e padrões que integrariam os saberes que passamos a identificar como FD policial militar alicerçada em dois pilares – hierarquia e disciplina, caracterizando o habitus militar, conceito de Pierre Bourdieu que o atravessa. As mulheres que se inscreveram nessa FD internalizaram a forma-sujeito a ela correspondente: a policial militar feminina. E nessa posição passaram a executar tarefas atreladas à maternidade e cuidado com o outro (com atendimento prioritário para idosos, crianças e mulheres). Tarefas consideradas essencialmente femininas. Por certo, o corpo nesse ambiente é usado a partir de uma lógica performativa condicionada às ações autorizadas pelas normas, a exemplo da relação entre pares, brincos, maquiagem que demarcam a posição das mulheres na segurança pública. É um discurso que

remonta dizeres e práticas do pelotão feminino da capital paulista, pioneiro na inserção de mulheres em seu quadro organizacional que contribuiu para a exteriorização da *héxis* militar. Empiricamente, aponta como resultado o mapeamento histórico-discursivo do ingresso das mulheres e da Cia PM Fem na instituição Polícia Militar da Bahia – PMBA através do corpo historicamente subjugado.

KEY-WORDS:

Women;
Police officer;
Speech;
Body;
Interdiscourse.

ABSTRACT: The objective of this work is to problematize the effects of meanings of the construction of the female military policewoman's body that emerge in the legal discourse from the following sources: the decree n.º 2,905, published in 1989, act that creates the Female Military Police Company – CIA PM FEM, letter no. PM/3-003/88 sent to the Inspectorate of the Military Police (IGPM) with the project for the creation of this Company and regulation of the Female Police Company of the Military Police (REPOFEM/PM). Using French discourse analysis affiliated with Michel Pêcheux (AD), the following analytical categories were mobilized: discursive formation (DF), transverse discourse and subject-form. The analyzed materialities revealed that from a corporal pedagogy, the civil corps seen as female was remodeled/built into a new military corps that would preserve a controlled femininity. The transformation of women into soldiers through cultural arbitrations took place through the transmission of values, norms and standards that would integrate the knowledge that we came to identify as a military police FD based on two pillars - hierarchy and discipline, characterizing the military habitus, concept of Pierre Bourdieu who crosses it. The women who enrolled in this FD internalized the subject-form corresponding to it: the female military police officer. In this position, they started to perform tasks related to motherhood and care for the other (with priority care for the elderly, children and women). Tasks considered essentially female. Certainly, the body in this environment is used from a performative logic conditioned to actions authorized by norms, such as the relationship between pairs, earrings, makeup that demarcate the position of women in public safety. It is a discourse that goes back to the sayings and practices of the women's squad in São Paulo, a pioneer in the insertion of women into its organizational framework, which contributed to the externalization of the military hexis. Empirically, it points out as a result the historical-discursive mapping of the entry of women and Cia PM Fem in the Military Police of Bahia – PMBA through the historically subjugated body.

INTRODUÇÃO

1. Autoria da Sgt PM Lilian, integrante à primeira turma de policiais femininas da PMBA.

2. Por certo, essas mulheres desempenharam papéis imprescindíveis na configuração do policiamento feminino. Todas produziram artigos abordando a importância da inserção da mulher nas polícias apresentando-os em congressos criminalísticos, embora tenham mantido suas contribuições individuais. As duas últimas foram nomeadas comandantes e subcomandante do pelotão feminino da PMESP, respectivamente. Enquanto Esther, ao assumir a função de Ministra da Educação, Cultura e Desporto nos idos de 1982, em ato oficial definiu que os cursos de formação de oficiais seriam equivalentes aos superiores.

3. Decreto n.º 5.570 de 11 de julho de 1996. Dispõe sobre a transformação da Companhia de Polícia Feminina em 3ª Companhia Independente de Polícia Militar (3ª CIPM) e dá outras providências.

“[...] Mulher és a fortaleza do mundo, da vida e do ser/Mulher és a energia do dia, da noite e também do porvir/ Na Polícia Feminina/ temos mulheres de valor/Progridir, lutar e crescer/ é o seu lema para vencer/A palavra, o seu grito de guerra/E o seu clamor a paz [...]”

(Canção da Polícia Feminina)¹

Já se passaram 30 anos da inserção da mulher na Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA), fato que ocorreu após a assinatura do decreto n.º 2.905, sancionado pelo então governador Nilo Coelho em 19 de outubro de 1989. Para alguns autores foi um processo tardio, se comparado a outras forças policiais a exemplo da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), cujo ingresso do feminino nas suas fileiras ocorreu em 1955 após a defesa de um novo tipo de policiamento empreitada pelas intelectuais Esther Figueiredo Ferraz, Hilda Macedo e Maria Luiza Pedrosa.²

A capital baiana viu, nas suas principais ruas e avenidas, 27 sargentos e 80 soldados mulheres que passaram a executar o policiamento ostensivo fardado através da Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem). Coube na época, ao então Major PM Antônio Melo, conduzir o processo formativo dessas mulheres, transformando-as em policiais militares ao mesmo tempo em que exercia a função de comandante desta nova Unidade Operacional (UOp). Esse processo de inclusão, de certo modo excludente (Schactae; Moreira, 2020), se estendeu até os anos de 1996³, quando a polícia feminina veio a ser extinta como quadro separado no interior da Corporação.

A transformação das recém-ingressas nas fileiras dessa Corporação perpassava pela preparação dos corpos femininos civis para atuarem numa função essencialmente masculina, transformando-os em corpos militares. A inserção das mulheres nos quartéis estaria atrelada ao

curso de formação policial militar, espaço de “adestramento”, no qual “[...] reina a noção de “docilidade” que une o corpo analisável, o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado [...]” (Foucault, 1987, p. 109, grifo do autor).

Sendo assim, pretende-se neste artigo, de modo particular, mapear discursivamente o processo de criação da polícia feminina, descrevendo as atividades conferidas às mulheres como o processo de atribuição de uma forma-sujeito e de que forma o seu corpo foi construído nesse espaço simbólico.

Logo, este trabalho está centrado na análise documental de fragmentos dos seguintes documentos, entendidos nessa proposta como materialidades discursivas, tais como: decreto de criação da Cia PM Fem, o ofício encaminhado à Inspeção das Polícias Militares (IGPM), o trabalho em comissão para criação e implantação da Cia PM Fem e o regulamento da Companhia de Polícia Feminina da Polícia Militar (REPOFEM/PM). O presente artigo visa problematizar os efeitos de sentido do feminino na caserna, utilizando-se, para tanto, da análise de discurso de linha francesa filiada a Michel Pêcheux (AD).

Preconizada nos anos de 1960, momento de efervescência intelectual francesa, AD apresentou para a formulação de seus conceitos a relação entre a Linguística, a Psicanálise apoiada no pensamento lacaniano e a releitura althusseriana dos escritos de Marx. Partindo da premissa de que o discurso seria o efeito de sentidos entre os pontos A e B, sendo A e B as representações do sujeito no discurso (Pêcheux, 1997) a AD

[...] é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para análise desses acontecimentos discursivos, na medida em que toma o objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história [...] (Gregolim, 2007, p. 13)

Nesse novo espaço teórico convergem língua, história e ideologia (Heine, 2015), e afloram diversas categorias analíticas, destacando-se a ideologia, formação discursiva (FD), sujeito, discurso transversal, selecionadas para a análise das materialidades discursivas – corpora – desse artigo. Nesse passo, os tópicos subsequentes apresentam as atividades atribuídas ao feminino e à pedagogia militar que “modelou” seus corpos, construindo o sujeito histórico-discursivo mulher, policial e militar.

1. ANÁLISE DE DISCURSO: BREVES APONTAMENTOS

A teoria materialista do discurso como também é conhecida, doravante a AD filiada a Michel Pêcheux (1938-1983), surgiu na França nos anos de 1960. Esse período foi marcado pelas agitações universitárias e sindicais que culminariam com as Jornadas de Maio de 1968 (Indursky, 2019). No âmbito externo, o país enfrentava a Guerra da Argélia (1958-1962) que resultaria na independência daquela colônia do poderio francês, o que dividiria opiniões (Näir, 1999). Por outro lado, em termos internos, os principais partidos de esquerda promoviam intensos debates e manifestações almejando uma maior liberdade intelectual no país. De sorte, o forte engajamento desses estudiosos com o pensamento marxista contribuiria para o projeto de criação da AD.

É nesse cenário político e teórico, que Michel Pêcheux produziria sua tese, “[...] sob orientação de Louis Althusser, a qual, posteriormente, foi publicada com o título de *Análise Automática do Discurso*, também conhecida como AAD-69 [...]” (Indursky, 2019, p. 159, grifos do autor), sinalizando um novo objeto de estudo – o discurso, visando “[...] uma transformação da prática nas ciências sociais, uma transformação que poderia fazer desta prática uma prática verdadeiramente científica [...]” (Henry, 1997, p. 18). O cenário do surgimento dessa nova área do saber influenciou de tal maneira que, o discurso político se tornou seu primeiro objeto de estudo pois, “[...] o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”, conforme explicou Henry (1997, p. 24).

É considerada uma teoria de muitos nós. Didaticamente dividida em três fases classificadas de acordo com as suas principais publicações - *Análise Automática do Discurso* publicada em 1969, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* em 1975⁴ e *Discurso: estrutura e acontecimento*, no ano de 1983 – essa teoria foi revista, e novos conceitos inseridos e ampliados pelo seu fundador. Cabe ressaltar, que não se pretende detalhar cada fase. O objetivo é apresentar, tão somente, as definições das categorias analíticas dessa teoria, selecionadas para o estudo dos corpora. Observando, inclusive, que a AD possui uma peculiaridade: trata-se de uma teoria que apresenta seu próprio quadro metodológico, sendo este de base qualitativa.

Utilizando a expressão de Malidier (1993), Pêcheux iniciou uma “aventura teórica” apresentando o quadro epistemológico da AD alicerçado em três regiões do conhecimento: da teoria linguística saussuriana Pêcheux questionou a ideia de homogeneidade pontuando que, o sistema linguístico é sujeito ao equívoco, haja vista que o sentido das palavras pode ser sempre outro; do materialismo histórico, a partir da releitura althusseriana apresentou a ideologia como requisito para a constituição dos indivíduos em sujeitos do discurso e dos sentidos; e com a concepção lacaniana, juntamente com Fuchs afirmou que o indivíduo seria constituído por vozes e discursos sociais armazenados em seu inconsciente, mas a ideologia que o interpela em sujeito dissimularia esse funcionamento, fazendo com que ele tivesse a impressão de exercer sua livre vontade.

Caracterizada como uma disciplina de entremeio, a “[...] AD pecheutiana representa uma mudança de terreno, ou seja, a instauração de um novo espaço teórico que vai fazer convergir língua, história e ideologia [...]” (Heine, 2015, p. 63). Apoiar-se na ideia de que a ideologia “[...] sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social [...]” (Althusser, 1975, p. 69), interpela os indivíduos em sujeitos, conceito este herdado da releitura althusseriana dos escritos de Marx. Desta maneira, para os estudos pecheutianos, o indivíduo faz parte do jogo da linguagem sendo marcado pela incompletude.

4. Título original: *Lés vérités de la Palice*. Nesse artigo, utilizaremos a 5ª edição desse livro, traduzida por Eni Puccinelli Orlandi et al, publicado pela Editora Unicamp em 2014.

Para a teoria materialista do discurso não existe discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. A noção de interpelação do indivíduo em sujeito levou Pêcheux a afirmar que a AD constituiria um esboço de uma análise não subjetiva dos efeitos de sentido que atravessam a ilusão do efeito-sujeito, sendo na perspectiva discursiva caracterizada como “[...] uma prática e esta prática envolve, afeta e faz parte do processo de significação do corpo do sujeito [...]” (Orlandi, 2017, p. 87).

Submisso à língua e interpelado pela ideologia, esse sujeito se inscreve numa dada formação discursiva (FD) que é componente de formações ideológicas (FI). Cada FI, “[...] constitui um conjunto complexo, de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente com as posições de classes em conflito umas com as outras [...]” (Pêcheux, Fuchs, 1997, p. 166, grifos dos autores). As formações discursivas, por sua vez, são compreendidas como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (Pêcheux, 2014, p. 147).

Percebe-se, deste modo, que o sujeito do discurso não é um indivíduo. Esse lugar é preenchido pela forma-sujeito de uma determinada FD. Entende-se, portanto, que é a partir da forma-sujeito que o sujeito discursivo se inscreve numa determinada FD, com a qual se identifica e “[...] ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendamos que, sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal [...]” (Pêcheux, 2014, p. 158, grifo do autor). O sujeito acredita estar exercendo a sua livre vontade, pois não se dá conta do seu assujeitamento ideológico.

Nota-se, destarte, que as noções de FI e FD determinam e constituem os sentidos e os sujeitos, e a ideologia interpela os indivíduos em sujeito, constituindo os sentidos. O indivíduo ao ser interpelado ideologicamente em sujeito, identifica-se com a forma-sujeito de uma FD que representa “[...] no discurso as formações ideológicas. [...] Os sentidos não estão assim

predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas” (Orlandi, 2009, pp. 43-44). Logo, sujeito e sentido são constituídos na medida em que assumem posições próprias do discurso em seu dizer, os quais carregam marcas da história, da ideologia e marcas sociais (Grigoletto; Pivetta, 2011).

Após essa breve contextualização, para efeitos de análise, tomou-se como ponto de partida a identificação do feminino com a forma-sujeito policial militar feminina após o seu ingresso na caserna⁵, e a sua conseqüente inscrição na FD policial militar, pontos a serem trabalhados no tópico subseqüente juntamente com as condições de produção do discurso.

5. Caserna significa quartéis ou batalhões.

2. O SORRISO COMO ARMA E O ASSISTENCIALISMO COMO FUNÇÃO DE POLICIAL: A MULHER NA CASERNA

Para falar brevemente sobre a trajetória discursiva que constitui a mulher policial militar na cidade do Salvador, Estado da Bahia, foi necessário delimitar as materialidades que seriam analisadas. Foram selecionadas como corpora as seguintes materialidades discursivas: o decreto n.º 2.905, publicado em 19 de outubro de 1989; o ofício n.º PM/3-003/88, encaminhado ao general responsável pela IGPM; o trabalho de comissão para criação e implantação da Cia PM Fem; e o REPOFEM/PM.

O que por hora interessou, foi observar nesses documentos as definições identificadoras para a polícia feminina que contribuíram para a constituição dessa categoria, ao passo que, legitimaram as diferenças entre homens e mulheres naquele espaço institucional. As definições em lei da nomenclatura para a unidade policial feminina e as atividades a elas destinadas seriam discursos que atribuiriam uma identidade à Polícia Feminina e à policial, constituindo discursivamente um certo modelo de feminilidade (Schactae, 2016). Isso, de certo modo, motivou a análise de pequenos excertos dessa documentação.

O decreto de criação da Cia PM Fem dispõe apenas de seis artigos, conforme disposto abaixo:

DECRETO Nº 2.905 DE 19 DE OUTUBRO DE 1989

Cria, na estrutura da Polícia Militar a Companhia de Polícia Militar Feminina e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe o Art. 50, da Lei nº 3.406, de 26 de setembro de 1975,

DECRETA

Art. 1º - Fica criada, na Polícia Militar da Bahia, a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem) subordinada diretamente ao Comando de Policiamento da Capital.

Parágrafo Único - A Cia PM Fem tem sua sede na cidade do Salvador, no aquartelamento localizado na Avenida Dendezeiros, no Bairro do Bonfim.

Art. 2º - Compete a Cia PM Fem executar o policiamento ostensivo geral e de trânsito e atividades auxiliares na Região Metropolitana de Salvador, podendo eventualmente atuar em todo território baiano, especialmente quanto a:

I - Policiamento Ostensivo Geral, com ênfase à proteção de crianças, mulheres e idosos, orientação de pessoas e prevenção contra ações de ladras e menores, suplementando ou complementando a atuação de policiais militares masculinos;

II - Policiamento Ostensivo de Trânsito, em locais ou eventos especiais, com base em planejamento elaborado pela respectiva UOp e aprovado pelo Comando de Policiamento da Capital;

III - Atividades de apoio em operações de defesa civil, assuntos civis e/ou ação cívico-social de interesse da Corporação;

IV - Participação em solenidades e/ou desfiles cívicos;

V - Emprego em outras atividades policiais militares a critério do Comandante Geral.

Art. 3º - A Cia PM Fem terá efetivo e organização estabelecidos em Quadro de Organização.

Art. 4º - As funções de Comandante, Subcomandante, Comandante de Pelotão e os inerentes à graduação de Sub Ten PM Fem, previstas no Quadro de Organização da Cia PM Fem, serão exercidas, a título de encargo, por oficiais do QOPM e praças PM de iguais postos e graduações, designados pelo Comandante Geral da Polícia Militar, até que sejam formadas oficiais e praças femininas e atinjam aquelas posições hierárquicas.

Art. 5º - O Comandante Geral da Polícia Militar fica autorizado a adotar todas as medidas administrativas necessárias para implantação da organização policial militar ora criada.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNADOR, em 19 de outubro de 1989.

NILO COELHO

Quadro 1 - Decreto n.º 2.905 (Criação da Companhia de Polícia Militar Feminina)

Fonte Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-2905-de-19-de-outubro-de-1989>. Acesso em: 15 jul. 2021

Primeiramente, vimos que a Cia PM Fem possuía como missão institucional: executar o policiamento ostensivo geral e de trânsito com ênfase “[...] à proteção de crianças, mulheres e idosos, orientação de pessoas e prevenção contra ações de ladras e menores suplementando ou complementando a atuação de policiais militares masculinos[...].” (Bahia, 1989). A leitura desse trecho já permite identificar, pelo menos, dois efeitos de sentido.

O primeiro revela que a mulher adentra aos quartéis para executar ações assistencialistas, cuidando de crianças, jovens e idosos, e para ajudar na prevenção de crimes dirigidos àquela parcela, mantendo-se assim, o ideal de feminilidade. Segundo Moreira (2006), o modelo defendido para o processo de criação das chamadas polícias femininas em países da América Latina e dentre eles, o próprio Brasil, apresentava as práticas assistencialistas como foco central. Contudo, as diferenças de gênero continuavam a justificar a necessidade de mulheres policiais pois, o declínio da força e da virilidade como fundante do policiamento moderno, pelo menos em termos discursivos, afastava o feminino das atividades consideradas violentas, e mantinha as mulheres próximas às tarefas domésticas.

O segundo efeito revela que o ingresso do feminino impactou nas rotinas internas da Corporação. Essa desestruturação evidenciou a dificuldade em lidar com a perspectiva da diferença, que conduziu a busca por locais fixos para homens e mulheres, conservando a divisão sexual do trabalho, embora com contornos bem peculiares. A diferença estabelecida entre o feminino e o masculino na instituição policial baiana também existiu em outras instituições policiais militares, o que legitimou essa diferença.

Por outro lado, acreditava-se ainda que “[...] as mulheres parecem estar se beneficiando de uma lógica institucional, uma vez que ingressavam na organização através de habilidades construídas no seu processo de socialização com a família, na escola [...]” (Calazans, 2004, p. 8). Essa lógica institucional seria então, o reflexo de uma busca de credibilidade junto à população, para formar uma imagem de polícia de aproximação num momento pós-ditadura. Logo,

a presença das mulheres no policiamento ostensivo resgataria os atributos e características que, segundo a formação discursiva patriarcal, seriam próprias das mulheres devido ao seu processo de educação e às:

[...] atribuições coerentes com suas qualificações naturais de sensibilidade e delicadeza, agora utilizados em ações que envolvessem outras mulheres, idosos e crianças. [...] A idealização da imagem da mulher policial encontra-se na natureza maternal feminina, bem como o motivo defendido pela instituição viril para necessitar de sua presença [...]. Esse corpo feminino [...] é exposto nos espaços públicos centrais [...] de concentração seletiva [...]. (Moreira, 2006, p. 6)

Ainda de acordo com a materialidade anterior exposta no quadro 1, caberia ao Comandante Geral dessa Corporação adotar as medidas administrativas, legais e necessárias para criação e instalação da Cia PM Fem, conforme disposto no art. 5 do decreto. Corresponderiam a tais medidas: o estudo de uma comissão para a implantação da Companhia Feminina e o Ofício n.º PM/3-003/88, encaminhado ao IGPM, solicitando autorização daquele órgão para criação de uma nova Uop. A comissão responsável pela elaboração desses documentos apresentou não somente um estudo de viabilidade sobre a inserção das mulheres como definiu as tarefas laborais a elas reservadas. Esse grupo, composto exclusivamente por homens⁶, baseados nas experiências de outros Estados brasileiros em relação ao ingresso de mulheres em seus quadros permanentes, redigiu o projeto de criação e o regulamento da Cia PM Fem. Era o masculino que detinha, portanto, o poder simbólico para legislar.

Esse projeto de viabilidade possuía 11 páginas. Durante a sua leitura, foi percebido que as mulheres deveriam ser empregadas em funções cujas “peculiaridades femininas” (Polícia Militar da Bahia, 1988b, p. 02) fossem observadas, uma vez que, segundo a formação discursiva patriarcal, na qual os sujeitos que elaboraram tais estudos se inscreviam, “[...] a mulher, pela sua própria natureza, apresenta aspectos orgânicos distintos do homem e, por conseguinte, não deve ser submetida a trabalhos ou situações incoerentes com as suas peculiaridades” (Polícia Militar da Bahia, 1988b, p. 5). Vislumbra-se, então, os saberes que permeiam a FD policial militar.

6. Esse documento segue assinado pelo Ten Cel PM Raymundo Luiz Pereira da Fonseca, Ten Cel PM Antonio de Santana Lima Filho, Cap PM Edmario Santos da Encarnação, Cap PM José Roberto da Silva Lemos e Cap PM José Luís Matos de Oliveira.

Entende-se, que a FD policial militar que se liga à FD patriarcal regula as funções que as mulheres recém-ingressas poderiam executar, ao passo que, define as regras, valores e com as quais deveriam subjetivamente se identificar para se inscrever nessa FD e assumir essa nova posição sujeito. De acordo ao projeto de criação da Cia PM Fem, caberia às policiais militares femininas:

[...] b) Atender principalmente ocorrências assistenciais, transferindo para a RP composta por guarnição masculina as que não puder, por qualquer motivo, atender;

2) [...] a) Patrulhar recinto aberto prevenindo ação de ladras e menores [...];

b) Orientar, auxiliar, proteger e informar aos usuários e à população geral, especialmente o menor, a mulher e o inválido, as pessoas idosas e aquelas com problemas de saúde;

c) Manter estreito contato com o juizado de menores;

d) Dispensar especial atenção aos viajantes [...] prestando informações;

[...] f) **Apoiar o PM masculino em ocorrências [...] que envolvam mulheres;**

[...] i) **Impedir a prática de atos ofensivos à moral e aos bons costumes [...]**

[...] 5) [...] b) Dar especial atenção às crianças perdidas, conduzindo-as aos locais próprios;

[...] 6) [...] b) Interrogar **vítimas femininas** em delitos sexuais [...] (Polícia Militar da Bahia, 1988b, p. 7, grifo nosso).

Pelo excerto acima, a função da mulher na PMBA era apoiar o policial militar masculino complementando ou suplementando o tipo de policiamento executado, ajudando no atendimento a ocorrências que envolvessem mulheres, idosos e crianças. Embora a inserção das mulheres em instituições hegemonicamente masculinas tenha sido definida como uma prática moderna e humanizante, capaz de atenuar a imagem das polícias militares (Moreira; Schactae, 2007), o seu ingresso se deu em tarefas associadas ao cuidado, mantendo-as longe das ativi-

dades típicas de investigação de delitos, diligências e operações de risco, o que revelava o descrédito no seu preparo para as atividades policiais. O afastamento das atividades consideradas violentas e/ou viris justificava-se pelas diferenças de gênero e força física, pautadas na formação discursiva patriarcal que se ligava fortemente à FD policial militar.

O modo de atuação da policial feminina aparece materializado nos trechos “orientar, proteger e informar aos usuários”, “menor, mulher e o inválido”, “patrulhar em recinto aberto”, “interrogar vítimas femininas”, confirmando que o ingresso do feminino na instituição policial militar estava condicionado à execução de um policiamento assistencialista, pois as policiais atuavam no cuidado com mulheres e jovens, bem como na prevenção de crimes dirigidos a este público, mantendo o ideal de feminilidade aceito pela Corporação.

É interessante mencionar o caráter conservador referente à discursivização da mulher materializado no trecho “impedir a prática de atos ofensivos à moral e aos bons costumes”. Esse trecho remete à memória que coloca a mulher como reguladora da moral familiar e social, e se insere em um dos saberes defendidos pela FD patriarcal. A boa mulher e esposa deveria educar os filhos de maneira rígida, séria, focada em orientar e controlar. De certo modo, esse pensamento reverberou para o campo profissional, em especial na carreira de magistério, trabalho tido como tipicamente feminino, diretamente associado à maternagem e a habilidades afetivas.

Por outro lado, quando as mulheres passam a figurar como agentes permanentes na polícia militar, elas rompem com os santuários que teoricamente não seriam para elas, conforme esclareceu Perrot (1998, p. 117), “[...] o militar, o religioso, o político como as três ordens na Idade Média, constituem três santuários que fogem às mulheres. Núcleos de poder, são centros de decisão, real ou ilusória, ao mesmo tempo que símbolos da diferença entre os sexos”. A profissionalização desse espaço favoreceu o ingresso do feminino, mas em funções associadas à maternagem e orientação, com a premissa de zelar pela moral e bons costumes, que variam de acordo com a época e estão associados aos aspectos culturais de cada região.

Em contrapartida, coibir a prática de atos ofensivos à moral e aos bons costumes, foi incluído na Constituição Federal Brasileira (CF) em 1967, art. 153, inciso 8º, remete às atividades desempenhadas pelas polícias na época da ditadura militar brasileira (1964-1988). Na tentativa de elucidar o seu significado, José Alfredo Buzaid escreve, naquele ano, o documento intitulado “Em defesa da moral e dos bons costumes”. Pautado na experiência francesa das Jornadas de Maio de 1968, esse jurista, aliado ao discurso da moralidade e segurança nacional, defendeu a instauração da ditadura ao afirmar que práticas imorais a exemplo da liberdade sexual e uso de drogas, seriam táticas comunistas para destituição dos pilares básicos da sociedade brasileira: a família tradicional e cristã (Lopes, 2020). Isso passou a ser replicado em diversas leis federais, estaduais, municipais, adotando para o seu cumprimento mecanismos de controle e censura das condutas consideradas desviantes, de livros, filmes e demais gêneros de produção cultural daquele período.

As forças militares, incluindo as polícias, legitimadas constitucionalmente como forças auxiliares do Exército, deveriam defender a pátria dessas subversões, e em especial, das ideias comunistas. Levando em consideração que o golpe militar brasileiro foi antecedido pela Marcha da Família, onde mulheres da classe média e clérigos defendiam a família tradicional cristã, esse discurso acabou sendo reverberado no projeto de criação da polícia feminina na Bahia, que ocorreu após um ano de extinção da ditadura.

Ainda sobre o papel da mulher, segundo o projeto de criação da Cia PM Fem, “[...] por sua própria natureza, apresenta aspectos orgânicos distintos do homem e, por conseguinte, não deve ser submetida a situações incoerentes com as suas peculiaridades” (Polícia Militar da Bahia, 1988b, p. 5, grifo nosso). Reforçava-se assim, a diferença de gêneros através da retomada do discurso de que a diferença entre homens e mulheres é natural e não fruto de uma construção histórica. A sua função era secundária, dando apoio aos homens, pois cabia a eles a prática operacional mesmo reconhecendo que “[...] a colaboração da mulher policial propicia soluções melhores para certas e delicadas situações existentes no setor, incubido pela segurança pública”

(Polícia Militar da Bahia, 1988c) bem como, as informações existentes na época que evidenciavam que o feminino se constituía “ [...] em um recurso efetivo à atividade policial militar em diversas Corporações, especialmente em determinados campos de atuação, onde a ação do policial masculino é dificultada pela sua própria natureza” (Polícia Militar da Bahia, 1988c).

Desta maneira, ao assumir a posição-sujeito de policiais militares femininas, exerceriam suas atividades em aeroportos, estações de transbordo, ruas de grande movimentação, cinemas, conforme definia a minuta de legislação posteriormente aprovada. Espaços de atuação que, de certo modo, reforçavam o rótulo do sexo feminino como frágil, constituindo um dos saberes da FD policial militar. Todavia, ao adentrarem nesse espaço, as mulheres passam a se inscrever nessa FD, identificando-se com os saberes que a permeiam, “[...] discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito” (Pêcheux, 2014. p. 215, grifo do autor), tornando-se herdeiras de uma identidade institucional balizada pela hierarquia, disciplina e educação, relacionada à função desempenhada, constituindo o *habitus* militar. Observa-se que esse conceito, tomado de empréstimo dos estudos de Bordieu (1983) atravessa, discursivamente, os saberes da FD policial militar. Ressaltamos que se recorreu aqui a este conceito apenas para demonstrar como ele constitui a FD policial militar.

Segundo Bordieu (1983), o *habitus* deve ser entendido como

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] o *habitus* produz práticas que [...] não se deixam deduzir diretamente das condições objetivas [...] nem das condições que produziram o princípio durável da produção: só podemos, portanto, explicar essas práticas se colocarmos em relação a estrutura objetiva que define as condições sociais da produção do *habitus* [...] com a conjuntura [...] que representa um estado particular dessa estrutura (Bordieu, 1983, p. 65).

Nessa perspectiva, o *habitus* pode ser considerado como um sistema de disposições que atuam como princípios geradores e organizadores das práticas e representações sociais. Considera-se, portanto, o *habitus* militar como um exemplo de incorporação das estruturas sociais do campo militar, no caso, tornar-se policial militar. Essa incorporação ocorre através do curso de formação, espaço onde os policiais militares socializados interiorizam os seus ritos, orientando suas práticas, diferenciando-os de outros sujeitos.

É um espaço no qual reproduzimos as condições sociais de nossa própria produção, ou seja, um processo de interiorização e exteriorização em que as estruturas sociais se transformam em mentais, sendo atualizadas, em um segundo momento, em práticas sociais. Nessa fase, é delineada a forma como percebemos o mundo, moldando o modo de agir, corporal e material, exteriorizado por meio do *ethos* e *héxis* militar, esta última entendida como um conjunto de princípios interiorizados pelo corpo, tais como, postura e expressões corporais (Bonnewitz, 2003). É importante ressaltar, que se utilizou da teoria de Bordieu apenas a noção de *habitus* e *héxis* militar, pois o artigo foi embasado pela AD pecheutiana.

Esses conceitos oferecem os subsídios que permitem refletir sobre a interiorização dos valores, normas e princípios morais pelas mulheres na caserna, bem como sobre a pedagogia militar aplicada aos ingressantes na carreira, assegurando a adequação entre ações individuais e a realidade. Nesse sentido, pensar na instituição polícia militar sob a ótica do *habitus* implica considerá-la como um espaço de construção de um sistema simbólico e significante de práticas e ritos que identificam os indivíduos pertencentes àquele lugar e inscritos naquela FD.

Em outras palavras, a mulher, ao ingressar na Corporação, torna-se herdeira de um conjunto simbólico identificador desse campo a partir de práticas cotidianas, discursos e rituais, uma vez que internalizam essas práticas pelo processo de interpelação. Esse assujeitamento permite a inscrição da forma-sujeito na FD militar e sua consequente identificação com os saberes que circulam nessa formação, atuando no campo da subjetividade como força para perpetuação das práticas policiais militares.

Interessante mencionar que, mesmo em um espaço masculino, a inserção da alteridade foi marcada pela contradição, presente na própria FD. Assim como a construção do seu corpo. Elas deveriam executar tarefas masculinas, contudo, em razão de sua condição biológica “ao feminino” foram atribuídas tarefas tidas culturalmente como de mulheres. A construção do “espírito militar” (Castro, 1990) pelas policiais militares femininas ocorreu através do curso de formação. Nesse espaço, internalizaram os valores, regras, comportamentos e tradições, a partir de sua identificação com a forma-sujeito da FD policial militar.

3. A HÉXIS MILITAR: A CONSTRUÇÃO DO CORPO FEMININO

As mulheres civis foram transformadas em policiais através do curso de formação onde, familiarizadas com ritos e regras da caserna, incorporaram as estruturas sociais do campo militar. Assim, o processo de transformação do sujeito mulher em policial pressupõe a filiação à FD militar em decorrência da sua interpelação pela ideologia e identificação com a forma-sujeito dessa FD. Essa filiação “[...] fornece a cada sujeito a sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significação percebidas – aceitas - experimentadas” (Pêcheux, 2014, p. 162). Por outro lado, o sujeito não reconhece o assujeitamento que se dá sob a forma da autonomia.

Indursky (2005, p. 192) lembrou que “[...] as FDs estão sob o primado da contradição, e isto abre espaço para conceber a FD como heterogênea, constituída por saberes que vêm de outro lugar [...]”, que podem ser de outra FD podendo tal heterogeneidade se constituir como discurso transversal. Sobre esse aspecto, encontra-se em Pêcheux (2014, pp. 166-167) o seguinte esclarecimento:

[...] interdiscurso enquanto discurso transversal atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito-falante’, com a formação discursiva que o assujeita [...].

A inserção na caserna impõe abraçar os valores, princípios e a própria divisão do mundo entre o civil – militar, este historicamente moldado para o masculino. Inclusive, a inserção da alteridade nesse espaço foi realizada pela ótica da diferença, onde a Cia PM Fem foi definida, no art. 20 do REPOFEM/PM, como “[...] uma organização em que são respeitadas as diferenças biopsicológicas de suas integrantes, mas de quem são exigidos os mesmos padrões de desempenho profissional atribuídos ao policial-militar do sexo masculino” (Polícia Militar da Bahia, 1988c).

Embora tivessem a obrigação de “manter os mesmos padrões de desempenho”, a policial feminina ficava condicionada à execução de atividades pré-definidas e relacionadas ao cuidado, sendo a policial parcialmente destituída do equipamento característico das instituições viris, pois as policiais da Cia PM Fem, quando empregadas operacionalmente, deveriam utilizar “[...] de forma discreta, armamento e equipamento apropriados à missão que lhe for atribuída” (Polícia Militar da Bahia, 1988c), conforme disposto no art. 12 do REPOFEM/PM. O armamento sinônimo de virilidade quando sob a posse de mulheres, deveriam ser usados com discrição. Observemos a imagem abaixo publicada numa matéria no Jornal Correio da Bahia, alusiva à comemoração dos 30 anos de ingresso das mulheres na PMBA:



Figura 1 - Policiais femininas na Vila Policial Militar do Bonfim e nas ruas (1990)

Fonte: Moreira, M. (2020, Maio 01). ‘Paravam para olhar’: conheça as histórias das primeiras mulheres PMs da Bahia. Correio da Bahia. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/paravam-para-olhar-conheca-as-historias-das-primeiras-mulheres-pms-da-bahia/>

Pela imagem anterior, observa-se que as policiais usavam short-saia e camisa de botões azuis com cintura demarcada, armamento no coldre de cintura coberto e sapatos pretos. Enfileiradas e na posição militar conhecida como descansar, em que os braços são dispostos atrás do corpo, as policiais femininas exibem uma postura de corpo moldado na hierarquia e disciplina. O uniforme e os cabelos presos definem um padrão corporal, e logo, a identidade da policial militar.

Todavia, é percebida a existência de uma contradição entre o feminino e a identidade institucional exibidos nos símbolos policiais - a arma e a farda. Embora a farda tenha sido cedida às policiais femininas, a elas foi reservado um modelo diferente. Quanto à arma, lhes foi negado o direito de portá-la ostensivamente. De qualquer maneira, o equipamento culturalmente associado à masculinidade que é a arma de fogo, caso viessem a ser portado pelas mulheres, deveriam usá-lo discretamente para não afrontar o significado simbólico identificador da virilidade. Há, portanto, nessa FD a presença da heterogeneidade.

Essa heterogeneidade na FD permite:

[...] apreender tanto o contato entre as formações discursivas diferentes e suas respectivas formas-sujeito, quanto contato entre posições-sujeito, inscritas na mesma Formação Discursiva, mas igualmente diversas, o que implica a concepção de uma Formação Discursiva heterogênea, em que o mesmo convive com a diferença e a divergência, dando origem a contradição (Indursky, 2001, p. 28).

E mais traços dessa heterogeneidade aparecem materializados nos documentos analisados, a exemplo do excerto extraído do art. 19, do REPOFEM/PM que traz o seguinte ponto: “[..] A Cia PM FEM não deve ser entendida como uma organização de mulheres masculinizadas ou um movimento feminista de libertação, não considerando, todavia, a beleza e a estética como valores fundamentais, mas procurando manter e estimular a feminilidade de suas integrantes” (Polícia Militar da Bahia, 1988c). Emerge um movimento de deriva dos sentidos dos termos feminilidade e feminismo, masculinidade e masculinizadas, entre o ideal militar e o ideal femi-

nino, fazendo reverberar uma certa memória sobre as feministas, cujo sentido no excerto está ligado à ideia de mulheres masculinizadas.

No trecho “organização de mulheres masculinizadas ou um movimento feminista de libertação”, a partícula “ou” funciona como elemento de discurso que tece uma diferença entre os dois grupos (um masculinizado e outro libertário), mas também os aproxima, colocando-os no mesmo espaço de sentido, a partir de estereótipos sociais que os caracterizam pejorativamente. A Companhia Feminina estaria orientada por uma concepção de feminino que aposta na subalternidade da mulher no campo policial (Souza, 2015), sendo a dimensão materna e assistencial reforçada, valorizando uma expressão de feminilidade mais próxima da esfera doméstica. Assim, revela-se o caráter indesejado para mulheres policiais que incorporem os valores masculinos, aproximando-se desse modelo de atuação marcado pelo combate de rua, com possíveis trocas de tiros e abatimento de marginais. Essa aproximação, creditada talvez, como uma reivindicação feminista, seria carregada pelo estigma do embrutecimento, uma androgenia perigosa, capaz de aniquilar o modelo definido para as mulheres, motivo pelo qual a feminilidade surge com tanta ênfase.

O aspecto da beleza mencionado no trecho anterior se materializava também no art. 18 desse mesmo regulamento, que trazia “[...] A policial-militar deverá zelar pela sua estética corporal e apresentação pessoal, procurando se prevenir contra a obesidade e mantendo-se fisicamente nos padrões proporcionais de estatura e peso” (Policia Militar da Bahia, 1988c). Segundo Wolf (1992), o discurso da beleza atrelado às mulheres é uma outra forma de normatização feminina, uma vez que se exige a adequação do corpo a determinados padrões, pois “[...] ela [ideologia da beleza] se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar” (Wolf, 1992, p. 13). O mito estaria relacionado ao comportamento feminino, impondo regras à aparência da mulher e instituindo padrões de beleza que interferem no seu ambiente de trabalho. As funções e cobranças acumulam-se cabendo à mulher assumir “[...] os papéis de

dona-de-casa, de profissional que faz carreira e de profissional da beleza” (Wolf, 1992, p. 34). As mulheres policiais então, passam a ser observadas em suas ações, inerentes à profissão e condicionadas à ideologia da beleza.

Conter essa suposta tensão e manter os corpos da forma-sujeito mulher policial militar entre a tênue linha feminilidade e força – ideal militar, seria a grande tarefa dos treinamentos destinados/reservados às primeiras ingressas, num processo de normatização dos corpos femininos para se adequarem aos padrões exigidos na função que ocupariam. Através de uma série de atividades de repetição e disciplina foram introduzidos valores de obediência, submissão, assiduidade, pontualidade, racionalidade e meritocracia. Diversos fatores concorrem para isso, como leis, decretos, portarias, ordens internas, regulamentos, estatutos, dentre outros, os quais, além de delimitarem exatamente deveres e direitos, pormenorizam os “já-ditos”, uma vez que:

[...] Não há corpo que não esteja investido de sentidos, e que não seja corpo de um sujeito que se constitui de processos nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais para a forma com que ele se individualiza, assim como o modo pelo qual, ideologicamente somos interpelados em sujeitos, enquanto forma-histórica [...] (Orlandi, 2017, p. 93).

Esse sujeito, a policial militar feminina, para se constituir como tal, internalizaria as normas e valores que regulam sua conduta dentro da caserna, bem como a postura, disposições, o corpo, cabelo, estética. Há um tipo de alinhamento corporal com a farda, isto é, a policial feminina assim como o masculino deveria seguir padronizações estipuladas pela Corporação, tais como, cabelo, unhas curtas, uniforme etc, algo apropriado às “suas peculiaridades”, materializados no trecho abaixo, extraídos do art. 14, REPOFEM/PM:

[...] I - comprometer-se irregularmente com encargos de família, principalmente se for solteira;

II - manter relacionamento íntimo não recomendável ou socialmente reprovável, com superiores, pares ou subordinados (GRAVE);

III - frequentar, uniformizada, cafés, bares ou estabelecimentos similares, salvo em missão ou serviço (MÉDIA);

[...] V - manter relacionamento de amizade ou de intimidade com pessoas de reputação duvidosa (GRAVE);

VI - usar quando uniformizada, penteados exagerados, perucas, maquilagens excessivas, unhas longas ou com verniz de cor extravagante (LEVE) [...]

[...] VII - invocar circunstâncias de matrimônio ou encargos de família para eximir-se das obrigações funcionais (MÉDIA);

VIII - usar joias e adereços que prejudiquem a apresentação pessoal [...] quando uniformizada (LEVE);

[...] X - usar gírias, expressões ou gestos incompatíveis com a conduta de uma policial-militar feminina (LEVE);

[...] XIII - fumar em público, estando de serviço (LEVE);

XIV - deixar de solicitar com a devida antecedência [60 dias] autorização para contrair matrimônio (MÉDIA) (Polícia Militar da Bahia, 1988c, grifo nosso).

Foram criadas regras e proibições específicas para o feminino. Pode ser citado, como exemplo, a forma de usar os cabelos. Estes, como símbolo da feminilidade, deveriam ser curtos (caso as mulheres desejassem usar os cabelos soltos, desde que, não ultrapassassem a gola da camisa), presos em coques os cabelos médios ou compridos, sem franjas. Em solenidades, os penteados poderiam ser mais elaborados, mantendo-se o coque (figura 1). Isso nos leva a FD patriarcal, na qual as mulheres eram orientadas a manterem os cabelos presos em público e somente soltá-los na intimidade, no quarto ou para os maridos (Perrot, 2007). Orlandi (2017, p. 87) nos lembra que “[...] o indivíduo, interpelado pela ideologia, traz seu corpo por ela também interpelado. (Orlandi, 2017, p. 87).

O tamanho das unhas não deveria ultrapassar a falange distal, sendo proibidas pinturas “verniz de cor extravagante”, conforme excerto extraído da materialidade anterior, art. 14, VI. A maquiagem não poderia ser excessiva, logo, seria permitido o uso de algo mais leve. Quanto ao uso de joias e adereços, poderiam ser usados desde que não prejudicassem “a apresentação pessoal”. Ao que parece, a feminilidade precisava ser controlada, “[...] cada indivíduo em seu lugar; em cada lugar, um indivíduo. [...] É preciso [...] vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos [...]” (Foucault, 1987, p. 123).

Junto com outras interdições comportamentais há uma espécie de economia do sorriso (Souza, 2015) como definidora da performance policial. Segundo Goldenberg (2013, p. 15), “[...] a mulher não ri tanto quanto gostaria pela necessidade que tem de mostrar que é séria, responsável e competente”, e neste espaço o abandonam porque é percebido como sinônimo de fraqueza, capaz de abrir margem a interpretações mal-intencionadas que podem colocar em risco a própria autoridade da farda, seja no meio externo ou interno, perante a tropa. A feição fechada e sem sorriso evidencia a incorporação de traços policiais militares, e tende a exigir maior atenção à maquiagem, maior atenção na escolha dos brincos, entre outros.

Estas normas repassadas foram sendo interiorizadas como práticas de subjetivação através do poder disciplinar (Foucault, 1987), para que a mulher se tornasse sujeito policial militar. Tais práticas, antes de tudo, pressupunham a docilização dos corpos, indicando sentidos sobre ser mulher dentro de um espaço onde imperam as ideias de virilidade e força, muito ligadas aos sujeitos homens, dentro da formação discursiva patriarcal. As práticas de adequação desse corpo feminino à corporação eram difundidas no cotidiano do Curso de Formação através da pedagogia militar e podiam ser percebidas, também, na *héxis* corporal, na qual as suas posturas e disposições do corpo estavam se moldando às necessidades inerentes a nova função.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres ao negarem todas as premissas que as reduziam apenas às tarefas domésticas e as tornavam subservientes aos homens, acreditaram e investiram em seu potencial, galgando as mais diferentes funções em nossa sociedade. Desafiando as amálgamas de sua educação e formação, a mulher adentrou em um espaço outrora somente permitido aos homens: a força pública.

O seu ingresso no meio castrense se deu em razão da crise vivenciada pelas instituições militares que, buscando uma nova imagem organizacional através de uma política de aproximação, enxergou nas mulheres, os atributos necessários à concretização de tal intento. Por esta razão, após a abertura das portas da “operacionalidade” das polícias militares às mulheres, em local e com atividades demarcadas, de certo modo, humanizaram as atividades de polícia direcionando um tratamento mais cortês à população, entenda-se menores, mulheres e idosos.

Viu-se que a força pioneira nesse processo foi a PMESP, cujo registro remonta a 1955. Contudo, a década de 80 é considerada como um marco no ingresso de mulheres nas polícias militares dos demais Estados. Independente do período de inserção desse público, os moldes e procedimentos utilizados nesse processo apresentam muitas similaridades, destacando-se a rigidez institucional e as relações de gênero e poder.

As materialidades estudadas revelam que a partir do controle do corpo, a instituição policial moldou os comportamentos das mulheres ingressas, definiu os valores a serem incorporados e as interdições, estabelecendo “o que poderia ou deveria ser dito”, compondo os saberes FD militar. Essa FD marca o corpo da mulher policial e constrói sua imagem pautada em regras e parâmetros que incidem sobre o comportamento, como uso de batom, maquiagem, brincos, aspectos que demarcam a forma-sujeito de mulheres na segurança pública. Proibição de relacionamento entre pares, solicitação para adquirir enlace matrimonial, trajes civis para circular

no ambiente quartel, são exemplos de regras que comprovam a subjugação dos corpos pela hierarquia e disciplina na caserna. Ocorreu a assimilação dos regramentos do *habitus* militar e a consequente exteriorização da *héxis*, conceitos que atravessam interdiscursivamente a FD policial militar.

Foi a partir do controle sobre o corpo que a Instituição moldou a imagem feminina e forneceu os parâmetros de atuação no campo policial, sinalizando valores a serem incorporados e também interdições, numa ordem que, semelhante às sociedades tradicionais, não diferencia o corpo das pessoas, como se tornou comum no dualismo ocidental. Os quartéis, batalhões e unidades parecem funcionar como uma extensão do lar. Isso porque a dimensão materna e a valorização de habilidades inatas, no caso as domésticas e o cuidado, classificadas como de natureza feminina, aparecem materializadas no decreto e demais documentos, revelando a subalternização da mulher no campo policial, distanciando-a do modelo de atuação masculino.

Decerto, ainda prevalece a perspectiva da diferença, que não apenas diferencia homens e mulheres mas que, os desigualava. Olha-se para a mulher sempre na perspectiva da falta reconhecendo-a por aquilo que não possui e, conseqüentemente, adjetivando-a desfavoravelmente. Os homens continuam sendo vistos como paradigmas de emancipação e qualificação técnico-profissional. Logo, embora a farda tenha corporificado (Damatta, 1997) as mulheres não foram igualadas aos homens em termos profissionais. Tornaram-se herdeiras de uma identidade institucional, constituíram-se em sujeitos do discurso a partir da identificação com a FD policial militar e as práticas ideológicas dessa formação, como alternativa para permanecer nesse ambiente majoritariamente masculino. E, os seus corpos construíram-se na contradição entre ser mulher, policial e por vezes, mãe.

REFERÊNCIAS

Althusser, Louis (1975). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes.

Bahia (Estado). *Decreto N.º 2.905, de 19 de outubro de 1989*. Dispõe sobre a criação da Companhia de Polícia Feminina. Acesso em 15 de julho de 2021, em <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-2905-de-19-de-outubro-de-1989>.

Polícia Militar da Bahia (1988a). *Ofício n.º PM/3-003/88. Solicitação ao Inspetor Geral das Polícias Militares para criação de uma Companhia Feminina na Bahia*.

_____(1988b). *Trabalho de comissão para criação e implantação da Companhia Feminina*.

_____(1988c). *Regulamento da Companhia de Polícia Feminina (REPOFEM/PM)*.

Bonnewitz, P. (2003). *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre. (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____(1983). Esboço de uma teoria da prática. In: Ortiz, R. (Org.). *Bourdieu* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática.

Castro, Celso (1990). *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Calazans, Maria Esteves de (2004). *Polícia e gênero no contexto das reformas policiais*. Acesso em 18 de maio de 2020, em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/12662-12663-1-PB.pdf>.

Damatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema*. Rio de Janeiro: Rocco.

Foucault, Michel (1987). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Goldenberg, Mirian (2013). *Homem não chora. Mulher não ri: 80 ideias para entender melhor sexo, amor e felicidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

Gregolim, Maria do Rosário (2007). *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. Acesso em 15 de fevereiro de 2021, em <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/105/106>.

Grigoletto, Evandra; Pivetta, Graziela Thais Baggio (2011). *Só ele é assim: uma análise da representação da mulher no discurso publicitário do Campari*. Acesso em 24 de abril de 2021, em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1316/1001>.

Henry, Paul (1997). Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: introdução a obra de Michel Pêcheux*. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, pp. 13-38.

Heine, Palmira (2015). Entre a magreza e o sobrepeso: discurso, corpo, sentido sobre mulher em anúncios publicitários. In: HEINE, Licia Maria Bahia et al (orgs). *Sujeito e discurso: diferentes perspectivas teóricas*. Salvador: EDUFBA, pp. 11-33.

Indursky, Freda (2005). Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org). *Michel Pêcheux e a análise de discurso: uma relação de nunca acabar*. São Paulo: Claraluz, pp. 183-194.

_____(2008). Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: TASSO, Ismara. *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gem), identidade e memória*. São Carlos: Claraluz, pp. 205-2014.

_____(2019) AAD-69: o marco histórico de um discurso fundador. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 44, p. 157–173. DOI: 10.20396/lil.v44i0.8657797. Acesso em 21 de julho de 2021, em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657797>.

Lopes, R. C (2020). *Da censura ao camburão: a regulação da homossexualidade na ditadura civil militar brasileira*. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 28, n. 56, pp. 231–254, DOI: 10.20396/tematicas.V28i56.13177. Acesso em 21 de julho de 2021, em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13177>.

Malidier, Denise (1993). *A inquietude do discurso, um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux*. Sémen, Besançon, n. 8, pp. 107-119.

Moreira, R (2006). *Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope: a feminização da polícia militar do Paraná, uma prática dicotomizada (1975-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Näir, Sami (1999). *A esquerda e o poder: a experiência francesa (1981-1997)*. Trad. Maria Rita Mendonça Sarti e Cortês. In: *Perspectiva*, São Paulo, v. 22, pp. 233-249.

Pêcheux, M. (1997). Análise Automática do Discurso. In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: introdução a obra de Michel Pêcheux*. (2ª ed, pp. 61-162). UNICAMP.

_____(2014). *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP.

Pêcheux, Michel e Fuchs, Catherine (1997). A propósito da análise automática do serviço: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: introdução a obra de Michel Pêcheux*. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, pp. 163 -252.

FERREIRA, GEÓRGIA & ALVAREZ, PALMIRA; *Mulheres que vestem farda: Corpos “modelados” pelas letras da Lei / Women who wear uniforms: Bodies “modeled” by the letters of the Law*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 151-179

Pêcheux, Michel (1999). Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). *Papel da memória. Tradução e introdução de José Horta Nunes*. Campinas: Pontes, pp. 49-57.

Perrot, Michele (1998). *Mulheres públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora.

_____(2007). *Minha história de das mulheres*. São Paulo: Contexto.

Orlandi, Eni P. (2017). *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes Editores.

Schactae, Andréa Mazurok; Moreira, Rosemeri. (2020). A construção da “Polícia Militar feminina” no Paraná. In: Vasquez, Georgiane Garabely Heil (org). *Nova história das mulheres no Paraná*. Porto Alegre: Editora FI, pp. 128-158.

Wolf, Naomi (1992). *O mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco.

Souza, M. S. (2015, Outubro 26-30). *O batom como “arma”: identidade e usos da imagem feminina na Polícia Militar de São Paulo*. Apresentação de Paper. 39ª Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt33/9756-o-batom-comoarma-identidade-e-usos-da-imagem-feminina-na-policia-militar-de-sao-paulo/file>.

Polifonia na Comédia Stand-up Portuguesa: Uma abordagem Sócio-Discursiva para a Construção da Identidade

Polyphony in Portuguese Stand-up Comedy:

A Socio-Discursive approach to Identity Construction

MOROZOVA, MILANA A.
milana1002@gmail.com

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

PALAVRAS-CHAVE:

Identidade;
Polifonia;
Interacionismo
Sócio-discursivo;
Vozes enunciativas;
Stand-up comedy.

RESUMO: O presente artigo visa analisar alguns mecanismos linguísticos que contribuem para a construção de identidade. Privilegiando uma abordagem interacionista sócio-discursiva, o objetivo é descobrir até que ponto a polifonia (Bakhtin, 1981) e, mais especificamente, a distribuição de vozes através dos pronomes pessoais no discurso contribuem para a construção de identidade do comediante no género ainda pouco explorado stand-up comedy em português. Numa perspectiva franco-suíça (Bronckart, 2012), o termo “vozes enunciativas” remete para os mecanismos que contribuem para o estabelecimento de coerência pragmática (ou interativa) do texto. Este artigo demonstra como um comediante cria diferentes identidades no discurso, alternando entre as vozes do autor empírico, as vozes sociais e as vozes das personagens. Em particular, a análise textual demonstra a forma como as alterações de pronomes pessoais (nomeadamente, *eu* e *nós*) são utilizadas como estratégia não apenas para produzir um efeito humorístico mas também para exibir dinamicamente aspetos da identidade do comediante. Os comediantes podem “apagar” ou distanciar-se de suas identidades individuais, identificando-se com a voz social. Assumindo a responsabilidade, eles visam enfatizar sua própria identidade individual em oposição à voz social, zombando frequentemente de princípios e ordens sociais. O domínio raramente investigado de *stand-up comedy* fornece dados originais para a análise da identidade do comediante e da maneira como ele é retratado no discurso.

KEY-WORDS:

Identity;
Polyphony;
Socio-Discursive Interactionism;
Enunciative voices;
Stand-up comedy.

ABSTRACT: This paper focuses on some of the linguistic devices, which contribute to identity construction. Adopting a socio-discursive interactionist approach, the goal is to discover the extent to which polyphony (Bakhtin, 1981) and, more specifically, the distribution of voices by means of personal pronouns in discourse contribute to comedian's identity construction in the understudied genre of Portuguese stand-up comedy. In a Franco-Swiss perspective (Bronckart, 2012), the term “enunciative voices” stands for mechanisms that contribute to the establishment of pragmatic (or interactive) coherence of the text. This paper demonstrates how a comedian creates different identities in discourse by shifting between the voices of empirical author, social voices, and voices

of characters. In particular, the textual analysis shows how pronoun shifts (e.g. between *I* and *we*) are used as a strategy not only to produce a humorous effect; it is also used to dynamically display aspects of the comedian's identity. Comedians may distance and erase their individual identities by identifying with the social voice. Or, by assuming responsibility, they aim at emphasizing their own individual identity as opposed to the social voice, often mocking social principles and orders. The seldom investigated domain of Portuguese stand-up comedy provides a rich ground for the analysis of the comedian's self and the way it is portrayed in discourse.

1. INTRODUCTION

Identity construction in discourse have been previously analyzed in various studies (for instance, de Fina, 2006, 2011; Bucholtz & Hall, 2005; Bamberg, de Fina & Schiff-
frin, 2007, 2010; Bamberg, 2009, 2011; Hall, 2000; Moita Lopes, 2006). Majority of these studies are placed in the context of social constructionism, which suggests several characteristic features of identity together with specific conditions for its construction.

First and foremost, social constructionist perspective looks at identity construction as a process grounded in different kinds of social practices and activities (de Fina 2006, p. 353). Identity is not a static, psychological construct; rather, it is seen as a dynamic product, which emerges in the process of human social activity. In other words, identity is not seen as something a human possesses or can be characterized by. On the contrary, it is associated with an action within a social practice, or with “doing” something instead of a stable state of “being” (de Fina, 2011, p. 267).

Secondly, identity is primarily constructed through language and linguistic resources a particular language provides. Besides, identity construction is always contextualized, as it is negotiated in discourse: “language and discourse are central to the construction and negotiation of identities”, (de Fina, 2011, p. 263). It is through linguistic materialization that we convey the image of ourselves and identify others. In particular, different narratives emerging in different social practices are seen as specific loci for emergence of identities. According to Bamberg, de Fina & Schiff-
frin (2010, p. 180), narratives have become a privileged form of discourse for identity analysis, because “it is by way of narrative that people are said to be able to construct a sense of a continuous self – one that fuses past and future orientation together into one’s present identity”. By telling stories, narrators present social worlds they are part of; they evaluate these worlds and positions themselves as members of particular social groups through interactional, linguistic, rhetorical and stylistic choices (de Fina 2006, p. 352). Identity is therefore a dynamic, plastic phenomenon, which is constructed in discourse by means of various linguistic devices and easily transforms/adapts to new contexts and practices.

Thirdly, identity is a discursive construct that emerges in interaction (Bucholtz & Hall, 2005, p. 587). In other words, construction of identities thorough linguistic materialization is not a one-sided process. It is directed towards an addressee/receiver, i.e., it is via human communication that identity takes shape. Social interaction between individuals is one of the key conditions within a particular social context and/or group to convey different aspects of their identity.

Finally, identity is seen as a cultural phenomenon, emerging in the process of human day-to-day interaction (Bucholtz & Hall, 2005, p. 588). It means that by means of language interaction we convey what kind of people we are and which historical, geographical, ethnical, socio-economic, religious and ethical values we transmit.

Conceptualizations of identity vary and depend on the theoretical stances researchers take towards the existing alternative views. In social psychology, identity is “that part of an individual’s self-concept which derives from his knowledge of his membership in a social group (or groups) together with the value and emotional significance attached to that membership” (Tajfel, 1981, p. 355). In sociocultural perspective, identity is broadly defined as “the social positioning of self and other” (Bucholtz & Hall, 2005, p. 586). In discourse, the concept of identity can be specified as “an independent variable, accounting for participants’ use of particular linguistic or discourse devices; as a means of referring to and making inferences about self and other; as a constructed display of group membership, as a rhetorical device, etc.” (Zimmerman, 1998, p. 87). In narratology, which is a privileged form of discourse for identity analysis, it is seen as “the attempt to differentiate and integrate a sense of self along different social and personal dimensions” (Bamberg, 2009, p. 132). Despite several nuances of meaning, these definitions convey one common idea, i.e., identity can be described as a process of either individual’s assumption of his “self” and, therefore, distancing from “others”, or, on the opposite, involvement and identification with “others” by means of identity erasure. In any case, these switches between “self” and “others” in the process of identity construction can be intentionally employed by narrators as a strategy to achieve a desired effect.

This paper focuses on stand-up comedians, who construct their identities through linguistic choices and manifest different aspects of their identity to achieve a desired humorous effect and elicit the audience's laughter. Based on a Franco-Swiss socio-discursive interactionist perspective (Bronckart, 2012), which is largely inspired by Bakhtin's previous work on polyphony (Bakhtin, 1981), the aim is to examine how "enunciative voices" are used by comedians create different identities in discourse by shifting between the voices of the empirical author, the social voices, and the voices of characters.

2. POLYPHONY IN DISCOURSE: "VOICES" AS MECHANISMS OF IDENTITY CONSTRUCTION

Polyphony (Bakhtin, 1981, 1984), "voices devices" (de Fina, 2006), multivocality or "footing" (Goffman, 1981), and enunciative voices (Bronckart, 2012) are similar linguistic mechanisms, which may emerge in discourse in the process of identity construction and/or assumption of degree of responsibility. The concepts are designated in various ways according to the theoretical choices of the researchers. Whereas the phenomena are quite comparable, there are some potential nuances of each term, which are to be discussed.

Bakhtin (1981, 1984) was the first to introduce the idea of "polyphony" in discourse as part of his analysis of Dostoevsky's novels. According to the author, Dostoevsky's novels are mainly characterized by "a plurality of voices", i.e. multiple manifestations of characters, merged together with the author's omnipresent existence in a piece of literary work. The concept is defined as follows: "a plurality of independent and unmerged voices and consciousnesses, a genuine polyphony of fully valid voices is in fact the chief characteristic of Dostoevsky's novels. What unfolds in his works is not a multitude of characters and fates in a single objective world, illuminated by a single authorial consciousness; rather, a plurality of consciousnesses, with equal rights and each with its own world, combine but are not merged in the unity of the event" (Bakhtin, 1984, p. 6).

As stated in Bakhtin (1981, p. 5), the term “voice” implies the character’s consciousness about his own presence in discourse and the coexistence of his voice with other voices in the same discursive space at the same time:

“A character’s word about himself and his world is just as fully weighted as the author’s word usually is; it is not subordinated to the character’s objectified image as merely one of his characteristics, nor does it serve as a mouthpiece for the author’s voice. It possesses extraordinary independence in the structure of the work; it sounds, as it were, alongside the author’s word and in a special way combines both with it and with the full and equally valid voices of other characters” (Bakhtin, 1984, p. 7).

Bakhtin’s concept of a “polyphonic novel” reinvents traditional novel as a manifestation of many voices heard as one, i.e. through the prism of its single author. A polyphonic novel, on the opposite, gives the impression that the reader is not dealing with a single author, but with a multiplicity of authors (e.g. Raskolnikov, Myshkin, Karamazov, etc.); thus, each character with his/her unique voice assumes its own position in a multi-leveled and multi-vocal novel.

Goffman (1981, p. 128) explains multivocality in his concept of “footing”, which stand for “the alignment we take up to ourselves and the others present as expressed in the way we manage the production or reception of an utterance”. He proposed the idea that a speaker, depending on his status in discourse, performs three distinct roles: 1) the animator, 2) the author, and 3) the principal. While the animator is the person who physically produces an utterance, the author is the person responsible for putting it together, i.e. the “originator” or “creator” of the utterance. The principal, in this case, is “the person responsible for and committed to the content of the utterance” (Goffman 1981, p. 128).

The differences between these notions can be useful for understanding to what extent a speaker (or a comedian, for instance) assumes his/her authorship and therefore different degrees of responsibility for what has been said. Although it is typical of the animator to take the role of the author, it may not always be the case. Back in the 20th century, when stand-up comedians presented their comic monologues as parts of American vaudeville performances, co-

medy actors were merely performers, whose material was provided by writers (Double 2014, p. 416). Such being the case, the animator's role was performed by the comedy actor, whereas the authorship of the comic text belonged to its writer (the latter were actually designated as "the comedians"). Shortly afterwards, the sick comedians promoted the idea that the comics should create their own material (*ibidem*). It was the sick comedians who set the tone for modern stand-up comedy, as we know it today, with a highly auto-biographical, self-expressed contents. Today, a comedian can be the animator, the "producer" of comic texts onstage; the author, i.e. h/she elaborates their own texts and the "principal" committed to the comic content displayed.

Although polyphony as a language phenomenon was first discovered and applied to literary texts, its practical use and applicability goes beyond them. Studies showed that speakers may use polyphony or "layering of voices" described by Bakhtin (1981) as an interactive strategy in everyday spoken interactions. From a linguistic point of view, there are different ways of incorporating voices into everyday speech. For instance, Günthner (1999) focuses on the prosodic and voice quality techniques, used by speakers to contextualize their points of view towards the reconstructed utterances in reported dialogues. Prosodic and voice quality techniques are employed to show various perspectives within one utterance: the perspective of the quoted figure and the perspective of the reporter (Günthner, 1999, p. 705). In Günthner's approach to polyphonic discourse, layering of voices in everyday reported dialogues is mainly achieved by means of prosody (Günthner, 1999, p. 685).

Fløttum (2010, p. 990) suggests a selection of linguistic units indicating the presence of different voices in political speeches. Explicit polyphony is often realized through reported speech, whereas implicit layering of voices often involves the use of various linguistic markers, such as the negation *not* (in its polemical use); the contrastive connective *but* (in its concessive use); connectives such as *thus*, which mark an argumentative relation between different points of view; *although* and *even if*, used to show a contra-argumentative relation; *since*, used to indicate a causal relation; semantic-logical markers such as *perhaps*, *maybe* and modal verbs such

as *may*, which indicate epistemic relations of uncertainty between different points of view (Fløttum, 2010, p. 995). In general, as stated in Fløttum (2010, p. 993), different linguistic categories contribute to construction of polyphony in discourse, e.g. pronouns, connectives, sentence adverbs, negation, presupposition, information structure, reported speech and many more. The configurations created by these linguistic manifestations contribute to the construction of “self” and “others” in a more visible way; and also, these configurations help to clarify the complexity of political multi-voiced discourse (Fløttum, 2010, p. 993). In this respect, polyphony is seen as an approach to uncover the hidden messages and the subtle interactions that take place in political discourse (Fløttum, 2010, p. 992).

In one of her studies, de Fina (2006) approaches group or collective identity, focusing on voices. She also sees “voices devices” in a broader way, which includes alternations between dialogue and narration, pronoun switches, and paralinguistic features such as tempo, pitch, loudness and rhythm. According to the author, these “voices devices” are central strategies of involvement or distancing while constructing identities (de Fina 2006, p. 357). Pronoun switches, seen by de Fina as one of the voices devices, is a grammar-based strategy for identity construction, which will be closer analyzed further in this paper.

The socio-discursive interactionist framework suggests a more tangible method of analysis of voices. From the methodological point of view, each text is seen as consisting of three layers: the general infrastructure of text, which corresponds to its internal structural organization; the mechanisms of textualization and the mechanisms of enunciation. According to the author, the distinction between these three levels adequately responds to the methodological need to “unveil the complexity of each text’s fabric” (Bronckart, 2012, p. 119). The level of enunciative mechanisms, which comprises both enunciative voices and modality, contributes to establishment of pragmatic (or interactive) coherence of the text, explaining, on the one hand, various evaluations (e.g. judgments, opinions, feelings, etc.) and, on the other hand, indicates the very sources of these evaluations, i.e. the instances that are responsible for them (Bronckart, 2012, p. 319).

According to Bronckart's perspective, enunciative voices are manifested in discourse mostly grammatically, through use of personal pronouns and verbs in 1st, 2nd and 3rd person singular or plural. The author distinguishes the voice of the author, voices of characters and social voices (see Table 1 for more details). Previous research indicates that construction of identities can be achieved by mobilising pronouns (de Fina, 2006 and Wolfers, File & Schnurr, 2017 for identity construction; Glick 2007 for polyphony construction in stand-up comedy). The speaker's choice of pronouns is intentional, as it contributes to creation of various aspect of his/her or collective identities to achieve a desired effect (a humorous one, as in Wolfers, File & Schnurr, 2017; Glick 2007).

1. Voice of the author ¹	The voice of the empirical author (or the speaker/agent of the text, i.e. the instance that produces the text). It assumes what is being said and positions him/herself towards it accordingly. The voice of the author is typically expressed by means of personal pronoun "I" and/or verbs in 1 st person singular.
2. Voices of characters	The voices of characters are voices belonging to human beings, or to humanized entities (e.g. animals in fairytales), or to agents in different events or actions, which constitute the thematic content of a textual segment. These may also be heroes of a narrative story, or interlocutors in an interactive dialogical discourse, etc. (verbs in the 1 st , 2 nd and 3 rd person, singular).

Table 1 - Enunciative voices in discourse (based on Bronckart 2012, pp. 130-131, 326) (see next page for continuation of the table)

1. The original examples in French for each category can be found in Bronckart (2008, pp. 82-83).

Table 1 - Enunciative voices in discourse (based on Bronckart 2012, pp. 130-131, 326) (continuation).

2. Social voices are also described as typical events of language use and cultural ideologies (Glick, 2007, p. 292).

3. Social voices ²	The voices of other people or human entities and institutions that are outside the thematic content of the utterance. In this case, the responsibility for what is being said is delegated to third parties (by means of discursive markers “according to”, “conforming to”, indefinite pronouns “somebody”/ “nobody”, indefinite articles “a”, verbs in 3 rd person plural, personal pronoun “we”, etc.). Social voices may stay undetermined and/or implicit.
-------------------------------	--

As it will be further seen, the voices of the empirical author, the social voices, and the voices of characters are important to consider when attempting to understand how comedians produce their identities. By representing the voice of the empirical author, i.e. assuming authorship, the comedian assumes responsibility for what is being said. On the contrary, s/he may opt for presenting the social voice, leaving the author’s voice behind and thus erasing or masking his/her own identity. Some examples in Section 4 will illustrate these cases. Before I proceed with the analysis, it is important to draw some general notes on the genre of stand-up comedy, its key features and its history in Portugal, and to describe the corpus used for the analysis.

3. THE GENRE AND CORPUS UNDER INVESTIGATION: STAND-UP COMEDY

Stand-up comedy is often defined as “an encounter between a single standing performer behaving comically and/or saying funny things directly to an audience, unsupported by very much in the way of custom, props, setting, or dramatic vehicle” (Mintz 1985, p. 71). Double (2014, p. 19) describes a stand-up performance as “a single performer standing in front of an audience, talking to them with the specific intention of making them laugh”.

The vagueness of comedian's identity is one of the key features of a stand-up performance. Strictly speaking, comedians can be seen as those who perform as themselves and those who create a particular character or stage personae, so-called "character comedians" (Double 2014, p. 124). The range of characters on stage is wide enough, and the boundaries between the performer and the stage character (or stage persona) are sometimes quite difficult to trace (Double 2014, pp. 124, 126, 128, 130). Double (2014) identifies four prototypical types of comedian's "identities", which emerge in a stand-up act: character comedians, exaggerated personae, "the person in the persona" and authentic human being. The distance between the comedian and the character can be quite shocking, and it is mostly due to his/her costume, wigs, make-up and names he or she gives to the character that the distance is signaled. Exaggerated personas are those who adopt an exaggerated character but leave the boundary between the comedian and the persona vague. The acts of such comedians may be quite autobiographic, but include the elements of persona; it is "like a party dress they put on" (Double 2014, p. 126). The "person in the persona" is characterized by "the subtle interweaving of truth and fiction in the onstage identities of stand-up comedians" (Double 2014, p. 130). It can be quite difficult to understand if the comedian is the same person onstage and offstage, or if they are more of an act. Authentic human beings stay unaffected by the performance and present themselves to the audience exactly how they are. "Stand-up comedian addresses the audience as a naked self" (Double 2014, p. 129), i.e. stand-up is frequently seen as a form of self-expression (Carter: 1989, p. 22; Double 2014, p. 160). Today, the idea that comedians appear as real "selves" or real "personalities" is quite common. In fact, the premise "...this is my view of the world, this is my little angle of life" (Double 2014, p. 115) can be a key to a successful joke telling for many modern stand-up performers.

Similarity to a conversation is another striking feature of stand-up comedy. Brodie (2014, p. 5, 2008, p. 153) describes it as "a form of talk" and sees stand-up as an intimate conversation that occurs in an informal, day-to-day, face-to-face communication (Brodie 2014, p. 217).

Likewise, Double (2014, p. 339) argues that stand-up is built on the model of conversation, albeit “a very one-sided one”. Although the comedian does most of the talking and the audience’s part consists of laughter and applause, it feels very conversational because of the direct interaction (Double 2014, p. 339).

Similar to other studies on identity construction in face-to-face interactions and conversations (Günthner, 1999), in political discourse (Fløttum, 2010) and in conversational narratives (de Fina, 2006), comedian’s speech is rich in voices of other characters and often includes dialogic discourse in order to present his/her “self” or stage personae, to portray the characters in his/her narratives, etc. (Bakhtin 1968).

Inspired by Bakhtin’s (1986) concept of polyphony and voices, Glick (2007) focuses his analysis on the dialogic form used by the British stand-up comedian Eddie Izzard in his performances. The comedian develops a fictional dialogue between the voices of the colonizer and the colonized (i.e. Great Britain, India and the US). Using polyphony as a humorous strategy, the comedian speaks with overlapping voices. At the very least, he speaks both as an individual and a citizen of Britain, and as a professional comedian giving a stand-up performance (for instance, when he uses utterances that are typically linked to standard stand-up, e.g. “*Hey how’s everybody feeling tonight?!?*”) (Glick, 2007, p. 294). At the same time, in the course of the performance, the comedian discursively creates “participants” in “conversations” (Glick, 2007, p. 296). His “characters” sound different and take turn, thus sounding like a real-time conversation (Glick, 2007, p. 304). Multi-layering of voices can therefore be an effective strategy for humor construction, as suggested in Glick (2007).

4. CORPUS AND METHODOLOGY

The textual analysis for the present study was carried out on a 41,651 word oral corpus collected from the Portuguese stand-up show “*Graças a Deus*” – performed in the first stand-up co-

medy club in Lisbon, Portugal. The full first season of the show was transmitted on a local TV channel. The analyzed programs were collected between 2014-2015 and resulted in the corpus containing a total 25 samples of oral texts, corresponding to 25 different comedians. All the samples were organized according to specially elaborated transcription conventions, based on Discourse Transcription (Dubois, 1991, 2004) and C-ORAL-ROM Project and CHAT Transcription Format (MacWhinney, 2000).

The textual analysis is based on previously reviewed categories, which constitute enunciative voices in discourse (Bronckart, 2012, pp. 130-131, 326), namely, the voices of the empirical author, the characters or the social voices. These voices are manifested through the use of pronouns and verbs in 1st, 2nd and 3rd person singular or plural, i.e., the focus is on the grammatical forms. The qualitative analysis was carried out in two phases.

In the course of the textual analysis, the objective was to locate the instances of the voices of the empirical author, the characters and the social voices expressed by means of personal pronouns. The focus was therefore on personal pronouns identification. Pronouns “I” and or/ verbs in 1st person singular corresponde to the voice of the author. That is, the comedian takes responsibility for what is being said and positions him/herself towards it. The identification of verbs in the 1st, 2nd and 3rd person, singular assists in locating heroes or characters in different events or actions, which constitute the principal content of a textual humorous storytelling. Finally, the identification of verbs in 3rd person plural and personal pronoun “we” refers to the third parties that take responsibility for what is being said by the comedian.

Once the “voices” were identified and assigned to a particular category (e.g., the empirical voice, the voice of the character or the social voice), a special attention was paid to pronoun shifts (e.g. between “I”, “we” and 3rd person pronouns) and their impact comedian’s assumption or erasure of identity.

5. TEXTUAL ANALYSIS

The examples extracted from the corpus will assist in illustrating how the phenomenon of polyphony and the distribution of voices by means of personal pronouns in discourse contribute to comedian's identity construction. The examples are provided here in their original Portuguese (1a, 2a, 3a), along with corresponding English translations (1b, 2b, 3b).

For the purposes of the present paper, I shall limit myself to most remarkable examples found in the corpus.

Example 1a.

1 COM: É tipo isso / É a minha mãe / é <é> espetáculo / Quando *a gente* vai às compras
a gente

2 estamos numa metodologia de poupar não sei quê / mas a minha mãe exagera como eu já disse /

3 ela <ela> uma tacanha com dinheiro / <uma tacanha de um cabrão> / Quando vocês /
a gente para

4 poupar / todos agora está a chegar o verão / a gente gosta de mamar um geladinho verdade ou mentira /

5 ah? / Verdade ou mentira? / Não perceberam eu falei muito rápido se calhar / Pareço um relator da

6 bola / É um algarvio a falar normalmente parece um relator da bola / sempre não é / Então chega o

7 verão /*a gente* apetece mamar um geladinho / Só que os outros geladinhos da máquina ficam

8 muito caros / Então a gente compra caixa de gelado / como toda a gente faz e põe na arca certo? /

9 Pronto eu não sei / é que não sei parece que vem do Algarve / vem do estrangeiro / tem

10 comportamentos [X] / Agora / Onde é vez / vocês estão a ver aquelas caixas de gelado do Lidl que diz

11 “Tricolore” / estão a ver / que tem três cores que é chocolate / baunilha / morango / Estão a ver o que é

12 que eu estou a dizer? / Agora é que dava jeito que batessem palmas /

13 [%com: o público aplaude]

14 Já que não falam comigo / Não / só as pessoas que estão a ver porra / cacete / A malta que está a ver

15 que tipo de gelado que eu estou a dizer //

16 [%com: o público aplaude]

17 Agora onde *a gente* vê um gelado / uma caixa de gelado “Tricolore” *a minha mãe* o que é que *vê* / *Vê* 18 um taparuere que por acaso tem gelado lá dentro //

19 AUD: hhhhhh

20 COM: Olha este taparuere! / Olha que vem com gelado! / Que giro //

21 AUD: hhh

Example 1b.

22 COM: It’s like this / My mom / it’s a show / when *we* go food shopping *we* adopt this

23 methodology of saving and so on / but my mom exaggerates as I already said / she is greedy with

24 money / Shitty greedy / When you / for *us* to save / all of us now summer arrives / *we* like licking an

25 ice-cream true or false? / ah? / True or false? / You didn’t get it maybe I was speaking too fast / I look

26 like a football commentator / It's a person from Algarve talking normally that looks like a football

27 commentator / always isn't it / And so summer comes / We feel like licking an ice-cream / It's just that

28 all the ice-cream from the machine is very expensive / So we buy a box of ice-cream / like everyone

29 does and puts it in the freezer right? / Well I don't know / I don't know / It seems he comes from

30 Algarve / he comes from abroad / has his own behavior / Now / do you know those boxes of ice-cream

31 from Lidl that say "Tricolore"? / you see / that have three flavors of chocolate / vanilla / strawberries /

32 Do you see what I mean? / Now it would be handy if you made some applause /

33 [%com: the audience applauds]

34 Now that you don't talk to me / No / just the people that understood damn / boring / Guys who

35 understood which type of ice-cream I mean /

36 [%com: the audience applauds]

37 Now where we see ice-cream / a box of ice-cream "Tricolore" what does *my mom* sees / *She* sees a

38 Tupperware box that has ice-cream inside by chance //

39 AUD: hhhhhh

40 COM: "Look at this tuppaware box! / Look it goes together with ice-cream! / So nice" //

41 AUD: hhh

In 1a and 1b, two types of enunciative voices can be observed. The comedian's voice, which is expressed by the personal pronoun "eu/I", is both the voice of the author and the agent who produces text. By using the personal pronoun "eu/I" and explicitly stating his "self", the comedian assumes responsibility what is being said and positions himself towards it accordingly. The social voice is mostly manifested by "a gente/we". "A gente" is an expression which semantically corresponds to the personal pronoun "we", but it is grammatically a third person singular and refers to a group of people which he talks about. A similar English translation would be "folks", however, "folks" does not necessarily include the speaker himself when referring to a particular situation in an informal conversation.

In terms of the joke's substantive contextualization, as a consequence of the European financial crisis, the EU imposed tight budget constraints on Portugal in efforts to save and reduce costs. Consequently, the government urges people to save – an idea, which is explicitly conveyed by the social voice (lines 22-24). There is a general knowledge in Portuguese society that in order to keep the family budget under control, everyone has to opt for a cheaper product when given the choice (line 28).

At first, the voice of the author fully coincides with the social voice: his family also falls into the saving policy and he, as an individual, must also save money by opting for a cheaper product. However, as he keeps developing the subject, he puts himself into opposition to his mother's identity, which is represented as the character's voice "ela/she" and by the verb in 3rd person singular in Portuguese "vê/sees" (lines 37-38). The idea is that his mother has done so well in the art of saving that instead of a simple box of ice cream she "sees" first, a container for storing food, relegating the ice-cream to the status of a mere by-product. In this way, buying just one item, she gets two products: ice-cream and an entire food container, the latter of which can be used repeatedly and proves to be extremely useful from an economic point of view.

Thus, in 1a and 1b we can observe a case of polyphonic discourse and the presence of various co-existing voices, namely, the voice of the empirical author, which is the comedian's himself and his own "self" ("eu/I"). In addition, the excerpt introduces a character, i.e. his mother, represented by the personal pronoun "ela/she". Besides, there is a clear shift in comedian's positioning of his "self" and his identity in the course of this excerpt. First, there is a complete coinciding of the author's voice and the social voice when it comes to the saving policy of the state and the families that have to struggle to manage it. The comedian's identity at that discursive moment happens to be the same as that of the social voice (and not his mother), as he fully identifies with the social voice and the policy of economy.

However, the comedian (re)assumes his identity in opposition to his mother, who represents a hyperbolized version and a perfect embodiment of an economic housewife. The comedian's decisions to distance himself from his mother's identity triggers a humorous effect and elicits laughter on the part of the audience (line 39). In other words, although the comedian identifies with the saving policy of the state and the social voice, he presents his mother as an exaggerated case and distances himself from it, this creating a comic effect by ridiculing his mother's actions. By distancing or involving himself, the comedian can both build up humor and show his own identity in a different light.

The excerpt is enriched by another instance of the comedian's representation of his "self", namely, when he mentions "Algarve". This is a clear example of an identity claim in relation to regional linguistic variation (lines 29-30). The comedian assumes his regional identity in the course of his performance and uses it as a strategy to draw the audience's attention and to elicit some kind of reaction (lines 22-32 present a long).

Example 2a.

42 COM: Não vou começar por aqui / porque eu acho / desculpa lá uma coisa / olhando para estas mesas e

43 olhando desde que eu cheguei às 9 da noite nós somos uma geração / desculpem lá /
nós não somos

44 pessoas / somos cada vez mais virtuais / cada vez teclamos mais / desculpa lá uma
coisa / Nós

45 estamos tão agarrados aos telemóveis que ontem tive que ir à escola secundária Luís
de Camões / e os

46 namorados saem da escola e em vez de dizer aquela coisa bonita que se dizia antiga-
mente à gaja /

47 “os teus olhos cintilantes com estrelas infinitas!” / já *ninguém* diz isso / *ele* saca de
Nokia 3G /

48 aproxima-se dela / *ela* saca do Samsung Galaxy é pá / Shshshsh! / Tuh tuh tuh / Manda
um sms que diz

49 / *I love you* //

50 AUD: hhhh

51 COM: E *ela* responde / Tuh tuh tuh tuh! / Eu também //

52 AUD: hhhhh

53 COM: Nós estamos virtuais qualquer dia em vez de ir para cama fazer amor não / po-
mos os telemóveis

54 a vibrar um em cima do outro / Zzzz / Zzzz //

55 AUD: HHHHH

56 COM: E nasce um telemóvel de Hello Kitty cor de rosa //

57 AUD: hhhhh

58 COM: Desculpe! / Nós qualquer dia casamos por igreja e o padre pergunta / oh noivo /

59 Aceitas casar com esta porta USB até que a morte vos separe? / E ele responde / Só se
eu tiver uma pen

60 64 Gb //

61 AUD: hhh

62 COM: E quando o padre pergunta aceitas casar na saúde e na doença / ele em vez de dizer “Sim!” / Diz

63 a frase que derrete uma mulher hoje / Como é que as gajas acham isto interessante / ele olha para ela e

64 diz / LOL //

65 AUD: hhhh

66 COM: Tu já nem cantas uma música do José Cid a gaja / diz LOL //

67 AUD: hh

68 COM: Se for à moda do Alentejo é LOOOOL //

69 AUD: hh

70 COM: Parece que estás a chamar um rebanho de ovelhas Maria // Mas *nós* estamos tão

71 virtuais tão virtuais tão <tão> viciados nesta porcaria e *somos* atualizados com isto //

Example 2b.

72 COM: I´m not going start from here / because I think / sorry / looking at these tables and looking since

73 I arrived at 9 pm *we* are a generation / sorry / we are not humans / every time *we* are getting more

74 virtual / every time we text more / Sorry for that / *We* are so stuck to our smartphones that yesterday I

75 had to go to a secondary school Luís de Camões / a boyfriend and a girlfriend get out of the school and

76 instead of saying that beautiful thing that in the old days used to be said to a girl /
“your sparkling eyes

77 with infinite stars!” / *nobody* says that anymore / *He* texts from Nokia 3G / comes up
to her / *she* texts

78 from her Samsung Galaxy / Shshshsh! / Tuh tuh tuh / *Send* her a text saying / I love
you //

79 AUD: hhhh

80 COM: And *she* replies / Tuh tuh tuh tuh! / Love you too //

81 AUD: hhhhh

82 COM: *We* are getting so virtual that one day instead of going to bed and making love
we will put our

83 smartphones vibrating one above another / *Zzzz* / *Zzzz* //

84 AUD: HHHHH

85 COM: And a pink Hello Kitty smartphone is born //

86 AUD: hhhhh

87 COM: Sorry! / One day when we get married in church and *the priest* asks / Oh groom
/ Do you take

88 this USB until death do us part? / And he replies / Just if I have a 64 Gb pen drive //

89 AUD: hhh

90 COM: And when the priest asks “do you take her in sickness and in health?” / Instead
of saying “Yes!”

91 he says a phrase that nowadays makes every woman melt / How girls find it interesting
/ h e looks at her

92 and says / LOL //

93 AUD: hhhh

94 COM: And you don't even sing a song by José Cid to the girl / He says LOL //

95 AUD: hh

96 COM: If it is pronounced how they do in Alentejo then it is LOOOOL //

97 AUD: hh

98 COM: It seems as if you are calling a flock of sheep Mary // But *we* are getting so virtual so virtual so

99 so addicted to this bullshit and we are updated with it //

2a and 2b present another excerpt rich in polyphony, with multiple enunciative voices. It includes the comedian's (or the author's voice), the voices of different characters pictured in the course of the performance and the social voice. The comedian's voice is represented by a recurrent use of "*eu/I*". The characters include a loving couple of teenagers, i.e. a girlfriend and her boyfriend, who are equally represented by the personal pronouns "*ele/he*" and "*ela/she*", as well as by the verbs in the 3rd person singular. Besides, there is also a character of the priest (line 87). Similar to 1a and 1b, the social voice in this excerpt is expressed by the personal pronoun "*nós/we*". The social voice demonstrates the general public concern about smartphone addiction (lines 73-74), especially among young people. As a result of this modern form of addiction, real and live communication between people has sharply decreased and is being completely replaced by a virtual counterpart (lines 77-80). The recurring social voice (line 98) expresses yet another characteristic – the inevitability of the addiction to mobile devices. Since nowadays everyone, at least to a certain degree, has fallen victim to the excessive use of smartphones, the phenomenon is omnipresent and quite common, which makes it more difficult to combat.

The author's voice is expressed by means of personal pronouns "*eu/I*". Through personal pronouns, as well as constant apologies to the audience (line 74), the author admits that he

does not understand what is happening. He is sincerely puzzled and concerned about this addiction existing in modern society and what future consequences it might bring (lines 82-83). The comedian assumes a critical position toward the problem of smartphone addiction, and brings his “self” into opposition with “others”, i.e. with other members of the society he is part of.

The comedian’s negative positioning towards digital technology and the modern media world is also implicitly manifested through a melancholic comparison with the old times (lines 76-77). According to Bronckart’s framework, social voices can also be manifested through the use of indefinite pronouns. In this excerpt (line 77), the comedian uses “nobody” to refer to the members of the society he is part of. Romantic declarations, which used to be common, are no longer practiced among modern, tech-addicted young men.

The excerpt is entirely built on an opposition between the social voice and the comedian’s voice. By stating his voice in discourse, he constructs his own identity, distinct from the social common voice. He openly criticizes smartphone addiction among the young. The humorous effect is achieved through the use of common, real-life, hyperbolized examples (lines 82-83, 87-88, 90-91). The effect is akin to “laughing at ourselves”, as the audience recognizes their own weaknesses and behaviors, harshly ridiculed by the comedian.

It is also interesting to observe the role of laughter in this passage. It can be easily seen from recurrent responses and laughs that the audience is actively engaged in the performance. Lines 79-99 follow a turn-taking, dialogic model, in which comedian’s short remarks are immediately followed by a burst of laughter (Brodie, 2014; Double, 2014; Rutter, 1997). In fact, and as it has been previously stated, the objective of stand-up is not only to make the audience laugh (Attardo, 1994, p. 13; Nunes, 2016), but also to persuade the audience (Greenbaum, 1999, p. 33). In 2a and 2b, the comedian goes against the flow, i.e. his views differ greatly from the ones assumed in the society. It can be supposed that by assuming his own “self”, the comedian is

trying to shape the view of the audience, to influence how “others” think and, therefore, to persuade them about the rightness (or wrongness) of excessive use of mobile devices.

Example 3a.

100 COM: *Tu* vais comprar uma posta de bacalhau / está embalada no vácuo / um bocadinho assim / o

101 rótulo diz “posta de bacalhau maduro” / E *tu* vês que é um bacalhau depois de morto tem outra

102 personalidade / Um bacalhau que passou muito na vida é pá //

103 AUD: hh

104 COM: Que esquartejou muito para chegar ao Pingo Doce sabes / A vida é dura / É um bacalhau que

105 chega ao prato / olha para a ervilha e diz / Olha cresce e aparece //

106 AUD: hh

107 COM: E *tu* compras / *tu* não questionas / nada / *Tu* vais comprar um frango ao talho do Pingo Doce /

108 Tem o frango grande que é o do aviário e tem o pequenino que é o do / Não desculpem / O frango

109 grande que é o do campo e o pequenino que é do aviário / O frango grande do campo ainda tem uma

110 particularidade / tem um autocolante no peito que diz assim / *Adoro* esta publicidade / Isto é verídico /

111 Frango do campo Pingo Doce / Criado ao ar livre // *Eu* não estava à espera //

112 AUD: hhhh

113 COM: Nunca *pensei* que o frango do campo fosse criado ao ar livre / Dá a sensação que o mais

114 pequenino vem da prisão do Pinheiro da Cruz com certeza //

115 AUD: hh

116 [...]

117 COM: Tu compras / Tu <tu> / Tu <tu> / o que está escrito na marca / Agora inventaram uma Colgate /

118 Adoro esta / Colgate com clareadores ópticos / está lá / <Clareadores ópticos> / *Alguém* sabe a função

119 dos clareadores ópticos dentro de uma pasta dentífrica? / Então tu chegas um dia chegas ao dentista que

120 pergunta / Tem caries? / Não / Tenho miopia nos molares //

121 AUD: hhhhh

Example 3b.

122 COM: *You* are going to buy a cod fish steak / it's vacuum packed / a bit like that / The packaging says

123 "mature cod fish steak" / And *you* see that a cod fish after death has another personality / It's a cod fish

124 that has been through a lot in life //

125 AUD: hh

126 COM: It carved itself up a lot to make its way to Pingo Doce you know / Life is tough / It's a cod fish

127 that arrives to a plate / looks at a pea and says / Look grow up and show up then //

128 AUD: hh

129 COM: And *you* buy / *you* don't question / anything / *You* are going to buy a chicken in the butchery of

130 Pingo Doce / There is a big chicken and a small one from / No sorry / The big chicken is from a farm

131 and the small one is from an aviary. The big chicken has another peculiarity / It has a sticker on the

132 chest that says / *I* adore this publicity / This is true / Farm-fresh chicken Pingo Doce / Created outdoors

133 / *I* was not expecting it //

134 AUD: hhhh

135 COM: *I* have never thought that a farm-fresh chicken was created outdoors / It gives a feeling that the

136 smallest chicken certainly comes from the prison Pinheiro da Cruz //

137 AUD: hh

138 [...]

139 COM: *You* buy / *You* <*you*> / *You* <*you*> / what's written on the brand / Now they invented a Colgate

140 toothpaste / *I* love this one / Colgate with optical brighteners / there it is / <Optical brighteners> / Does

141 *anyone* know the function of optical brighteners inside a toothpaste? / So one day you go to your

142 dentist and he asks / Do you have cavities? / No / I have myopia in the molars //

143 AUD: hhhhh

The examples 3a and 3b represent another case of polyphonic discourse. The comedian presents various examples of customers that are being fooled by common marketing strategies, such as a beautiful packaging or a catchy slogan. His own voice is constructed either by means of the personal pronoun “*eu/I*” (line 132, 133, 135, 140) in English and Portuguese, or by verbs in the 1st person singular in Portuguese, as he repeatedly refers to different commercial advertisements (e.g. Colgate, poultry and codfish). Quite ironically, the comedian talks about the advertisements and why he “loves” them. In fact, he takes a critical position towards excessive advertising and constructs his own identity, with a different take on the issue, as opposed to the social voice.

The social voice in this excerpt is quite peculiar, for it is represented by the personal pronoun “*you*”. The grammatical manifestation of the social voice in 3a and 3b differs is not a typical case. The comedian repeatedly addresses the audience in the singular “*tu/you*” (lines 122-123, 129, 139) and constructs a collective identity of the audience. In other words, by using the 2nd person personal pronoun “*you*” the comedian does not simply address a single person from the audience in a random way. Rather, he addresses the audience as a whole. The social voice, represented as a collective identity of the audience, explicitly suggests that the great majority of people fall victim to harsh marketing policies. As a result, people tend to buy certain goods of a specific and strongly advertised brand because this “brand” allegedly provides better quality (line 132). Instead of making their own decision, the customers are being fooled by beautiful packaging, a catchy slogan (line 140), or an appealing advertisement – some of the most common instruments in marketing. This quite common behavior unites its representatives into a single group, thus constructing a collective identity, represented by the pronoun “*tu/you*”.

The use of “*tu/you*” can also be explained by the specificity of the genre. As previously stated, stand-up comedy is akin to an intimate form of talk (Brodie, 2014, p. 217); it follows a conversational, turn-taking model (Brodie, 2014, p. 5; Double, 2014, p. 339). This intimacy might be achieved more effectively through the use of the personal singular pronoun “*tu/you*”, rather than its plural counterpart “*vocês/you*”.

The comedian's intention is to mark his critical positioning towards the audience, represented by the social voice. The comedian therefore fully assumes his "voice" and his "self" in discourse and constructs his own identity, mocking unthoughtful consumerist behavior and ridiculing it (line 142).

6. DISCUSSION AND CONCLUSION

The aim of this paper was to analyze the extent to which polyphony and the distribution of voices by means of personal pronouns in discourse contribute to comedian's identity construction in the genre of Portuguese stand-up comedy. The textual analysis presented here, although quite limited, demonstrated that identity can be effectively constructed through the use of these linguistic forms. Polyphony functions as a mechanism for the multi-layering of enunciative voices produced by comedians.

The selected range of examples (1a, 1b, 2a, 2b, 3a and 3b) demonstrate cases of polyphonic discourse and the presence of various co-existing voices, namely, the voice of the empirical author (i.e. the comedian's voice), the voices of characters portrayed in the course of the humorous interaction, and the social voices. These voices are manifested through the grammatical use of personal pronouns. By switching between these voices, the comedian can negotiate different aspects of his/her identity. In other words, h/she can either involve or distance himself, and thus create a humorous effect.

In 1a and 1b, the comedian's identity first happens to be the same as that of the social voice (and not his mother), as he fully identifies with the social voice and the policy of economy. However, in the course of the performance the comedian (re)assumes his identity in opposition to his mother's hyperbolized character. The comedian's decision to distance himself from his mother's identity triggers a humorous effect and elicits laughter on the part of the audience. In other words, by distancing or involving himself, the comedian can either assume his "self" in opposition, or to identify himself with the social voice. These findings match the earlier ones

described by de Fina (2006), who partially focused on grammatical representation of voices (i.e. pronouns). According to her data analysis of Mexican immigrants' group identity, a switch from "we" to "they" form occurred when the speaker wanted to distance him/herself from the story world; in other words, h/she wished to step out of it and to look ironically at him/herself and his/her friends (de Fina 2006, p. 372). The speaker then steps back into the story through the use of the pronoun "we" (de Fina 2006, p. 373). Thus, the shift between the voices transpires through a switch between pronoun use.

In 2a and 2b, there is an opposition between the social voice and the comedian's voice. By stating his "self", the comedian constructs his own identity, which is distinct from the social voice. He openly criticizes smartphone addiction among the young. The humorous effect is achieved through the use of several stereotypical examples on excessive smartphone use, which the audience identifies with.

In 3a and 3b, there is another opposition between the social voice and the comedian's voice. Once again, the comedian takes a critical position towards a social phenomenon (i.e. excessive advertising). The social voice is represented as a collective identity of the audience ("tu/you"), and may suggest a higher level of intimacy.

In sum, the comedians in the selected range of examples distribute different voices in humorous discourse of stand-up and position themselves either in line with those voices (Example 1a and 1b) or oppose themselves against them, thus creating their own identity (Examples 2a, 2b, 3a and 3b). We have seen that in both 2a, 2b and 3a, 3b the comedian constructs his own identity by strongly criticizing social behavior. The opposition occurs between the comedian's voice and the social voice (expressed either by the pronoun "nós/we" or "tu/you"). Although the comedian explicitly assumes his positioning and thus constructs his own identity in both cases, it seems that this opposition is slightly less categorical in 2a, 2b. The use of the pronoun "nós/we" suggests inclusion of the comedian himself, as he partially identifies with the social voice. "Nós/we" is used to denote a "self" which is not alone, but is always among others who

belong to the same group (a similar case when the pronoun “we” equals “I” in English was described in Ige, 2010; “we” can also referentially include the comedian, as stated in Glick, 2007, p. 296). Responsibility for what is being stated is therefore shared between the two instances, the comedian and the social voice. In 3a, 3b, however, the comedian seems to create a wider locus between his own identity and the collective identity represented by the audience. The comedian seems to make critical judgment regarding advertising without being involved. In sum, there is a stronger assumption of identity in cases of “I/you” opposition as compared with “I/we” opposition, for there is a narrower locus between the later, as well as partial presence and identification of “I” inside “we”. These subtleties are prompted mainly by the linguistic choices made by comedians while constructing a comic discourse.

The examples presented in this paper show that polyphony and personal pronoun shifts can be an effective strategy to produce a humorous effect, on the one hand. On the other hand, it is used to dynamically display aspects of the comedian’s identity.

In line with the tradition of self-expression in stand-up (Carter: 1989, p. 22; Double 2014, p. 160), all the comedians introduced in the course of the analysis perform as real “selves” or real “personalities”. Therefore, the observed cases represent construction of comedians’ identity (and not their stage personae’s). Laughter, as one of the key elements of stand-up comedy, is essential for humor construction in this genre. Each statement the comedian produces is accompanied by laughter, thus underlining the comicality of the situations h/she describes. In the selected excerpts, it can be seen that the comedian’s remarks are constantly accompanied by laughter and/or applause, which indicates a continuous feedback and appreciation from the audience’s part.

Finally, this textual analysis broached new empirical data – the genre of Portuguese stand-up comedy – an area where research is thus far largely missing, but which has shown itself worthy of closer attention. Identity construction and negotiation via multiple voices proves to be an essential feature in this modern humorous practice.

REFERENCES

- Adam, J.-M. (2011). *A Linguística Textual: Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.
- Attardo, S. (1994). *Linguistic Theories on Humor*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- _____(2001). *Humorous Texts: A Semantic and Pragmatic Analysis*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Attardo, S & Pickering, L. (2011). Timing in the performance of jokes. *Humor*, 24 (2), pp. 233-250.
- Austin, J. L. (1962). *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press.
- Bakhtin, M. (1981). Problemas da Poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____(1984). Problems of Dostoevski Poetics. In: *Theory and History of Literature Series*, ed. and trans. by Caryl Emerson. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Bakhtin, M, Holquist M, McGee V & Emerson C. (1986). *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin: University of Texas Press.
- Bakhtin, M. (1994). Problems of Dostoevsky's Poetics. In: *The Bakhtin Reader. Selected Writings of Bakhtin, Medvedev and Voloshinov*, ed. by Pam Morris, 88-96. London: Arnold.
- _____(2009). Identity and narration. In: *Handbook of narratology*, ed. by Huehn P., Pier J., Schmid W. & Schoenert J, pp. 132-143. Berlin: Walter de Gruyter.
- Bamberg, M, De Fina, A & Schiffrin, D. (2010). Discursive perspectives on identity construction. In: *Handbook of identity theory and research*, ed. by Schwartz S., Luyckx K., Vignoles V., pp. 177-199. Berlin/New York: Springer Verlag.
- Brodie, I. (2014). *A Vulgar Art: A New Approach to Stand-up Comedy*. Jackson: University Press of Mississippi.
- Bronckart, J.-P. (2005). Os géneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento. In: *Análise do Discurso*, ed. by Fernanda Menéndez, 38-79. Lisboa: CLUNL/Hugin Editores.
- _____(2008). *Genres de textes, types de discours et "degrés" de langue*. Texto ! Textes et cultures, 13 (1), pp. 1-95.
- _____(2012). *Atividade de linguagem, textos e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC.

- Bucholtz, M & Hall, K. (2005). Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, 7 (4-5), pp. 585-614.
- Carter, J. (1989). *Stand-up Comedy: The Book*. New York: Dell Publishing.
- Coutinho, M.A. (2005). Para uma linguística dos géneros de texto. *Diacrítica*, 19 (1), pp. 73-88.
- _____(2014). Language in Action: Epistemological and Methodological Issues. In: *From Language to Discourse*, ed. by Correia C.N., Tanto C., Shotropa, L., Cunha L., Jorge N., pp. 224-235. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- De Fina, A. (2006). Group identity, narrative and self-representations. In: *Discourse and Identity*, ed. by Schiffrin, Deborah & Bamberg, Michael, pp. 351-375. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____(2011). Discourse and Identity. In: *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction*, ed. by Teun van Dijk, A., pp. 263-282. London: SAGE.
- Double, O. (2014). *Getting the Joke: the Inner Workings of Stand-up Comedy*. London: Bloomsbury.
- Du Bois, J.W. (1991). Transcription design principles for spoken discourse research. *Pragmatics* 1(1), pp. 71-106.
- Du Bois, J.W. (2004). *Representing Discourse*. Santa Barbara: University of California.
- Filani, I. (2015). Discourse types in stand-up comedy performances: an example of Nigerian stand-up comedy. *The European Journal of Humor Research*, 3 (1), pp. 41-60.
- Flick, U. (2014). *An Introduction to Qualitative Research*. London: SAGE Publications.
- Fløttum, K. (2010). EU discourse: Polyphony and unclearness. *Journal of Pragmatics* 42 (4), pp. 990-999.
- Glick, D. (2007). Some performative techniques of stand-up comedy: An exercise in the textuality of temporalization. *Language & Communication* 27, pp. 291-306.
- Greenbaum, Andrea. 1999. Stand-up comedy as rhetorical argument: an investigation of comic culture. *Humor* 12 (1), pp. 33-46.
- Günthner, S. (1999). Polyphony and the 'layering of voices' in reported dialogues: An analysis of the use of prosodic devices in everyday reported speech. *Journal of Pragmatics* 31 (5), pp. 685-708.
- Hall, S. (2011). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hassaine, N. (2014). Linguistic Analysis of Verbal Humor in Algerian Stand-up Comedy. *International Journal of English Language & Translation Studies*, 2 (2), pp. 90-98.

Ige, B. (2010). Identity and language choice: 'We equals I'. *Journal of Pragmatics* 42 (11), pp. 3047-3054.

Katayama, H. (2009). *A cross-cultural analysis of humor in stand-up comedy in the United States and Japan*. JoLIE 2, pp. 125-142.

Limon, J. (2000). *Stand-up comedy in Theory, or, Abjection in America*. Durham: Duke University Press.

MacWhinney, B. (2000). *The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Mintz, L. (1985). Stand-Up Comedy as Social and Cultural Mediation. *American Quarterly* 37 (1):, pp. 71-80.

Moita Lopes, L. (2006). On being white, heterosexual and male in a Brazilian school: multiple positionings in oral narrative. In: *Discourse and Identity*, ed. by De Fina A., Bamberg M., Schiffrin D., pp. 288-313. Cambridge: Cambridge University Press.

Morozova, M.A. (2015). O papel do conhecimento partilhado no funcionamento do humor. *Revista Portuguesa de Humanidades*, V. 19, 1, pp. 191-212. Universidade Católica de Braga, Faculdade de Filosofia: Axioma.

_____(2016). A representação discursiva das classes desfavorecidas da Margem Sul no género stand-up comedy. In: *Cadernos WGT - Representação*, ed. by Brocardo, Maria Teresa, pp. 13-16. Lisboa: CLUNL.

_____(2017). Discourse markers of enunciative responsibility in Portuguese stand-up comedy. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Vol. 12, pp. 127-153.

_____(2018). Designing transcription system for spoken discourse: a case of stand-up comedy. In: *Grammar and Text: Selected papers from the 10th and 11th Forums for Linguistic Sharing*, ed. by Coutinho M.A., Guilherme A., Teixeira J., Carvalho B., pp. 72-88. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.

Norricks, N.R. (2001). On the conversational performance of narrative jokes: Toward an account of timing. *Humor: International Journal of Humor Research*, 14 (3), pp. 255-274.

Norricks, N.R. (2003). Issues in Conversational Joking. *Journal of Pragmatics*, 35 (9), pp. 1333-1359.

Nunes, N. (2016). *Com o Humor não Se Brinca: O que os melhores humoristas portugueses têm a dizer sobre a comédia*. 20|20 Editora: Amadora.

Palmieri, G. (2018). Self-translation and orality: the case of bilingual stand-up comedy. *Studies in Translation Theory and Practice*, 26 (3), pp. 422-434.

- Ruiz-Gurillo, L. (2012). *La lingüística del humor en español*. Madrid: Arco/Libros.
- Saussure, F. de. (2006). *Writings in General Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- Rutter, J. (1997). *Stand-up as Interaction: Performance and Audience in Comedy Venues*. PhD Thesis, Salford: University of Salford.
- Rutter, J. (2000). The Introductions of Stand-up Performers: Comparing Comedy Comperes. *Journal of Pragmatics* 32, pp. 463-483.
- Scarpetta, F & Spagnolli A. (2009). The Interactional Context of Humor in Stand-Up Comedy. *Research on Language and Social Interaction*, 42 (3), pp. 210-230.
- Schwarz, J. (2010). *Linguistic Aspects of Verbal Humor in Stand-up Comedy*. PhD thesis. Saarland: University of Saarland.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wolfers, S, File, K & Schnurr, S. (2017). “Just because he’s black”: Identity construction and racial humour in a German U-19 football team. *Journal of Pragmatics* 112 (11), pp. 83-96.
- Yus, F. (2016). *Humor and Relevance*. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia.
- Zimmerman, D.H. (1998). Identity, Context and Interaction. In: *Identities in Talk*, ed. by Antaki, Charles and Widdicombe, Sue, pp. 87-106. London: SAGE.

A dêixis e a proximização em anúncios publicitários da cerveja CORAL entre 1980 e 2020

Deixis and proximization in CORAL beer advertisements run between 1980 and 2020

NUNES, ALEXANDRA
alexandrix.14.1997@gmail.
com

Investigadora do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Unidade Universidade de Évora, Doutoranda em Linguística na Universidade de Évora, Mestre em Linguística: Sociedades e Culturas pela Universidade da Madeira, Licenciada em Estudos de Cultura pela Universidade da Madeira.

PALAVRAS-CHAVE:
Discurso publicitário;
Proximização;
Dêixis;
Cerveja CORAL.

RESUMO: Como a produção de cerveja ocorre em todo mundo, os anúncios publicitários podem asso-ciar o seu consumo a um produto nacional e/ou regional. O presente artigo tem como objetivo analisar o uso da dêixis na publicidade da cerveja madeirense CORAL, com base num *corpus* de 578 anúncios publicitados entre 1980 e 2020 no *site* oficial e na página de *Facebook* desta marca. Assente na teoria da proximização (Kopytowska 2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020), a análise quantitativa e qualitativa efetuada deixa transparecer a ênfase dada à insularidade madeirense, através de proximização espacial, pessoal, emocional, axiológica e epistémica. Os resultados obtidos remetem, ainda, para a necessidade de continuidade da pesquisa sobre atos ilocutórios e atos ameaçadores de face neste mesmo *corpus*, bem como a premência da realização de estudos comparativos de *corpora* de outras marcas de bebidas alcoólicas para conclusões mais alargadas sobre o discurso publicitário em causa.

KEY-WORDS:
Advertising discourse;
Proximization;
Deixis;
CORAL beer.

ABSTRACT: As beer production occurs worldwide, advertisements may associate its consumption with a national and/or regional product. This paper focuses on the analysis of deictics used in the advertising discourse of the Madeiran beer brand CORAL. To meet this end, the corpus collected comprises 578 advertisements published between 1980 and 2020 on its official site and Facebook page. Based on the proximization theory (Kopytowska 2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020), the quantitative and qualitative analysis carried out highlights Madeira's insularity, through spatial, personal, emotional, axiological, and epistemic proximization. The results obtained also highlight the need for further research on both illocutionary and face-threatening acts in this same corpus, as well as the need to undertake comparative studies of *corpora* of other alcoholic drink brands to draw broader conclusions about this discursive practice.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação humana é dinâmica e composta por alternâncias deícticas (pessoais, temporais ou espaciais), o que é particularmente notório no caso de um diálogo face a face, mas também patente no discurso publicitário. A dêixis diz respeito à relação de dependência que se estabelece entre as línguas naturais e o contexto de enunciação no qual os deícticos são utilizados, pois estes são semanticamente insuficientes sem suporte contextual (Levinson, 2004). A ancoragem deíctica reflete-se no uso dos deícticos que comprovam como a interpretação dos enunciados está dependente da análise do contexto de enunciação, o que é evidente, por exemplo, no caso do pronome “isto”, que apenas pode ser desambiguado com recurso a informação contextual (Levinson, 1997).

Considera-se que os deícticos podem contribuir para construir, no alocutário, uma noção de proximidade ou de distanciação de objetos e de eventos (Kopytowska, 2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020). Neste âmbito, a teoria da proximização expande o conceito de deícticos, incluindo segmentos frásicos de maiores dimensões, que podem consistir numa estratégia cognitivo-persuasiva de redução da distância entre locutor, alocutário e/ou referente (Cap, 2006, 2013, 2017).

Nesta sequência, a análise que se apresenta centra-se no uso da dêixis, a partir de um ponto de vista pragmático, no enquadramento teórico da proximização (Kopytowska, 2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020), na publicidade da cerveja CORAL, comercializada pela *Empresa de Cervejas da Madeira* (ECM), recorrendo para o efeito a um *corpus* de 578 anúncios, publicados entre 1980 e 2020, disponibilizados no *site* oficial e na rede social *Facebook* desta marca.

Partindo de uma breve revisão da literatura sobre o tema, o artigo desenvolve-se através da explicitação da metodologia adotada, da análise e discussão dos resultados obtidos, terminando com algumas considerações finais seguidas de referências bibliográficas.

Agradecimentos

Endereça-se um agradecimento à Prof.^a Doutora Olga Gonçalves pela sua leitura atenta e pelas suas sugestões, ao Prof. Doutor Thierry Santos pelos comentários efetuados em 2018, aquando da compilação embrionária do *corpus*, que motivaram a continuação da investigação e a posterior expansão do *corpus*, compreendendo os anos de 2019 e 2020, bem como aos dois *peer reviewers* pela leitura atenta e pelas sugestões que enriqueceram esta pesquisa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

No enquadramento teórico da Pragmática, apresentam-se algumas considerações sobre a dêixis (Levinson, 1997, 2004) e sobre a teoria da proximização (Cap, 2006, 2013, 2017; Kopytowska 2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020).

1. Tradução livre da expressão, cf. no contexto original: “The single most obvious way in which the relationship between language and context is reflected in the structures of languages themselves” (Levinson, 1997, p. 54)

2. Tradução livre da expressão, cf. no original: “Deixis is a window onto these situational coordinates” (Rühlemann, 2019, p. 48).

3. Embora existam outras tipologias, como a dêixis discursiva e a dêixis social, propostas por Lyons (1977) e Fillmore (1997).

4. Neste âmbito, a dêixis pessoal articula-se em torno do sujeito da enunciação (locutor, ego ou *origo*) e alocutário, abrangendo a primeira e a segunda pessoas do singular ou plural e estendendo-se à “não-pessoa”, terceira pessoa singular ou plural, “ele(s)” ou “ela(s)” (Benveniste, 1976, p. 282). Considera-se que os principais dêixicos pessoais são pronomes pessoais e possessivos, determinantes possessivos e pessoas verbais.

2.1. DÊIXIS

O estudo da dêixis considerado, por vezes, apenas objeto de estudo da Semântica, é definido como uma área de investigação no domínio da Pragmática. Nomeadamente, Levinson (1997, p. 54) considera a dêixis “a forma mais óbvia”¹ em que se observa a relação de dependência que se estabelece entre a estrutura das línguas naturais e o contexto no qual são usadas, dado que, como referem Charaudeau & Maingueneau (2002), o referente dêítico apenas pode ser identificado com recurso à enunciação. A importância da contextualização dêítica é enfatizada quando falta informação necessária à compreensão de um enunciado, tal como “quem?”, “quando?”, ou “onde?”. Assim, considera-se que a “janela”² para as coordenadas situacionais, pessoais e temporais (Rühlemann 2019, p. 48), construída pela dêixis, pode ser endofórica, se remete para elementos intradiscursivos, normalmente ligados à coerência textual, e exofórica, se reenvia para elementos identificáveis através do contexto (Halliday & Hasan, 1976, Rodríguez-Izquierdo, 1976; Almeida, 2014; Rühlemann & O’Donnell, 2015; Rühlemann, 2019).

A dêixis é convencionalmente tripartida³, de acordo com três domínios que constituem a situação de enunciação e de acordo com as coordenadas dêíticas EU/TU-AQUI-AGORA, analisam-se propriedades gramaticais de pessoa⁴, tempo⁵ e lugar⁶ (cf. Benveniste, 1976; Charaudeau & Maingueneau, 2002). Não obstante, as possibilidades de estudo da dêixis não se devem limitar à gramática, uma vez que o referente dêítico não é delimitado pelas condições semânticas, mas pelo contexto (Levinson, 1997, 2004), podendo “perder o seu cariz dêítico e

outros [termos], normalmente simbólicos podem ganhar um estatuto deítico”⁷ (Rühlemann & O’Donnell, 2015, p. 332).

2.1.1. PROXIMIZAÇÃO

O problema levantado por Cap (2013, p. 42) é o de que as tradicionais abordagens da dêixis, como uma ferramenta formal que codifica elementos contextuais e torna a comunicação possível, não definem qual a função principal da dêixis no discurso⁸, apresentando-a apenas uma “necessidade técnica”⁹ que possibilita a interpretação da comunicação.

O repositório de deíticos pessoais, temporais e espaciais convencionalmente catalogados possui limitações que não permitem abranger a ubiquidade deítica no discurso (Levinson 1997, 2004; Rühlemann 2019), como tem sido ressaltado pela teoria da proximização¹⁰ (Cap 2006, 2013, 2017). Por isso, considera-se que a definição de deítico pode abarcar qualquer elemento linguístico¹¹ que contribua para a mostração e a referência (cf. Fonseca, 1992; Dubois, Giacomo, Guespin, Marcellesi, Marcellesi & Mevel 1993; Levinson 1997, 2004; Charaudeau & Maingueneau 2002; Chilton & Schäffner 2002; Almeida, 2014), ou “expressões léxico-gramaticais” de maiores dimensões, que incluem os marcadores deíticos “convencionais”¹² (Cap 2013, p. 43).

O reconhecimento da importância da dêixis em termos cognitivos, na teoria da proximização, proposta por Cap (2006, 2013, 2017), parte da Teoria do Espaço Discursivo (Chilton, 2004), ou Teoria do Espaço Deítico (Chilton, 2014), que, por sua vez, enfatiza o papel crucial da cognição espacial na construção e na estruturação de representações mentais.

Cap (2006, 2013, 2017) reconhece a possibilidade de uma análise quantitativa da proximidade, dado que os deíticos colocam em evidência elementos contextuais e o movimento das entidades dentro do centro deítico (DCD) ou fora do centro deítico (FCD). Neste âmbito, os deíticos podem contribuir para construir, no alocutário, uma noção forçada de proximidade (proximização) ou distanciação de entidades e de eventos em relação ao centro deítico, bem como uma sensação de pertença (→ insideness) ou de não pertença (→ outsideness) a um

5. A dêixis temporal relaciona-se com o tempo da enunciação (presente, passado ou futuro) e não diretamente com o tempo verbal, estando patente em advérbios de valor temporal, tempos e aspetos verbais (cf. por exemplo, as reflexões de Almeida [2014], sobre os valores do presente do indicativo).

6. A dêixis espacial estrutura a distância (proximal, médio-distal ou distal), dependendo da posição do locutor no espaço, assim como da localização do alocutário e dos objetos referenciados, o que se aplica não só na comunicação face a face (cf. reflexões de Pina [2004] e de Chilton [2014] sobre a reconstrução mental de deíticos espaciais). Evidencia-se sobretudo por meio de advérbios de lugar, locuções adverbiais, demonstrativos e verbos de movimento.

7. Tradução livre, cf. no texto original: “typical deictic terms can lose their deictic character while others, typically symbolic terms, can gain deictic status” (Rühlemann & O’Donnell, 2015, p. 332).

8. Para Cap (2006, 2013, 2017) os deíticos, no âmbito da proximização, estabelecem-se como um instrumento de legitimação, persuasão e coerção social.

9. Tradução livre da expressão, cf. no contexto original: “On the traditional views, deixis is primarily a technical necessity for the possible interpretability of communication in the first place” (Cap, 2013, p. 43).

10. Em Portugal, esta tradução do termo *proximization* foi utilizada por Pinto (2016, 2018). No Brasil, também foi utilizada, por exemplo, por Weiss (2017) ou por Gonçalves-Segundo (2017).

11. Neste âmbito, Rodríguez-Izquierdo (1976) e Halliday & Hasan (1976) destacam a importância do artigo com valor deítico.

12. Tradução livre de expressões, cf. no original “the concept of deixis is not reduced to a finite repository of ‘deictic expressions’, but rather expanded to cover the bigger lexico-grammatical phrases and discourse expressions which the ‘conventional’ deictic markers (for instance pronominals) get part of as the speaker constructs complex discourse forms to meet the changing contextual conditions” (Cap, 2013, p. 43).

endogrupo (→ ingroup) ou exogrupo (→ outgroup). Por outras palavras, trata-se de uma proposta na qual os deíticos, por escolha estratégica do locutor, podem consistir em *construals* ou perspetivações conceptuais, que se apresentam “não só como referenciadores pessoais, espaciais e temporais, mas, sobretudo, como elementos com o poder estratégico de organizar o espaço simbólico intersubjetivo do discurso, atribuindo valores positivos e negativos às entidades discursivas”: “EU/TU/ELE”, “AQUI/ALI”, “AGORA/ANTES” (Pinto, 2018, p. 293).

Nesta estratégia persuasiva de redução da distância, os deíticos permitem construir relações simbólicas entre entidades (Chilton, 2004, 2014), a nível espacial, temporal, axiológico (Cap, 2006, 2013, 2017), epistémico e emocional (Kopytowska, 2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020). A proximização espacial relaciona-se com a aproximação de entidades e de eventos espacialmente distantes, ou a aproximação invasora de um exogrupo (antagonista) no espaço do endogrupo (protagonista ou agonista, cf. proposta de Hart, 2014). A proximização temporal apresenta o presente enunciativo como o ponto central no eixo temporal ou a presentificação de momentos passados ou futuros (Cap, 2006, 2013, 2017). A proximização axiológica relaciona-se com valores, crenças e posicionamentos de um endogrupo que podem despoletar conflito ou convergência. A proximização epistémica visa aumentar a familiaridade do alocutário em relação a um determinado assunto, tentando diminuir o esforço cognitivo no processo interpretativo, dado que, quanto menor o seu conhecimento sobre um determinado assunto, maior a distância. A proximização emocional relaciona-se com a capacidade de o locutor desencadear uma reação emocional no alocutário, visto que um evento recebe maior relevância se se puder estabelecer um paralelo, direta ou indiretamente, com a vida do alocutário (cf. Kopytowska, 2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020; Nunes 2020).

De acordo com a *Media Proximization Approach* (MPA) de Kopytowska (2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020), os meios de comunicação e os jornalistas escolhem somente certos aspetos da realidade (sejam eventos, indivíduos, grupos, materiais ou fenómenos abstratos), que são trazidos para mais perto do público-alvo, de modo a valorizar o conteúdo, apresentando-o como relevante

e noticioso e, portanto, rentável. Mais do que informações sobre factos, o público percebe a importância que deve dar a determinadas notícias devido à maior ou menor ênfase dada pelos *media*.

Assim, os deíticos, em si mesmos, podem ter grande poder persuasivo e estas considerações sobre o papel dos deíticos e da proximização podem aplicar-se ao discurso publicitário (cf. Sousa & Lemos, 2012; Pinto, 2016, 2018), que visa persuadir o público-alvo (o alocutário) a concretizar uma determinada ação, no caso da publicidade comercial, o (desejo de) consumo ou a compra, construindo-se uma relação entre locutor, alocutário e “o Ele: o(s) [produto(s) ou] objeto(s) de discurso de que se fala” (Pinto, 2018, p. 294). Assim, a construção de uma modalidade verbal persuasiva ocorre também por meio “de algumas construções deíticas em certos géneros do discurso publicitário, incluindo construções com deíticos pessoais, espaciais e temporais, que conseguem criar espaços dicotómicos” (Pinto, 2018, p. 291) e como “instrumentos para a construção da relação entre as entidades representadas no discurso”, com valor simbólico, axiológico e ideológico (Pinto, 2018, p. 293). Neste âmbito, num anúncio publicitário, além da proximização com recurso à linguagem verbal, multimodalmente incorre-se na proximização visual (Molek-Kozakowska, 2015), que pode ocorrer por meio de *zoom* e os grandes planos pelo potencial “deítico” das imagens (Kopytowska, 2015b, p. 351).

3. METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos metodológicos subjacentes a esta investigação, primeiramente procedeu-se à compilação do *corpus*. Efetuou-se um levantamento de todos os anúncios publicitários, por um lado, disponibilizados no site oficial da cerveja CORAL¹³ e, por outro, na respetiva página de *Facebook*¹⁴, bem como se consultaram algumas imagens disponibilizadas na obra *125 anos de cerveja na Madeira*, patrocinada pela ECM (Ribeiro, 1996). Embora a página de *Facebook* da cerveja CORAL tenha sido criada em 2010, consultaram-se e retiraram-se as imagens publicadas na cronologia compreendendo o período entre 2013 (aquando da renovação da imagem e do logótipo da marca) e 2020, bem como se extraíram as respetivas

13. Na secção “publicidade”, foi possível consultar publicações que remontam à década de 1980. A 20 de fevereiro de 2021, eram disponibilizadas 289 campanhas publicitárias, no *site* oficial.

14. No total, foram extraídas 347 imagens do *Facebook*. Optou-se por selecionar somente esta rede social, porque as imagens apresentadas, por exemplo, no *Instagram*, coincidiam com as publicações realizadas no *Facebook*.

descrições, destinadas a interagir com o público-alvo e/ou a figurar em publicações patrocinadas nos *feeds* de notícias dos utilizadores. Nesta rede social, selecionaram-se apenas as imagens que promovessem o consumo do produto (a cerveja em si). Excluíram-se publicações relativas a passatempos, a promoções do preço de venda em supermercados, a novas lojas, ao número de contacto telefónico para entrega ao domicílio, a patrocínios de eventos tais como concertos e jogos de futebol, e imagens que não recebessem tratamento publicitário, isto é, que não possuíssem qualquer logótipo, *slogan*, ou edição de imagem, ou se fossem partilhas de fotos de outrem (por exemplo, a partilha de fotos de utilizadores que identificassem a página ou utilizassem *hashtags*). Caso alguma imagem fosse publicada no *site* e na página de *Facebook*, a mesma foi contabilizada apenas uma vez.

No total, foram recolhidos 578 anúncios publicitários da marca CORAL (cf. Tabela 1), desde a década de 1980 até 2020 (com exceção de 2012, por não ser disponibilizada qualquer campanha relativa a esse ano no *site* oficial)¹⁵, mas com a ressalva de alguns anúncios poderem não estar disponíveis ou catalogados no portfólio disponível ao público. Seguindo os princípios metodológicos da Linguística de *Corpus*, procedeu-se à transcrição do *corpus*, de modo a inseri-lo no concordanciador #*LancsBox* (Brezina, Weill-Tessier & McEnery, 2020).

15. Parece haver alguns indícios para que nem todos os anúncios correspondam exatamente ao ano em que foram catalogados, como a campanha de 2000 em que se refere o 1.º Prémio das construções do gelo de 1999, ou como a campanha do Rali de 2003, em que se consegue ver na imagem de fundo “Rali Vinho da Madeira 2004”, ou, em 2009, em que se lê “patrocinador oficial do Rali Vinho Madeira 2010”. Não obstante, consideram-se as datas indicadas pelo *site* oficial da cerveja CORAL.

Tabela 1 – Dados relativos ao corpus.

	Número de anúncios publicitários	Fontes
Década 1980	8	Site oficial da Cerveja CORAL https://www.cervejacoral.com/publicidade/ Ribeiro (1996, p. 90-93)
Década 1990	2	Site oficial da Cerveja CORAL https://www.cervejacoral.com/publicidade/
2000	25	
2001	11	
2002	22	
2003	12	
2004	12	
2005	16	
2006	57	
2007	10	
2008	17	
2009	9	
2010	15	Site oficial da Cerveja CORAL https://www.cervejacoral.com/publicidade/ Página de <i>Facebook</i> oficial da Cerveja CORAL https://www.facebook.com/cervejacoral
2011	5	
2013	34	
2014	22	
2015	68	
2016	37	
2017	39	
2018	37	
2019	48	
2020	72	

Por fim, procedeu-se a uma análise dos deícticos utilizados no discurso publicitário da marca CORAL à luz da abordagem teórica da proximização desenvolvida por Kopytowska (2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao longo de 40 anos, pode observar-se que a estratégia de *marketing* da ECM é relativamente consistente, embora o rótulo e os logótipos da marca CORAL sofram três renovações: em 1982 (Ribeiro 1996), em 1999 e em 2013¹⁶. Ao contemplar o discurso publicitário do *corpus* como um todo, percebe-se que predomina a publicidade da cerveja branca ou “loira” com álcool¹⁷, líder de vendas, em relação à “preta”, tônica, ou *Stout*¹⁸. Por isso, as cores predominantes, nos anúncios, são o amarelo, ou dourado, que simbolizam o produto, a cerveja (em alternativa, o preto se for a cerveja tônica), bem como o vermelho, o azul e o branco que formam o logótipo da marca, em simultâneo, assemelhando-se às cores da bandeira da Região Autónoma da Madeira (RAM).

Desde o início, envereda-se por um anúncio publicitário multimodal, sendo que, no entanto, a modalidade visual recebe maior ênfase, caracterizada pela (aparente) simplicidade das imagens. No *Facebook*, acresce uma outra componente verbal que se estabelece como um contínuo do anúncio: as descrições das publicações que se destinam tanto a interagir com o grupo de fãs da página, como a chegar a novas audiências.

Por um lado, muitas imagens nesta rede social pautam-se por simplicidade em relação à modalidade linguística, dado que algumas são apenas constituídas por imagens e a linguagem verbal resume-se ao respetivo logótipo, ao *disclaimer* utilizado desde 2001 (“Seja responsável. Beba com moderação”) ou uma fórmula de saudação, como a interjeição “Olá”¹⁹, bem como, por vezes, o endereço do *site* e o número de medalhas *Monde selection*. Efetivamente, constata-se que é utilizado pouco léxico nos anúncios e que os enunciados são breves, pois são utilizados 10,815 *tokens*, repetindo-se ao longo do *corpus* 1,840 palavras, de acordo com o concordanciador #*LanCSBox*, o que perfaz um *type/token ratio* (TTR) de apenas 0,17 (sendo que, quanto mais próximo de um, maior a riqueza lexical). Não obstante, por outro lado, também há uma simplicidade visual, pois, por vezes, as imagens são apenas constituídas por ilustrações da cerveja CORAL, sem nelas figurarem atores.

16. “Marcos importantes”, disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ervejacoral/about/> (acedido em 28/2/2019). Doravante, não se referem as datas de consulta das hiperligações, de modo a que não se confundam com a data de publicação, mas estas foram consultadas aquando da compilação do *corpus*, entre fevereiro e março de 2019 e janeiro e fevereiro de 2021.

17. Apenas se contabilizaram seis anúncios relativos à cerveja sem álcool, aquando do Rali Vinho Madeira de 2003, 2004, 2005, 2006, 2008, bem como uma publicação de 2015.

18. Surge em 71 anúncios publicitários e possui 36 anúncios exclusivamente dedicados (um em 1980, 2000, 2003 e 2004, dois em 2006, 2005, 2008 e 2013; sete em 2015, nove em 2017, três em 2018, três em 2019 e seis em 2020).

19. Cf. Imagem <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.type=3&theater> (17/3/2013).

A estratégia temática das campanhas propagandísticas é metódica e relaciona-se com a proximização emocional, uma vez que os temas mais abordados são justamente ligados a celebrações, férias, épocas festivas e principais feriados. Antes da criação de redes sociais, observa-se uma tendência para atribuir maior ênfase sobretudo ao Natal²⁰ e ao Fim do Ano²¹, mas também ao verão²², ao Carnaval²³ e à Páscoa²⁴, o que se evidencia na campanha “Bom ano, Carnaval, Páscoa, Verão, Natal.” (2008). Neste âmbito, acresce a proximização temporal, patente na publicação mais consistente, frequente e em tempo real nas redes sociais, de modo a promover e investir na interatividade, para autopromoção da marca através de *hashtags* e para figurar em publicações patrocinadas. Devido à possibilidade de publicação constante e económica no *Facebook*, promove-se a presença quotidiana e dedica-se maior atenção a feriados nacionais que não mereciam campanhas exclusivas como o 25 de Abril²⁵, o 1.º de Maio²⁶, dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas²⁷, o dia da RAM²⁸ e o dia da cidade do Funchal²⁹.

20. Passa a referir-se algumas campanhas anteriores à criação do *Facebook*, cf., no *site* oficial, as campanhas “Satisfação Total” (1980), “À nossa festa”, “A luz da nossa Festa ao nosso milénio”, “Esta noite o Galo muda de poiso ao nosso milénio”, “incenso, mirra, ouro e muita cerveja”, “Achas um desatino passar as festas com a família?” (2000), “O natal é todos os dias” e “Feliz Coral” (2002), “Agarra a tua à Pai Natal” (2003), “É espectacular” (2004), “Família, ceia, CORAL, presentes, CORAL, faz parte da tradição” (2005), “Já se sabe como é que o natal começa” (2009) e “À nossa, Festas felizes” (2008).

21. As campanhas de Ano Novo tendem a equipar a cerveja ao champanhe, *vid.* campanha “Satisfação Total” (1980), “Não é champanhe mas tem borbulhas”, “fora com as taças”, “um choque à nossa” e “dá-lhe gás” (2000), “Um ano em cheio” (2002), “Passa o ano agarrado à tua” (2003), “É espectacular” (2004) e “4,3,2,1. abraços, beijos, CORAL. faz parte de 2006” (2005).

22. *Vid.* “Agarra a tua” e “Agarra a tua à matador” (2003), “É espectacular” (2004), “praia, esplanada, lapas, CORAL, CORAL faz parte do Verão”, “areia, mar, mar, pôr-do-sol, CORAL faz parte do Porto Santo” (2005) e “Já se sabe como é que o Verão começa” (2009).

23. Cf. campanhas “ESTE ANO VÁ DE...” (2002), “Agarra a tua” (2003), “Vive a tua fantasia” (2005), “A Ana faz parte CORAL faz parte”, “O Rui faz parte CORAL faz parte”, “O Briguel faz parte CORAL faz parte”, “A Joana faz parte CORAL faz parte”, “A Joana faz parte CORAL faz parte”, “A Silvia faz parte CORAL faz parte”, “O Roberto faz parte CORAL faz parte” e “A Isabel faz parte CORAL faz parte” (2007).

24. Cf. campanha “Eu quero ganhar o balamento, basta querer” (2002), “É época de sair da toca” (2005), “CORAL faz parte da Páscoa” (2006) e “à nossa e ao Balamento” (2011).

Destaca-se a possibilidade de promover a interatividade noutras datas internacionais como o *Halloween*³⁰ e a *Black Friday*³¹, ou datas que não constam da lista de feriados nacionais como dia de Reis³², dia do Pai³³ ou dia da Mãe³⁴, dia da Mulher³⁵, ou dia internacional da Cerveja³⁶, entre

25. Cf. as seguintes publicações no Facebook <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/1884577854923071/?type=3&theater> (25/4/2015), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/1169904756390388/?type=3&theater> (25/4/2016), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/1500625123318348/?type=3&theater> (25/4/2017) e <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/1884577854923071/?type=3&theater> (24/4/2018).

26. Cf. <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/540161336031403/?type=3&theater> (1/5/2013), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/1920468604667329/?type=3&theater> (30/4/2018), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/2570010243046492> (1/5/2019), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/3447587675288740> (1/5/2020).

27. Cf. <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/930818543632345/?type=3&theater> (10/6/2015) e <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/1198863796827817/?type=3&theater> (10/6/2016) e <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/3545005665546940> (10/6/2020).

28. Cf. <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/567719186608951/?type=3&theater> (1/7/2013), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/742572242456977/?type=3&theater> (1/7/2014), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/948090798571786/?type=3&theater> (30/6/2015), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/2688731811174334> (1/7/2019), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/3187185794662264> (1/7/2020).

29. Cf. <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/970303356350530/?type=3&theater> (21/8/2015) e <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/2842826625764851> (21/8/2019).

30. Aproveitando para publicitar a cerveja Tónica ou *Stout*, cf. <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/805669559480578/?type=3&theater> (30/10/2014), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/626624347385101/?type=3&theater> (1/11/2013), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/1689455761101949/?type=3&theater> (26/10/2017), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/3037842362929942> (30/10/2019), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/3976355002412002> (30/10/2020).

31. Publicitando a cerveja CORAL tónica, <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/1070119739702224/?type=3&theater> (26/11/2015), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/1726505980730260/?type=3&theater> (24/11/2017).

32. Cf. <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/844004898980377/?type=3&theater> (6/1/2015), <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/2386193731428145> (5/1/2019), e <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/3186876298026547> (5/1/2020).

outros. Ainda de acordo com a estratégia interativa e de proximização temporal, comentam-se as condições climáticas, por exemplo, nas campanhas de verão de 2018: “AMANHÃ BOAS ABER-TAS COM POSSIBILIDADES DE FESTA COM A MALTA”, “HOJE CÉU LIMPO COM POSSI-BILIDADES DE ARRAIAL”, “HOJE CÉU LIMPO COM POSSIBILIDADE DE JUNTAR O PES-SOAL” e “AMANHÃ CÉU LIMPO COM 90% POSSIBILIDADE DE SUNSET COM AMIGOS”³⁷.

33. Cf. <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/690588580988677/?type=3&theater> (19/3/2014), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/882508955129971/?type=3&theater> (19/3/2015), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/1143363065711224/?type=3&theater> (19/3/2016), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/1495410297173164/?type=3&theater> (18/3/2018), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/2498450420202475> (19/3/2019) e <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/3291979484182894> (19/3/2020).

34. Cf. <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/541646249216245/?type=3&theater> (5/5/2013), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/1173244099389787/?type=3&theater> (1/5/2016), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/1516121618435365/?type=3&theater> (7/5/2017) e <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/3467009130013261> (7/5/2020).

35. Cf. <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/685547394826129/?type=3&theater> (8/3/2014), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/877494428964757/?type=3&theater> (8/3/2015), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/1136066119774252/?type=3&theater> (8/3/2016), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/1448414908539370/?type=3&theater> (8/3/2017) e <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/1824288757618648/?type=3&theater> (8/3/2018).

36. Celebrado na primeira sexta- feira de agosto, cf. <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/583079805072889/?type=3&theater> (2/8/2013), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/973218136059052/?type=3&theater> (7/8/2015), <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/1225864840794379/?type=3&theater> (3/8/2018) e <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/3808118565902314> (7/8/2020).

37. Neste âmbito, deve destacar-se o aproveitamento interdiscursivo de diálogo(s) e do discurso de boletins meteorológicos como forma de proximização epistêmica e pessoal.

Assim, observa-se uma preferência pelo presente nas campanhas da CORAL, o que pode ser justificado no âmbito persuasivo da “celebração do Agora” e da proximização temporal, pois, como refere Pinto (2018, p. 300), o “tempo eufórico” é o momento presente, “intemporalizado”, ao contrário do passado, associado à “negatividade”. Efetivamente, embora não se utilize tanto o deítico proximal por excelência “agora”, que apenas registra seis ocorrências, recorre-se a formas verbais no presente do indicativo³⁸, do conjuntivo³⁹ ou no imperativo⁴⁰ que, de igual modo, aproximam temporalmente (cf. Nunes 2020). Em relação a outros deíticos temporais, “já” (48 ocorrências) associa-se às campanhas que recorrem à expressão “Já se sabe como é que começa⁴¹” de 2009. “Hoje”, com 31 ocorrências, é outro exemplo de um deítico temporal proximal que concretiza a “celebração do agora” e que se relaciona sobretudo com as descrições das publicações de *Facebook*, ou imagens que visam publicação nesta rede social.

39. Constataram-se as seguintes formas verbais: “é” (168 ocorrências); “faz” (138 ocorrências); “sabe” (30 ocorrências); “há” (24 ocorrências); “basta” e “quero” (18 ocorrências); “são” (nove ocorrências); “está” (15 ocorrências), bem como “tá” (duas ocorrências); “começa” (14 ocorrências); “vamos” (12 ocorrências); “abrem” (11 ocorrências); “vai” (nove ocorrências); “estamos” e “sou” (seis ocorrências); “sabem” e “temos” (cinco ocorrências); “faltam” e “tem” (quatro ocorrências); “anda”, “desejamos”, “dizem”, “esperas”, “sabes” e “vou”, (três ocorrências); “acaba”, “achas”, “acontece”, “acreditam”, “adoramos”, “agradece”, “celebra-se”, “chega”, “chegamos”, “comprei”, “começas”, “conheces”, “deixas”, “deve”, “és”, “está-vamos”, “faço”, “gosto”, “interessa”, “lembramos”, “merecem”, “muda”, “pode”, “queres”, “vale”, “vais” e “vêm” (duas ocorrências); “acha”, “achas”, “acabam”, “acredita”, “adivinham”, “adora”, “afaste”, “agarras”, “amam”, “apanha”, “aparecem”, “apetece-nos”, “arranjam”, “arranjas”, “bailamos”, “bebe”, “brindamos”, “chamaram”, “chegam”, “conhecem”, “custa”, “começas”, “começamos”, “convido”, “decidem”, “desaparece”, “descansamos”, “deslizo”, “engordam”, “entram”, “estou”, “existem”, “fazes”, “fazemos”, “fecha”, “festejas”, “leva”, “mede”, “oferecemos”, “divide”, “dizemos”, “enches”, “estão”, “liga”, “pagamos”, “parecem”, “partilhas”, “partilhamos”, “passa”, “passam”, “patrocinam”, “pensam”, “pensas”, “percebo”, “podemos”, “publica”, “preciso”, “promete”, “mandei”, “mexe”, “nasce”, “ordena”, “ouve”, “surtem”, “sugerimos”, “recebe”, “refrescam”, “refresca-se”, “regressam”, “repete-se”, “resta”, “torna-me”, “trocam-se”, “vão”, “vem”, “vêm”, “vemos”, “venho” e “vivem” (uma ocorrência, respetivamente).

40. Encontraram-se as seguintes instâncias: “haja” (quatro ocorrências); “tenhas” (três ocorrências); e “esteja” e “traga” (uma ocorrência cada).

41. Verificaram-se as seguintes instâncias no imperativo afirmativo e imperativo negativo: “abre” (13 ocorrências); “vive” (quatro ocorrências); “vá” (nove ocorrências); “seja” (330 ocorrências); “beba” (328 ocorrências); “sai”, “venham” e “agarrar” (seis ocorrências); “bebe” e “dá” (cinco ocorrências); “deseja-lhe” e “deixa” (quatro ocorrências); “aproveita” e “tonifica-te” (três ocorrências); “desvie-se”, “quebra”, “veja”, “venha” e “traz” (duas ocorrências); “atende”, “aproveitem”, “celebra”, “come”, “convide”, “conduza”, “dêem-me”, “descobre”, “divirtam-se”, “equipa-te”, “encontra”, “escondas”, “esconde”, “expira”, “identifica”, “impeça”, “inspira”, “isoles”, “habilite-se”, “junta-te”, “junte”, “lança”, “liberta”, “ligue”, “marquem”, “mete”, “partilha”, “passa”, “proteja”, “vem”, “visita”, “receba”, “retrocede”, “reutilize” e “sejam” (uma ocorrência).

O deítico temporal “amanhã” regista apenas dez ocorrências, algumas delas relacionadas com o verbo “ir”, no futuro perifrástico, como “Melhor do que os carrinhos só o Peru de Natal que vamos preparar amanhã”, ou com o presente do indicativo com valor de futuro “Amanhã já temos os presentes comprados e vamos para os carrinhos”, o que contribui para uma presentificação e proximização temporal.

Cada ano tende a ter pelo menos uma frase que serve de mote temático às campanhas. Na década de 1980, aquando da primeira renovação dos rótulos e logótipos da CORAL e BRISA (Ribeiro 1996), a frase coordenadora foi “satisfação CORAL”; em 1990, “Tá na cara”; em 2000, “À nossa Festa” e “Ao Novo milénio”; em 2001, “A loira mais amada da Madeira”, em 2002, “Carnaval é com CORAL”, em simultâneo com “este ano vá de...” e “Eu QUERO...”, em simultâneo com “basta querer”; em 2003, “Agarra a tua...”; em 2004, “É espectacular”; em 2005, “Vive a tua fantasia” e “Faz parte” (que tem continuidade em 2006 e 2007). Em 2008, 2013, 2019 e 2020, decorre um aproveitamento do *slogan* “À nossa”, como principal elemento verbal, em 2008, complementado por “brigada da mão gelada”, ou “há 50 anos” aquando do quinquagenário da marca CORAL, em 2020. Em 2011, o *slogan* é reaproveitado para ser completado nas campanhas: “à nossa e aos ‘rateres’”, “à nossa e ao Balamento”, “à nossa e às curvas” e “à nossa e aos camones”. O mote, em 2009, é “Já se sabe como é que começa”. Em 2010, há seis campanhas para apresentar uma edição limitada da CORAL, em que se destaca o adjetivo “Nova”. Em 2014, os anúncios guiam-se pelo verbo “abre⁴²” de modo a criar neologismos por justaposição, estratégia que continua a ser usada em 2015. Também em 2015, acrescentam-se os anúncios na rede social *Facebook* regidos pela expressão “SABE A...”. Em 2016, estabelece-se o mote temático “É MESMO ISTO”, com continuidade em 2017 (campanha à qual se acrescenta “À nossa Stout” no *Facebook*) e em 2018.

Embora a mesma expressão seja utilizada em diferentes imagens, é também possível que à mesma imagem possam ser atribuídas diversas expressões, o que potencia a proximização epistémica pelo (re)conhecimento da modalidade visual (cf. por exemplo, anúncios de 2009, “TAKE AWAY”, “USER FRIENDLY”, “ABRE LÁ ESSA!”, “CHAMASTE?” e “SEDE?” e de 2020, “Se a terra te dá maçãs... Mete gelo!”, “SIDRA DE MAÇÃ. Eu gosto e tu? Há?” e “A Nova Maravilha das ilhas”).

42. O verbo, aparentemente no imperativo “abre”, relativo às campanhas publicitárias de 2014 e 2015, pela ambiguidade decorrente da ausência de um sujeito expreso, poderia consistir num ato ilocutório diretivo, logo ameaçador da face do alocutário (cf. Brown & Levinson 1987). Contudo, percebe-se que o sujeito subentendido pode ser a própria marca, por exemplo, na campanha de Ano Novo relativa a 2015: “(CORAL) Abre-2016”, sendo, assim, um ato ilocutório assertivo.

No que toca à modalidade verbal, tende a conciliar-se a repetição (de expressões linguísticas relativamente estáveis enquanto motes publicitários das campanhas da cerveja CORAL que, por vezes, incorrerem em trocadilhos) com a renovação (através da parcial inovação da linguagem verbal, reforçada pelo uso de diferentes imagens e contextos), evidenciando-se uma tendência para a parametrização dos anúncios que pode contribuir para estabelecer e para reforçar a coesão da imagem de marca da cerveja CORAL. A campanha sob o mote “faz parte” conta com o maior número de anúncios: 73, ao longo de 2005, 2006 e 2007. A marca, por meio de atores publicitários, acaba por associar-se a cada um dos seus consumidores de forma individualizada (concretizando a proximização emocional), depois de enveredar pela proximização epistémica ao associar o consumo da cerveja a determinados contextos como, em 2005, “CORAL faz parte do Verão”, “CORAL faz parte dos amigos”, “CORAL faz parte de 2006”, “CORAL faz parte da tradição”, “CORAL faz parte da Madeira”, “CORAL faz parte do Porto Santo” e, em 2006, “CORAL faz parte da Páscoa”. De igual modo, por meio da afirmação categórica, associa-se o anúncio ao momento presente, concretizando a proximização temporal. Em 2006 e em 2007, por sua vez, associa-se a imagem de diversas pessoas à marca, como, por exemplo, no anúncio “A Joana faz parte” (2006). Em 2006, apresentam-se 25 homens e 25 mulheres, com diversas idades, fisionomias e nomes próprios, de modo que o alocutário se possa identificar, de alguma maneira, com os atores que figuram nos anúncios. As campanhas, ao apresentar uma massa heterogénea de pessoas, que apresentam um copo de CORAL na mão direita, contribuem para a criação do *ethos* da marca, visando espelhar o público-alvo e alcançar uma proximização emocional no mercado de consumidores. Assim, exercem uma “função testemunhal” ao apresentar a satisfação de outros consumidores (Maingueneau 2004), conferindo verossimilhança e informalidade que podem despertar o interesse e o desejo de consumo no alocutário.

Depreende-se que, sobretudo inicialmente, o alocutário ou público-alvo era caracterizado como sendo do sexo masculino e jovem-adulto, o que se constata na escolha de atores, na objetificação da mulher⁴³ (cf. Pina, 2005 e Veríssimo, 2005), estraté-

43. A este respeito, cf. por exemplo, as imagens “Tá na cara que é CORAL, Tá na cara que é boa” (1990), “A loira mais amada da Madeira” (2001), “ESTE ANO VÁ DE PAMELA” (2002), “Eu QUERO Verão todo o Ano” (2002), “Agarra a tua à matador” (2003), “Agarra a tua à exibicionista” (2003), “Vive a tua fantasia” (2005), “Tonifica-te” (2005), “PERSONALIDADE FORTE” (2006 e 2008) e “à nossa e às curvas” (2011).

gia que começa a cair em desuso desde 2011, e no uso de formas verbais na segunda pessoa do singular, como “vive”, “agarra”, “agarras”, “vem”, “dá”, “beijaste”, “chamaste?” ou “tonifica-te”, que implicam maior proximidade pessoal. A partir da última renovação da marca, envereda-se pela apresentação de grupos de jovens de ambos os géneros, tais como grupos de amigos, estudantes universitários e casais de namorados, no âmbito de uma estratégia publicitária “integradora” (Brochand, Lendrevie, Rodrigues & Dionísio, 1999, p. 127).

Embora haja uma interpelação ocasional do alocutário e formas de tratamento na segunda pessoa do singular, predominam deíticos na primeira pessoa do plural, num total de 432 ocorrências (cf. Tabela 2). Este uso de “nós” inclusivo⁴⁴ carrega uma sensação de pertença ao endogrupo (Cap 2006, 2013, 2017), que inclui tanto o locutor, como o alocutário, amalgamando-os num único sujeito (EU+TU/VOCÊ(S)/VÓS). A terceira pessoa do plural pode traduzir uma maior proximidade, diminuindo a distância ou impondo a proximidade entre locutor e alocutário. Consequentemente, contribui para a proximização pessoal, epistémica e emocional (Kopytowska 2014a-b, 2015a-b, 2018, 2020; Nunes 2020), à semelhança da primeira pessoa do singular, que, apesar de ser menos utilizada, pode promover uma maior identificação ao visar espelhar os desejos do alocutário, como nos anúncios “Eu QUERO” (2002).

44. Em relação a outros estudos sobre “nós” inclusivo, cf. Sousa & Ivanova (2012); Hernández-Flores (2013), Ramos (2014); Molek-Kozakowska (2015, 2018); Ivanova (2016); Pinto (2016) e Manole (2020).

	Pessoa	Número	Freq.
Pronomes pessoais nominativos	eu	1. ^a	33
	tu	2. ^a	3
	ele	3. ^a	1
	ela		5
	nós	1. ^a	6
	eles	3. ^a	1
	elas		4
	vocês		1

Tabela 2 - Deíticos pessoais no *corpus* (cont.)

Tabela 2 - Deíticos pessoais no *corpus* (cont.)

		Pessoa	Número	Freq.
Pronomes pessoais acusativos	o	1. ^a	Singular	2
	as	3. ^a	Plural	1
	os			2
	se			1
Pronomes pessoais dativos	me	1. ^a	Singular	8
	te	2. ^a		14
	lhe	3. ^a		Plural
	lhes		1	
	ela		Singular	1
	nos		1. ^a	Plural
	nós	1		
	mim	3		
Pronomes pessoais oblíquos	ti	2. ^a	Singular	2
	consigo	3. ^a		1
	connosco	1. ^a		Plural
	nós		1	
	Contração do pronome pessoal com a preposição “de”	dela	3. ^a	Singular
deles		Plural		1
delas				1

		Pessoa	Número	Freq.	
Determinantes possessivos	meu	1.ªS	Singular	4	
	meus		Plural	1	
	minha	2.ªS	Singular	1	
	teu		Plural	3	
	teus	3.ªS	Singular	4	
	tua		Plural	12	
	sua	1.ªPL	Singular	3	
	suas		Plural	1	
	nosso	2.ªPL	Singular	13	
	nossos		Plural	4	
	nossa	1.ªS	Singular	41	
	nossas		Plural	2	
	Pronomes possessivos	vosso	2.ªS	Singular	2
		vossa			1
		meu	2.ªS	Plural	1
teu		2			
tua		3.ªS	Singular	14	
tuas				1	
seu		1.ªPL	Singular	1	
sua				1	
nosso		2.ªPL	Singular	4	
nossa				356	
vossa			1		

Tabela 2 - Deíticos pessoais no *corpus* (cont.)

O deítico pessoal predominante no *corpus* é expresso pelo determinante/pronome possessivo “nossa” (397 ocorrências). Em geral, utilizado como pronome possessivo (356 ocorrências), o deítico “nossa” integra o *slogan* da cerveja CORAL. Sendo uma expressão existente desde a década de 1980, o *slogan* “À nossa” (343 ocorrências) carrega ambiguidade e mereceria uma investigação detalhada no domínio da teoria dos atos de fala (Austin, 1962; Searle, 1996). Por um lado, embora a publicidade tenda a evitar atos ilocutórios diretivos (Gómez, 2011; Rubio, 2011) para evitar uma imposição ameaçadora da face do locutário (Maingueneau, 2004; Brown & Levinson, 1987), “à nossa” pode incorrer num ato ilocutório diretivo⁴⁵ e impor uma proximização pessoal, sugerindo que ‘façamos um brinde’ ou ‘faz um brinde’. Por outro lado, como diferentes sinais de pontuação são utilizados, pode transmitir-se um ato ilocutório assertivo⁴⁶ (“Um brinde) à nossa”, pois, até 2018, predominantemente um ponto final (76 ocorrências) acompanha o *slogan*. Desde 2018, “À nossa!” (207 ocorrências) pode transmitir um ato ilocutório expressivo⁴⁷ e diretivo, atendendo à elipse de uma expressão que, de modo convencional, remete para a realização de votos (como “à nossa saúde”). Efetivamente, a ausência de sinal de pontuação (60 ocorrências) deixa a expressão em aberto, cabendo ao locutário completar o *slogan* e atribuir o motivo de brinde ou celebração (por exemplo, “à nossa alegria” ou “à nossa felicidade”).

45. Outros exemplos de atos ilocutórios diretivos são: nas campanhas de Carnaval de 2002, “ESTE ANO VÁ DE PAMELA”, “ESTE ANO VÁ DE CARMEN MIRANDA”, “ESTE ANO VÁ DE TIAZINHA” e “ESTE ANO VÁ DE LOURA INTELIGENTE”; no ano de 2004 e 2005, “Tonifica-te”; no ano de 2003, “Agarra a tua. CORAL CERVEJA”, “Agarra a tua à matador”, “Agarra a tua à pendura”, “Agarra a tua à exibicionista”, “Agarra a tua à Pai Natal” e “Passa o ano agarrado à tua”.

46. Predomina o uso de atos ilocutórios assertivos, por exemplo, em 2000, nos anúncios: “Esta noite o galo muda de poiso”, “O melhor Rali do mundo”, “A melhor bomba do Rali”, ou “Já se sabe como é que começa...” (2009). De notar que cada campanha pode combinar vários atos ilocutórios, como ocorre em relação ao valor assertivo, mas também expressivo que está patente, por exemplo, nos elogios “O melhor Rali do mundo” e “A melhor bomba do Rali” (2009), que, simultaneamente, comportam atos ilocutórios expressivos e assertivos.

47. Também podem identificar-se outros atos ilocutórios expressivos como “Eu QUERO Verão o ano inteiro” (2002) ou “FOMOS A TODOS OS FESTIVAIS!” (11/09/2018).

Efetivamente, o principal propósito do *slogan* e o ato perlocutório que qualquer publicidade almeja conseguir é persuadir ou incitar o consumo da cerveja, apelando a um brinde ao produto/à cerveja, “À Nossa CORAL” (cf. campanhas publicitárias da década de 1980). Não obstante, o *slogan* é um elemento que contribui para a construção da imagem de marca e, por isso, almeja associar a cerveja CORAL, simultaneamente, “à nossa” Madeira (ilha, Arquipélago e Região Autónoma). Deste modo, o *slogan* apela não só a uma proximização emocional, pessoal e espacial, aproximando o alocutário do produto (Cerveja CORAL), mas também a uma proximização axiológica e epistémica. Neste âmbito, apela-se à identidade e aos valores regionais insulares, isto é, madeirensidade ou madeiridade⁴⁸, com os quais o alocutário está familiarizado, estando implícito que o locutor e o alocutário partilham valores, opiniões ou características por coabitarem na mesma zona geográfica.

Assim, associa-se, caracteriza-se e aproxima-se a imagem de marca CORAL ao quotidiano, à vivência e às celebrações madeirenses, tais como o Natal, como está explícito nas campanhas: “A luz da nossa Festa” (2000) e “À nossa Festa” (2000). Neste caso, quatro campanhas “À nossa Festa” de 2000 apresentam sob forma de diálogo e discurso direto livre, episódios da quadra natalícia de uma família madeirense, desde a decoração, a compra de presentes, a ida aos carrinhos de choque num parque de diversões e à Noite do Mercado, a confeção do peru e a distribuição das prendas na consoada, concretizando a proximização axiológica. Para reconstruir mentalmente a polifonia de um convívio em família, nesta campanha natalícia, apresentam-se vários deícticos relativos a várias pessoas verbais⁴⁹, o que contribui para a proximização pessoal e emocional.

Além disso, por extensão, a CORAL nas suas campanhas estabelece-se como o reflexo de uma ilha que “É mar. É paz. É sol. É MADEIRA. É NOSSA”⁵⁰. É particularmente notória a publicidade da marca através da sua associação à RAM. Na última renovação do logótipo e do rótulo, além da marca, do número de medalhas, do ano de criação da fábrica fundadora de Henry Milles, em 1872 (cf. Ribeiro, 1996) e da identificação da ECM insere-se, na parte superior do rótulo, “A cerveja da Madeira” e “Original Madeira Beer”, sendo um passo decisivo para a não dissociação entre a marca CORAL e a RAM.

48. Como se constata no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* os conceitos madeirensidade e madeiridade são sinónimos e definem “1. Qualidade própria do que é madeirense”; “2. Carácter específico da cultura ou da história da Madeira”; ou “3. Sentimento de amor ou de grande afeição pela Madeira”. Segundo Rodrigues (2015, p. 166), a definição de madeirensidade passa por uma soma de “contributos de diversas áreas disciplinares [...] (i.e. da filosofia à economia, passando pela política, etnografia, pelos estudos artísticos e literários, pela linguística, antropologia, sociologia, história, geografia, biologia, etc)”.

Neste âmbito, destaca-se a ausência de deíticos convencionalmente espaciais⁵¹ e o facto que o espaço referido por excelência é “Madeira” (59 ocorrências), que seria, de igual modo, o espaço do alocutário. Há uma predileção por deíticos espaciais proximais, pois deíticos distais são de uso reduzido (“aquele” possui cinco ocorrências, “naquele”, “daquela”, “aquela” e “naquela” - uma ocorrência, respetivamente). Em relação aos demonstrativos proximais que concretizam a proximização espacial, “este” regista 16 ocorrências e “esta” 13 ocorrências, enquanto “estas”, “destas” e os deíticos médioidistais “esse” e “essa” apenas registam uma ocorrência cada, e o pronome “isso” três ocorrências. Verifica-se que o pronome demonstrativo proximal “isto” detém 46 ocorrências, ligadas à campanha “É MESMO ISTO”⁵², que teve lugar entre 2016 e 2018, e aparenta mimetizar a publicação de fotografias e de *selfies* nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, capturadas em pontos estratégicos da RAM.

49. Tais como pronomes e determinantes possessivos na primeira pessoa do singular (“Oh, meu querido”, “Até me apetecia uma CORAL”), do plural (“já nos deram”, “atrás de nós”, “o Natal só nos faz bem”); segunda pessoa do singular (“que foi a tua irmã”), terceira pessoa do singular (“a dizer que o presente é seu”), formas verbais na primeira pessoa do singular (“só não consigo perceber”, “Eu preciso é de cerveja”, “eu dizia”); na segunda pessoa do singular (“olha aquelas duas loiras”, “Deixa rapaz”, “Não liguês (...) arranjás uma banheira bem funda, enches de molho (...) Deixas o bicho (...) enquanto esperas aproveitás para beber uma cervejinha (...)”, “Dá cá um beijo”); terceira pessoa do singular (“aquele homem mete juízo”, “Isso, mas veja se os namorados aparecem...”); primeira pessoa do plural (“vamos atrás delas”, “vamos ali buscar a avó e comprar umas anonas maduras”, “Peru de Natal que vamos preparar amanhã”), e terceira pessoa do plural (“Pumba, já nos deram” e “se os namorados aparecem”).

50. Cf. imagem disponível em: <https://www.facebook.com/cervejacoral/photos/a.117688168278724/525538150827055/?type=3&theater> (25/7/2013).

51. O deítico proximal por excelência “aqui”, é apenas referido em cinco ocorrências, assim como “cá” com apenas três ocorrências, “ali” com três ocorrências e “lá” com 11 ocorrências (destacando-se o seu uso “informal-coloquial” e não espacial, cf. Duarte & Marques, 2014, p. 381).

52. Em relação a estratégias de proximização epistémica, importa também referir o aproveitamento regular de expressões fixadas na memória discursiva da comunidade, estratégia que está evidente nos motes publicitários como “É MESMO ISTO” (2016-2018) ou “Já se sabe como é que começa...” (2009), ou no próprio *slogan*, “À nossa” (*vid.* principalmente campanhas de 2008, 2013, 2019 e 2020), por exemplo.

Nas publicações de *Facebook*, outras referências geográficas relativas à RAM, como “ilha” (oito ocorrências), “ilhas” (duas ocorrências), “Funchal” (sete ocorrências) e “Porto Santo” (quatro ocorrências) são também utilizadas, assim como a geolocalização Madeira e as *hashtags* #madeira (nove ocorrências), #madeinmadeira (três ocorrências), #ilha, #island, #orgulhosamentemadeinmadeira, e #carnavalnamadeira (registando uma ocorrência cada). Pode considerar-se que o uso destes topónimos, reforçados por imagens, insere-se na estratégia persuasiva de proximização espacial, no público-alvo madeirense, mesmo aquele que se encontra disperso pela diáspora. Contudo, no anúncio “UMA ILHA RODEADA DE FRESCURA POR TODOS OS LADOS”, através do uso do determinante artigo indefinido “uma”, nota-se que também se pode atribuir às campanhas uma predileção pela ilha da Madeira, em detrimento da RAM como um todo (incluindo a ilha do Porto Santo), nas campanhas publicitárias.

Além disso, há uma proximização emocional, epistémica e axiológica através de símbolos⁵³ (como bandeira, história e heráldica), monumentos⁵⁴, gastronomia (lapas, espetada ou bolo do caco⁵⁵), folclore e instrumentos musicais (em concreto o bailinho, o brinquinho e a braquinha⁵⁶), indumentária⁵⁷ (roupa da viloa, barrete de vilão), festividades regionais, profanas e religiosas (como Arraiais, Carnaval, Noite do Mercado e Natal⁵⁸), uso de regionalismos e pseudorregionalismos⁵⁹, escolha de atores publicitários⁶⁰, ou de imagens e de paisagens, que remetem para a orografia característica da Madeira⁶¹.

53. Cf. “600 anos cerveja puro malte” (10/7/2018), disponível em: <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/2091526560894865/?type=3&theater>.

54. Cf. “HAJA SÊ.” (31/5/2013), disponível em: <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/552594181454785/?type=3&theater>.

55. Cf. “Hoje, come o que quiseres” (11/5/2015), disponível em: <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/a.117688168278724/916376165076583/?type=3&theater>.

56. Cf. anúncio “Festeira” (2013) e três ilustrações computadorizadas relativas à campanha “É MESMO ISTO” (2017) e “Deixa passar...” (1/7/2020), disponível em: <https://www.facebook.com/cevejacoral/photos/3187185794662264>.

57. Cf. três ilustrações computadorizadas relativas à campanha “É MESMO ISTO” (2017).

Deste modo, a madeirensidade ou madeiridade é transmitida multimodalmente por meio da dêixis endofórica e exofórica, concretizando também uma proximização visual (Molek-Kozakowska, 2015). Neste âmbito, pode verificar-se que, aquando do dia da cidade do Funchal, constrói-se a imagem⁶² de um copo de cerveja CORAL composto por nomes das ruas, avenidas, largos, calçadas e praças da capital madeirense. Por vezes, a linguagem verbal articula-se em simultâneo com a referência na linguagem visual, como em “UMA CERVEJA. UMA ILHA. À NOSSA⁶³”, em que se apresenta no plano de fundo a bandeira da RAM, e em “Um grande À Nossa, à nossa região⁶⁴” (em que se apresenta num mapa composto por caricaturas que referencia as ilhas habitadas da RAM).

58. Por exemplo, cf. Campanhas de Natal “À nossa festa” (2000), “Festeira” e “Barraqueiro” (2013), “TODOS AO MERCADO!” (23/12/2013, disponível em: <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/650611311653071/?type=3&theater>), ou “Abre-Festas” (2014) e “Abre-ho ho hos!” (2015).

59. Sobre considerações acerca de “pseudorregionalismos”, “falsos” e “verdadeiros regionalismos”, cf. Rebelo & Nunes (2016). Alguns exemplos seriam a (possível) corruptela “balamento” (2003 e 2011), o empréstimo “camones” (2011) ou a interjeição “uuáá Mãe!” (cf. imagem de 5/5/2013, disponível em: <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/541646249216245/?type=3&theater>).

60. Por exemplo, nos cartazes publicitários, figuram o grupo humorístico 4litro (24/12/2014), os campeões de Rali Vinho Madeira Alexandre Camacho (cf. imagem de 6/8/2018, <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/2140396466007874/?type=3&theater>) e Vítor Sá (2003), o piloto de rali Pedro Mendes Gomes (2006), os DJ Ricardo Campos (2006) e Michael C. (2006), o professor e escultor Martim Velosa (2006) e o empresário e administrador Rui Sá (2007), além de outros jovens madeirenses que figuram nas campanhas e são devidamente identificados na página de *Facebook*.

61. Podem mencionar-se, a título de exemplo, as campanhas “Vem à festa e traz as pequenas” (2008), “Pequena por fora, ENORME POR DENTRO” (2008), “À Nossa” (2008), e “É MESMO ISTO” (2016-2018).

62. Cf. Publicação <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/2842826625764851> (21/8/2019).

63. Cf. Publicação <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/742572242456977/?type=3&theater> (1/7/2014).

64. Cf. Publicação <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/2688731811174334> (1/7/2019).

Embora se enfatize sobretudo o cariz regional, a marca insere-se também na esfera nacional, sendo “Portugal” mencionado sete vezes e, “País”, uma vez, no *corpus* analisado. Assim, a marca estabelece-se como regionalista, mas também patriótica. O orgulho insular e a identidade portuguesa e europeia⁶⁵ refletem-se, por exemplo, aquando dos feriados 25 de Abril e 10 de Junho, ou durante e após o campeonato de Futebol Euro 2016 (sendo que se refere “Ainda sabe tão bem ser campeão europeu:”⁶⁶, na imagem publicada a 10 de julho de 2017), ou jogos da Seleção Portuguesa (cf. imagem “QUE A FORÇA DA MADEIRA ESTEJA COM A SELECÇÃO”, publicada a 19 de novembro de 2013; bem como as publicações de 20 e 30 de junho de 2018 com as descrições “Da Madeira com Amor. Força Portugal! À Nossa! 🍷”⁶⁸ e “De cabeça erguida! 🍷 À Nossa! 🍷”⁶⁹, nas quais se observa a bandeira da RAM envolvendo a cerveja madeirense, que representa o capitão da seleção Cristiano Ronaldo).

65. Há ainda uma tendência para uma dinâmica entre regionalismo e globalização, que caracteriza a madeirensidade (cf. Rodrigues, 2015), o que está evidente na possibilidade de tradução do site em inglês, no rótulo, em campanhas bilingues ou no recurso a empréstimos, por exemplo, a onomatopeia que simula o riso do Pai Natal, introduzida pela cultura anglo-saxónica, na campanha “Abre-ho ho hos!” (2015), capturada no Mercado dos Lavradores. Na abertura do novo milénio, apresenta-se uma imagem futurista, com uma mensagem apenas em inglês “*Madeira’s Unique Beer*” (2000), o que demonstra uma preocupação com um público internacional.

66. Cf. Imagem <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/1585844361463090/?type=3&theater> (10/7/2017).

67. Cf. Imagem <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/635967536450782/?type=3&theater> (19/3/2013).

68. Cf. Imagem <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/2050464378334417/?type=3&theater> (20/6/2020).

69. Cf. Imagem <https://www.facebook.com/ervejacoral/photos/a.117688168278724/2072148896165965/?type=3&theater> (30/6/2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta que a produção de cerveja ocorre em todo mundo, impulsiona-se, através das campanhas analisadas, o consumo de um produto nacional (assim como as cervejas SUPER BOCK ou SAGRES), e, no caso da CORAL, como forma de expressão e de valorização identitária madeirense, insular e regional.

A madeirensidade ou madeiridade está presente nas modalidades visuais e linguísticas das campanhas publicitárias e na escolha de expressões deícticas que contribuem para uma proximização espacial, pessoal, emocional, epistémica e axiológica. Efetivamente, as cores da marca CORAL, a referência “A cerveja da Madeira” (desde 2013 no rótulo), a escolha de léxico (regionalismos e referentes espaciais), o uso de um “nós” inclusivo (EU+TU, “madeirense(s)”), e a escolha de imagens, de paisagens, de atores publicitários, a representação de festividades religiosas e profanas, de monumentos, de folclore, da gastronomia e de outros símbolos da cultura e identidade madeirenses são alguns exemplos que concretizam a proximização entre locutor e alocutário. De igual modo, concretiza-se a proximização espacial ao apresentar referentes relativos à Madeira, que assume o papel de espaço partilhado pelo locutor e alocutário (“aqui”), onde se vive e aproveita o momento presente, numa eterna “celebração do Agora” (Pinto 2018, p. 300), por meio de um brinde “À nossa” ilha da Madeira, RAM ou cerveja.

Acresce que os resultados obtidos fornecem pistas de investigação sobre atos ilocutórios (Austin, 1962; Searle, 1996) e atos ameaçadores de face (Brown & Levinson, 1987), no discurso publicitário da CORAL. Não sendo este o espaço para tal, será, contudo, importante, no futuro, ampliar o *corpus* a todas as redes sociais e procurar obter, junto da ECM, todas as campanhas publicitárias realizadas desde 1969, de modo a analisar todos os anúncios da marca de cerveja quinquagenária. Tarefa igualmente merecedora de atenção seria a de realizar estudos de *corpora* comparativos entre o discurso publicitário da CORAL e o de outras marcas portuguesas produtoras de cerveja e de bebidas alcoólicas, por forma a extrair conclusões mais alargadas sobre o discurso publicitário em causa.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. E. (2014). *A dêixis em português e em francês*. Porto: Campo das Letras.
- Austin, J. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- Benveniste, É. (1976). *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional.
- Brezina, V.; Weill-Tessier, P. & McEnery, A. (2020). #LancsBox, v. 5. Acedido em outubro 10, 2020, em <http://corpora.lancs.ac.uk/lancsbox/download.php>.
- Brochand, B.; Lendrevie, J.; Rodrigues, J. & Dionísio, P. (1999). *Publicitor*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Brown, P. & Levinson, S. C. (1987). *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cap, P. (2006). *Legitimation in political discourse: A cross-disciplinary perspective on the modern US war rhetoric*. Newcastle: Cambridge Scholars Press.
- Cap, P. (2013). *Proximization The pragmatics of symbolic distance crossing*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. Acedido em abril 18, 2019, em <https://doi.org/10.1075/pbns.232>
- Cap, P. (2017). *Proximization: A Threat-Based Model of Policy Legitimization. The Language of Fear: Communicating Threat in Public Discourse*. Londres: Palgrave Macmillan, pp. 15–27. Acedido em abril 8, 2019, em https://link.springer.com/chapter/10.1057/978-1-137-59731-1_2
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Éditions du Seuil.
- Chilton, P. (2004). *Analysing Political Discourse: Theory and Practice*. Londres: Routledge.
- Chilton, P. (2014). *Language, Space and Mind: The Conceptual Geometry of Linguistic Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press. Acedido em abril 26, 2019, em <https://doi.org/10.1017/CBO9780511845703>
- Chilton, P. & Schäffner, C. (2002). *Introduction: Themes and principles in the analysis of political discourse. Politics as Text and Talk. Analytic Approaches to Political Discourse*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, pp. 1-41. Acedido em abril 29, 2019, em <https://doi.org/10.1075/dapsac.4>.
- Duarte, I. & Marques, A. (2014). *Cá e lá: atenuação, reforço e outros valores modais em PE*”, *Anais do 1.º Congresso Internacional de Semiótica e Cultura (SEMICULT)*, João Pessoa: Universidade de Paraíba, pp. 381-392. Acedido em junho 27, 2020, em https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=30116.

Dubois, J.; Giacomo, M.; Guespin, L.; Marcellesi, C.; Marcellesi, J. B. & Mevel, J. P. (1993). *Dicionário de linguística*, São Paulo: Cultrix.

Fillmore, C. (1997). *Lectures on deixis*. Califórnia: CSLI Publications.

Fonseca, F. I. (1992). *Deixis, Tempo e Narração*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.

Gómez, I. P. (2011). Retórica y publicidad. Hacia un análisis de las estrategias discursivas, *Pragmática, Comunicação Publicitária e Marketing*, pp. 121-147. Acedido em abril 7, 2019, em http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110701-annamaria_serra_pragmatica.pdf.

Gonçalves-Segundo, P. (2017). A relevância da noção de perspectivização conceptual (construal) no âmbito dos estudos do texto e do discurso teoria e análise”, *Letras, Santa Maria*, 54, pp. 69-100. Acedido em outubro 13, 2019, em <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/29571/pdf>.

Halliday, M. & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English*, Londres/Nova Iorque: Longman.

Hart, C. (2014). *Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives*. Londres: Bloomsbury. Acedido em maio 2, 2019, em <https://doi.org/10.5040/9781472593580>

Hernández-Flores, N. (2013). The use of personal deixis as an ideological instrument in Spanish political discourse. *Deixis and Pronouns in Romance Languages*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, pp. 171-188. Acedido em maio 5, 2020, em <https://doi.org/10.1075/slcs.136.10her>

Ivanova, A. (2016). Deixis and its role in defining rhetorical space. *Revista Signos, Estudos de Linguística*, 49(92), pp. 329-349. Acedido em maio 3, 2020, em <https://doi.org/10.4067/S0718-09342016000300004>

Kopytowska, M. (2014a). Modality, distance, and the television news genre. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 3, pp. 68–92. Acedido em abril 8, 2019, em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/article/view/3576>.

Kopytowska, M. (2014b). *Pictures in our heads: crisis, conflict, and drama, Why Discourse Matters: Negotiating Identity in the Mediatized World*, Nova Iorque: Peter Lang, pp. 89-111. Acedido em maio 12, 2019, em <https://doi.org/10.3726/978-1-4539-1288-1>.

Kopytowska, M. (2015a). Covering conflict: between universality and cultural specificity in news discourse, genre and journalistic style. *International Review of Pragmatics* 7(2), pp. 308–339. Acedido em abril 15, 2019, em <https://doi.org/10.1163/18773109-00702007>.

Kopytowska, M. (2015b). Mediating identity, ideology and values in the public sphere: towards a new model of (constructed) social reality. *Łódź Papers in Pragmatics*, 11(2), pp. 133–156. Acedido em abril 15, 2019, em <https://doi.org/10.1515/lpp-2015-0008>.

Kopytowska, M. (2018). Culture, mediated experience and the semiotics of distance. *Current Perspectives in Semiotics: Signs, Signification, and Communication*, Łódź Studies in Language, 55, pp. 221–244. Acedido abril 15, 2019, em <https://doi.org/10.3726/b14638>.

Kopytowska, M. (2020). Proximization, presumption and salience in digital discourse: on the interface of social media communicative dynamics and the spread of populist ideologies. *Critical Discourse Studies*. Acedido janeiro 28, 2021, em <https://doi.org/10.1080/17405904.2020.1842774>.

Levinson, S. G., (1997). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lyons, J. (1977). *Semantics: Volumes. I and II*. Cambridge: Cambridge University Press.

Madeirensidade (s.d.), *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Acedido em fevereiro 11, 2021, em <https://dicionario.priberam.org/madeirensidade>.

Maingueneau, D. (2004). *Analisar os textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Editora.

Manole, V. (2020). *O debate parlamentar em português (Portugal, Brasil) e Romeno: análise pragmático-discursiva*. Cluj-Napoca: Casa Cărții de Știință.

Molek-Kozakowska, K. (2015). Pragmalinguistic categories in discourse analysis of science journalism. *Łódź Papers in Pragmatics* 11(2), pp. 157–179. Acedido em abril 2, 2019, em <https://doi.org/10.1515/lpp-2015-0009>.

Molek-Kozakowska, K. (2018). Journalistic practices of science popularization in the context of users' agenda: A case study of „New Scientist”. *Acta Universitatis Lodzianis. Folia Litteraria Polonica* 43(5), pp. 93-109. Acedido em outubro 5, 2019, em: <http://dx.doi.org/10.18778/1505-9057.43.07>.

Nunes, A. (2020). *Contributos pragmático-linguísticos para a análise da dêixis em textos online: Estudo de corpora de notícias e de anúncios de teor considerado (pseudo)científico e (pseudo)medicinal, extraídos de sites catalogados como veiculadores de notícias falsas*, Dissertação de mestrado, Universidade da Madeira. Acedido em dezembro 7, 2020, em <http://hdl.handle.net/10400.13/3021>.

Pina, H. F. (2005). O Corpo como tela, *Livro de Actas – 4º SOPCOM*, pp. 1787-1797. Acedido em março 25, 2019, em https://ria.ua.pt/bitstream/10773/27318/1/2005%20-%20Livro%20de%20Atas_4sopcom_2005OUT.pdf.

Pina, P. (2004). *Espaço geográfico e espaço enunciativo em uma Viagem ao Rabaçal de João de Nóbrega Soares*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira.

Pinto, A. G. (2016). A Retórica do Eu e do Outro – The Othering. A gramática da identidade no discurso político. *Estudos de Discurso: Caminhos e Tendências*, São Paulo: Editora Paulistana, pp. 25-53. Acedido em maio 2, 2019, em https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=70605.

Pinto, A. G. (2018). Deícticos e persuasão no discurso publicitário. *A linguística em diálogo: volume comemorativo dos 40 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, pp. 291-305. Acedido em: https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=196789 acedido em 2/5/2019.

Ramos, R. (2014). Construção dos objetos de discurso em artigos mediáticos de divulgação científica para crianças, *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 3, pp. 156-182. Acedido em setembro 12, 2020, em <http://hdl.handle.net/1822/33387>.

Rebelo, H. & Nunes, N. (2016). Regionalismos madeirenses, *Aprender Madeira, Dicionário Enciclopédico da Madeira*. Acedido em fevereiro 23, 2019, em <http://aprendermadeira.net/regionalismos-madeirenses/>.

Ribeiro, J. A. (1996). *125 anos de cerveja na Madeira*. Funchal: Empresa de Cervejas da Madeira.

Rodrigues, P. M. (2015). *Da Madeirensidade: Contributo para uma reflexão necessária*, Universidade da Madeira 25 anos (165-190). Funchal: Associação Académica da Universidade da Madeira. Acedido em março 25, 2019, em <http://hdl.handle.net/10400.13/1813>.

Rodríguez-Izquierdo, F. (1976). La deixis anafórica en el artículo español: comparación de textos de poesía y conversación. *Revista española de lingüística*, 6(1), pp. 113-132.

Rubio, M. M. del S. (2011). Análisis pragamalingüístico de las estrategias de cortesía lingüística en la publicidad del siglo XXI, *Pragmática, Comunicação Publicitária e Marketing*, pp. 5-26. Acedido em abril 7, 2019, em http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110701-annamaria_serra_pragmatica.pdf.

Rühlemann, C. (2019). *Corpus Linguistics for Pragmatics: A guide for research*. Nova Iorque: Routledge.

Rühlemann, C. & O'Donnell, M. (2015). "Deixis", *Corpus Pragmatics: A handbook* (331-359), Cambridge: Cambridge University Press. Acedido em novembro 27, 2020, em <https://doi.org/10.1017/CBO9781139057493.018>

Searle, J. (1996). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sousa, A. & Ivanova, A. (2012). Constructing digital rhetorical spaces in twitter: a case-study of @BarackObama. *Topics in Linguistics*, 9, 46-56. Acedido em janeiro 27, 2020, em <https://www.kaa.ff.ukf.sk/topicsinlinguistics/wp-content/uploads/2016/02/issue9.pdf>

Sousa, M. M. F. & Lemos, A. C. S. de (2012). A dêixis como estratégia persuasivo-argumentativa nos e-mails promocionais, *Anais da Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*. Natal: EDUFRN. Acedido em maio 9, 2019, em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/31827>.

NUNES, ALEXANDRA; *A dêixis e a proximização em anúncios publicitários da cerveja CORAL entre 1980 e 2020 / Deixis and proximization in CORAL beer advertisements run between 1980 and 2020*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 10 ANO 2021, PP. 215-245

Veríssimo, J. D. C. (2005). *A mulher “objecto” na publicidade*. Acedido em março 25, 2019, em http://www.bocc.ubi.pt/_listas/tematica.php?codtema=10 acedido.

Weiss, W. (2017). *Proximização e discurso de ódio: homofobia em Casos de Família, Texto, discurso e multimodalidade: perspectivas atuais* (370-382). São Paulo: Paulistana editor.

Armada de Dumbledore e brigada inquisitorial: totalitarismo e resistência em *Harry Potter*

Dumbledore's Army and inquisitorial squad: totalitarianism and resistance in *Harry Potter*

PAULA, LUCIANE DE
lucianedepaula1@gmail.com

MOURA, GIOVANA
CRISTINA DE
giovana_lutecia@hotmail.
com

PALAVRAS-CHAVE:
Harry Potter;
Círculo de Bakhtin;
Ideologia;
Vozes sociais.

KEY-WORDS:
Harry Potter;
Bakhtin Circle;
Ideology;
Social voices.

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil; Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP e pós-doutora em Letras pela Université François Rabelais – Tours/França

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil; Mestranda em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre as estratégias discursivas de dois grupos da saga *Harry Potter* (HP), a Armada de Dumbledore e a Brigada Inquisitorial, representados por duas mulheres, Hermione Granger e Dolores Umbridge, como, respectivamente, porta-vozes, respectivamente, uma não-oficial da resistência e outra, oficial do Estado (semiotizado pelo Ministério da Magia). A partir do embate entre essas duas vozes sociais, considerar-se-á, alicerçados nos estudos teórico-metodológicos bakhtinianos, os conceitos de “signo ideológico”, “enunciado” e “forças centrífugas e centrípetas”, como fundamentos reflexivos acerca da responsividade e da responsabilidade de alunos face ao discurso ministerial, marcado pelo conservadorismo, típico de governos autoritários no grande tempo da história, personificado, na obra ficcional, por uma professora específica, intitulada “Alta Inquisidora”. A relevância da discussão proposta se volta à relação dialógica de reflexo, refração e dupla refração entre ficção e realidade, como compreendido pelo Círculo bakhtiniano, especialmente, sobre o quanto a literatura fantástica, com seu acabamento estético específico, se encontra alicerçada no solo social e se volta à vida, como expressão de marca histórica. Os resultados revelam o quanto a valoração pela resistência, pautada na determinação, é considerada “bem” e o totalitarismo, “mal”, na narrativa, além de fazer refletir sobre sistemas de governo e educação, dada a configuração cenográfica da obra como acontecimento e evento estético, onde se passam as ações (na escola de Hogwarts).

ABSTRACT: The purpose of this article is to reflect on the discursive strategies of two groups in the *Harry Potter* (HP) saga, Dumbledore's Army and the Inquisitorial Squad, represented by two women, Hermione Granger and Dolores Umbridge, as, respectively, a unofficial spokespersons of

the resistance and another official of the State (semiotized by the Ministry of Magic). Based on the clash between these two social voices, the concepts of “ideological sign”, “statement” and “centrifugal and centripetal forces” will be considered, based on the Bakhtinian theoretical-methodological studies, as reflective foundations about the responsiveness and responsibility of students in face of the ministerial discourse, marked by conservatism, typical of authoritarian governments, in the great time of history, personified, in the fictional work, by a specific teacher, entitled “High Inquisitor”. The relevance of the proposed discussion turns to the dialogical relationship of reflexion, refraction and double refraction between fiction and reality, as understood by the Bakhtinian Circle, especially on how much fantastic literature, with its specific aesthetic finish, is founded on social soil and comes back to life, as an expression of a historical mark. The results reveal how much the valuation for resistance, based on determination, is considered “good” and totalitarianism, “evil” in the narrative, in addition to reflecting on systems of government and education, given the scenographic configuration of the work as an occurrence and event aesthetic, where the actions take place (at Hogwarts School).

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre dois movimentos expressivos que ganharam vida no quinto volume (*A Ordem da Fênix*¹) de *Harry Potter (HP)*: a Armada de Dumbledore em resposta à Brigada Inquisitorial, na escola de Hogwarts. Ainda que, no romance, as lideranças institucionais tenham representações, sempre, masculinas, a atuação das mulheres é muito expressiva e, no caso da organização dos grupos citados, Hermione Granger e Dolores Umbridge simbolizam certa função de liderança. Compreender o embate de forças semiotizado por essas duas personagens, entendidas como representantes de vozes sociais de valorações opostas, é o nosso objetivo.

Tomamos a saga literária de *HP* como um enunciado estético (Volóchinov, 1976), um romance seriado ancorado no plano da vida (Stam, 1992), uma vez que reflete e refrata discursos autoritários e resistentes, na esfera artística (Medviédev, 2012), ambientado num mundo de fantasia que, de certa forma, se calca no fundamento da liberdade associada à “não-realidade” (que sabemos, real, histórica e valorada). A narrativa aborda temáticas diversas, dentre as quais a manifestação de regimes autoritários, o racismo e as questões de gênero e classe, como estudam Paula e Siani (2019). O enredo é construído de forma polarizada, com base em dois grupos, colocados como “bem” e “mal”, como estudam Paula e Siani (2019, 2020a, 2021). Os signos de “bondade” e “maldade”, ao longo da saga, são associados às Casas², marcadas como rivais e são alunos dessas Casas que lideram os movimentos sobre os quais iremos discutir, na escola, caracterizada como microcosmo da sociedade mágica. Mais do que cenografia, a escola é palco/arena de embates sociais, pois reflete e refrata visões de mundo sociais, figurativizadas pela fantasia que constitui o mundo mágico de *HP*.

A concepção dialógica de linguagem do Círculo bakhtiniano, na qual nos fundamentamos, ancorada no materialismo histórico dialético, considera o jogo sem solução como arena de sujeitos, enunciados e valores. A síntese dialética não representa um ponto final ao embate. Ao

1. Utilizamos a primeira edição ilustrada (copyright do texto traduzido em 2003 e das ilustrações de 2013), publicada em 2015, da versão brasileira da obra, traduzida por Lia Wyler.

2. Existem quatro Casas na Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts: Grifinória, Lufa-Lufa, Corvinal e Sonserina. Ao longo da narrativa, as qualidades “positivas” de um bruxo são associadas à Grifinória (em especial, a coragem), enquanto à Sonserina estão ligadas características “negativas” (“é a Casa que mais forma bruxos das trevas” e a ambição pelo poder). Entretanto, como evidencia Barissa (2019), atitudes que também podem ser consideradas “negativas” podem ser identificadas em membros de outras casas.

contrário. No movimento dialético-dialógico, a síntese apresenta e representa uma nova tese e instaura o diálogo em outro nível. Nesse jogo vivo da linguagem, em interação, os sujeitos (eu e outro) se constituem singular e socialmente.

A justificativa desta reflexão ocorre pela relevância social de pensarmos a arte como reflexo e (dupla) refração da vida, que a modifica de dentro. A temática do autoritarismo, da democracia, as estratégias de líderes tiranos para tomar o poder e controlar os sujeitos é um conteúdo universal. A forma como essa temática é abordada pela literatura fantástica configura, junto com o estilo genérico (romanesco) e autoral, a singularidade da obra que, apesar de se centrar num espaço-tempo fictícios, como entendem Bakhtin (2017, 2018), Medviédev (2012) e Volóchinov (2013, 2017, 2019), partem do solo social e a ele se voltam, como prisma que re-vela, no pequeno tempo-espaço criado, o grande tempo-espaço históricos.

Nesse sentido, apesar de *HP* ter sido escrito há mais de 20 anos, depois do fascismo e do nazismo, antes das configurações contemporâneas de ascensão da extrema direita no mundo; bem como localizar a narrativa em Londres (Inglaterra), pela universalidade da temática e pela configuração formal e estilística, dialoga com alguns eventos vividos. Esse diálogo é pertinente porque, segundo os estudos bakhtinianos, que fundamentam a reflexão aqui empreendida, o enunciado é elo na cadeia discursiva e, ao mesmo tempo, possui sua unidade arquitetônica singular, configurada pelo projeto de dizer enunciativo do autor-criador.

Assim, mesmo a trama não se voltando ao Brasil atual, vemos similitudes entre o autoritarismo do governo federal brasileiro e o ministério da magia da ficção, como muitas redes do *fandom* (um dos maiores do mundo) apresentam (ver estudos sobre essa relação em Paula e Siani, 2020a; Paula e Moura, 2021). Há, inclusive, discussões sobre a relação arte e vida, especialmente, literatura e política entre os leitores da obra. Logo, numa perspectiva focada na estética da recepção e na semiologia da obra, a leitura dialógica não só é possível, como coloca em jogo a heterogeneidade da linguagem e a plurissignificação tão defendida como proposta

sociológica e filosófica do Círculo de Bakhtin, Medviédev e Volóchinov. Desse ponto de vista é que tomamos a obra em seu movimento enunciativo vivo que permite leituras variadas, com aproximações e distanciamentos espaço-temporais locais e universais, seja como memória de passado seja como memória de futuro.

Como Medviédev (2012) e Volóchinov (2017), não compreendemos o discurso literário como “abstrato” nem, tampouco, como “idealista”. Os pensadores refutam o “objetivismo abstrato” que descreve os atos de linguagem como “neutros”, fora do contexto e do uso; assim como o “subjetivismo idealista” do formalismo russo, que aparta a ficção da realidade. Ao mesmo tempo em que também não veem a obra estética como mimese aristotélica da realidade, já que apreensão indireta e parcial do mundo, a depender dos “lugares de fala” dos sujeitos, seus valores, grupos e vozes sociais. Tendo isso em vista, este estudo é atual porque pode descortinar o funcionamento de sistemas autoritários similares, com o devido cuidado para a relação de circularidade entre arte e vida (Machado, 2017) e, aqui, consideraremos a relação entre o nazifascismo, o romance de HP e o Brasil contemporâneo, especialmente ao que concerne às propostas educacionais. Por isso, a delimitação do estudo se centra no quinto livro da saga de Rowling.

Conforme Bakhtin (2010), a posição que o sujeito ocupa é expressa na interação. De acordo com Calefato, Ponzio e Petrilli (2007), a filosofia da linguagem bakhtiniana se funda na escuta ativa do outro, como compreensão responsiva que, conforme Geraldi (2012), constitui sua heterociência ou, como afirmaram Freitas, Jobim e Souza e Kramer (2003), uma outra forma de pensarmos as humanidades e as sociabilidades.

As dicotomias “bem” e “mal” ganham vida em *HP*. A arte revela posicionamentos sociais. Dentre eles, concretizados em signos ideológicos, o “bem” e o “mal” (Volóchinov, 2017), no caso, a partir de sujeitos e Casas considerados heroicos ou vilanescos. Refletir sobre como a Armada e a Brigada, como, respectivamente, força centrífuga (infraestrutural, dispersiva e

resistente) e centrípeta (superestrutural, centralizadora e de tendência homogeneizante) (Volóchinov, 2017), contrária e favorável à intervenção do Ministério na escola, é o intuito deste artigo, que se estrutura alinhavando teoria e análise, que não são pensadas separadamente.

3. Doravante referiremos esta personagem tanto pelo nome próprio Dolores quanto pelo sobrenome Umbridge.

Partimos dos sujeitos Hermione e Dolores³ para compreendermos as personificações de resistência e hegemonia. Com isso, chegamos à constituição valorativa da Armada e da Brigada e aos resultados, voltados à relação arte e vida, em que a escola é a ágora de embates entre grupos, vozes e valores sociais no mundo da magia e bruxaria de HP.

2. O SUJEITO BAKHTINIANO: O PAPEL DE HERMIONE E UMBRIDGE EM HARRY POTTER

O sujeito (eu), para o Círculo bakhtiniano (Bakhtin, 2008; Jakubinskij, 2015; Volóchinov, 2013, 2017), constitui-se no e pelo outro. A alteridade (Geraldi, 2010; Ponzio, 2010) é essencial para os estudos bakhtinianos porque é o outro, com seu excedente de visão, que atribui acabamento ao eu, a partir do diálogo. No caso de *HP*, as personagens Hermione e Dolores personificam vozes de sujeitos e grupos sociais opostos. A linguagem semiotiza as relações entre sujeitos, que se constituem mutuamente como eu-outro no jogo da comunicação viva. Nesse sentido, de maneira dialético-dialógica (Paula, Figueiredo e Paula, 2011), a censura, a violência, a perseguição e o controle, assumidos por Umbridge, são respondidos pelos atos (Bakhtin, 2010) de linguagem dos alunos que compõem a Armada, organizada por Hermione que, por sua vez, retroalimenta outras respostas de Umbridge, com novos Decretos. A tensão entre as vozes refletidas e refratadas pelas personagens revela posicionamentos: os alunos treinam feitiços às escondidas, em resposta ao controle, à perseguição e à repressão que sofrem; e Umbridge, em resposta, instaura a Brigada para descobrir os “infratores”.

Os movimentos expressam posições acerca do controle do Ministério na escola. Conforme Bakhtin (2017), Medviédev (2012) e Volóchinov (2019), a arte parte e se volta a dada cultura

(Ribeiro & Sacramento, 2010) que, em nosso tempo, é híbrida (Canclini, 2013), hipermoderna (Lipovetsky, 2004) e hipercultural (Han, 2019). Como ocorreu, por exemplo, no Brasil, nos anos 60/70, em que a UNE (União Nacional dos Estudantes) protagonizou a resistência à ditadura militar, que durou 21 anos e instituiu 16 Atos Institucionais (AI) – mecanismos legais que se sobrepunham à Constituição. Nesse período houve restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime por meio de tortura e censura.

Os Atos Institucionais (AIs) nos remetem aos decretos criados por Umbridge, em nome do Ministério da Magia, em *HP* e configuram um *modus operandi* de governos ditatoriais. Esses decretos (os AIs, no Brasil e os atos inquisitoriais em *HP*) atribuem plenos poderes aos líderes totalitários e garantem a sua permanência no poder.

Em 1968, Costa e Silva (o segundo militar a governar o país) promulgou o AI 5⁴. Esse decreto atribuía direito ao governo de punir arbitrariamente os inimigos do regime, como Umbridge faz no quinto livro da saga de *HP*. Nesse período, em resposta ao regime repressivo, começaram a surgir grupos de resistência, contra os quais houve forte repressão (com torturas, assassinatos e exílios).

Tanto a obra de Rowling quanto o Brasil ditatorial se calcam numa estrutura política “*panis et circenses*”, como demonstram as pesquisas do cientista político Ramirez (FESP-SP)⁵. No romance de Rowling, o quadribol era responsável pela distração e euforia diante de atos escusos. No Brasil, essa função foi assumida (estimulada inclusive econômica e midiaticamente) pelo futebol, como apontam estudos de ciência política e de comunicação jornalística voltados ao papel social do futebol no país, comparando os períodos da Ditadura Militar e hoje, no governo Bolsonaro⁶. O 28º Presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, no terceiro período da ditadura militar brasileira, adotou campanhas publicitárias ufanistas (como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Ninguém mais segura esse país”, “Pra frente Brasil” e “Brasil, o país do futuro”) que estimulavam o sentimento de orgulho nacional na população. Esta, passou a acreditar que qualquer sacrifício valeria, em nome da nação⁷. Diante de desaparecimentos, tortura e mortes

4. O AI 5 é considerado o mais radical dos AIs e, de 2019 a 2021, o governo de Jair Bolsonaro e seus adeptos têm “reivindicado” a sua volta, ainda que esses atos antidemocráticos sejam considerados crimes políticos pela Constituição Federal brasileira de 1988.

5. Uma das declarações feitas por Ramirez a partir de suas pesquisas sobre a política pão e circo no Brasil atual se encontra disponível em: <https://falauniversidades.com.br/opiniao-politica-pao-e-circo-brasileira-entenda-como-ela-funciona/>. Acesso em: 15 out 2021.

6. Notícias e documentários jornalísticos, como o da BBC, entre outros, divulgam estudos, como o do historiador Flávio de Campos, da USP, que denunciam essa estratégia, como disponível, por exemplo, em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53398535>. Acesso em: 15 out 2021.

7. Estabelecendo um paralelismo com a atualidade, hoje o sentimento nacionalista volta à tona, com a expressão “cidadão de bem”, que se coloca como aquele servo à disposição do Brasil e parece entender o país como o Presidente Jair Bolsonaro, como ocorre com os Comensais da Morte e demais adeptos de Voldemort, em *HP*.

verificados nesse período, diversos setores da sociedade passaram a se mobilizar e a denunciar as atrocidades cometidas pelo governo, como ocorre com a desobediência civil dos alunos que compõem a Armada de Dumbledore e um grupo daquela sociedade se organiza e integra a Ordem da Fênix.

No âmbito da educação, o movimento estudantil foi muito atuante e essencial no tempo do Brasil ditatorial⁸. De certa forma e resguardadas as devidas proporções, com acabamento estético literário, no universo da fantasia do mundo dos bruxos, a Armada de Dumbledore reflete e refrata o potencial de resistência dos estudantes, assim como a Brigada Inquisitorial, que, a seu turno, acaba como porta-voz do Ministério da Magia e da Alta Inquisidora, contra seus iguais, denotando a falta de consciência de classe de determinados grupos e sujeitos.

Esse embate entre vozes, grupos e forças ocorre porque, no quinto livro da saga, o Ministério (representante correspondente ao Governo do mundo dos bruxos) envia à Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts uma representante. A principal justificativa para a presença de Dolores Umbridge na escola é a negação por parte do Ministério da Magia de que o vilão da série, Lorde Voldemort, havia retornado da morte. A partir desse argumento é que os atos anti e pró-ministério organizam sujeitos e grupos, em resposta ética e responsável (Bakhtin, 2010) à intervenção do Ministério em Hogwarts: a Armada de Dumbledore (idealizada por Hermione e liderada por Harry), com membros pertencentes às Casas Grifinória, Lufa-Lufa e Corvinal; e a Brigada Inquisitorial, instaurada por Umbridge, em resposta à Armada, autorizada pelo próprio Ministério da Magia, composta por alunos-moradores da Sonserina.

A relação entre infra e superestrutura revela quem são os sujeitos que concordam com o totalitarismo do Ministério da Magia e os que negam essa ideologia. A luta existente entre grupos com embates valorativos coletivos diferentes semiotiza o movimento dialético-dialógico existente na trama: de um lado, representantes de uma classe abastada (os membros da Brigada Inquisitorial pertencem a uma Casa específica, com famílias ocupando os maiores cargos no Ministério da Magia e são protegidos durante a intervenção desse Ministério na escola); de ou-

8. Fazendo uma breve contextualização dos movimentos estudantis da época, podemos relembrar que o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), autodeclarado por seus adeptos como “conservador e de direita”, entrou em embate com a UNE (União Nacional dos Estudantes), de ideias mais à esquerda, muitas vezes, em prol do regime militar e contra a democracia defendida pela UNE, o que colocou em jogo valores, instituições [o CCC era composto, majoritariamente, por estudantes da Universidade Mackenzie; e a UNE, por estudantes da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC)] e sujeitos; e, nos anos de 2015 a 2018, a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) apoiou a organização dos estudantes contra a reforma do ensino médio (que abolia filosofia e outras disciplinas da área de humanas do currículo obrigatório).

tro, representantes que rejeitam os valores preconizados por esse órgão institucional supremo e se situam na infraestrutura da sociedade mágica (os perseguidos, censurados, desamparados e combatidos por Umbridge e por sua Brigada, em geral, não são “sangue-puros”, pertencem a classes sociais não privilegiadas e são discriminados por suas condições econômicas, de raça e de gênero, como estudado por Paula e Siani (2019).

Enquanto a Armada é clandestina e ilegal, com reuniões realizadas em ambientes escondidos, marcada pela desobediência dos alunos, inconformados com a postura ditatorial persecutória abusiva da intervenção do Ministério e, criada como forma de proteção e reação de resistência responsável subversiva, contrária ao autoritarismo instaurado “em tempos sombrios”, de reinado do “mal” (marcado pela volta de Voldemort); a Brigada é institucionalizada e amparada pelo Ministério da Magia, com poder e atos disciplinares.

O primeiro Decreto Educacional Inquisitorial instaurado por Umbridge recebeu o nome de “Decreto Educacional Número Vinte e Quatro” e foi criado em 7 de outubro de 1995, depois de Dolores saber sobre a existência da Armada. O Decreto implanta a anulação da liberdade de expressão e de organização coletiva na escola, pois proíbe reuniões regulares de qualquer sociedade, time, grupo ou clube e qualquer aluno encontrado em descumprimento desse Decreto seria expulso. Com isso, todas as organizações estudantis foram dissolvidas e qualquer encontro com mais de três alunos era considerado conspiratório e ilegal, como é típico de regimes ditatoriais (semelhante ao ocorrido no Brasil), com objetivo de enfraquecer e dificultar a organização social de grupos dissidentes.

À semelhança do que ocorre na obra em análise, a história do Brasil é constituída por períodos ditatoriais em meio à busca da consolidação de uma sociedade republicana e democrática. Há uma disputa de poder por forças opostas, que podemos chamar, fundamentadas em Bakhtin e Volóchinov, de centrípetas e centrífugas.⁹

As próprias campanhas de propaganda política que conduzem alguns dos líderes totalitários

9. Os sucessivos golpes ocorridos no Brasil reiteram um discurso totalitário, marcado por ditaduras, calcado no ultranacionalismo eugenista de direita, em contraposição à luta pela defesa do Estado Democrático de Direito.

10. De acordo com fatos públicos, a campanha que conduziu o atual presidente ao poder foi orquestrada por Steve Bannon, o mesmo idealizador da campanha de Donald Trump, com um discurso que os analistas designam como negacionista, armamentista, revisionista e fundamentalista.

11. Essas práticas podem ser associadas ao denunciamento estimulado no/ pelo governo de Bolsonaro no Brasil, desde 2019, em explícito ataque a professores e universidades públicas, com solicitação de gravação de aulas e envio ao Ministério de Educação e Cultura.

12. Hogwarts se estrutura pela competição entre alunos e suas Casas. Quando um aluno se destaca consegue pontos para a sua Casa e quando comete uma infração, pontos são retirados. Apenas professores possuem poder para retirar pontos dos alunos, porém Umbridge autoriza esse poder punitivo aos membros da Brigada.

13. Os Monitores são responsáveis por vigiar a escola e colaborar com a garantia da ordem. Contudo, não podem retirar pontos de ninguém, mas podem alertar os alunos e denunciá-los, em caso de desobediência, àqueles que possuem poderes para puni-los (os professores, em especial, os chefes de cada Casa e o Diretor).

14. Posição em Hogwarts ocupada por um professor nomeado pelo Ministério da Magia para perseguir professores e alunos, bem como para assegurar que os Decretos Educacionais definidos pelo Ministério sejam seguidos. O cargo é assumido por Dolores com o Decreto Educacional Número Vinte e Três.

ao poder¹⁰ são, por vezes, calcadas em *Fake News*, como, muitas vezes, ocorre no jornal oficial do mundo bruxo em *HP*, “O Profeta Diário”, que difama Harry e Dumbledore, com notícias mentirosas que os colocam em descrédito, assim suas vozes, além de não serem ouvidas, são repelidas como “más”. Essa não é uma estratégia retórica e política nova e é muito utilizada em período totalitários da história, por sistemas e líderes autoritários.

Na obra de Rowling, os Decretos (os AIs da obra fictícia) se restringem à esfera da educação e surgem sempre que a resistência, na infraestrutura, estremece a superestrutura, no caso, representada pelo Ministério (na figura de Dolores). Com esses Decretos, as aulas passam a ser inspecionadas e os professores podem ser demitidos, tendo sua liberdade de cátedra cassada; o programa e a forma de condução da disciplina de Defesa Contra as Artes das Trevas são modificados; alunos não podem fazer magia durante as aulas; professores e alunos que saibam de algum tipo de articulação da resistência devem denunciar os infratores¹¹; a livre manifestação de preconceitos e a tortura passam a ser práticas recorrentes em Hogwarts.

Dadas as condições hierárquicas desiguais na saga, os integrantes da Armada são perseguidos, não apenas por Umbridge, mas também (por comando dela) pela Brigada, que, além de ganhar créditos extras por atividades e por comportamento, pode descontar pontos¹² de seus colegas (poder que nem mesmo os Monitores¹³ da escola possuem, apenas professores) e delatá-los para serem torturados por Dolores. Como “Alta Inquisidora de Hogwarts”¹⁴, Umbridge autoriza o zelador, Argo Filch, a usar algemas e chibatadas para proibir o que entende como “alunos infratores”, os questionadores e autônomos.

A cada Decreto instaurado, os alunos se articulam para burlar esses dispositivos de controle, opressão e repressão. A Armada tem o objetivo de aprender feitiços defensivos, para se proteger do vilão da saga, que retornou depois de ter sido dado como morto. O Ministério inicia uma campanha em sua mídia oficial, o jornal “O Profeta Diário”, para acusar (de mentirosos) aqueles que confirmam o ressurgimento de Voldemort. Na escola, Dolores, voz oficial ditatorial do Ministério, vigia, persegue e pune os “rebeldes”. Ela “convida” os alunos que discor-

dam da voz/versão governamental à detenção e os tortura. Uma das punições mais usadas é a escrita, com uma pena mágica, num papel, da frase “eu não devo contar mentiras”. Frase que aparece marcada com o sangue do próprio estudante, em seu pulso.

Desde o primeiro dia de volta às aulas em Hogwarts, no 5º livro, Hermione, percebe, tanto pelo discurso de Dumbledore quanto pela postura de Dolores, que o Ministério vai intervir na escola e, à medida que os Decretos são instaurados, ela sugere a criação da Armada de Dumbledore, como resposta de oposição e resistência a esses atos ditatoriais, como forma de proteção. Por meio da alteridade (tanto de Hermione quanto de Dolores) é que as relações sociais entre sujeitos (os estudantes) tomam forma, de maneira responsiva e responsável.

Assim, um grupo de alunos se organiza autonomamente como voz de resistência, enquanto, também em resposta (daí, o jogo dialético-dialógico), outro grupo de alunos se coloca à disposição e em apoio a Dolores, convocados por ela (e não por decisão e atitude própria, diferente do grupo que compõe a Armada), na composição da Brigada, em troca de recompensas (pontos extras). Os propósitos de cada movimento (Armada e Brigada), assim como os dos alunos que se dividem em dois grupos e na interação entre si e com a Inquisidora, são diferentes, o que reflete e refrata os valores de cada sujeito e grupo, na relação que estabelece com o outro, em ato (de linguagem e prática social).

A primeira aparição de Umbridge no romance ocorre quando Harry é submetido a um julgamento no Ministério, por ter utilizado magia fora da escola, sendo menor de idade. O enredo é narrado pela ótica do protagonista, pois o romance se estrutura por meio de um narrador de terceira pessoa, que conta a história a partir do ponto de vista e memória de Harry, logo, imputa valorações que o herói possui sobre personagens, eventos e acontecimentos no seu ato de dizer. Ao descrever Dolores, por exemplo, o narrador a qualifica com adjetivos pejorativos que já a colocam como a vilã que se confirma ao longo do livro 5 da saga:

Achou-a igualzinha a um grande sapo claro. Era baixa e gorda, tinha uma cara larga e flácida, o pescoço era quase tão inexistente quanto o do tio Válter e a boca, frouxa. Os olhos eram enormes, redondos e ligeiramente saltados. Até mesmo o lacinho de veludo preto encarrapitado no alto de seus cabelos curtos e crespos fez o garoto imaginar um moscão que ela estivesse prestes a apanhar com sua língua comprida e pegajosa. (...). A bruxa falou numa voz aguda, aflautada e infantil, que espantou Harry; esperara que ela coxasse. (Rowling, 2015, p. 123).

Características como “baixa”, “gorda”, “igual a um sapo”, “frouxa”, “flácida”, “olhos enormes e saltados”, “cabelos curtos e crespos”, “língua comprida e pegajosa” que “coaxa”, “vestimenta delicada e tradicional” (sempre na cor rosa) e a “voz (aguda, aflautada e infantil)” são ressaltadas na narração e compõem a significação e o papel que desempenha na trama, de delatora, burguesa, opulenta, conservadora, persecutória e histórica (como citado).

Volóchinov (2017) entende que é no signo que a ideologia se manifesta, uma vez que o constitui. Afinal, o que expressamos pela linguagem não são meros lexemas ou tópicos frasais, mas valores (verdades, mentiras etc), na relação que constitui os sujeitos e as relações sociais. Assim, o tom da voz estridente, as atitudes infantis, os olhos arregalados, a língua grande e a vestimenta rosa, sempre enfatizados pelos alunos (orquestrado pelo narrador), revelam uma avaliação deles (os outros) sobre Dolores, que a constituem como “sapo” e “cobra” (“nojenta” e “falsa”). O olhar do outro sobre o eu, tanto quanto o do eu sobre o outro, reverbera valorações e altera os sujeitos mutuamente pela “fala dialogal” (Jakubinskij, 2015; Volóchinov, 2013). A linguagem não é neutra, o que implica em sempre se posicionar em relação a um enunciado, de maneira responsiva e responsável (Bakhtin, 2010).

O horizonte cultural que permeia a relação entre sujeitos é refletido e refratado por ideologias materializadas em enunciados. Em diversos momentos da disciplina Defesa Contra as Artes das Trevas, Hermione confronta Umbridge em razão da falta da prática de feitiços:

– Tenho uma pergunta sobre os objetivos do curso – disse Hermione.

A Prof^a Umbridge ergueu as sobrancelhas.

– E como é o seu nome?

– Hermione Granger.

– Muito bem, Srta. Granger, acho que os objetivos do curso são perfeitamente claros se lidos com atenção – respondeu em um tom de intencional meiguice.

– Bem, eu não acho que estejam – concluiu Hermione secamente. – Não há nada escrito no quadro sobre o uso de feitiços defensivos (Rowling, 2015, pp. 198-199).

Esse confronto entre aluna e professora revela a voz social que reverbera em cada personagem. A resposta carrega marcas de outras vozes e índices de valores. As matrizes ideológicas constituem o contexto cultural e se manifestam, na relação entre os sujeitos (Medviédev, 2012). As atitudes de Umbridge instigam e provocam Hermione a propor um movimento com valores contrastantes em relação à postura de Dolores e dos Decretos Educacionais instaurados na escola ao longo de sua gestão.

Um estigma é reiterado na trama: o vermelho heroico e o verde vilânico, marcados pela dicotomia “bem” e “mal” (Paula e Siani, 2019), “coragem” e “covardia” (Barissa, 2019). A Sonserina, representada pela cor verde, é taxada como a Casa dos cruéis, sádicos e sedentos por poder, enquanto a Grifinória, representada pela cor vermelha, é caracterizada como a casa da coragem. Hermione e Harry são membros da Grifinória e da Armada (semiotizada pelo vermelho, rebelde e do “bem”), enquanto o exército de Voldemort e a Brigada (simbolizada pelo verde, obediente e do “mal”) são compostos por alunos da Sonserina.

Hermione se destaca pela sua inteligência, sagacidade e liderança. É ela quem sustenta o trio de protagonistas, desvenda os enigmas narrativos e encontra soluções para situações problemáticas às quais são submetidos ao longo dos sete livros e oito filmes. Umbridge, por sua vez,

é purista (mesmo não sendo uma bruxa “sangue puro”), menospreza os considerados “sangue ruim” e age em nome do Ministro da Magia e de Voldemort. Além disso, faz uso da violência para controlar os alunos e utiliza o discurso ministerial como justificativa para os seus atos. Hermione e Dolores semiotizam valores, vozes e imagens de mulheres opostos – não à toa, elas lideram a Armada e a Brigada, assim como lideram grupos em confronto.

Na relação de alteridade, as vozes representadas por Hermione e Umbridge se revelam, em especial no embate dos movimentos por elas, de certa forma, liderados (embora a força masculina nesses movimentos seja mais enfatizada). Na e pela relação de alteridade, entendida por Bakhtin (2010) como “eu-para-mim”, “eu-para-o-outro” e “outro-para-mim” é que é revelada a dicotomia “bem” e “mal” enfatizada pela saga. A Armada de Dumbledore (caracterizada como “bem”, com a maioria de alunos da Grifinória) e a Brigada Inquisitorial (“mal”, com alunos da Sonserina) refletem e refratam essa oposição discursiva valorativa.

3. FORÇAS CENTRÍFUGAS E CENTRÍPETAS: ANTI E PRÓ MINISTÉRIO DA MAGIA

Este artigo apresenta uma reflexão sobre dois movimentos. As forças centrífugas e centrípetas são representadas, nos objetos estudados, respectivamente, por um movimento contrário à intervenção do Ministério da Magia em Hogwarts (Armada de Dumbledore) e outro favorável à intervenção (a Brigada Inquisitorial). Grupos que se materializam a partir do embate de vozes opostas. Segundo Paula e Gonçalves (2020), o enunciado é sempre genérico e nasce, circula e é recebido nas esferas da atividade humana, por meio da interação entre sujeitos. Essa interação provoca respostas aos enunciados (no caso, ao discurso ministerial, representado por Umbridge). Em outras palavras, o enunciado reflete e refrata vozes sociais, de forma responsiva.

Paula e Gonçalves (2020, p. 21) reiteram que o enunciado: “(...) integra a corrente discursiva com sua singularidade arquetípica e genérica, num jogo vivo dialógico com acabamento, mas sem se tornar acabado – o ponto final de um texto não fecha/encerra a interação”. Por essa

razão é que a cada articulação dos alunos que resistem à ação do Ministério em Hogwarts, novos Decretos Educacionais são instituídos por Umbridge. Nesse sentido, as valorações presentes nos enunciados ecoam, ressoam e reverberam outras vozes, anteriores e futuras. O discurso ministerial, com vistas a combater a liberdade, insere-se na escola por meio da presença de Dolores, desde quando se apresenta como docente, em que deixa clara a intenção interventiva do ministério e sua função inquisitorial:

– O ministro da Magia sempre considerou a educação dos jovens bruxos de vital importância. Os dons raros com que vocês nasceram talvez não frutifiquem se não forem nutridos e aprimorados por cuidadosa instrução. As habilidades antigas, um privilégio da comunidade bruxa, devem ser transmitidas às novas gerações ou se perderão para sempre. O tesouro oculto de conhecimentos mágicos acumulados pelos nossos antepassados deve ser preservado, suplementado e polido por aqueles que foram chamados à nobre missão de ensinar. Todo diretor e diretora de Hogwarts trouxe algo novo à pesada tarefa de dirigir esta escola histórica, e assim deve ser, pois sem progresso haverá estagnação e decadência. Por outro lado, o progresso pelo progresso não deve ser estimulado, pois as nossas tradições comprovadas raramente exigem remendos. (...) Entrementes, alguns velhos hábitos serão conservados, e muito acertadamente, enquanto outros, antigos e desgastados, precisarão ser abandonados (...), visando a preservar o que deve ser preservado, aperfeiçoando o que precisa ser aperfeiçoado e cortando, sempre que encontrarmos, práticas que devem ser proibidas (Rowling, 2015, pp. 175-176).

Ao refletirmos sobre o discurso dos dois movimentos aqui analisados, que condenam e coadunam com o Ministério, com base em Medviédev (2012), consideramos as particularidades sociais dos grupos em interação (alunos e professores, assim como alunos entre si – entre casas e dentro delas) e a complexidade do horizonte ideológico no qual essa interação toma forma (na escola de Hogwarts). Pensar no contexto da escola é fundamental, pois, como afirmam Paula e Gonçalves (2020, p. 30): “em momentos de exceção, a educação é sempre atacada, tomada como uma inimiga muito perigosa, dado o seu caráter emancipatório (e, também por isso, a educação, nesses momentos, sofre mais: cortes de investimentos, cerceamentos de cátedra e outras tantas perseguições)”.

15. À guisa de ilustração, citamos dois casos brasileiros: no governo atual, a indicação de reitores às universidades públicas federais, desde 2019, não tem a lista tríplice de eleição legítima efetuada nas instituições respeitadas e nomes que nem sempre são os eleitos pelos pares ou mesmo indicados na lista têm tomado posse, o que denota uma intervenção governamental ditatorial; e o caso, na ditadura, nos anos 70, de os militares invadirem as universidades, em especial, a Universidade Estadual de São Paulo (USP), à noite e apagarem as luzes, entrarem nas salas e, quando as luzes reacendiam, um estudante havia sido levado da sala. Em resposta, por estratégia de proteção, toda vez que as luzes se apagavam, os estudantes diziam “ninguém solta a mão de ninguém” e todos davam as mãos para dificultar os “desaparecimentos” das pessoas. Essa expressão, na vitória do atual presidente do Brasil, foi recuperada e viralizou como símbolo de resistência em memória ao passado recente.

A intervenção governamental e o processo persecutório a alunos e professores existente na ficção é reflexo e refração de estratégias totalitárias reais.¹⁵

As forças centrípetas e centrífugas revelam o embate entre a superestrutura e a infraestrutura. Paula e Oliveira (2019, p. 360) afirmam, a partir dos estudos bakhtinianos, que o enunciado é um participante ativo na cadeia discursiva: “o enunciado apresenta uma visão sobre resistência e responde a outros (em oposição ao medo e à insegurança e em confirmação à força coletiva e protetora)”. A Armada de Dumbledore responde ao seu outro discursivo, Umbridge e o Ministério da Magia, que a ela também responde com a criação da Brigada Inquisitorial e a disseminação de decretos educacionais.

O tom do enunciado marca a valoração da voz de um sujeito. Assim: “refletir sobre um enunciado significa compreender a vida como acontecimento discursivo por meio de uma unidade de interação que semiotiza axiologias a partir de determinado ponto de vista (uma assinatura autoral)” (Paula e Silva, 2019, p. 41). A partir da atuação da resistência, a intervenção do Ministério se intensifica e os decretos proliferam, noticiados pelo “O Profeta Diário”, como ocorre com a nomeação de Umbridge:

MINISTÉRIO QUER REFORMA NA EDUCAÇÃO

DOLORES UMBRIDGE NOMEADA PRIMEIRA ALTA INQUISIDORA DA HISTÓRIA

(...) Hermione leu em voz alta:

– Ontem à noite, o Ministério da Magia surpreendeu a todos aprovando uma lei que concede ao próprio órgão um nível de controle sem precedentes sobre a Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts.

“Já há algum tempo, o ministro tem se mostrado apreensivo com o que acontece em Hogwarts”, comentou seu assistente-júnior, Percy Weasley.

“O decreto é uma resposta às preocupações expressadas por pais ansiosos que sentem que a escola está trilhando um caminho que desaprovam.”

Não é a primeira vez nas últimas semanas que o ministro Cornélio Fudge tem usado novas leis para realizar aperfeiçoamentos na escola de magia. Em 30 de agosto recente, foi aprovado o Decreto de Educação n. o 22, para assegurar que, na eventualidade do atual diretor não conseguir apresentar um candidato a uma vaga de professor, o Ministério selecione uma pessoa habilitada.

“Foi assim que Dolores Umbridge acabou sendo indicada para o corpo docente de Hogwarts” (Rowling, 2015, pp. 252-253).

A atribuição do cargo de Alta Inquisidora a Dolores e a sua atuação desencadearam a articulação e a criação da Armada de Dumbledore. Com essa nomeação, as forças centrípetas e centrífugas se evidenciam no embate dialético-dialógico vivo entre vozes sociais que se concretizam no enunciado romanescos pelos agrupamentos dos sujeitos.

As relações dialógicas nos permitem observar as direções consonantes e dissonantes das vozes e valorações. A recusa à intervenção advém, principalmente, de Hermione, que impulsiona a organização de um movimento, a fim de reagir responsiva e responsabilmente a Umbridge e ao Ministério. Esse processo toma forma na tensão entre diferentes pontos de vista. Hermione questiona os métodos e a postura de Umbridge e mobiliza os alunos:

– Ela é uma mulher horrível – disse Hermione baixinho. – Horrível. Sabe, eu estava dizendo ao Rony quando você entrou... temos de fazer alguma coisa a respeito dela. (...) alguma coisa para divulgar que é uma péssima professora, e que não vamos aprender Defesa alguma com ela – explicou Hermione.

(...) – Estive pensando... talvez tenha chegado a hora de simplesmente... simplesmente nos virarmos sozinhos.

– Nos virarmos sozinhos fazendo o quê? – perguntou Harry, desconfiado, mantendo a mão flutuando na essência de murtisco.

– Bom... aprendendo Defesa Contra as Artes das Trevas sozinhos – concluiu Hermione (Rowling, 2015, p. 267).

Oliveira (2020) compreende as forças centrípetas como homogêneas. Há uma supervalorização de um ponto de vista considerado ideal por um grupo, em geral, aquele que se encontra no poder. No caso, o que o Ministério da Magia considera fundamental para a educação, numa tendência unificadora que não admite a heterogeneidade. As forças centrífugas, por sua vez, tendem à dispersão e tensionam as valorações ao resistirem à centralização hegemônica-centrípeta. As forças centrípetas e centrífugas evidenciam-se em todo e qualquer enunciado (Medviédev, 2012), a partir de uma unidade contraditória entre tendências opostas (Barissa, 2019). O diálogo de Hermione e da Armada de Dumbledore com Umbridge e a Brigada Inquisitorial se manifesta no embate dessas forças:

– Guardem as varinhas – mandou ela com um sorriso, e aqueles que esperançosamente haviam apanhado as varinhas, com tristeza as repuseram nas mochilas.

– Como terminamos o capítulo um na aula passada, hoje eu gostaria que abrissem na página dezenove e começassem a ler o capítulo dois “Teorias de defesa comuns e suas derivações”. Não haverá necessidade de conversar.

(...) Hermione erguera novamente a mão no ar. A professora (...) deu a volta na primeira fila de carteiras até ficar cara a cara com a garota, então se inclinou e murmurou, de modo que o restante da classe não pudesse ouvi-la:

– O que é agora, Srta. Granger?

– Já li o capítulo dois.

– Então passe para o capítulo três.

– Já li também. Já li o livro todo.

A Prof^a Umbridge piscou os olhos, mas recuperou sua pose quase instantaneamente (Rowling, 2015, p. 260).

O excerto demonstra o embate face-a-face entre dois sujeitos que, a posteriori, personificam o embate entre os grupos da Armada e da Brigada e, num crescente, entre Harry e Voldemort, entre o “bem” e o “mal”, centrífuga e centripetamente.

Segundo Volóchinov (2017), a tensão causada pelas forças monologizadoras e resistentes dá vida ao conflito entre vozes. Há estratégias que tentam monologizar o discurso, entretanto, isso não anula o seu caráter dialógico. Embora a gestão de Umbridge se torne mais violenta paulatinamente (com mais alunos perseguidos, presos e torturados), os Decretos não são suficientes para silenciar a Armada de Dumbledore. Ao contrário. O controle, o abuso de poder, as arbitrariedades, a violência gratuita, as inspeções preconceituosas e imparciais das aulas dos professores, a proibição e a delação são alguns dos fatores que fazem com que responsiva e responsabilmente a Armada atue. Outro exemplo desse embate de forças e vozes entre Hermione/Armada/“bem” e Dolores/Brigada/Ministério/“mal”, surge no exemplo:

– Bem, então, você deverá poder me dizer o que Slinkhard escreveu sobre as contra-azarações no capítulo quinze.

– Ele escreveu que a denominação contra-azarações é imprópria – respondeu Hermione imediatamente – E que contra-azaração é apenas o nome que as pessoas dão às suas azarações quando querem fazê-las parecer mais aceitáveis.

A Prof^a Umbridge, ergueu as sobrancelhas (...).

– Mas eu discordo – continuou Hermione.

As sobrancelhas da professora subiram um pouco mais, e seu olhar se tornou visivelmente frio.

– A senhorita discorda?

– É, discordo – confirmou Hermione, que, ao contrário de Umbridge, não murmurava, falava em uma voz alta e clara, que a essa altura já atraía a atenção do resto da turma. – O Sr. Slinkhard não gosta de azarações, não é? Mas acho que podem ser muito úteis quando são usadas defensivamente.

– Ah, então essa é a sua opinião? – disse a professora, se esquecendo de murmurar e endireitando o corpo. – Bom, receio que seja a opinião do Sr. Slinkhard que conte nesta sala de aula, e não a sua, Srta. Granger.

– Mas... – recomeçou Hermione.

- Agora basta – disse a professora. Voltou, então, para a frente da sala e se postou ali, mas toda a segurança que exibira no início da aula se perdera.
 - Srta. Granger, vou tirar cinco pontos da Grifinória.
- Houve uma eclosão de murmúrios.
- Por quê? – perguntou Harry indignado.
 - Não se meta! – cochichou Hermione para ele, ansiosa.
 - Por perturbar minha aula com interrupções sem sentido – disse a Prof^a Umbridge suavemente. – Estou aqui para lhes ensinar, usando um método aprovado pelo Ministério que não inclui convidar alunos a darem suas opiniões sobre assuntos de que pouco entendem (Rowling, 2015, p. 261).

Quanto maior o abuso de poder de Dolores, sem argumentos, a não ser o uso da violência punitiva e autoritária, maior a argumentação, pelo conhecimento crítico, autônomo e questionador de Hermione. As diferenças se tornam cada vez mais nítidas: a punição como prática de um sujeito que se encontra no poder para tentar anular o questionamento e a criticidade dos alunos que, por sua vez, posicionam-se como resistência que não aceita quaisquer discursos e assume a palavra como arma (argumentação opinativo-reflexiva).

Conforme Paula e Oliveira (2019), os enunciados expressam avaliações sociais e arquetam a realidade a partir de pontos de vista diversos. Os movimentos anti-Ministério (Armada de Dumbledore) e pró-Ministério (Brigada Inquisitorial) refletem e refratam vozes e axiologias sobre a política intervencionista governamental da saga, iniciada na escola e o embate de forças semiotiza, com acabamento estético simbólico, movimentos políticos reais, como os exemplificados ao longo deste artigo e por outros estudos (como os de Paula e Siani, 2019, 2020a, 2021; Barissa, 2019; e Paula e Moura, 2021).

Segundo Volóchinov (2017), o discurso é arena/palco em que opiniões e interesses contrários se enfrentam. Na interação nasce o embate entre sujeitos, grupos e valores. Há uma

superestrutura dominante na escola, mas, por mais que queira instaurar a monologia e o aparelhamento institucional como política governamental/ministerial, não consegue impedir os alunos, na infraestrutura, de resistirem, de forma responsiva e responsável.

4. RESPONDIBILIDADE: A ARMADA DE DUMBLEDORE E A BRIGADA INQUISITORIAL

Um enunciado nasce em uma esfera e nela circula (Medviédev, 2012). Dessa forma, reflete e refrata um horizonte socioideológico e as necessidades de sua interação em um determinado projeto de dizer – conteúdo, forma e estilo – numa esfera de atividades específica (sempre em contato com outras). Ao discutir sobre ideologia, Medviédev (2012) ressalta que cada enunciado, com suas formas e métodos específicos, possui peculiaridades imprescindíveis, que precisam ser consideradas (Paula, Barissa, e Oliveira, 2019, p. 2.078). As singularidades cotidianas, localizadas na infraestrutura, podem, em atos, resistirem e revolucionarem/transformarem (Ponzio, 2016) a sociedade.

Enquanto a Brigada Inquisitorial contempla alunos selecionados por Umbridge dentro da escola, a Armada de Dumbledore é um movimento clandestino, aberto a quem quiser participar, organizado por Hermione fora da escola (num pub descrito como “mau frequentado” e “sujo”, fora da estrada principal) e reunido às escondidas (na “sala precisa”):

– A onde é que estamos indo, afinal? – perguntou Harry – Ao Três Vassouras?

– Ah... não – respondeu Hermione, despertando do seu devaneio – Não, está sempre lotado e muito barulhento. Disse aos outros para nos encontrarem no Cabeça de Javali, o outro pub, sabe qual é, fora da estrada principal. Acho que é um pouco... sabe... suspeito... mas os estudantes em geral não vão lá, por isso acho que não seremos ouvidos.

(...). O Cabeça de Javali compreendia uma salinha mal mobiliada e muito suja, e tinha um cheiro forte, talvez de cabras. As janelas curvas eram tão incrustadas de fuligem que pouquíssima luz solar conseguia chegar à sala, iluminada com tocos de velas postos sobre mesas de madeira tosca. O chão, à primeira vista, parecia ser de terra batida, mas, quando

Harry o pisou, deu para perceber que havia pedra sob o que concluiu ser uma camada secular de sujeira acumulada (Rowling, 2015, p. 276).

A diferença de ambientes e condições revela hierarquia e poder entre os grupos.

O fato de serem duas mulheres as líderes que atuam na organização dos grupos e forças é relevante, pois, como estudam Paula e Siani (2019), *HP* se estrutura no que Saffioti (1997) denomina “nó patriarcado-capitalismo-racismo” que leva à intersecção gênero-raça-classe (Davis, 2016). O excerto abaixo demonstra a liderança de Hermione:

– Acho que devemos eleger um líder – disse ela.

– Harry é o líder – disse Cho, olhando para Hermione como se ela tivesse enlouquecido.

(...)

– É, mas acho que devíamos votar isso como deve ser – respondeu Hermione sem se perturbar – Torna a coisa formal e dá a ele autoridade. Então: todos acham que Harry deve ser o nosso líder? Todos ergueram as mãos (...).

– Hum... certo, obrigado – disse Harry, que sentia o rosto arder. – E... que foi Hermione?

– Acho também que devemos ter um nome – disse ela, animada, a mão ainda no ar. – Incentivaria o espírito de equipe e a união, que é que vocês acham?

– Será que podemos ser a Liga Anti-Umbridge? – perguntou Angelina, esperançosa.

– Ou o Grupo Ministério da Magia Só Tem Retardados? – sugeriu Fred.

– Eu estive pensando – disse Hermione franzindo a testa para Fred – mais em um nome que não anunciasse a todo o mundo o que pretendemos fazer, de modo que a gente possa se referir ao grupo fora das reuniões sem correr perigo.

– A Associação de Defesa? – arriscou Cho. – A AD, para que ninguém saiba do que estamos falando?

– É, a AD é bom – concordou Gina. – Só que devia significar a Armada de Dumbledore,

porque o maior medo do Ministério é uma força armada de Dumbledore.

Ouviram-se vários murmúrios de agrado e gargalhadas à sugestão.

– Todos a favor da AD? – perguntou Hermione com um ar autoritário, ajoelhando-se na almofada para contar. – Há uma maioria a favor... moção aprovada! Ela prendeu o pergaminho com as assinaturas de todos na parede e escreveu em cima, em letras garrafais: ARMADA DE DUMBLEDORE (Rowling, 2015, pp. 321-322).

O governo teme que alunos, liderados por Dumbledore, invadam o Ministério da Magia. Nas aulas ministradas por Harry, a evolução dos alunos é potencializada. Bakhtin (2010) reitera que o sujeito e a forma pela qual compreende e responde a um enunciado acarreta uma nova resposta (novos Decretos são instaurados à medida em que Umbridge percebe que a resistência ao Ministério cresce). Esses Decretos, como signos ideológicos (Volóchinov, 2017), são construídos a partir de vozes distintas. Professores são perseguidos, considerados influenciadores dos alunos e passam a ser ameaçados também:

POR ORDEM DA ALTA INQUISIDORA DE HOGWARTS

Doravante, os professores estão proibidos de passar informações aos estudantes que não estejam estritamente relacionadas com as disciplinas que são pagos para ensinar.

A ordem acima está de acordo com o Decreto Educacional Número Vinte e Seis

Assinado:

Dolores Joana Umbridge,

Alta Inquisidora.

Este último decreto fora tema de um grande número de piadas entre os alunos. Lino Jordan havia lembrado a Umbridge que, pelos termos da nova lei, ela não podia ralhar com Fred e Jorge por brincarem com Snap Explosivo no fundo da sala.

– Snap Explosivo não tem relação alguma com Defesa Contra as Artes das Trevas, professora! Não é uma informação pertinente à sua disciplina! (Rowling, 2015, pp. 449-450).

Quanto mais autoritária Dolores se apresenta, mais ridicularizada ela é pelos alunos, que a desafiam, pondo à mostra sua falta de autoridade. As “brincadeiras” feitas pelos alunos expressam o desprezo que possuem por Umbridge, assim como denotam o humor e a indisciplina como formas de resistência carnavalizada (Bakhtin, 1987).

As vozes se manifestam na interação de Dolores com seus outros em uma relação eu-para-mim, eu-para-outro e outro-para-mim (Bakhtin, 2010). A Brigada Inquisitorial, nesse momento, possui o mesmo poder que os professores e assume o mesmo *modus operandi* discursivo ditatorial da Inquisidora de Hogwarts.

Há uma relação responsiva entre os dois movimentos que toma forma a partir de um centro de valor (o Ministério da Magia) e as vozes sociais eclodem no jogo eu-outro. Na interação, há, no mínimo, dois sujeitos que refletem e refratam o que pensam.

Em razão do regime totalitário do Ministério da Magia, movimentos favoráveis e desfavoráveis a esse centro de valor respondem eticamente a ele, em ato de reflexo e refração responsável. Os contrários a esse centro de valor (a Armada de Dumbledore) são punidos. Quanto maior a censura na gestão de Dolores, maior a articulação de resistência dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta uma reflexão sobre dois movimentos expressivos no quinto volume da Saga *HP*: a Armada de Dumbledore e a Brigada Inquisitorial. Do ponto de vista bakhtiniano, a obra se ancora na vida, pois reflete e refrata a sociedade no plano da arte (Volóchinov, 1976; Bubnova, 2016; Machado, 2017). Dentre as temáticas recorrentes, a manifestação de um regime autoritário é marcante. O Ministério da Magia envia Umbridge para Hogwarts. Ela atua como professora, Alta Inquisidora e Diretora da escola. Sua gestão é marcada por práticas totalitárias que cerceiam a liberdade por meio de Decretos Educacionais.

A Armada de Dumbledore, idealizada por Hermione, surge em resposta resistente dos alunos às práticas instauradas pelo Ministério na escola. Conforme Volóchinov (2017), o horizonte cultural que permeia a interação é refletido e refratado de forma axiológica. Os atos de linguagem reverberam ideologias que sustentam o discurso de Hermione e Umbridge. Essa unidade mobiliza as forças centrípetas e centrífugas entre sujeitos e vozes.

As questões sobre autoritarismo e resistência existentes em *HP* dialogam com culturas e tempos diversos, pois integram, nos atos do pequeno tempo, valores historicamente existentes no grande tempo (Bakhtin, 2018), como é o caso de ditaduras e outros regimes totalitários (como o fascismo, o nazismo, o maoísmo, o stalinismo, o imperialismo, entre outros), como estudam Paula e Lopes (2020).

No que se refere aos Decretos Educacionais e à intervenção Ministerial em Hogwarts, um paralelo possível remete ao projeto “Escola sem Partido”¹⁶. Essa interação aparece, na saga, por exemplo, pela comparação entre a educação “trouxa” (os não nascidos bruxos), com foco conteudista e a educação “bruxa”, marcada pela formação integral. A perspectiva de Umbridge é a de um sistema educacional falido, fundado no controle dos conteúdos e dos atos dos sujeitos envolvidos no processo (professores e alunos).

No que concerne à resistência, podemos relacionar a saga ao movimento secundarista brasileiro, que, em 2016, ocupou as escolas contra a MP (Medida Provisória) 746 que tentou retirar do currículo matérias como Artes, Sociologia e Filosofia, como forma de desvalorização das Humanidades, responsáveis, de acordo com a proposta do governo, pela reflexão crítica que “de nada serve” e, em seu lugar, inserir no currículo das escolas, matérias técnicas com vistas à profissionalização e à formação de mão de obra. Contra essa Medida, os estudantes secundaristas ocuparam escolas do país todo, protestando contra o projeto de lei, reivindicando a permanência das disciplinas de Humanas citadas. De forma análoga, ainda que configurada esteticamente, na saga fictícia, Hermione funda a Armada Dumbledore, com o objetivo de

16. “Uma educação apartidária, sem doutrinação e livre de ideologias”. Esses são os princípios defendidos no projeto *Escola sem Partido* (EsP), que ganhou força em 2015 e visibilidade nas campanhas eleitorais de 2018 e no início do mandato de Bolsonaro. O que está em jogo é o modelo de educação escolar em vigência no Brasil. Com o alibi de garantir a “imparcialidade ideológica” na educação pública, o projeto propõe a criação de uma lei que fere a liberdade de cátedra dos professores e doutrina os alunos com uma visão específica (e não mais plural, como preconizam os documentos oficiais que norteiam a educação do país), ao tolher as demais. Com foco no que chama de “neutralidade” e “tecnicismo”, o projeto se foca no conteudismo sem reflexão, na concepção de língua apartada da sociedade, como estrutura sistêmica e até mesmo no ensino religioso como pilar para as matérias obrigatórias, como afirma Miguel Nagib, um dos idealizadores do projeto, como crítica a teorias científicas contrárias a determinadas visões (como o darwinismo, que, aos olhos dos autores do projeto – dentre eles, Nagib -, com sua teoria evolucionista, segundo os autores, criacionistas,

“contraria as leis de Deus”). De acordo com diversos estudos da educação, do discurso e da sociologia, pautado em denunciamento, o EsP tolhe a liberdade de expressão e limita a educação (condenando o que Paulo Freire denominou como opressão). Para conhecer o projeto na íntegra, acessar: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 15 out 2021.

aprender a se defender contra as Artes das Trevas e Voldemort, num movimento espontâneo de parte dos alunos, cada vez mais perseguidos, tanto quanto os professores, torturados por discordâncias e posturas, consideradas “subversivas”.

Esta reflexão demonstrou que, ao mesmo tempo em que há forças que tendem a homogeneizar um ponto de vista (no caso, o do Ministério, ancorado na figura de Umbridge), também há forças centrífugas que lutam contra tal homogeneização (como a Armada de Dumbledore, organizada por Hermione e liderada por Harry). Na tensão entre as forças, vozes sociais são expressas pelos grupos que refletem e refratam juízos de valor acerca da intervenção do Ministério na condução da escola. Os movimentos (Armada de Dumbledore e Brigada Inquisitorial) em embate em “A Ordem da Fênix” respondem à gestão de Umbridge e, indiretamente, a Voldemort. O embate entre as vozes que revelam um dos motes do enredo é expresso por atos de linguagem distintos: a imposição da força de um dos Grupos (Dolores, Brigada, Ministério, Voldemort) em oposição ao conhecimento questionador, autônomo e crítico do outro (Hermione, Armada, Hogwarts e Harry).

Em outras palavras, *HP* explicita a violência ditatorial governamental instituída como poder superestrutural hegemônico como o discurso das “trevas” em oposição ao debate crítico argumentativo democrático como discurso resistente e os atos de desobediência cívico-educacional são aclamados como heroicos, dada a autonomia da organização voluntária popular, representada pelos alunos, na infraestrutura escolar, de maneira ética e estética. O acabamento ficcional fantástico literário reflete e refrata valores ancorados no solo social das culturas, de maneira responsiva e responsável. Pensar sobre isso nos leva a refletir sobre o papel da arte e, por meio dela, sobre a história, a cultura e os jogos políticos existentes e essa foi e é a relevância da análise aqui apresentada por nós.

REFERÊNCIAS

- Bakhtin, M. (1987). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec.
- _____(2008). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____(2010). *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João.
- _____(2016). *Os gêneros do discurso*. Rio de Janeiro: 34.
- _____(2017). *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Rio de Janeiro: 34.
- _____(2018). *Teoria do Romance II – As formas do tempo e do cronotopo*. Rio de Janeiro: 34.
- Barissa, A. B. M. (2019). *Por e para fã: uma análise dialógica de Severo Snape em uma produção transmidiática* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Araraquara (Mimeo).
- Bubnova, T. (2016). *Do corpo à palavra – Leituras bakhtinianas*. São Carlos: Pedro & João.
- Calefato, P.; Ponzio, A; & Petrilli, S. (2007). *Fundamentos de Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Vozes.
- Canclini, N. G. (2013). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo.
- Escola sem partido. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 25 ago 2021.
- Freitas, M. T. de.; Jobim e Souza, S.; & Kramer, S. (Orgs.). (2003). *Ciências Humanas e Pesquisa – Leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez.
- Geraldi, J. W. (2010). *Sobre a questão do sujeito*. In: Paula, L. de; Stafuzza, G. B. (Orgs.). *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Campinas: Mercado de Letras. Série Bakhtin - Inclassificável. Volume 1.
- _____(2012). *Heterocientificidade nos estudos linguísticos*. In Gege (Org.). *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João, pp. 19-39.
- Han, B-C. (2019). *Hiperculturalidade: Cultura e Globalização*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Jakubinskij, L. P. (2015). *Sobre a fala dialogal*. São Paulo: Parábola.
- Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.
- Machado, I. D. A. (2019). *Experiências estético-dialógicas em arte-ativismo*. ARS, 17(37), pp. 45-74.

Medviédev, P. (2012). *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto.

Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 25 ago 2021.

Oliveira, N. R. de. (2020). *A febre amarela «minions»: uma análise bakhtiniana* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Araraquara. (Mimeo).

Paula, L. de; Barissa, A. B. M.; Oliveira, N. R. de. (2019). Produções e produtos culturais na sala-de-aula: uma análise crítico-dialógica do fandom de Harry Potter e da franquia Meu Malvado Favorito. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 14 (esp.4), pp. 2071–2087. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12935>.

Paula, L. de; Figueiredo, M. H. de; Paula, S. L. de. (2011). *O marxismo no/do Círculo de Bakhtin*. In: Stafuzza, G. B. (Org). *Slovo*. Curitiba: Appris.

Paula, L. de; Gonçalves, J. de C. (2020). *Gêneros Discursivos na escola: acontecimento emancipatório de leitura. Educação e Linguagens, Campo Mourão* (PR), v. 9, n. 16, pp. 17-52. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/2126/1301>.

Paula, L. de; Lopes, A. C. S. (2020). *A eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. Linguagem*. São Carlos (SP), v. 35, n. 1, pp. 35-76. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/769>.

Paula, L. de; Moura, G. C. de. (2021). Voldemort e Bolsonaro: diálogo entre arte, mídia e política. *Revista do GEL*. São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 169-203. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/2966>.

Paula, L. de; Oliveira, F. A. A. de. (2019). O signo resistência nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil. *Entreletras*, v. 10, n. 2, pp. 350 - 371. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/6999>.

Paula, L. de; Siani, A. C. (2019). Gênero raça e classe em Harry Potter. A constituição dialógica de Hermione Granger e Belatriz Lestrange. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n 1, pp. 47-74.

_____(2020a). O sangue puro em Harry Potter e seus ecos dialógicos eugênicos. *Calidoscópio*, São Leopoldo (RS), v. 18, n. 3, pp. 590-615. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2020.183.06>.

_____(2020b). Uma análise bakhtiniana da necropolítica brasileira em tempos de pandemia. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, pp. 475-503, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1595>.

Paula, L. de; Siani, A. C. (2021). Filme e Romance: Harry Potter e o Cálice de Fogo. In: Remenche, M. de L. R.; Dionísio, M. de L. *Ler e escrever na cibercultura: concepções e práticas*. Campinas (SP): Pontes, pp. 207-244.

Paula, L. de; Silva, T. N. (2019). Nerve à flor da linguagem - arte e vida em jogo dialógico. *Diálogo das Letras, Pau dos Ferros (RN)*, v. 8, n. 2, pp. 38-57. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/view/4016>.

Ponzio, A. (2010). *Procurando uma palavra outra*. São Carlos: Pedro & João.

_____(2016). *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto.

Ribeiro, A. P. G.; Sacramento, I. (Orgs.). 2010. *Mikhail Bakhtin: Linguagem, Cultura e Mídia*. São Carlos: Pedro & João.

Rowling, J. K. (2015). *Harry Potter e a Ordem da Fênix*. Rio de Janeiro: Rocco.

Saffioti, G (1997). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

Stam, R. (1992). *Bakhtin – Da Teoria Literária à Cultura de Massa*. São Paulo: Ática.

Volóchinov, V. (2013). *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João.

_____(2017). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: 34.

_____(2019). *Palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Rio de Janeiro: 34.

Quatro décadas da revista *Claudia*: Uma cartografia dos imaginários sociodiscursivos do feminino na publicação midiática brasileira

Four decades of *Claudia* magazine: A cartography of sociodiscursive imaginaries about the feminine in Brazilian media publications

RIBEIRO, PATRÍCIA
patricianeves@id.uff.br

REZENDE, RAQUEL
raq.rezende@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:
Semiolinguística;
Imaginário sociodiscursivo;
Revista feminina.

KEY-WORDS:
Semiolinguistics;
Socio-discursive
imaginaries;
Women magazine.

Universidade Federal Fluminense

Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Em vista do cenário de novas demandas da mulher na contemporaneidade, este trabalho debruça-se sobre o tema específico da representação sobre o feminino cartografado em publicações midiáticas brasileiras. De modo singular, esta pesquisa assume, como objetivo principal, investigar, em perspectiva diacrônica, os imaginários sociodiscursivos do feminino evocados em capas da revista *Claudia* ao longo de quatro décadas. Para tal, o estudo fundamenta-se no arcabouço teórico-metodológico da Análise Semiolinguística do Discurso, com apoio nos conceitos de imaginários sociodiscursivos e de sujeitos em dimensão midiática, e da Linguística Textual, recorrendo à noção de *frame*. De modo mais detalhado, são examinadas capas da revista *Claudia* segundo operações linguístico-discursivas, da ordem da identificação e qualificação, selecionadas para figurarem em cinco edições da publicação, compreendidas entre os anos de 1982 e 2021. Pela análise empreendida, constata-se estar havendo, nas duas últimas décadas, uma alteração acerca do imaginário sociodiscursivo do feminino, correspondente, agora, ao da mulher que se afirma como protagonista dos debates sociais e políticos para além do que pode ser estabelecido em outros campos de sua atuação cotidiana, vinculados ao doméstico e à estética.

ABSTRACT: Considering the scenario of the new demands women are faced with in contemporary society, this work focuses on the topic of the feminine representation mapped in Brazilian media publications. This paper aims, as its main objective, to investigate, from a diachronic perspective, socio-discursive imaginaries of the feminine elicited from *Claudia* magazine covers in the course of four decades. To this end, this research is primarily based on the framework of the Semiolinguistic Discourse Analysis Theory, concerning the concepts of sociodiscursive imaginaries and the language subjects in dimensions of media, and the Textual Linguistics, with an inclination

to the concept of *frame*. An examination of five *Claudia* magazine covers published between 1982 and 2021 is carried out with the aid of linguistic-discursive concepts considering the operations of identification and qualification. From the analysis proposed, it is possible to conclude that, in the last two decades, there has been a mindset change related to the sociodiscursive imaginaries of feminine, matching the idea of women who seek out to be the protagonist of social and political debates, beyond those that can be set in other fields of her everyday activity, otherwise associated with housework and aesthetic imagery.

CENÁRIOS DO FEMININO: PALAVRAS INICIAIS

É inegável o atual cenário de busca por uma contínua – e mais efetiva – ascensão social feminina. As mulheres continuam lutando, dia a dia, por mais visibilidade em espaços que até há pouco tempo eram restritos à figura masculina, como no cotidiano político e no campo esportivo.

Pode-se ressaltar, por exemplo, o destaque que a mídia tem dado às exitosas ações de combate ao coronavírus em países chefiados por mulheres, como tem ocorrido na Nova Zelândia e na Alemanha. Sob o comando de suas respectivas líderes, Jacinda Ardern e Angela Merkel, os dois países vêm sendo noticiados a respeito de dados eficientes referentes à administração nacional das duas chefes de Estado frente à crise pandêmica.

Já no âmbito do esporte, parece representativo que se possa constatar o crescente interesse pelas competições femininas no Brasil, país em que o futebol é modalidade bastante popular e dominada por homens. Nessa direção, ressalta-se o fato de que a Rede Globo de televisão tenha transmitido, pela primeira vez em 2019, os jogos da seleção brasileira feminina em cadeia nacional.

Tais acontecimentos são expressivos no que diz respeito à constatação do avanço da inserção feminina em papéis sociais mais diversos. Porém, é necessário que os ainda persistentes entraves sociais que as mulheres enfrentam nas rotinas diárias não sejam ignorados, sendo então fundamental a manutenção da interposição da luta feminina pela conquista de maiores oportunidades de autonomia social.

Diante desse cenário, a condição feminina tem se apresentado como um tema relevante, sendo conteúdo de discussões que acontecem em espaços distintos, como instituições de ensino e nas diferentes plataformas midiáticas.

Como se sabe, a mídia impressa e digital abriga instâncias variadas, como, por exemplo, jornais e revistas, sendo tais materiais seccionados em nichos diversos, que se diferenciam de acordo com o público que se deseja interessar e emocionar. Nesse contexto, encaixa-se um segmento midiático bastante popular no mercado editorial, as revistas femininas, que, por sua vez, ramificam-se em variados títulos a disputar destinatários particulares de acordo com especificidades sociais, como faixa etária e poder aquisitivo. Conforme afirma Luca (2018, p. 447), “as frequentadoras das bancas, revistarias e livrarias dispõem de um cardápio variadíssimo, cada vez mais segmentado por idade, grau de escolaridade, renda, perfil profissional e interesses específicos”.

Uma vez que, além de seu papel informativo, a mídia também apresenta um fundamental poder de influência social, não surpreende que as revistas femininas atuais, especialmente as brasileiras – alvo deste estudo –, sejam diferentes das edições de décadas passadas, o que responde, de modo global, a um fato inerente às sociedades: mudanças sociais acarretam também mudanças midiáticas.

Frente a esse cenário, o presente artigo pretende, então, identificar imagens do feminino que têm circulado nos últimos anos nas capas de revistas femininas brasileiras. Mais especificamente, este estudo, que considera o poder de influência social exercido pela mídia de amplo alcance, “mais penetrante a se julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores” (Van Dijk, 2017, p. 73), elege, para um exame mais singular, cinco capas de *Claudia*, revista de grande veiculação no Brasil em sua trajetória de 59 anos de existência, voltada para o público-alvo feminino. Ao identificar como as representações sobre as mulheres se têm alterado em tais capas, compreendidas entre os anos de 1982 e 2021, a pesquisa almeja apontar como essas alterações resultam, conseqüentemente, de uma transformação da própria condição social do feminino no país.

A identificação em questão será cartografada por movimentos de análise baseados prioritariamente nos preceitos da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, fundada por Patrick Charaudeau na década 80, utilizando-se, especialmente, do conceito de imaginário sociodiscursivo, que, de acordo com o teórico (2015, p. 207), são as compreensões “que dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais”.

Também este conceito será, neste trabalho, posto em diálogo com dois outros: o primeiro relacionado ao quadro dos sujeitos em dimensão midiática e explorado no âmbito da própria Semiolinguística e o segundo correspondente à noção de *frame*, conceito proposto inicialmente pelo cientista Marvin Minsky (1974) no contexto de pesquisas acerca do cognitivismo, acolhido posteriormente por pesquisadores da Linguística Textual.

A fim de proceder ao estudo proposto, o artigo dispõe da seguinte organização. Além desta introdução e das considerações finais, há mais cinco partes a integrarem-no: na primeira, há apontamentos sobre o conceito teórico de imaginário sociodiscursivo, com respaldo, sobretudo, em Charaudeau (2017); na segunda, há uma exposição fundamentada também nas ideias de Charaudeau (2016) a respeito do quadro dos sujeitos no âmbito da comunicação midiática; na terceira, faz-se uma breve apresentação do perfil da revista sob análise no escopo das publicações femininas brasileiras; na quarta, descreve-se o aparato metodológico de que se serve o exame do *corpus*, evocando, inclusive, o conceito de *frame*; e, na quinta, apresenta-se uma análise das cinco capas de *Claudia*, em perspectiva diacrônica, para uma descrição dos imaginários sociodiscursivos do feminino evocados ao longo de quatro décadas e correspondentes aos perfis identitários das leitoras da revista.

1. IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS: CIRCULANDO EM CAPAS DE REVISTAS FEMININAS

Imaginários sociodiscursivos são, segundo Charaudeau (2017, p. 579), a “sedimentação de discursos narrativos e argumentativos, propondo uma descrição e uma explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos” e podem, então, ser definidos como o resultado de uma compreensão coletiva sobre algo que compõe a realidade do mundo. Para dar maior clareza ao conceito, o autor (2017) propõe diferenciá-lo da noção de estereótipo.

Assim, ao esclarecer a diferença entre estereótipos e imaginários, o teórico afirma que o conceito de estereótipo é mais comprometido com a dicotomia verdade *versus* mentira. Isso se explica pelo fato de, sendo generalizante, a estereotipagem carregar o inconveniente de não ser completamente verdadeira por desconsiderar as exceções sob uma solidez intransponível.

Já o imaginário, segundo as palavras do autor, “não é nem verdadeiro nem falso. Ele é uma proposição de visão do mundo que se baseia nos saberes que constroem os sistemas de pensamento” (Charaudeau, 2017, p. 587). É um conceito que tem origem na Psicologia Social, e, mais especificamente, advém da noção de “representações coletivas”, cunhada por Émile Durkheim (1912). Mais tarde, Serge Moscovici (1978) amplia tal noção, rebatizando-a de “representações sociais”, uma vez que, segundo o teórico, o social é mais abrangente do que o coletivo.

Charaudeau (2015), com base em tais ideias, funda então o conceito de imaginários sociodiscursivos. Deve-se ressaltar que, segundo o próprio autor, o termo “imaginário” é, neste caso, utilizado em sua acepção de substantivo, o que significa que não se deve entendê-lo como um sinônimo de fantasia, significado evocado pelo uso do termo como adjetivo. E são sociodiscursivos por serem compartilhados socialmente e propagados pelo discurso.

Ainda sobre os imaginários sociodiscursivos, Charaudeau salienta que:

Alguns imaginários circulam nas sociedades de maneira não consciente, sendo encontrados nos julgamentos implícitos veiculados pelos enunciados, pelas maneiras de falar, pelos rituais sociolinguageiros, pelos julgamentos de ordem ética, estética etc., que estão de tal modo assimilados pelos membros do grupo social que funcionam de maneira natural, como uma evidência partilhada por todos. (Charaudeau, 2015, p. 205)

Assim sendo, podem-se compreender produtos midiáticos, no âmbito dos rituais sociolinguageiros, como um espaço privilegiado de circulação de imaginários sociodiscursivos, a veicular e a perpetuar julgamentos – como discursos de inteligibilidade do mundo – que remetem para sistemas de valores caracterizadores dos grupos sociais.

No caso das revistas femininas, *corpus* sobre o qual se debruça este trabalho, assim como outros produtos da mídia impressa e suas versões digitais, trata-se de um elemento comercializado, exposto e vendido em bancas de jornal ou plataformas digitais. Assim, torna-se necessário que se aponte a necessidade de que suas capas, por serem responsáveis pelo primeiro contato do potencial leitor com a publicação, funcionem como um atrativo de seu destinatário:

Uma boa revista precisa de uma capa que a ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. “Capa”, como diz o jornalista Thomaz Souto Corrêa, “é feita para vender revista”. Por isso, precisa ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor. (Scalzo, 2001, p. 62)

Uma vez que as capas são responsáveis pelo primeiro contato do público com a obra, o potencial atrativo das revistas se dá, justamente, por intermédio dos imaginários que circulam neste espaço, pois é a partir desta primeira interação que se torna possível criar expectativas quanto ao conteúdo das páginas. Assim sendo, como os imaginários sociodiscursivos, segundo Charaudeau (2015), circulam no espaço da interdiscursividade, oferecem testemunho dos julgamentos que, especialmente, os grupos sociais fazem de suas atividades (Charaudeau, 2015, p. 207) e, no campo do discurso midiático, são com frequência “instrumentalizados com fins de persuasão” (Charaudeau, 2015, p. 208), capas de revistas, inclusive as voltadas para o público feminino, utilizam-se de tais imaginários para seduzir seu público potencial.

Nesse sentido, a instância comunicativa de produção explora assuntos que compõem o imaginário corrente, relativo a algum macrotema, a fim de que tal conteúdo coincida com os interesses do público-alvo, os quais também são construídos social e discursivamente com base em imaginários, como se nota no exemplo a seguir, extraído do *corpus* da pesquisa:

Figura 1 – *Claudia*, 02/2014



Na capa em questão, publicada em fevereiro de 2014, nota-se a exploração de um imaginário acerca do feminino ligado às questões estéticas e sentimentais, temas de recorrência prevalente na publicação brasileira, que oferece destaque gráfico às seguintes chamadas: “86 bolsas e sapatos”, “Feliz cabelo novo”, “Amor 100%”, “Meia horinha basta (para perder peso)” e “Jeans dos pés à cabeça”.

Assim sendo, compreende-se que, na época da publicação da edição, esse era o imaginário de feminilidade corrente entre o público destinatário de *Claudia*, mulheres maduras de classe

média, muito similar, como será mostrado posteriormente, às abordagens realizadas pela revista nas décadas de 80 e 90.

Dotada de intenções mercadológicas, no quadro do contrato da comunicação midiática, a revista preocupa-se em explorar em suas capas conteúdo de interesse de suas leitoras, em consonância com seu papel de estimuladora do desejo de consumo das informações. Parece válido salientar que, caso a instância de produção não busque a conciliação entre seus interesses e os da instância receptora, a comunicação entre a revista e seu público-alvo não será bem-sucedida – como ocorre, aliás, com as mídias em geral – o que acarretará rejeição popular da publicação.

Há de se considerar, porém, que imaginários não são estáticos e se modificam ao sabor do tempo, de acordo com novos saberes que vão sendo adquiridos pelos grupos sociais, mesmo que paulatinamente.

Desse modo, neste artigo, visando-se analisar diferentes capas da revista brasileira *Claudia*, objetiva-se apontar qual imaginário corrente acerca da feminilidade tem circulado, no país, de modo prevalente. De forma particular, assume-se, neste trabalho, o intuito de se examinar cinco capas de *Claudia* produzidas entre as décadas de 80, do século XX, e de 20, do século XXI.

A seleção do *corpus* justifica-se pelo fato de que a análise de exemplares publicados em quatro décadas distintas, em ordem cronológica, de uma revista de longo alcance e publicada por uma editora prestigiada no mercado editorial brasileiro, permite a observação da atualização dos temas abordados em *Claudia* ao longo dos últimos quarenta anos, o que reflete, consequentemente, a renovação dos interesses da leitora da revista no decorrer do período em apreço.

Para que tal objetivo seja alcançado, sabendo-se que os imaginários explorados pela mídia devem coincidir com os interesses de seu público-alvo a fim de que a comunicação entre revista e consumidor seja realizada de maneira satisfatória, é importante que tais sujeitos, envolvidos no ato de linguagem em questão, sejam também elucidados.

2. SUJEITOS DA LINGUAGEM: TRAÇANDO IDENTIDADES DO FEMININO

Uma vez que o presente trabalho se refere a uma expressão midiática de longo alcance que será analisada com base nos conceitos da Teoria Semiolingüística, torna-se necessário esclarecer a noção de sujeitos da linguagem cunhados por Patrick Charaudeau (2007).

Na esteira das discussões contemporâneas dos estudos do discurso, a Teoria Semiolingüística defende que a compreensão dos sujeitos deve ser expandida. Segundo Charaudeau, o ato de linguagem “não é apenas o resultado de uma única intenção do emissor e não é o resultado de um duplo processo simétrico entre Emissor e Receptor” (Charaudeau, 2016, p. 52).

Assim, o autor amplia tal quadro, desdobrando as tradicionais figuras dos sujeitos em quatro: Sujeito Comunicante (EUc), Sujeito Enunciador (EUe), Sujeito Destinatário (TUd) e Sujeito Interpretante (TUi).

Figura 2 – Sujeitos da linguagem.
Charaudeau (2016, p. 77)



No esquema proposto por Charaudeau, o ato de linguagem ocorre a partir de um sujeito social capaz de planejar seu discurso (EUc) de modo a afetar um interlocutor específico que deseja alcançar, o destinatário ideal (TUd). Assim, a enunciação é assumida por um sujeito discursivo projetado (EUe) para que o sucesso da performance comunicativa seja garantido, aumentando assim a possibilidade de adesão do interlocutor.

No que diz respeito às instâncias de recepção, entende-se a figura de TUd como a do interlocutor discursivo idealizado por EUc, aquele que se deseja atingir por intermédio das estratégias discursivas utilizadas por EUe e idealizadas pelo EUc. O TUi, por sua vez, é o interlocutor genérico social que pode ter contato eventual com a enunciação proferida, mas que, diferentemente de TUd, não coincide, necessariamente, com o destinatário projetado.

Dessa maneira, a fim de constatar o perfil idealizado da leitora de *Claudia*, o TUd projetado pela editora, este artigo tem como objetivo geral observar, a partir dos conceitos oriundos dos estudos da Teoria Semiolinguística, como mulheres têm sido nomeadas e qualificadas nas capas de edições da publicação em apreço ao longo das últimas quatro décadas, o que indica a atualização dos imaginários sociodiscursivos que circulam na revista e, conseqüentemente, também do perfil de seu público-alvo.

Para alcançar o objetivo geral proposto, o presente trabalho recorre aos objetivos específicos de descrever a formação de imaginários sociodiscursivos a partir da manifestação de elementos textuais e de apontar indicativos de um quadro corrente de ascensão social feminina no Brasil entre os anos de 1982 e 2021.

Assim, o caráter diacrônico da análise torna possível que se identifique a transição social da leitora da revista - a mulher brasileira de classe média - em consonância com o movimento de transformação do próprio imaginário sociodiscursivo de feminilidade evocado nas capas de *Claudia*.

3. CLAUDIA: UMA REVISTA FEMININA NO ESPAÇO MIDIÁTICO BRASILEIRO

A atividade de imprensa foi instituída no Brasil em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa. Assim sendo, publicações variadas, inclusive as voltadas para mulheres, começaram a circular no país ainda no século XIX. Como as mulheres tinham acesso muito restrito à educação, os primeiros periódicos voltados para o público feminino eram idealizados e produzidos por homens que publicavam para as poucas mulheres que podiam consumir tais materiais, como o *Espelho Diamantino* (1827).

Algumas décadas depois, tais publicações passam a ter maior protagonismo feminino de produção, sendo lançados títulos de maior notoriedade produzidos por mulheres, como, por exemplo, *O Jornal das Senhoras* (1852) e *A Revista Feminina* (1914), circunstância que abriu caminho para que o segmento se tornasse popular e chamasse a atenção de empresas interessadas em veicular seus anúncios em suas páginas.

Assim, nessas condições de grande interesse comercial e publicitário, surge, na conjuntura pós-guerra da segunda metade do século XX, o formato moderno das revistas femininas, agora produzidas de maneira mais meticulosa por grandes editoras. No contexto brasileiro, o segmento testemunhou o lançamento de vários desses títulos durante o período em questão¹, dentre eles, *Claudia*.

Fundada em 1961 pelo grupo Abril, *Claudia* é ainda hoje uma das revistas femininas de maior alcance no Brasil. Contando atualmente com versões impressa e digital e atingindo mais de um milhão² de seguidores em suas redes sociais, a revista é um dos principais títulos do atual portfólio da editora.

Desde a época de seu lançamento até aos dias atuais, é notável que a constante menção à maternidade, a tendência da não sensualização dos corpos que estampam as capas e a recorrência de referências e de anúncios de bens de consumo encontrados nas páginas da revista apontam para um perfil específico de leitora, a mulher brasileira já casada e de classe média.

1. Pode-se destacar, além de *Claudia*, *Capricho* (1952), *Vogue* (1975) e *Marie Claire* (1991).

2. Número de seguidores das páginas oficiais da marca no Instagram (@claudiaonline) e no Facebook (CLAUDIAOnline).

Seu público privilegiado sempre foi a mulher casada e mãe, que consagra(va) seu tempo, sobretudo, aos cuidados da família e com o poder de decidir ou, pelo menos, influir na escolha e no consumo de vasta gama de produtos – alimentos, produtos de higiene e beleza, roupas, remédios, móveis, utensílio e eletrodomésticos. (Luca, 2018, p. 454)

É importante também que se ressalte que *Claudia*, diferente de outros títulos concorrentes da época no Brasil, mostrava uma gama maior de temas abordados em suas edições, justamente porque seu público-alvo, a mulher brasileira de classe média, por ter mais acesso a informações diversas e bens de consumo culturais, interessava-se também por outros assuntos além dos triviais ao cotidiano feminino.

Além dos assuntos tradicionais, moda (às vezes com modelos brasileiros fotografados em outros países), beleza, culinária, decoração; a sofisticação da vida exige uma variedade maior de seções, que vão de consultas jurídicas a cuidados com o cachorro, passando por reportagens sobre assuntos de saúde, contos, orçamento doméstico e assim por diante. (Buitoni, 2009, p. 105)

Tal conduta quanto à diversidade temática da revista se mostra mais evidente em episódios como o ocorrido em 1963, ano seguinte ao seu lançamento, quando *Claudia* assume uma postura vanguardista ao promover um espaço de discussão acerca da liberdade e dos direitos femininos na coluna *A arte de ser mulher*, escrita pela psicanalista, escritora e jornalista brasileira Carmen da Silva.

Desde o início de sua circulação, a revista já mesclava conteúdos conservadores com temáticas progressistas, relacionadas à condição social das mulheres, assunto pouco debatido publicamente, no Brasil, até à década de 80. Todavia, apesar da atuação diferenciada da revista no que se refere às temáticas abordadas, é também bastante evidente a preponderância de assuntos tradicionais e previsíveis em suas capas, como moda e assuntos do lar em perspectiva mais conservadora.

4. BÚSSOLAS METODOLÓGICAS: ELEMENTOS TEXTUAIS, TEMAS, FRAMES E IMAGINÁRIOS

A metodologia utilizada no presente artigo baseia-se prioritariamente no aporte sustentado pela Análise Semiolinguística do Discurso (Charaudeau, 2005, 2007, 2015, 2016, 2018). Com o objetivo de identificar os imaginários sociodiscursivos que têm circulado nas capas de *Claudia*, em perspectiva diacrônica, e a consequente denotação de um novo perfil de seu público-alvo, o trabalho de análise consiste na comparação entre capas da revista publicadas ao longo das últimas quatro décadas (1982-2021).

Para a realização da pesquisa proposta, o trabalho de análise resgata também um conceito notório nos estudos da Linguística Textual, o de *frame*, termo oriundo da língua inglesa e que em tradução direta para o português significa “moldura”.

Cunhado pelo cientista Marvin Minsky (1974), o conceito de *frames* diz respeito às organizações cognitivas segmentadas, que, quando ativadas, resgatam situações estereotipadas. O modelo foi então adotado por pesquisadores da linguagem, especialmente os filiados às correntes relacionadas às abordagens cognitivas e da Linguística Textual, como Dell’Isola (2001) e Koch (1990).

Na estruturação textual, *frames* funcionam, grosso modo, como “responsáveis por certas recuperações automáticas de lacunas no texto.” (Dell’Isola, 2001, p. 48), sendo, então, fundamentais no que diz respeito aos processos de inferência que se fazem necessários para a efetivação da compreensão dialógica.

Em acréscimo, outros teóricos da área reforçam a ideia de que *frames* podem ser compreendidos como elementos textuais que emolduram determinado termo, contribuindo assim para a ampliação de sua significação.

Os *frames* – conjuntos de conhecimentos armazenados na memória sob um certo “rótulo”, sem que haja qualquer ordenação entre eles; ex.: Carnaval (confete, serpentina, escola de samba etc.). Natal, viagem de turismo (Koch e Travaglia, 2018, p. 72)

Com base nos preceitos da Linguística Textual, pode-se, então, considerar que a constituição de *frames* funciona como um estímulo cognitivo que conduz os usuários à construção de compreensões coletivas, sendo que, segundo a Teoria Semiolinguística, é justamente a partir dessas representações compartilhadas que se formam os imaginários sociodiscursivos. Ainda sobre o conceito de *frame*, Fávero (2001) traz definição condizente à de Koch e Travaglia (2018) e, ao se referir à ideia de “conhecimento comum” em sua elucidação, aproxima-o também da concepção de imaginários sociodiscursivos fundada por Charaudeau (2015).

Os *frames* são modelos globais que contêm o conhecimento comum sobre um conceito primário (geralmente situações estereotipadas), como Natal, Carnaval... Os *frames* estabelecem que elementos, em princípio, fazem parte de um todo, mas não estabelecem entre eles uma ordem ou sequência (lógica ou temporal). (Fávero, 2001, p. 4)

Por conseguinte, é possível afirmar que a formação de imaginários se dê pelo estabelecimento dos *frames* que emolduram uma noção. Os *frames*, por sua vez, são constituídos por temas, que se constroem a partir de elementos textuais, trazendo assim uma compreensão coletiva mais ampliada sobre os objetos que compõem o mundo. A orientação dos elementos textuais a imaginários sociodiscursivos se mostra sintetizada no esquema a seguir, que indica condução cognitiva da formação de imaginários, sem menção à ordem temporal de constituição dos conceitos abordados.



Figura 3 – Proposta de organização dos conceitos relativamente às categorias abordadas

Um exemplo que pode esclarecer o esquema proposto é o de um possível imaginário oriundo de comunidades estrangeiras sobre o Brasil. Por ser um país famoso em razão de suas festas populares, é plausível que o Brasil seja emoldurado, de forma estereotipada muitas vezes, por um *frame* composto pelo seguinte tema: carnaval. O tema, no que lhe diz respeito, é constituído por diferentes elementos textuais, como os substantivos “festa” e “desfile” e o verbo “dançar”, a ancorar o tema carnavalesco.

Como a abordagem de temas é condicionada a contextos comunicativos específicos, Charaudeau afirma que “toda situação de comunicação determina de antemão, em seu dispositivo, um campo temático, uma espécie de ‘macrotema’ que lhe é próprio e que impede que esta situação seja confundida com outra” (2015, p. 188).

No caso da pesquisa apresentada, a intenção é que sejam identificados os temas registrados nas capas de *Claudia* sobre o feminino em contextos temporais distintos, a fim de que imaginários sociodiscursivos sobre a mulher sejam identificados sob uma perspectiva diacrônica na cultura brasileira.

Assim sendo, a análise será delineada a partir dos elementos textuais que se destacam nas capas examinadas. Na sequência, a partir da possibilidade de identificação do conjunto de temas abordados no *corpus*, o *frame*, ou seja, a moldura do macrotema “mulher”, assunto principal a ser tratado em capas de revistas femininas, denunciará os imaginários que têm sido evocados nas capas de *Claudia* diacronicamente.

É importante ressaltar que, por apresentarem maior poder de sustentação temática, sobretudo considerando-se o gênero discursivo focalizado neste estudo, os substantivos e os adjetivos, por nomearem e qualificarem, serão priorizados nas análises apresentadas. Ademais, visto que capas de revistas são composições verbo-visuais, além dos componentes verbais, as imagens também serão consideradas para fins de exame do *corpus*, visando-se à obtenção de resultados

consistentes no que diz respeito à identificação dos imaginários que circulam nas capas de *Claudia*.

Assim, tornar-se-á possível identificar como mulheres vêm sendo denominadas e caracterizadas, no Brasil, ao longo das décadas aqui focalizadas.

5. CLAUDIA EM CENA: CARTOGRAFANDO IMAGINÁRIOS DA FEMINILIDADE BRASILEIRA

Na continuidade do trabalho, serão apresentadas as análises das cinco capas de *Claudia* selecionadas entre 1982 e 2021, com o propósito de descrever os imaginários sociodiscursivos do feminino evocados, em contexto brasileiro, no decorrer de quatro décadas

Como já comentado anteriormente, pelo fato de os imaginários sociodiscursivos não circularem em produtos midiáticos por obra do acaso, uma vez que são planejados para coincidirem com os interesses da instância-alvo (TUd) construída pela instância midiática, ao identificá-los, pode-se reconhecer também o perfil da leitora de *Claudia*, a mulher brasileira de classe média, que, mesmo em posição de exterioridade, é, em parte, influenciada pela instância-alvo (Charaudeau, 2018, p. 82).

5.1. MARÇO DE 1982

O trabalho de análise inicia-se com a observação de uma capa publicada ainda na década de 80, mais especificamente em março de 1982. Nota-se que a modelo é fotografada colocando-se o foco sobre seu rosto, evitando assim a sensualização direta de seu corpo, sem a exploração de partes corporais mais íntimas. Essa angulação em dimensão visual atesta uma marca da revista que, por ser dedicada a mulheres mais maduras e casadas, não se atém a esse tipo de apelo.

Figura 4 - *Claudia*, 03/1982



Na capa em apreço, percebe-se também a referência ao início de 1982, visto que, no Brasil, costuma-se dizer que o ano só se inicia, na prática, em março, mês seguinte ao carnaval, quando as atividades são retomadas sem interrupções de feriados longos até as festas de fim de ano. É então pertinente destacar que os compromissos que a revista aponta como os de responsabilidade de sua leitora, são, exclusivamente, relacionados aos domínios estético e doméstico. Isso pode ser observado no quadro seguinte, resumidor dos elementos textuais de maior relevância semântica que compõem os temas do texto na sequência do título principal:

Quadro 1 –Temas da capa de 03/1982

Estética	“check-up de beleza”; “novo corte de cabelos”; “novas maneiras de usar o xadrez”; “estilo”.
Vida doméstica	“cozinha”; “sabor dos temperos”; “receitas”; “limpeza”; “filho”.

Há, além da chamada principal, mais dois destaques, um que indica “os melhores achados para enfeitar sua casa”, evidenciando, novamente, o envolvimento feminino com as questões relacionadas ao lar e outro em referência a Ney Gonçalves Dias, jornalista brasileiro que, à época, ao lado de outros profissionais, comandava o programa TV Mulher, transmitido pela Rede Globo de televisão, no período de 1980 a 1986. Ney, referido como “sedutor” pela revista, chamava a atenção por ser o comentarista da atração, caracterizado como a figura que apresentava análises aprofundadas das informações trazidas por uma de suas parceiras no programa, a também jornalista Marília Gabriela.

Assim sendo, ao evidenciar uma abordagem temática relacionada à casa e à aparência, nota-se que a capa em apreço, publicada há quatro décadas, emoldura a figura da mulher pelos temas “vida doméstica” e “estética”, constitutivos dos *frames* identificados, pela análise, ao macrotema “mulher”. Assim sendo, o imaginário que se encontra é associado a uma compreensão da figura do feminino reduzida ao âmbito do lar, delineada como esteticamente pronta para agradar à sociedade (“check-up da beleza”) e pessoalmente preparada para servir à casa (“limpeza”) e à família (“filho”) em perspectiva mais conservadora.

É importante ressaltar que a imagem da modelo, que utiliza maquiagem aparente, joias, e um decote que deixa um dos ombros à mostra, condiz com o tema “estética”, de maior evidência na capa. Ademais, suas características físicas de mulher branca e magra contribuem para a compreensão de prescrição de uma aparência física padrão que deve ser buscada pela leitora idealizada.

5.2. FEVEREIRO DE 1992

Na década seguinte, em fevereiro de 1992, a capa de *Claudia* apresenta como chamada principal o texto “50 cortes de cabelo”. Há também espaço privilegiado para o debate sobre a vida familiar da leitora, visto que há referências a parto, convívio conjugal e educação dos filhos.

Figura 5 - *Claudia*, 02/1992



É importante que se destaque que os poucos elementos textuais que se referem ao tema da estética não indicam um abandono da revista no que diz respeito ao assunto, visto que o componente imagético – modelo magra, de pele branca, cabelos lisos e olhos claros – reforça o padrão de beleza até então estabelecido socialmente, que, a propósito, não coincide com as características físicas da maioria das mulheres brasileiras.

Ao mencionar o escritor Luís Fernando Veríssimo e destinos turísticos do Brasil, a publicação denota sua destinação ao público da classe média do país, que tem acesso à literatura e às atividades de turismo. No caso, por *Claudia* se tratar de uma revista feminina, conclui-se, então, que a matéria em apreço destina-se à mulher de classe média, com poder aquisitivo para acessar tais bens de consumo.

A capa também traz a oferta de orientações quanto ao comportamento ideal em entrevistas de trabalho, sendo importante, porém, considerar o tratamento ainda tímido oferecido à temática da vida profissional das mulheres em comparação aos outros assuntos tratados na publicação, como se observa no quadro que se segue:

Vida doméstica	“você e seu marido”; “parto em casa”; “agenda dos nossos filhos”
Estética	“50 cortes de cabelo”
Trabalho	“entrevista de trabalho”

Quadro 2 – Temas da capa de 02/1992

É importante ressaltar que a ascensão social feminina no mercado de trabalho é um caminho que continua a ser percorrido no Brasil dos dias atuais, país em que homens ainda recebem salários maiores e ocupam mais cargos³. Assim sendo, é relevante notar que uma capa publicada nos anos 90 explore o tema “trabalho” com muito menos relevância que “vida doméstica”, evidenciando a naturalização da dupla jornada do cotidiano das mulheres, que passam a ocupar o mercado de maneira mais efetiva sem que haja a possibilidade de afastamento do âmbito doméstico.

Assim, nota-se que os temas que instauram o *frame* para a compreensão de mulher, na capa destacada, são bastante semelhantes aos da edição anterior. Desse modo, a análise mostra que, assim como na edição de 1982, percebe-se que, na capa de 1992, o TUD da revista é projetado como uma mulher ainda protagonista do cotidiano doméstico, mesmo que ela já tenha acesso ao mercado de trabalho e aos bens de consumo típicos da classe média.

3. Dados do IBGE (março de 2021): 54,5% das mulheres brasileiras com mais de 15 anos ocupam o mercado de trabalho, enquanto o percentual masculino é de 73,7%. Nos cargos de chefia, as mulheres ganham 61,9% do rendimento dos homens. Fonte: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em 26 de julho de 2021.

5.3. DEZEMBRO DE 2005

Treze anos depois, no mês de dezembro de 2005, *Claudia* publica a capa que se vê a seguir, estampada pela atriz brasileira Grazi Massafera. Mais uma vez, uma mulher jovem, magra, branca, com cabelos lisos e olhos claros é escolhida como estrela da edição.

Grazi é fotografada sobre um fundo cor-de-rosa, em tom suave, que combina com sua roupa e batom, e adornada por um arranjo de flores brancas, o que lhe confere uma ideia de delicadeza.

Figura 6 - *Claudia*, 12/2005



Além da aparência da atriz, que novamente não corresponde aos padrões físicos da totalidade do povo brasileiro, a menção a “medidas extremas para melhorar o corpo” e as sugestões de “roupas brancas, acessórios poderosos, penteados e maquiagem” para serem utilizados na noite da virada do ano mostram o espaço de destaque que é destinado, nesta edição, ao tema da beleza. Tais pontos, assim como ocorre nas publicações anteriormente analisadas, indicam a alta relevância que os modelos estéticos ainda representam para *Claudia* e suas leitoras na primeira década do século XXI, ainda que possam ser atestadas pequenas mudanças, na vinculação, sobretudo, entre “medidas extremas para melhorar o corpo” e intervenções cirúrgicas advindas da importância crescente da ciência nesta área.

É importante ressaltar a persistência do padrão estético disposto nas capas até aqui analisadas, uma vez que, como se nota, a aparência das modelos escolhidas não reproduz o fenótipo brasileiro. Tal fato pode ser elucidado pelo conceito de “imitação prestigiosa”, cunhado pelo antropólogo Marcel Mauss (1974) e resgatado por Ramos (2015).

(...) é por meio da educação (familiar, escolar e midiática) e de acordo com as épocas, as sociedades, as conveniências, as modas e os prestígios que os indivíduos, com variações relativas ao gênero e à geração, imitam atos, e corpos, vistos como bem-sucedidos e que conquistaram autoridade sobre eles. (Ramos, 2015, p. 24)

A capa investigada traz também, novamente, referências ao cotidiano familiar das mulheres. Enquanto o título “Traição tem perdão” abre espaço de discussão acerca da tolerância feminina quanto à infidelidade conjugal, em “Filhos plugados, pais atordoados”, instaura-se um debate acerca de conflitos de gerações, que importunam as relações entre pais e filhos.

O tema da estreita relação entre a figura feminina e os afazeres típicos do domínio doméstico manifesta-se também no destaque dado, no canto direito superior da capa, ao anúncio de um suplemento relacionado à culinária: “Comida e bebida”, e ao título principal “É Natal!”, que oferece sugestões de receitas e decorações para as festas de fim de ano.

O quadro a seguir organiza os elementos textuais, presentes na edição em tela, em correspondência às temáticas mais frequentes:

Quadro 3 – Temas da capa de 12/2005

Estética	“medidas extremas para melhorar o corpo”; “roupas brancas”; “acessórios poderosos”; “penteados”; “maquiagem”
Vida doméstica	“Traição”, “filhos”, “mesas luxuosas”, “receitas”, “comida & bebida”

Assim, pode-se concluir que a capa publicada em 2005 não traz diferenças relevantes em comparação às edições analisadas anteriormente, publicadas nos anos de 1982 e 1992, sendo os temas estética e vida doméstica os de maior relevância na edição em apreço e que, mais uma vez, compõem um *frame* atinente à compreensão de feminino relacionado à beleza física e aos compromissos domésticos. Assim sendo, pode-se afirmar seguramente que os imaginários sociodiscursivos acerca do feminino que emergem em *Claudia* entre as décadas de 1980 e de 2000 se mostram estáveis, propagando assim uma compreensão de tendência mais conservadora acerca do papel social feminino.

5.4. ABRIL DE 2018

Já na década seguinte, no ano de 2017, a editora Abril passa por uma reformulação profunda, o que resulta no cancelamento da circulação de alguns títulos de seu portfólio de revistas. Devido a sua popularidade e longo alcance, *Claudia*, ao lado de outros títulos tradicionais no país, como *Veja* e *Superinteressante*, tem garantida a sua continuidade. Tal contexto traz novos ares para a revista, que tem parte de sua equipe renovada, sendo agora composta exclusivamente por mulheres. Sua postura editorial também muda oficial e publicamente.

Em agosto de 2017, em evento aberto à mídia, *Claudia* anuncia seu novo posicionamento editorial, prometendo oferecer maior visibilidade aos anseios sociais da mulher contemporânea, compreendida tanto como alvo (construído discursivamente), quanto como público, duas

faces da mesma instância de recepção. Outra novidade anunciada é a de que, acompanhando a atual preferência do público mais jovem por publicações digitais, a revista lança a hashtag #EuTenhoDireito, que passa a acompanhar suas edições a partir de então.

Logo, torna-se perceptível a intenção do corpo editorial de *Claudia* (EUc) de reformular o conteúdo publicado a fim de fazê-lo coincidir com os novos anseios de seu público-alvo (TUd), a mulher brasileira contemporânea de classe média que, já se aproximando da década de 2020, revela-se interessada por outras demandas que extrapolam o âmbito doméstico e familiar.

Dentro desse novo contexto, observa-se que a capa publicada em abril de 2018 já chama a atenção do leitor por conta da escolha da personalidade selecionada para estampá-la, a atriz brasileira Taís Araújo.



Figura 7 - *Claudia*, 04/2018

4. Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Acesso em 18 de abril de 2021

Em um país onde pouco mais de 56,2%⁴ da população se autodeclara preta ou parda, não deveria causar surpresa uma mulher com as características físicas de Taís protagonizar espaços na mídia. Porém, como se vê nas análises anteriores, antes da década de 2010, eram raras as oportunidades em que uma mulher negra aparecia nas capas de *Claudia*. É importante ressaltar que, além de oferecer maior espaço a mulheres negras, a revista também passa a mostrar em suas capas personalidades mais maduras, como a apresentadora Oprah Winfrey, em fevereiro de 2018, e a atriz Regina Casé, em novembro de 2017. Contudo, é relevante apontar a preferência pela escolha, mesmo depois da renovação editorial de agosto de 2017, de mulheres mais jovens com aparência física ainda obediente a padrões já estabelecidos.

O olhar direto da atriz, que aparece de braços cruzados (sinalizando poder) e sem sorrisos efusivos ou poses que remetam a um ideal de elegância ou delicadeza popularmente vinculados à figura feminina, reforça os elementos textuais que compõem o título principal da capa, “Mulheres de Força”. “Força”, aliás, classifica-se como núcleo de uma locução adjetiva, a delinear uma espécie de contraste com a delicadeza trazida, de forma latente, nas capas anteriores (de 1982, 1992 e 2005). Vale lembrar que as edições passadas, já analisadas, se utilizavam das imagens de mulheres sorridentes e tratavam majoritariamente de assuntos como cuidados estéticos (mais amenos) e atividades de cunho doméstico e familiar.

O título principal em questão é seguido por dois subtítulos que reforçam o sentido de “força”. O primeiro cita uma entrevista concedida por Mônica Benício, viúva da vereadora da Assembleia Legislativa da cidade do Rio de Janeiro e ativista dos direitos humanos, Marielle Franco, assassinada no mês anterior à publicação da edição. O outro refere-se ao cotidiano árduo de líderes comunitárias da Maré, bairro pobre da cidade do Rio de Janeiro, que sofre duras consequências frente à omissão do poder público diante das necessidades das periferias. Assim, pode-se dizer que o olhar da atriz, além de corresponder ao termo “força”, condiz também com o poder de resistência que essas outras mulheres, citadas textualmente e vítimas dos graves problemas sociais enfrentados no país, exercem diariamente.

Desse modo, mesmo que tais figuras periféricas não tenham a oportunidade de estampar as capas da publicação, espaço ainda reservado a modelos ou celebridades que seguem padrões físicos e sociais estabelecidos pela mídia, é importante que se reconheça a intenção da revista de abordar, mesmo que tangencialmente, tais problemáticas. Nota-se, assim, a tendência da publicação de expandir as questões a serem tratadas, extrapolando as temáticas até então dominantes, como aparência física e consumo.

O discurso relatado de Taís Araújo - reconhecida nacionalmente por sua grande representatividade na condição de mulher negra que circula nos espaços de prestígio da mídia brasileira -, também em destaque na capa focalizada, faz repercutir os itens já mencionados relativos a questões sociais e resistências.

É, contudo, no silenciamento que o novo posicionamento da revista se mostra de maneira notória. Apesar de a capa ser ilustrada pela imagem de Taís Araújo, mulher de aparência jovial e popularmente comentada no país também por conta de sua beleza física, ao contrário das edições já analisadas, a de 2018 não faz referências verbais aos temas do domínio doméstico e da estética, sendo este último, portanto, apenas mostrado visualmente. A prevalência agora é o tema das questões sociais, único na publicação em questão, expondo a leitora, de maneira explícita, a um novo padrão editorial e compondo um *frame* diferente daquele identificado nas edições anteriores, que, dessa vez, enquadra a figura feminina em um contexto de reivindicações sociais. O quadro seguinte sintetiza essa informação:

Questões sociais	“questão social”, “Marielle Franco”, “luta”, “líderes”
------------------	--

Quadro 4 – Temas da capa de 04/2018

Assim sendo, torna-se perceptível que, ao longo do percurso dos últimos quarenta anos da revista, é apenas na década de 2010 que Claudia passa a apresentar renovação consistente quanto aos imaginários sociodiscursivos que circulam em suas capas.

5.5. ABRIL DE 2021

Em abril de 2021, *Claudia* opta por apresentar a bailarina brasileira Ingrid Silva como estrela de capa da edição.

Figura 8 - *Claudia*, 04/2021



A história de Ingrid, por si só, já é bastante representativa. Nascida em bairro de periferia do Rio de Janeiro, Ingrid começou a praticar balé em projetos sociais da cidade, conseguindo mais tarde alcançar o posto de bailarina no *Dance Theatre of Harlem de Nova York*. Vale ressaltar que a prática do balé é ainda bastante elitizada no Brasil, sendo então a ascensão de Ingrid, que veio de uma família com poucos recursos financeiros, bastante expressiva.

Amamentando o filho recém-nascido, Ingrid é fotografada, na capa, com seu nome em destaque à frente de sua imagem. É importante ressaltar que, uma vez mais, figura na capa de

Claudia a imagem de uma mulher negra, fato que, como já afirmado anteriormente, não era comum até a metade da década passada. Além disso, ganha destaque a informação de que Ingrid, hoje em dia, protagoniza movimentos a favor de causas sociais no Brasil e no exterior.

No que diz respeito aos elementos textuais em realce, notam-se os títulos principais “Bullying adulto”, que se refere às consequências psicológicas conduzidas por tais atitudes, e “Recupere a libido”, que retrata os efeitos da crise sanitária e econômica do país - em decorrência da pandemia da COVID-19 - na vida sexual feminina.

Verifica-se, também, a presença de um dito relatado de Ingrid, ao afirmar que: “Ser mãe é difícil, mas é um ato transformador”. Na sequência ao discurso reportado da bailarina, há menção a relatos de experiências de gravidez e maternidade durante a pandemia do coronavírus, o que revela a maternidade como um tópico indissociável do feminino, porém, agora, numa abordagem menos romantizada da experiência, referindo-se a tal vivência a partir de seus desafios reais, qualificada pelos adjetivos “difícil”, “transformadora” e “complexa”.

Essa nova abordagem acerca da maternidade, explorada pela capa em tela, mostra-se também por intermédio da fotografia explícita da amamentação, visto que até hoje é ainda polêmica, no Brasil, a prática de tal ato em locais públicos.

Assim, é possível afirmar que os temas tratados na capa são sexo, maternidade, saúde e, de forma mais indireta, crise social.

Sexo	“libido”
Maternidade	“mãe”; “gravidez”; “maternidade”
Saúde	“saúde mental”
Crise social	“crise”; “pandemia”

Quadro 5 –Temas da capa de 04/2021.

Assim como ocorre em 2018, é clara a ausência de temas relacionados à estética e à vida doméstica em capas subsequentes, as quais não puderam ser incorporadas ao presente *corpus* pela limitação de espaço imposta por um artigo científico.

A publicação em tela, ao fazer menção ao prazer sexual feminino e ao atual cenário de crise causada pela pandemia da COVID1-19, circunscreve a leitora, tal como na edição de abril de 2018, a fatos que superam o domínio doméstico. Retratando temáticas universais, como os efeitos da crise social, e elevando discussões pertinentes ao feminino, como a maternidade, a um ato de afirmação, *Claudia* revela, na capa de abril de 2021, a evocação de um imaginário sociodiscursivo, enfim, mais progressista acerca da condição feminina, confirmando a consistência do novo posicionamento anunciado em 2017.

PERCURSOS DA FEMINILIDADE BRASILEIRA: PALAVRAS FINAIS

Os resultados obtidos por intermédio das análises apresentadas no presente artigo mostram que, durante mais de três décadas (de 1980 a 2000), os imaginários sociodiscursivos presentes nas capas de *Claudia* acerca do feminino se mostraram estáveis, sem alterações relevantes no que diz respeito aos *frames* que emolduram tal compreensão.

Apenas no final da década de 2010, quando a Abril experimenta um processo de reformulação, a revista *Claudia* se reestrutura e assume um novo posicionamento editorial, comprometendo-se com um maior envolvimento dos anseios femininos contemporâneos que buscam por formas mais efetivas de ascensão social e de participação nas decisões políticas. A partir de então, um imaginário mais conservador acerca do papel social das mulheres, que as reduz à esfera doméstica, é substituído por outro mais contemporâneo. Assim, as leitoras da revista passam a ser inseridas em debates que extrapolam temas tradicionais referentes à moda, beleza e atividades relacionadas ao lar, dominantes nas edições publicadas até então.

Isso posto, dado que, de acordo com a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, imaginários sociodiscursivos circulam nas capas de revistas com o intuito de coincidirem com os interesses e opiniões de seu público-alvo a fim de persuadi-lo à aquisição da publicação, pode-se afirmar estar havendo uma renovação efetiva do perfil identitário da leitora de *Claudia*.

Uma vez que o *corpus* analisado é composto por edições da revista, mais especificamente capas em semiose verbo-visual, publicadas em décadas diferentes, em ordem cronológica, é possível afirmar que a renovação dos imaginários propagados pela revista, comprovada nesta pesquisa, anuncia, inegavelmente, uma consequente atualização do perfil da leitora de *Claudia*. Trata-se da mulher brasileira adulta de classe média, que, na busca contínua, e cada vez mais assertiva, de uma nova posição na sociedade, ultrapassa os limites do âmbito doméstico e dos padrões estéticos vinculados à subserviência social.

Tanto os componentes verbais, que apontam a tendência de reformulação nos temas abordados, quanto a composição imagética das capas, que passam a oferecer protagonismo a mulheres de aparências que se desviam, enfim, do padrão de beleza branco, pouco condizente, em sua maioria, com a aparência física dos brasileiros, apontam para uma mudança significativa dos imaginários propostos.

Frente ao cenário sociodiscursivo de *Claudia*, capturado à luz desta pesquisa, atesta-se, no *continuum* entre elementos textuais, *frames* e imaginários sociodiscursivos, uma representação sobre o feminino - particularizada na imagem da mulher brasileira adulta de classe média - cartografada, na contemporaneidade, como protagonista dos debates sociais e políticos para além dos que podem ser estabelecidos nos outros campos de sua atuação cotidiana.

REFERÊNCIAS

- Buitoni, D. S. (2009). *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina*. São Paulo: Summus Editorial.
- Charaudeau, P. (2018). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- _____(2016). *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.
- _____(2015). *Discurso político*. São Paulo: Contexto.
- _____(2007). Os estereótipos muito bem. Os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*, Fortaleza, v.7, pp. 571 – 591.
- _____(2005) Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: Pauliukonis, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Dell’Isola, R.L.P. (2001). *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial
- Durkheim, E. (2001). *As formas elementares de vida religiosa*. Rio de Janeiro: Paulus
- Fávero, L.P. (2001). *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Editora Ática.
- Koch, I. V.; Travaglia, L. C. (2018). *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.
- Luca, T. R. (2018). Mulher em revista. In: Pinsky, C. B., Pedro, J. M. (orgs). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Mauss, M. (1974). *Sociologia & Antropologia*. São Paulo: Edusp
- Minsky, M (1974). *A framework for representing knowledge*. <<http://www.cogsci.ucsd.edu/~coulson/203/minsky.pdf>> Acesso em 21 de julho de 2021.
- Moscovici, S. (1978). A representação social da psicanálise. *Rio de Janeiro: Zahar*.
- Ramos. M. S. (2015). O corpo como capital e a felicidade. In: Mirian, G. (Org.). *O corpo como capital: gênero, sexualidade e moda*. Rio de Janeiro, Record.
- Scalzo, M. (2011). *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto
- Van Dijk, T. A. (2017). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto

